



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

**MARINETE DA SILVA BOULHOSA**

**DIREITO DE PERMANECER:  
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NA ILHA DE  
MARAJÓ - PARÁ - BRASIL**

**BELÉM**

**2024**

**MARINETE DA SILVA BOULHOSA**

**DIREITO DE PERMANECER:**

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NA ILHA DE  
MARAJÓ - PARÁ - BRASIL**

Tese de doutorado apresentada para obtenção do grau de doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

**Orientador:** Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo

BELÉM


2024

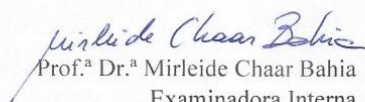


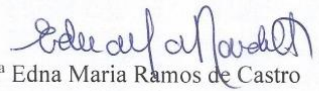
**ATA DE DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DA DISCENTE  
MARINETE DA SILVA BOULHOSA**

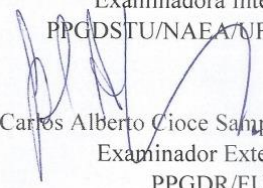
A Banca de Defesa Pública da Tese de Doutorado presidida pelo orientador Prof. Dr. Silvio Jose de Lima Figueiredo e constituída pelos examinadores Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria Ramos de Castro, Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca de Paula Santos da Silva, reuniu-se no dia 19 de março de 2024, às 14h, no NAEA para avaliar a Tese de Doutorado intitulada **“DIREITO DE PERMANECER: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NA ILHA DE MARAJÓ - PARÁ - BRASIL”**, da doutoranda **MARINETE DA SILVA BOULHOSA**. Após explanação da doutoranda, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida Tese foi avaliada e APROVADA, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regulamento do Curso. Esta ata não tem validade como atestado de término do curso, que será finalizado após a homologação da tese, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regulamento do Curso.

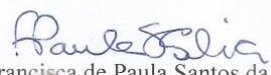
Belém, 19 de março de 2024.

  
Prof. Dr. Silvio Jose de Lima Figueiredo  
Presidente/Orientador  
PPGDSTU/NAEA/UFPA

  
Prof.ª Dr.ª Mirleide Chaar Bahia  
Examinadora Interna  
PPGDSTU/NAEA/UFPA

  
Prof.ª Dr.ª Edna Maria Ramos de Castro  
Examinadora Interna  
PPGDSTU/NAEA/UFPA

  
Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio  
Examinador Externo  
PPGDR/FURB

  
Prof.ª Dr.ª Francisca de Paula Santos da Silva  
Examinadora Externa  
PPGEduC/UNEB

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

---

B763d Boulhosa, Marinete Silva.  
Direito de Permanecer : Turismo De Base Comunitária e  
Desenvolvimento Endógeno na Ilha de Marajó - Pará - Brasil  
/ Marinete Silva Boulhosa. — 2024.  
340 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Silvio José Lima Figueiredo  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico  
Úmido, Belém, 2024.

1. Desenvolvimento endógeno. 2. Turismo de Base  
Comunitária. 3. Ilha do Marajó. 4. Soure. I. Título.

CDD 307.109811

---



*Em nome do povo marajoara e da memória de meus pais (**Terezinha e Edgar**), eu dedico esta tese à **Erotildes Ribeiro, Tia Cici**, marajoara de 90 anos, com quem eu aprendi, com seus ensinamentos sem letras, a respeitar a natureza.*



*À Maria Lúcia da Silva Soares (in memoriam),  
minha inesquecível parceira de trabalho e  
aventuras da docência. É por ti também essa  
conquista!*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me conservado com vida e saúde para chegar ao final desta tese em tempos tão difíceis de pandemia. Eu sei que Seus pensamentos para mim são de paz!

À toda a minha grande família, muitos também nascidos no Marajó - irmãos, irmãs, tias, primos, primas, sobrinhos e sobrinhas, agregados - pela confiança e incentivo tão fundamentais. Esta obra é mais uma declaração de amor pelo Marajó!

Ao programa de pós-graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela oportunidade de contribuir para os debates científicos na Amazônia brasileira.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Silvio Figueiredo, por sua sensibilidade, paciência e confiança, que sempre me traziam calma e incentivo. Foi uma honra, depois de tantos anos, poder reencontrá-lo no doutorado sob sua orientação e, mais ainda, tratando sobre o Marajó.

Aos professores e técnicos do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Que privilégio poder fazer o doutorado entre os meus "ídolos" das ciências do desenvolvimento na Amazônia.

À Dra. Francisca Silva, professora da Universidade do Estado da Bahia, pelas orientações e provocações epistemológicas no tempo do sanduíche em Salvador.

À Profa. Dra. Mirleide Bahia pelas contribuições na análise e discussão da tese quando de minha qualificação.

Ao Prof. Dr. Carlos Sampaio pelas contribuições através de seu vasto conhecimento e produção literária sobre ecossocioeconomia e turismo de base comunitária e análise da presente tese.

À minha querida irmã Elena Carvalho. "Mã", sou eternamente grata por tua ajuda, parceria e por ler e corrigir, sempre de forma tão dedicada, mais uma produção minha. Me faltam palavras para expressar minha gratidão! Deus me abençoa através de ti!

À Rosane Salles, "Rosinha", baiana com quem subi e descii ladeiras em Salvador e muito aprendi sobre turismo de base comunitária.

Ao Luiz Macedo, "Lulu", por sua importante colaboração em minha pesquisa de campo. Sua amizade foi um dos presentes do doutorado!

À Itaraci Alves, "Ita" minha manabaiana, e Geraldete Bahia, "Deinha", mainha (ambas *in memoriam*), pela hospedagem e convivência em Salvador. Não vou poder ligar para vocês para agradecer e ouvir aquele sotaque baiano tão gostoso, mas deixo aqui registrada a minha gratidão!

Ao querido amigo João Ramid, agradeço pela cessão das fotografias aéreas do Marajó. Seus registros foram preciosos na composição imagética desta pesquisa!

À amiga Carolina Cortinhas pelas fotos produzidas e cedidas, no início das pesquisa de campo.

À querida Rita Sidmar Gil por me hospedar em sua casa em Soure e ao João Bosco por lá me acolher com tanto carinho.

À Profa. Beatriz Cabral, do Paraná, e sua linda família, pela acolhida e experiências compartilhadas. Noite inesquecível aquela quando conheci e dancei fandango com seus filhos!

À Roberta Moura, por me receber e compartilhar hospedagem quando de minha estada em Curitiba.

Ao pessoal da Acolhida da Colônia, nas pessoas de Karlota e Devalde Scotti, do Sítio Hortêncio, em Florianópolis. Foram dias de muitas caminhadas pelas serras do sul, mas, acima de tudo, muito aprendizado de experiências de associativismo em torno do turismo.

À Larissa Cassiano, bolsista em Soure, pela colaboração na pesquisa de campo.

Ao apoio irrestrito do ICMBIO, representado pela pessoa de Lisângela Cassiano, tanto na pesquisa quanto na realização do evento na RESEXMAR Soure, meu sincero agradecimento.

À prefeitura municipal de Soure, pela colaboração nas pesquisas, também expresso minha gratidão.

Ao *trade* turístico local, pela colaboração na realização do evento na Resexmar e na pesquisa de campo. Meus agradecimentos!

À Jude, Holly e Snow, "meus filhos", que, ao perceberem meu cansaço e tensão, me distraíam dos livros e do computador para brincar, caminhar, receber carinho e dar muitos lambeijos, minha eterna gratidão.

À comunidade do Caju-una, representada pela Professora Celina, que me auxiliou a encontrar as pessoas que colaboraram na pesquisa de campo.

À comunidade do Céu, nas pessoas de Teófilo, Patrícia, Carmen, Edson, Paula, em especial à Odineti Rodrigues "Dina" e Carlos Barbosa que me acolheram, hospedaram e me ensinaram tanto sobre o universo do Marajó da costa. Atolar no mangue ou acordar às duas da manhã para pescar foram experiências valiosas para meu aprendizado sobre o modo de vida do litoral marajoara. Minha profunda gratidão!

À comunidade do Pesqueiro, representada por Cristina "Cris", Alfredo, José "Xuxu", Nazaré "Cris", Zeca, Dione, Álvaro "Catita", Ivanil, Patrícia, Naza, Renan, Neide, Jacaré e Mariza. Como esquecer a receptividade desse pessoal? Tantos momentos de conversas à beira da praia ou junto a mesa com um prato de peixe frito.

A todos os agentes locais do turismo de base comunitária nessas três comunidades e suas famílias, meu profundo agradecimento pela colaboração e por mostrar que outras formas de fazer turismo no Marajó são possíveis.

Aos turistas e visitantes que colaboraram respondendo aos questionários da pesquisa, agradeço imensamente.

Enfim, minha gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a presente tese.

*O nosso tempo é também feito de esperança que borbulha e pipoca naquela alegria descontraída, espontânea, instintiva que faísca em todos os rostos, em todos os momentos da vida, sem afobação, sem recriminações, sem amargura. Um senso de otimismo embebe todas as coisas, não existe revolta amarga, nem é fatalismo. É outra filosofia da vida, é outra visão de mundo, uma outra weltanschauung, para falar difícil.*

*Giovanni Gallo*

## RESUMO

A presente tese analisa o turismo de base comunitária na ilha do Marajó, protagonizado pelas comunidades litorâneas do Caju-una, Céu e Pesqueiro, do município de Soure, que fazem parte da Reserva Extrativista Marinha de Soure, na busca de entender como as comunidades locais estão se apropriando do turismo. O objetivo é compreender como essa forma de desenvolver o turismo pode contribuir para o desenvolvimento endógeno e para a autonomia dessas comunidades. Para alcançar essa análise e compreensão, tem-se como objetivos específicos: identificar as experiências de turismo comunitário na Ilha do Marajó, enquanto prática social coletiva; analisar as formas de organização local para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, os agentes e atividades envolvidos no processo; caracterizar os perfis dos turistas/visitantes e analisar os processos de socialização dessas experiências turísticas e as conexões com o *trade* turístico; e problematizar as políticas públicas relacionadas ao turismo na Ilha. A análise das práticas de turismo de base comunitária, foi embasada nos princípios do desenvolvimento endógeno, que valoriza os recursos locais e a participação das comunidades no processo de desenvolvimento, e do pós-desenvolvimento, que questiona as noções tradicionais de desenvolvimento trazendo a centralidade e resistência do lugar. A pesquisa também considerou as perspectivas da decolonialidade, *buen vivir* e ecossocioeconomia, que propõem uma visão não eurocêntrica e mais holística do desenvolvimento, considerando as relações de poder e as cosmovisões das comunidades locais. A pesquisa é de natureza aplicada, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, com objetivos exploratórios, descritivos e explicativos, e procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa-ação. Os resultados da pesquisa apontaram para o surgimento de um processo embrionário de turismo no Marajó que se dá a partir das iniciativas locais, que apesar dos problemas e limitações que apresenta, tem gerado benefícios socioeconômicos às comunidades, em contraposição ao modelo de turismo convencional excludente que ocorre há décadas no Marajó. Os resultados da tese contribuirão para a compreensão das práticas de turismo de base comunitária na ilha do Marajó e para a reflexão sobre alternativas mais justas e democráticas de desenvolvimento, considerando as especificidades locais e as perspectivas das comunidades.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Endógeno. Turismo de Base Comunitária. Ilha do Marajó. Soure

## ABSTRACT

This thesis analyzes community-based tourism on the island of Marajó, led by the coastal communities of Caju-una, Céu and Pesqueiro, in the municipality of Soure, which are part of the Soure Marine Extractive Reserve, in an attempt to understand how local communities are appropriating tourism. The objective is to understand how this way of developing tourism can contribute to the endogenous development and autonomy of these communities. To achieve this analysis and understanding, the following specific objectives are: identifying community tourism experiences on Marajó Island, as a collective social practice; analyze the forms of local organization for the development of community-based tourism, the agents and activities involved in the process; characterize the profiles of tourists/visitors and analyze the socialization processes of these tourist experiences and the connections with the tourist trade; and problematize public policies related to tourism on the Island. The analysis of community-based tourism practices was based on the principles of endogenous development, which values local resources and the participation of communities in the development process, and post-development, which questions traditional notions of development, bringing centrality and resistance of the place. The research also considered the perspectives of decoloniality, buen vivir and ecosocioeconomy, which propose a non-Eurocentric and more holistic view of development, considering power relations and the worldviews of local communities. The research is of an applied nature, with a qualitative and quantitative approach, with exploratory, descriptive and explanatory objectives, and bibliographical research procedures, field research and action research. The research results pointed to the emergence of an embryonic process of tourism in Marajó that takes place based on local initiatives, which despite the problems and limitations it presents, have generated socioeconomic benefits for communities, in contrast to the exclusionary conventional tourism model that has been occurring for decades in Marajó. The results of the thesis will contribute to the understanding of community-based tourism practices on the island of Marajó and to reflection on fairer and more democratic development alternatives, considering local specificities and the communities perspectives.

**Keywords:** Endogenous development. Community-Based Tourism. Marajó Island. Soure.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa da Reserva Extrativista Marinha de Soure com identificação das comunidades	33
Figura 2	– Mapa da mesorregião do Marajó – Estado do Pará com identificação das microrregiões do Marajó em relação ao Pará	93
Figura 3	– Mapa da mesorregião do Marajó, com destaque as regiões turísticas de Campos e Florestas do Marajó	95
Figura 4	– Polos de turismo do Estado do Pará	148
Figura 5	– Mapa da cidade de Soure	170
Figura 6	– Notícia da expedição fotográfica na comunidade do Céu	222
Figura 7	– Mapa com identificação dos cursos d'água percorridos pelos passeios de barco	225

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Categorias e subcategorias analíticas	26
Quadro 2	–	Unidades de Conservação do arquipélago marajoara	94
Quadro 3	–	Municípios da Mesorregião marajoara	111
Quadro 4	–	Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do arquipélago do Marajó entre os períodos de 1991 a 2010	122
Quadro 5	–	Os 10 municípios com as maiores taxas de pobreza do estado do Pará	123
Quadro 6	–	Municípios Paraenses com os 10 Piores IVS nos <i>Rankings</i> do Pará e Brasil nos anos 2000/2010	123
Quadro 7	–	Monitoramento da COVID-19 na região do Marajó	127
Quadro 8	–	Princípios do Turismo de Base Comunitária da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária	154
Quadro 9	–	<i>Ranking</i> dos produtos turísticos por pólo	162
Quadro 10	–	Produtos e recursos turísticos do pólo Marajó	163
Quadro 11	–	Resultados obtidos de pesquisa realizada pelo ICMBio nas praias da Barra Velha e do Pesqueiro	213
Quadro 12	–	Motivos de frequentar as praias da Barra Venha e Pesqueiro - ICMBio	214
Quadro 13	–	Experiências de TBC desenvolvidas na RESEXMAR Soure pelas comunidades locais	224
Quadro 14	–	Entendimento das comunidades sobre o que se trata o Turismo de Base Comunitária	249
Quadro 15	–	Respostas dos agentes locais sobre a contribuição do TBC para a permanência no Marajó	264
Quadro 16	–	Indicação dos agentes do turismo local para melhoria da experiência de TBC nas comunidades	265
Quadro 17	–	Relatos de apreensão dos turistas sobre o cotidiano das comunidades a partir das experiências de TBC	282

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1- 6	– Seminário de Turismo de Base Comunitária	31
Fotografias 7 - 8	– Imagens aéreas dos campos naturais do Marajó, no período de inverno e verão amazônico	98
Fotografias 9 - 10	– Balsa de transporte de veículos e cargas e Porto do Camará. Salvaterra	100
Fotografias 11 - 12	– Peças de cerâmica arqueológica da fase marajoara	103
Fotografias 13 - 15	– Habitações de populações ribeirinhas do Marajó	114
Fotografia 16	– Imagem aérea de áreas de floresta na microrregião de Furo de Breves	117
Fotografia 17	– Vaqueiro “tocando” búfalos nos campos do Marajó. Cachoeira do Arari	118
Fotografias 18 - 19	– Cursos d’água margeado por manguezais e aves litorâneas às margens do rio Paracauari. Soure	156
Fotografias 20 - 21	– Praia da Barra Velha. Soure e campos naturais com criação de búfalos. Cachoeira do Arari	156
Fotografias 22 - 23	– Festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari	157
Fotografias 24 - 25	– Produção ceramista com forte influência da cerâmica arqueológica marajoara. Soure	158
Fotografias 26 - 27	– Orla do núcleo urbano e 3ª Rua do município de Soure	171
Fotografia 28	– PA 154 via de acesso do porto do Camará às sedes de Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure	172
Fotografia 29	– Travessias de balsas e rabetas pelo rio Paracauari.	172
Fotografias 30 - 31	– Búfalos no centro urbano de Soure e utilizado no transporte de carga	174
Fotografia 32	– Polícia Militar do município de Soure montada em búfalo.	174
Fotografia 33	– Búfalo da raça carabao morto a tiro em caçadas no	177

Marajó. Soure

Fotografia 34	– Praia de Barra Velha. Soure	179
Fotografia 35	– Passeio turístico pelo Furo do Miguelão. Soure	179
Fotografias 36	– Passeio turístico à fazenda Mironga. Soure	180
Fotografias 37	– Paisagem natural da fazenda Bom Jesus. Soure	180
Fotografias 38	– Bolsa produzida, artesanalmente, a partir do saco escrotal do búfalo – Curtume. Soure	182
Fotografia 39	– Artesão Ronaldo Guedes, referência na produção ceramista em Soure	182
Fotografia 40	– Apresentação de grupos de carimbó em hotel. Soure	183
Fotografia 41	– Apresentação de grupos de carimbó em evento	183
Fotografias 42 - 43	– Pescadores da Comunidade de Caju-una retornando da pesca de rede	188
Fotografias 44 - 51	– Comunidade e praia do Pesqueiro	189
Fotografias 52 - 59	– Comunidade e praia do Céu	191
Fotografia 60	– Imagem aérea da praia do Céu	192
Fotografias 61 - 68	– Comunidade e praia do Caju-una	194
Fotografias 69	– Imagem aérea da comunidade e praia do Caju-una	195
Fotografias 70 - 71	– Estrada de acesso à comunidade e praia do Pesqueiro, PA 154	196
Fotografias 72 - 75	– Estrada de acesso às comunidades e praias do Caju-una e Céu, PA 154	197
Fotografias 76 - 78	– Atividade de pesca artesanal e captura de caranguejo. Comunidade do Céu	202
Fotografias 79 - 80	– Família na pesca da rabiola, na Comunidade do Céu do mês de abundância do pescado	204
Fotografias 81 - 82	– O mutirão em torno da “despesca” na praia do Caju-una	205
Fotografias 83 - 84	– Extração de larva de caroço de tucumã (bicho de tucumã). Comunidade de Pesqueiro	208

Fotografia 85	– Álvaro dos Santos Leal, Seu <i>Catita</i> . Comunidade do Pesqueiro	217
Fotografias 86 - 91	– Visitantes/turistas em passeios de barcos, conduzidos por comunitários.	226
Fotografias 92 - 99	– Passeios de caiaque, pesca artesanal e passeio do turu	227
Fotografia 100 - 107	– Paisagens dos percursos de passeios pelas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro	228
Fotografia 108 - 115	– Equipamentos turísticos existentes nas comunidades	229
Fotografias 116-117	– Passeio de búfalo. Comunidade do Céu	256
Fotografias 118-119	– Passeio do Turé. Comunidade do Caju-Una	257

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Atividades turísticas desenvolvidas na Comunidade do Caju-una	232
Gráfico 2	– Atividades turísticas desenvolvidas na Comunidade do Céu e	233
Gráfico 3	– Atividades turísticas desenvolvidas na Comunidade do Pesqueiro	235
Gráfico 4	– Principais formas de divulgação das atividades turísticas da comunidade do Caju-Una,	236
Gráfico 5	– Principais formas de divulgação das atividades turísticas da comunidade do Céu	237
Gráfico 6	– Principais formas de divulgação das atividades turísticas da comunidade do Pesqueiro	238
Gráficos 7 e 8	– Principais parcerias estabelecidas para o desenvolvimento das atividades turísticas	241
Gráficos 9, 10	– Sobre os benefícios de o turismo ser administrado por alguma organização da comunidade.	243
Gráfico 11	– Principais capacitações realizadas pelos agentes locais	243
Gráfico 12	– Entendimento sobre turismo de base comunitária por parte do agentes locais	246
Gráfico 13	– Estado de origem dos turistas que visitaram as comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro	251
Gráfico 14	– Países de origem dos turistas que visitaram as comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro	252
Gráfico 15	– Tempo de permanência nas comunidades do Caju-una, Céu e Pesqueiro	253
Gráfico 16	– Como turistas se organizam para viagem às comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro	253
Gráfico 17	– Sobre predominância de sexo entre os turistas que	254

	visitaram as comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro	
Gráfico 18	– Atividades turísticas mais procuradas na comunidade do Pesqueiro	255
Gráfico 19	– Contribuições/benefícios produzidos pelo turismo de base comunitária nas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro	258
Gráfico 20	– Principais problemas enfrentados no desenvolvimento do turismo local - Comunidade do Pesqueiro	259
Gráfico 21	– Principais problemas enfrentados no desenvolvimento do turismo local - Comunidades do Caju-Una e Céu	261
Gráfico 22	– Percepção e opinião dos comunitários sobre a presença de turistas nas comunidades	267
Gráfico 23	– Percepção quanto ao envolvimento dos comunitários no turismo desenvolvimento localmente	268
Gráfico 24	– Sobre ter sido informado/convidado a participar do TBC desenvolvido na comunidade	269
Gráficos 25, 26, 27	– Benefícios que se espera que o TBC traga às comunidades, na perspectiva dos moradores	272
Gráfico 28	– Motivação de viagem às comunidades	275
Gráfico 29	– Nível de gastos dos turistas	277
Gráfico 30	– Tempo de permanência na comunidade	277
Gráfico 31	– Atividades/passeios desenvolvidos nas comunidades	278
Gráfico 32	– Comunidades visitadas	279
Gráfico 33	– Formas de interações com as comunidades	281
Gráfico 34	– Sobre a experiência no TBC ter despertado reflexão e/ou provocado alguma mudança	284

Gráfico 35	– Avaliação da experiência do TBC pelos turistas/visitantes	287
Gráfico 36	– Comunidades da RESEXMAR com as quais o <i>trade</i> de Soure se relaciona	289
Gráfico 37	– Avaliação dos turistas, de acordo com o <i>trade</i> local	291

## LISTA DE SIGLAS

<b>AMAM</b>	– Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó
<b>ATM</b>	– Associação de Turismo do Marajó
<b>ATURMA</b>	– Associação de Turismo Rural da Ilha do Marajó
<b>BASA</b>	– Banco da Amazônia
<b>CULTARTE</b>	Coletivo de Arte e Cultura do Cabula
<b>DATASUS</b>	– Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
<b>EMBRAPA</b>	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>EMBRATUR</b>	– Empresa Brasileira de Turismo
<b>EIA/RIMA</b>	– Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
<b>ENTBL</b>	– Encontro Nacional de Turismo de Base Local
<b>FAEPA</b>	– Federação de Agricultura e Pecuária do Pará
<b>FAPESPA</b>	– Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
<b>FJP</b>	– Fundação João Pinheiro
<b>FOMENTUR/PA</b>	– Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará
<b>FOREMAR</b>	– Fórum Regional de Turismo do Marajó
<b>GEPS</b>	– Grupo de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas da Secretaria de Turismo
<b>IBGE</b>	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDEFLOR-BIO</b>	– Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
<b>IDESP</b>	– Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
<b>IDH</b>	– Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHM</b>	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IG</b>	– Indicação Geográfica
<b>ICMBio</b>	– Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

<b>IFPA</b>	– Instituto Federal do Pará
<b>INPI</b>	– Instituto Nacional da Propriedade Industrial
<b>IPEA</b>	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IVS</b>	– Índices de Vulnerabilidade Social
<b>Mtur</b>	– Ministério do Turismo
<b>NAEA</b>	– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
<b>PARATUR</b>	– Companhia Paraense de Turismo do Pará
<b>PAS</b>	– Plano Amazônia Sustentável
<b>PDTSAM</b>	– Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó
<b>PDOT</b>	– Programa de Diversificação da Oferta Turística
<b>PET</b>	– Programa Estadual de Turismo do Pará
<b>Pnud</b>	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PROECOTUR</b>	– Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal
<b>RESEXMAR</b>	– Reserva Extrativista Marinha de Soure
<b>RETOMAPARÁ</b>	– Plano de retomada da atividade turística no Estado do Pará
<b>RSIS RAMSAR</b>	– Registro de Sítios de Interesse Internacional das Zonas Úmidas sob a Convenção de Ramsar
<b>SETUR</b>	– Secretaria de Estado de Turismo
<b>SEICOM</b>	– Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Mineração
<b>SEBRAE</b>	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SENAR</b>	– Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SESPA</b>	– Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará
<b>SEGETUR</b>	– Sistema Estadual de Gestão do Turismo
<b>SUDAM</b>	– Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
<b>TAU</b>	– Termo de Autorização de Uso
<b>TBC</b>	– Turismo de Base Comunitária
<b>UFPA</b>	– Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

	<b>RESUMO</b>	
	<b>ABSTRACT</b>	
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	21
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	25
2.1	PESQUISA-AÇÃO	29
2.2	<i>LOCUS</i> DA PESQUISA	32
2.3	AGENTES DA PESQUISA	34
<b>3</b>	<b>REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E SEUS NOVOS PARADIGMAS</b>	35
3.1	GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: O GLOBAL E O LOCAL NO DEBATE DA MODERNIDADE	35
3.2	DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO LOCAL	44
3.3	<i>BUEN VIVIR</i> E ECOSSOCIOECONOMIAS: ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO LUGAR	69
<b>4</b>	<b>TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: O TURISMO DESENVOLVIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA LOCAL</b>	78
<b>5</b>	<b>ARQUIPÉLAGO MARAJOARA</b>	92
5.1	ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MESORREGIÃO MARAJOARA	92
5.1.1	<b>Localização e aspectos físicos</b>	92
5.1.2	<b>História e ocupação</b>	101
5.2	REALIDADE SOCIOCULTURAL E ECONÔMICA DO ARQUIPÉLAGO MARAJOARA	109
5.2.1	<b>Os Marajós de florestas e campos</b>	109
5.2.2	<b>Marajó, região de contrastes</b>	121
5.2.3	<b>Políticas públicas e desenvolvimento para o Marajó: permanência de lógicas decolonialidade</b>	127

<b>6</b>	<b>TURISMO NO ESTADO DO PARÁ E NA REGIÃO DO MARAJÓ</b>	<b>140</b>
6.1	TURISMO NA AMAZÔNIA E NO ESTADO DO PARÁ: UM RECORTE CRÍTICO	140
6.2	TURISMO NO MARAJÓ	155
6.3	A CIDADE DE SOURE E SUA “VOCAÇÃO NATURAL” PARA O TURISMO	167
<b>7.</b>	<b>EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE</b>	<b>186</b>
7.1	AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DA RESEXMAR SOURE: PROCESSO HISTÓRICO E CONSTITUIÇÃO	187
7.2	MODO DE VIDA E SABER LOCAL: A VIDA MARAJOARA ENTRE TERRA E ÁGUA	200
7.3	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DESENVOLVIDO NAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DE CAJU-ÚNA, CÉU E PESQUEIRO	210
7.3.1	<b>O turismo na Reserva Extrativista Marinha de Soure</b>	<b>210</b>
7.3.2	<b>As experiências de Turismo de Base Comunitária nas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro</b>	<b>215</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>304</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>309</b>
	<b>APÊNDICES</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno humano que envolve o deslocamento temporário de pessoas e o uso do patrimônio sócio-cultural e ambiental, demandando uma variedade de atividades e serviços nos destinos turísticos. Por um lado, pode gerar trabalho, renda, melhoria da infraestrutura e qualidade de vida. Por outro, pode acarretar impactos negativos sobre o ambiente visitado, comprometendo a própria atratividade desses destinos.

Embora as abordagens sobre o turismo geralmente iniciem com destaque à sua importância socioeconômica e sua capacidade de crescimento quase ininterrupto, estudos do fenômeno do turismo têm demonstrado que as formas adotadas para o setor e as políticas públicas desenvolvidas na atividade, baseadas em um ideário desenvolvimentista neoliberal, têm deixado um rastro de impactos negativos sobre o ambiente natural e sócio-cultural. Além disso, pouco têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida das populações receptoras.

Essa realidade recorrente, tem levado a investigações e busca por novas formas de existência do turismo, levando em consideração seu próprio dinamismo associado à preocupação com as questões ambientais, práticas culturais, sociais e econômicas diversas, presentes nos territórios, bem como o protagonismo das populações locais na organização do turismo.

Nesse contexto, surge o Turismo de Base Comunitária - TBC como uma nova forma de existência do turismo, apresentando-se como uma alternativa à racionalidade neoliberal, economicista e globalizante. O TBC aponta para o desenvolvimento do turismo a partir do local, como resultado da ação conjunta de esforços das populações autóctones que, muitas vezes, foram excluídas dos processos de desenvolvimento do turismo. Agora, elas veem nessa atividade uma possibilidade de inclusão na vida produtiva de suas localidades.

O Turismo de Base Comunitária vem se desenvolvendo, enquanto prática humana relacionada ao turismo, como expressão da sociedade contemporânea, que rompe com o simulacro de relações e espetacularização da natureza e cultura, propondo o encontro e a interculturalidade, numa perspectiva de conhecimento e aprendizado mútuo (Maldonado, 2009).

O TBC vem se apresentando como alternativa à racionalidade economicista, como uma resposta das sociedades locais aos modelos excludentes de desenvolvimento, ao mesmo tempo que atende às novas demandas dos turistas, interessados em experiências mais autênticas que ampliem seu encontro com a natureza e com o outro.

Pensar o turismo nessa perspectiva contribui para problematizar essa atividade na Ilha do Marajó, apontando a necessidade do reconhecimento da pluralidade inerente ao turismo e da construção de novas concepções, conceitos, modelos e formas de realização da atividade. Essas novas abordagens devem garantir a manutenção do turismo, ao mesmo tempo em que asseguram aos agentes locais a conservação de seu patrimônio natural e cultural e, conseqüentemente, da vida, pois os ambientes utilizados pelos turistas, vistos como "atrativos", são espaços de reprodução da própria vida para os habitantes.

Assim, fazendo uma analogia com o direito de ir e vir, expresso na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 5º, inciso XV, no qual declara que "é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens", a presente tese de doutorado defende o "direito de permanecer", ou seja, defende a ideia de que, se forem oferecidas condições sociais, políticas, econômicas e tecnológicas às populações, elas podem ser as protagonistas de seu próprio desenvolvimento, permanecendo em seus locais de origem e mantendo uma vida com dignidade em todos os aspectos.

Localizado na foz do rio Amazonas, o arquipélago marajoara é o maior arquipélago fluviomarinho do mundo, abrangendo uma área de 104.140 km<sup>2</sup> e com uma população de 497.474 habitantes (IBGE, 2022). Ele é formado por 17 municípios e politicamente dividido em três microrregiões conhecidas como Microrregião do Arari, Microrregião do Furo de Breves e Microrregião de Portel.

Este arquipélago constitui um vasto complexo flúviomarinho com dezenas de ilhas, sendo a Ilha do Marajó a maior e o destaque principal, com uma área de 49.606 km<sup>2</sup>. A ilha é caracterizada pela predominância de dois grandes ecossistemas: campos naturais na parte oriental e floresta tropical na parte ocidental, estendendo-se até o sudoeste da ilha.

Do ponto de vista do turismo, o Marajó começou a receber ações do poder público a partir de 1970 e, a partir de 1990, tornou-se um Polo de Turismo no Estado do Pará, com os municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras como núcleos indutores. A região se tornou prioritária para o desenvolvimento da atividade turística, onde um conjunto de ações vem sendo realizado com o objetivo de impulsionar o turismo regional.

Em 2019, de acordo com o Programa Nacional de Regionalização do Turismo, houve um reordenamento do turismo no estado do Pará. Os seis polos de turismo existentes no estado foram ajustados para se alinhar com as doze Regiões de Integração do Estado, resultando na criação da Região Turística dos Campos do Marajó e da Região Turística das Florestas do Marajó, envolvendo os 16 municípios que compõem o arquipélago (SETUR, 2019).

Na região do Marajó, devido às suas características ambientais, como extensas áreas de campos naturais, com fazendas centenárias, praias de água doce e salobra pouco antropizadas, regiões de florestas primárias, abundância de cursos d'água e uma cultura com fortes traços identitários indígenas, negros e brancos, os segmentos de turismo mais desenvolvidos são os de natureza, turismo rural, turismo de aventura e turismo cultural. Isso coloca o Marajó entre os produtos turísticos mais bem posicionados nos mercados internacionais, no estado do Pará (SETUR, 2012).

Entretanto, apesar do seu reconhecido potencial e dos inúmeros empreendimentos e ações que vêm sendo desenvolvidos na Ilha, sua lógica de desenvolvimento a deixa muito aquém da potencialidade da região, trazendo poucos benefícios para a população local e revelando-se incapaz de contribuir para a mudança da realidade socioambiental do Marajó. Esta região concentra os piores Índices de Desenvolvimento Humano e de Vulnerabilidade Social no estado do Pará e no Brasil (FAPESPA, 2015; IBGE, 2010; IPEA, 2010). Dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado do Pará mostram que, dos dez municípios paraenses com os menores IDHM, 7 (sete) estão na região do Marajó (IPEA, 2010).

A difícil situação enfrentada por grande parte da população do Marajó tem levado muitos a abandonarem o território marajoara de forma compulsória. Facilitada pela “rede” de cidades interligadas pelos rios da Amazônia (Carvalho; Carvalho;

Oliveira, 2012), parte dessa população migra para as sedes das cidades da grande ilha, muitas vezes com estruturas deficientes ou limitadas para absorver esse fluxo de pessoas. O mesmo movimento ocorre entre as cidades do Marajó em relação à capital paraense. Há estimativa de que mais de 200 mil pessoas originárias do Marajó residem em Belém e em cidade vizinhas (BRASIL, 2007). Embora não existam estudos com dados estatísticos precisos que demonstrem essa migração, essa é uma realidade evidente nas cidades marajoaras e em Belém, contribuindo para o inchaço populacional nessas áreas urbanas (Cruz; Barbosa, 2013).

A realidade ambiental do Marajó exige mudanças que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população que vive nessa região. Apesar do grande potencial para diversas atividades, incluindo o turismo, a região enfrenta diversos e graves problemas que comprometem a vida e a permanência da população na ilha.

Nesse contexto, a presente pesquisa, fundamentada nos princípios teóricos do desenvolvimento endógeno e pós-desenvolvimento, busca contribuir para o debate sobre novas formas de desenvolvimento do turismo na região do Marajó, levando em consideração suas características ambientais e as demandas locais. O foco de investigação é o turismo de base comunitária realizado pelas comunidades do litoral do município de Soure, destacando a contribuição desse novo fazer do turismo para o desenvolvimento endógeno da população marajoara.

Assim, o objetivo geral desta tese foi investigar o turismo no Marajó, a partir das experiências de turismo de base comunitária desenvolvidas nas Comunidades de Caju-una, Céu e Pesqueiro, localizadas na região costeira de Soure, e como esse turismo pode contribuir para o desenvolvimento endógeno dessas comunidades.

Os objetivos específicos foram: Identificar as experiências de turismo comunitário na Ilha do Marajó, enquanto prática social, desenvolvidas por iniciativas locais nas comunidades de Caju-una, Céu e Pesqueiro; analisar as formas de organização local para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, incluindo os agentes e atividades envolvidos nesse processo; caracterizar os perfis dos turistas e visitantes e analisar os processos de socialização das experiências deste turismo e as conexões dele com o *trade* turístico; e, problematizar as políticas públicas municipais, estaduais e federais relacionadas ao turismo que possam contribuir para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na região do Marajó.

## 2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa possui natureza aplicada, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, com objetivos exploratórios, descritivos e explicativos (Marconi; Lakatos, 2009).

Os procedimentos adotados incluíram pesquisa bibliográfica e documental, buscando explorar a literatura sobre abordagens contemporâneas do turismo, com ênfase no turismo de base comunitária, bem como os aspectos históricos, políticos, sociais, econômicos e turísticos do arquipélago do Marajó, com o objetivo de obter uma visão geral das questões socioambientais da região.

Devido à natureza da investigação, foi realizada pesquisa de campo, uma vez que esta é voltada para o estudo de grupos e comunidades. Em campo, foram realizados registros, observações, seleção e análise de fatos e fenômenos, bem como vários aspectos da sociedade e questões relacionadas ao tema. Foram utilizadas observação assistemática e sistemática, com o uso de instrumentos de coleta de dados, como formulários e entrevistas semiestruturadas com grupos focais. Também foi realizado envolvimento no cotidiano dos grupos locais, participando das experiências turísticas promovidas pelas comunidades e buscando contato com "indivíduos-chave", ou seja, aqueles capazes de colaborar para a compreensão do fenômeno estudado (Foote-Whyte, 1975).

Foram realizadas sete idas a campo: em junho, julho e novembro de 2019; em julho, agosto e setembro de 2021; e, em julho de 2022. As viagens duraram, em média, de 8 a 12 dias, com atividades de pesquisa realizadas entre as comunidades do Caju-una, Céu e Pesqueiro, bem como no núcleo urbano da cidade de Soure.

Na pesquisa junto aos agentes das comunidades, foi utilizada a técnica metodológica *Snowball* (Bola de Neve), um processo de coleta de informações que se utiliza das redes de conhecimento dos entrevistados para alcançar outros indivíduos que detêm conhecimentos de interesse para a pesquisa (Biernacki; Waldorf, 1981).

Foram produzidos registros fotográficos, seguindo a linha da fotografia documental, onde esta é compreendida como uma ferramenta de descrição e interpretação dos dados obtidos no campo (Rios; Costa; Mendes, 2016). "A fotografia documental visa registrar, com discernimento, porém imparcialmente, o cotidiano

existencial dos povos" (Ang, 2010, p. 210).

Em campo, também foi utilizada a técnica da pesquisa-ação, que consiste na associação de pesquisa social com função política, através de uma ação ou resolução de um problema que envolve a participação e cooperação entre pesquisador e agentes da realidade pesquisada (Thiollent, 1986).

Para a fundamentação teórica sobre desenvolvimento, a tese se baseou nos conceitos e preceitos do desenvolvimento endógeno e pós-desenvolvimento, apoiando-se principalmente nas argumentações de Vázquez-Barquero e Arturo Escobar, à luz dos debates sobre *Buen Vivir*, ecossocioeconomia e decolonialidade.

Ao trabalhar com essas categorias analíticas, fez-se um exame crítico das abordagens convencionais de desenvolvimento pensadas para o Marajó e buscou-se incorporar perspectivas mais holísticas e contextualizadas, especialmente à luz dos debates contemporâneos sobre desenvolvimento, propondo alternativas que integram esses diversos enfoques teóricos e valorizam a diversidade cultural, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

No quadro 1 são elencadas as categorias e subcategorias com as quais a pesquisa e análises foram operadas, ao lado dos principais autores utilizados:

Quadro 1 - Categorias e subcategorias analíticas.

CATEGORIAS ANALÍTICAS	SUBCATEGORIAS	AUTORES
	Pensamento decolonial	Anibal Quijano Arturo Escobar Boaventura de Sousa Santos Nelson Maldonado-Torres Walter Mignolo
	Valorização dos saberes e fazeres (capacidades) locais	Alberto Acosta Antonio Vázquez-Barquero Arturo Escobar Arturo Escobar Boaventura de Sousa Santos Carlos Maldonado Carlos Sampaio Edna Castro Hassan Zaoual
	Relação de pertencimento da comunidade local com o território	Antonio Vázquez-Barquero Arturo Escobar Edna Castro José Arocena Marta A. Irving Milton Santos

<p>Desenvolvimento endógeno/ pós-desenvolvimento</p> <p><i>Buen vivir</i></p> <p>Ecosocioeconomia</p> <p>Turismo de Base Comunitária</p>	Gestão descentralizada através do exercício de poder horizontal	Antonio Vázquez-Barquero Arturo Escobar Peter Murphy
	Atendimento das demandas locais	Antonio Vázquez-Barquero Arturo Escobar Carlos Sampaio Ernst Schumacher José Arocena
	Construção coletiva (cooperação) Estratégia comunitária	Alberto Acosta Arturo Escobar Carlos Sampaio Carlos Sansolo Davis Gruber Sansolo Eduardo Gudynas Francisca Silva Ivan Bursztyn Luzia Coriolano Marta A. Irving Natalia Sá Peter Murphy Roberto Bartholo Ruiz-Ballesteros
	Protagonismo das populações locais - participação ativa da comunidade nos processos decisórios e planejamento do desenvolvimento local	Antonio Vázquez-Barquero Arturo Escobar Carlos Sampaio Ivan Bursztyn Luzia Coriolano Maurício Delamaro Peter Murphy Roberto Bartholo Ruiz-Ballesteros
	Resistência ativa na permanência no território	Antonio Vázquez-Barquero Arturo Escobar Carlos Sampaio Davis G. Sansolo Hassan Zaoual Ivan Dallabrida José Arocena Luzia Coriolano Roberto Bartholo Rosa Acevedo Marin
	“Encontro”, intercâmbio/ troca/vivência - relação dialética entre turista e comunidade	Carlos Maldonado Carlos Sampaio Davis G. Sansolo Hassan Zaoual, Ivan Bursztyn Marta A. Irving Roberto Bartholo
	Harmonia com a Natureza - coexistência dependente com a natureza (uso sustentável do patrimônio natural)	Alberto Acosta Arturo Escobar Carlos Maldonado Carlos Sampaio Hassan Zaoual Ignacy Sachs Ivan Bursztyn Marta A Irving

		Maurício Delamaro Roberto Bartholo Lurdes Furtado
	Igualdade de gênero – protagonismo feminino	Carlos Sampaio Davis G. Sansolo Francisca Santos Helaine Souza Luzia Coriolano
	Autonomia	André Lalande Ângela Martins Antonio Vázquez-Barquero Arturo Escobar Carlos Sampaio Cornelius Castoriadis Davis G. Sansolo Ivan Bursztyn Ivan Dallabrida Marcelo Souza Paulo Freire Roberto Bartholo

Fonte: Elaboração da autora.

A análise foi feita a partir dessas categorias teórico-analíticas que subsidiaram os debates e reflexões realizadas. A partir dessas categorias, foram selecionadas subcategorias e relacionadas ao que foi observado e registrado em campo, nas experiências de turismo de base comunitária e nas falas dos agentes/sujeitos da pesquisa.

Para melhor compreender o turismo de base comunitária (TBC) como uma prática social coletiva e em um esforço teórico-metodológico de produzir ciência imbricada com o saber das comunidades, também foi realizada pesquisa de campo fora do Estado. Foram vivenciadas experiências pioneiras de turismo associativo no Brasil, tais como o projeto “Acolhida na Colônia” em Florianópolis e Santa Rosa de Lima (Santa Catarina), a “Rede Caiçara de Turismo Comunitário” em Paranaguá (Paraná) e o “Turismo de Base Comunitária do Cabula e Entorno” em Salvador (Bahia). A permanência nesses destinos foi de três meses na Bahia, cerca de 20 dias em Santa Catarina e duas semanas no Paraná. Durante esse período, tive a oportunidade de conhecer de perto inúmeras experiências de TBC e dialogar com as pessoas envolvidas.

## 2.1 PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação junto às comunidades que desenvolvem o turismo de base comunitária começou com diálogos com a gerência da RESEXMAR Soure, líderes comunitários e agentes locais ligados ao turismo. Durante essas conversas, foram discutidos os problemas locais e as demandas relacionadas ao turismo de base comunitária. Em um processo colaborativo e participativo entre pesquisadora, gestão da Unidade e membros das comunidades, foram identificadas demandas e propostas de ações para lidar com os problemas locais, desafios e implementação de mudanças.

A pesquisadora não apenas observou e analisou a realidade da comunidade, mas também se envolveu ativamente em ações práticas para contribuir na promoção do desenvolvimento sustentável do turismo local. Como um dos resultados desse trabalho, foi realizado o evento técnico-científico "Seminário de Turismo de Base Comunitária: Essa é a Nossa Praia", entre os dias 22 e 25 de setembro de 2021, na Comunidade do Céu, dentro da Reserva Extrativista Marinha de Soure.

Esse tipo de abordagem permitiu a valorização e incorporação dos conhecimentos e experiências dos membros das comunidades no processo de pesquisa, resultando em benefícios mútuos e na construção de relações mais sólidas e colaborativas.

O evento "Seminário de Turismo de Base Comunitária: Essa é a Nossa Praia" contou com a parceria do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), do Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus Belém, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e apoio da Prefeitura Municipal de Soure, das comunidades locais, do *trade* turístico local e vários parceiros e apoiadores externos, entre empresas privadas, pesquisadores, professores, entre outros.

O evento teve como público-alvo os moradores da RESEXMAR Soure envolvidos com o turismo local e/ou interessados em se envolver na atividade de turismo de base comunitária. Quarenta pessoas se inscreveram no evento, sendo a maioria membros das comunidades do Caju-una, Céu e Pesqueiro. O evento envolveu mais de 60 pessoas, entre inscritos e pessoal da organização.

Na oportunidade, foram aplicados formulários de pesquisa da presente tese aos comunitários e visitantes/turistas.

A programação do evento, elaborada a partir da análise das demandas identificadas pelos agentes locais, incluiu palestras sobre turismo de base comunitária e atendimento ao turista, oficinas e minicursos sobre manguezal, hospedagem domiciliar, divulgação e comercialização de serviços e produtos turísticos através das redes sociais, e uma oficina de pintura para as crianças. O último dia do evento, foi reservado para a realização de experiências de passeios desenvolvidos pelos comunitários, contando com grande adesão do público externo, incluindo instrutores, estudantes, profissionais do *trade* turístico, turistas e apoiadores em geral (Fotografias 1 a 6).

Fotografias 1 a 6 - Seminário de Turismo de Base Comunitária: Essa É A Nossa Praia realizado na Comunidade do Céu



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021

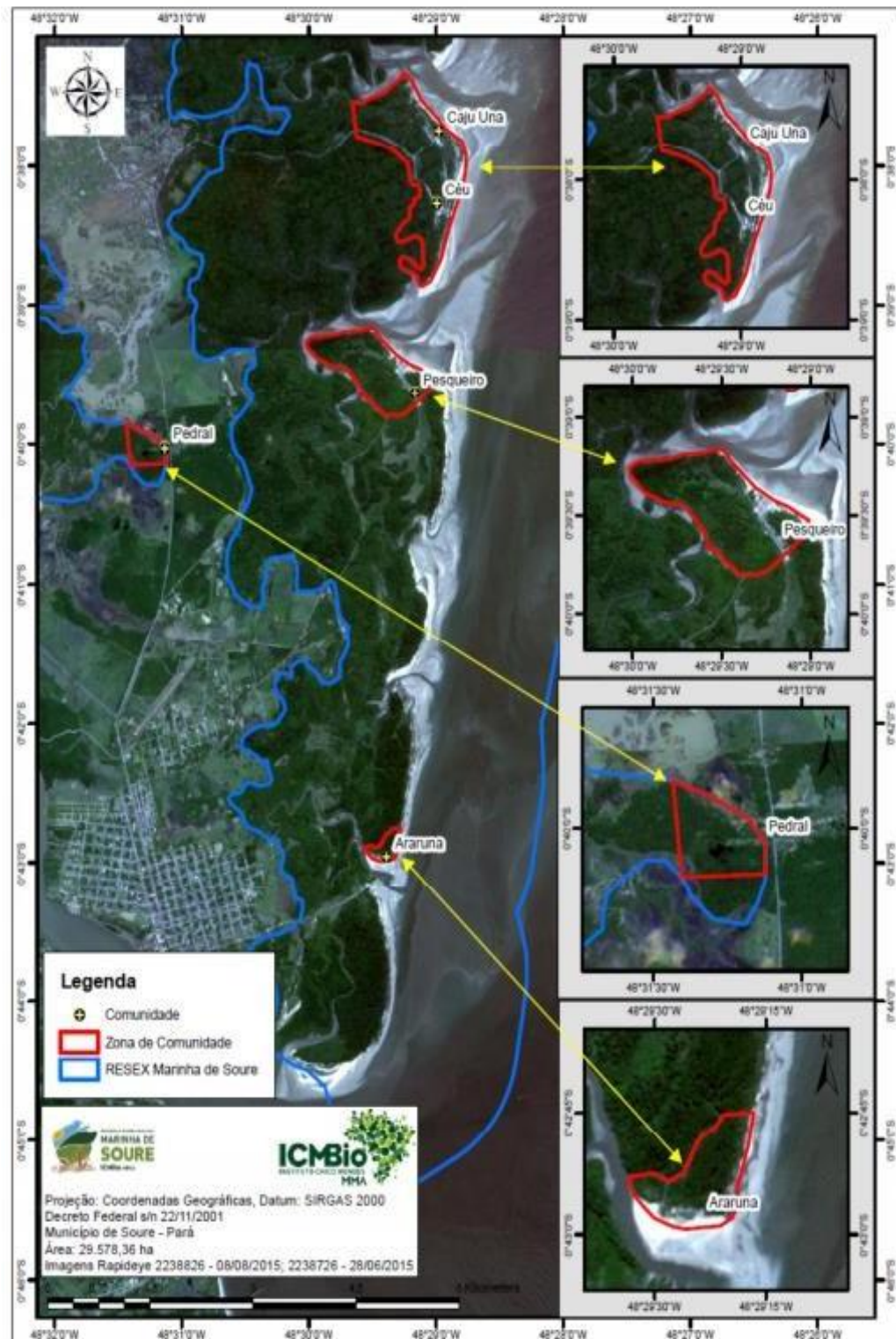
## 2.2 LOCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no Arquipélago Marajoara, concentrada na Ilha do Marajó, no município de Soure, nas Comunidades do Caju-una, Céu e Pesqueiro, localizadas na região litorânea deste município (figura 01), as quais fazem parte da Reserva Extrativista Marinha de Soure - RESEXMAR Soure, Unidade de Conservação Federal, gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.

O município de Soure está localizado na região leste da Ilha do Marajó, fazendo parte da microrregião do Arari, sob as coordenadas de latitude de 00° 43' 00" S e longitude: 48° 31' 24" oeste, com altitude 10m, possuindo uma área de 2.857,349km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Está a 87 km de distância, em linha reta, da cidade de Belém.

A RESEX Marinha de Soure, compreende uma área de 29.578,36 hectares, em zona costeiro-marinha, fazendo parte da maior faixa contínua de manguezal do mundo, que vai do estado do Maranhão até o Amapá, criada em 2001 (ICMBIO, 2018).

Figura 1 – Mapa da Reserva Extrativista Marinha de Soure com identificação das comunidades



Fonte: ICMBIO, 2018.

### 2.3 AGENTES DA PESQUISA

Para obter uma amostra significativa dos agentes locais relacionados às experiências de turismo de base comunitária, foram aplicados formulários e realizadas entrevistas. Foram entrevistados agentes locais das comunidades do Caju-una, Céu e Pesqueiro que estão diretamente envolvidos nas experiências de TBC, moradores dessas comunidades, agentes do *trade* turístico de Soure, órgão gestor da RESEXMAR Soure, Prefeitura Municipal de Soure, turistas e visitantes (moradores do núcleo urbano de Soure) que vivenciaram essas experiências.

Dos agentes locais que atuam diretamente nas experiências de turismo de base comunitária nas Comunidades do Caju-una Céu e Pesqueiro, de forma associativa ou individual, foram contactados 3 no Caju-una, 10 no Céu e 15 no Pesqueiro. Estes números representam a maioria dos agentes locais envolvidos no turismo, sendo bastante representativos e aproximando-se da totalidade.

Membros dessas comunidades também foram consultados, através da aplicação de formulários, 19 no Caju-una, 23 no Céu e 23 no Pesqueiro. Nessas comunidades também foram realizadas entrevistas com lideranças locais com objetivo de conhecer mais a dinâmica e cotidiano local.

Dos agentes do *trade* turístico de Soure, que possuem conexões com as experiências de TBC dessas comunidades, foram contactados três de agências/operadoras de receptivo, cinco de meios de hospedagem, dois de serviço de guiamento/condução turística e um de serviço de transporte.

Os contatos com a RESEXMAR e Prefeitura Municipal foram feitos através de entrevistas com a gerência e técnicos da Reserva e membros da Secretaria Municipal de Turismo de Soure.

A maioria dos contatos com os turistas e visitantes foi feita por meio da aplicação de questionários utilizando o *Google Forms*, devido à pandemia de COVID-19 que paralisou as viagens turísticas em todo o mundo. Os agentes foram contactados através do aplicativo *WhatsApp*, por meio dos dados fornecidos pelos agentes do turismo local das comunidades. No total, 58 questionários foram respondidos, dos quais apenas nove foram aplicados diretamente aos visitantes, sendo dois no núcleo urbano de Soure, um na comunidade do Céu e seis na Comunidade do Pesqueiro.

### **3 REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E SEUS NOVOS PARADIGMAS**

#### **3.1 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: O GLOBAL E O LOCAL NO DEBATE DA MODERNIDADE**

A globalização é um fenômeno amplamente discutido e estudado nas últimas décadas, pois vem trazendo consigo uma série de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais em todo o mundo. Nesse contexto, o debate sobre o desenvolvimento tem se tornado cada vez mais relevante, pois as relações entre o global e o local têm impactos significativos na forma como as sociedades se organizam e se desenvolvem.

No contexto da modernidade, a dicotomia entre o global e o local tem se mostrado um tema central e de grande relevância para o debate acadêmico e para a compreensão das transformações sociais, culturais e econômicas que ocorrem em escala mundial.

A globalização, ao mesmo tempo em que promove a conexão entre diferentes regiões do mundo e a interdependência entre as nações, também suscita questionamentos sobre a conservação das identidades e culturas locais e das formas de organização social próprias de cada comunidade.

Escobar (2001) sinaliza que falar do local, implica falar do global e de como a perspectiva globalizante acabou por invisibilizar, ou mesmo apagar, do ponto de vista discursivo, o local, e isso não se deu por acaso, mas faz parte da própria essência da modernidade.

Assim, como há uma relação assimétrica entre global e local, e a localidade tem se reafirmado como um conceito importante por meio das experiências de iniciativas locais observadas em várias regiões do mundo, mesmo em tempos de globalização, o debate sobre novos paradigmas de desenvolvimento precisa ser precedido por um debate sobre a globalização e as muitas questões que esse conceito abarca, bem como, sobre os reflexos dos modelos e formas de desenvolvimento adotadas pelas sociedades e seus efeitos sobre o local.

Nesse sentido, a presente tese, assentada num pensamento decolonial e nas abordagens de desenvolvimento que privilegiam o local, parte dos debates atuais sobre globalização, modernidade e colonialidade e da crítica aos modelos de

desenvolvimento funcionalista, e avança para questões referentes a outras perspectivas de desenvolvimento, embasadas nos pressupostos teóricos propostos com Vázquez Barquero e Arturo Escobar, cuja ênfase ao desenvolvimento, centra-se nas potencialidades, capacidades e experiências do lugar.

Por problematizar, epistemologicamente, as questões de dominação, por articular cultura, política e economia de forma interdisciplinar, por buscar uma ruptura com todas as formas de opressão e por favorecer as epistemes locais dos que, historicamente, foram inferiorizados, invisibilizados ou mesmo exterminados, o pensamento decolonial se apresenta útil, oportuno e necessário, se fazendo indispensável para o presente estudo.

A abordagem decolonial traz reflexões sobre o processo de colonização e provoca o questionamento e o posicionamento crítico e de resistência à continuidade desse evento na contemporaneidade, que Quijano (2005) denominou de colonialidade, caracterizada como uma das faces da globalização.

Embora constitua-se um dos fenômenos mais debatidos da atualidade, a globalização é um processo que, de acordo com Quijano (2005), iniciou com a criação das Américas, com o capitalismo eurocêntrico e com um novo padrão de poder, a partir da classificação social da população mundial com base na ideia de “raça”<sup>1</sup>. A ideia de raça, embora tenha origem e caráter colonial, manteve-se para além do colonialismo. Assim, colonialidade e eurocentrismo são os elementos que fazem parte da globalização, constituindo-se nos dois conceitos fundamentais nos debates de Aníbal Quijano sobre esse fenômeno.

A partir da codificação da diferença, baseada na ideia de “raça”, o autor salienta que essa ideia produziu nas Américas novas relações sociais, onde índios, negros e brancos europeus assumiram novas identidades com conotação racial e, na medida em que eram estabelecidas as relações de dominação, essas identidades foram hierarquizadas, relacionadas a lugares e papéis sociais, passando a constituir-se em instrumento de classificação social. A ideia de raça, na verdade, legitimou, “naturalizou” a dominação e superioridade europeia na América, sendo o primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial (Quijano, 2005).

---

<sup>1</sup> O termo raça é usado pelo autor, mas o termo correto é etnia, pois a espécie *homo sapiens* não possui distinção que justifique o termo raça, existindo apenas uma raça humana.

Aníbal Quijano (1992, 2005, 2009) define colonialidade como a continuidade de um padrão de poder associado a uma forma de trabalho, a uma “raça” controlada por um grupo, constituída a partir da descoberta das Américas e que se mantém na contemporaneidade. Compreendida como elemento constitutivo do padrão mundial do poder capitalista, embora de origem e caráter colonial, a colonialidade é mais duradoura, estável e global.

*La colonialidad, en consecuencia, es aún el modo más general de dominación en el mundo actual, una vez que el colonialismo como orden político explícito fue destruido. Ella no ahora, obviamente, las condiciones, ni las formas de explotación y de dominación existentes entre las gentes. Pero no ha cesado de ser, desde hace 500 años, su marco principal. Las relaciones coloniales de períodos anteriores, probablemente no produjeron las mismas secuelas y sobre todo no fueron la piedra angular de ningún poder global (Quijano, 1992, p. 14).*

Sobre o eurocentrismo o autor informa que trata-se de uma construção mental, um corpo de ideias, uma racionalidade específica, hegemônica, imposta pela Europa sobre o mundo, que expressou sua relação de superioridade e dominação colonial. Quijano (2005), ao aplicar o conceito à experiência histórica latino-americana, salienta que a perspectiva eurocêntrica funciona como um espelho que distorce a realidade, pois sempre refletirá uma realidade parcial e distorcida, onde somos conduzidos a ver e aceitar a imagem construída sobre nós, como se nossa fosse.

A perspectiva eurocêntrica, alerta o autor, ainda persiste no projeto da modernidade, mas com outras dimensões. “O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia” (Quijano, 2009).

Por seu caráter hegemônico e padrão cognitivo, que além da expropriação das populações colonizadas, implicou no controle da subjetividade, da cultura, do conhecimento e da produção do conhecimento, e para abarcar todas as formas de controle do novo padrão de poder mundial exercido, a colonialidade é abordada enquanto colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 1992; 2005; Maldonado-Torres, 2019).

É somente em virtude da articulação de formas do ser, poder e saber que a modernidade/colonialidade poderia sistematicamente produzir lógicas coloniais, práticas e modos do ser que apareceram, não de modo natural, mas como uma parte legítima dos objetivos da civilização ocidental moderna. Colonialidade, por isso, inclui a colonialidade do saber, a colonialidade do poder e a colonialidade do ser como três componentes fundamentais da modernidade/colonialidade (Maldonado-Torres, 2019, p. 42).

Maldonado-Torres (2019) acrescenta que a colonialidade “pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais”. Ela envolve a expropriação de terras e recursos, mas também a dominação de mentes e corpos para que se mantenham numa posição de inferioridade. Tais apropriações, todavia, não se dão apenas por meio de apropriação estrangeira, mas também pelos mecanismos do mercado e dos Estados-nações modernos.

A partir do conceito de colonialidade, introduzido por Aníbal Quijano, Mignolo (2010) passou a concebê-la como “o lado mais escuro da modernidade”, modernidade essa, que se constitui em uma das faces da globalização, quando o outro lado é o da lógica da colonialidade, que culmina com o neoliberalismo e capitalismo atual. “*La torcida retórica que naturaliza a la modernidad como um processo um processo universal, global y punto de lehgada oculta su lado oscuro, lá reproducción constante dela colonialidad*” (Mignolo, 2010, p. 9).

Apresentada como “a época da mais avançada forma de civilização em comparação a outros arranjos socioculturais, políticos e econômicos que aparecem como menos civilizados, não civilizados, selvagens ou primitivos”, a modernidade ocidental é colonial desde seu nascedouro, denuncia Maldonado (2019).

Mignolo (2008) sinaliza que a retórica triunfalista da modernidade perpetuou a lógica da colonialidade, com a manutenção da apropriação de terra, a exploração massiva do trabalho (escravidão disfarçada) e a dispensabilidade de vidas humanas, com a morte de milhares de pessoas, desde o extermínio dos impérios Incas até assassinatos massivos contemporâneos que não foram registrados com o mesmo valor e a mesma visibilidade.

A modernidade se mostra incapaz de resolver os problemas atuais e colabora para uma globalização opressora, violenta e excludente que, centrada num liberalismo que regula e controla povos, territórios e economias, provoca, por um lado, o aumento

da pobreza para muitos e, por outro, o aumento da riqueza para poucos (Escobar, 2012b), criando o que Escobar define como situação de “fascismo social generalizado”

*Regímenes de inclusión selectiva y de hiperexclusión – de aumentada pobreza para los más y de inusitada riqueza para los menos – que operan a través de lógicas espacio-militares crean una situación de extendido fascismo social. La ampliación de territorios y personas objeto de precarias condiciones de vida bajo el fascismo social sugiere la validez de cierta noción del Tercer Mundo, aunque no reducible a estrictos parámetros geográficos. En síntesis, la crisis moderna es una crisis de los modelos de pensamiento y las soluciones modernas, al menos bajo la globalización neoliberal (GNL), solo agudizan los problemas. Moverse más allá o por fuera de la modernidad deviene, entonces, en un sine qua non para imaginar el más allá del Tercer Mundo (Escobar, 2012b, p. 23-24).*

Para Milton Santos (2000) a globalização neoliberal é a tirania do dinheiro e da informação e do privilégio das elites e do mercado. Para Boaventura Santos (2009) ela configura-se na mais recente encarnação do capitalismo global, marcada pela exclusão social, econômica, política e cultural. Trata-se de um processo complexo que atinge os sistemas produtivos, financeiros, tecnológicos, comunicacionais, subordina os Estados nacionais às agências multilaterais, corroborando com seu enfraquecimento, ao mesmo tempo em que concentra poder econômico, sem precedentes, às empresas multinacionais e às instituições financeiras, contribuindo fortemente para o aumento da desigualdade social.

Boaventura Santos (2001) acrescenta que a globalização é um campo de intenso conflito entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos e subalternos. “Globalização mostra-nos que estamos perante um fenómeno multifacetado, com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”.

Essa perspectiva, além de subordinar a sociedade ao domínio do mercado, possibilitou o estabelecimento de políticas públicas que beneficiaram o grande capitalista, ao mesmo tempo em que ofuscou os problemas sociais decorrentes da lógica mercadológica, que acabou por atribuir papéis distintos a cada região do planeta.

Se para alguns ela continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema já que no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto a retórica do progresso e da abundância se

torna em realidade apenas para um clube cada vez mais pequeno de privilegiados (Santos, 2001, p. 61).

Polanyi (2000) revela como o Estado interventor liberal, a serviço de proprietários, empregadores etc., articulou-se por meio de políticas e leis para criar as condições em que a sociedade humana fosse submetida ao mercado, tornando-se acessório do sistema econômico. “Só terão validade as políticas e as medidas que contribuam para assegurar essa autorregulação do mercado, possibilitando condições para fazer do mercado o único poder organizador na esfera econômica”.

Nesse sentido, a globalização tem impulsionado o estabelecimento de processos de desenvolvimento erguidos sob a égide da ideologia neoliberal, sob uma ordem econômica orientada para o mercado, considerado o único modelo de desenvolvimento compatível com o regime global de acumulação, que se estabelece sobre a crença de que mercados autorreguláveis podem gerar melhores resultados econômicos (Polanyi, 2000; Habermas, 2001). Esse poder dado ao mercado foi a mais drástica transformação provocada pela globalização, destaca Santos (2001).

Porém, Habermas (2001) alerta que o enfraquecimento do Estado, paralelo ao fortalecimento do mercado, não obstante o dinamismo econômico gerado, aumentou as desigualdades sociais e econômicas, levando ao conseqüente aumento do abismo entre empregados e empregadores, que culminou com a multiplicação da pobreza e aumento das desigualdades sociais e econômicas.

A economia globalizada, embasada na ideologia neoliberal, acabou por ampliar sua capacidade de produzir desigualdades, de explorar a natureza à exaustão, de ampliar riscos e custos sociais e ambientais e elevar a exclusão social (Habermas, 2001). Na atualidade, acrescenta Fazito (2015), neoliberalismo, globalização e modernização formam o tripé dos discursos dominantes de desenvolvimento, cujo “lado mais escuro”, no dizer de Mignolo (2010), encontram-se todas as mazelas de um modelo de desenvolvimento essencialmente injusto e perverso.

Na verdade, a meta do modelo de desenvolvimento da sociedade industrial moderna, salienta Silva (2016), não é (nunca foi) o bem-estar do maior número de pessoas, e sim, o aumento da produção em larga escala, a adequação a um padrão de produção e consumo e a uniformização dos grupos sociais atingidos pelo processo de “modernização”.

No mesmo sentido, Castro *et al.* (2018) apontam para concepções que compreendem o desenvolvimento na perspectiva do interesse da reprodução social de um grupo dominante, cujo interesse tem provocado, na dinâmica do capitalismo, transformações e destruição de grupos não dominantes e do meio ambiente, em busca do aumento da produção de mercadorias.

A ideia de desenvolvimento no capitalismo, assenta-se na aceleração do crescimento econômico, da produção e do consumo que, em muitos casos, não corresponde à realidade da maioria das pessoas, além de que, ao mesmo tempo que beneficia governos e uma minoria, não dialoga com as práticas e saberes locais, sendo estas, muitas vezes vistas, inclusive, como entraves para o “desenvolvimento”.

Castro *et al.* (2018) salientam que a modernidade acarretou tensões entre a ordem tradicional e a ordem moderna, devido a alteração no ritmo das mudanças, que afetou profundamente a ideia de tempo e espaço, com desdobramentos e prejuízos sobre os tipos tradicionais de ordem social.

A modernidade trouxe tensões entre a ordem tradicional e a ordem moderna em função da alteração no ritmo das mudanças, como argumenta Giddens (1991). O tempo e o espaço foram revolucionados, e com eles os costumes, e os tipos tradicionais de ordem social que tendem a se perder. A rapidez das mudanças é enorme e altera mesmo dimensões mais profundas da existência cotidiana e a comunicação se dá cada vez mais pelas redes informacionais, com formas de interconexão com extensão global, configurando-se uma transformação jamais conhecida pela humanidade (Castro *et al.*, 2018, p. 34).

Trazendo o debate do desenvolvimento para o contexto da Amazônia, que corresponde a 59% do território nacional, Castro *et al.* (2018) indicam que essa região aparece frequentemente no debate político e acadêmico, como região de fronteira para a produção capitalista, um espaço a ser desenvolvido e incorporado ao espaço nacional e internacional, sob uma lógica de desenvolvimento baseada no crescimento da renda *per capita*, sem considerar os aspectos de distribuição de renda, desigualdade social e custos ambientais desse crescimento. Esses autores ainda destacam a maior tragédia relacionada à Amazônia:

Dentro desse quadro de crescimento econômico, desenvolvimento e capitalismo, a Amazônia aparece como uma região de fronteira, mas fronteira para a produção capitalista. A tragédia maior é, certamente, a incapacidade de se pensar para além dos parâmetros coloniais que tem informado as

estratégias de agentes públicos e privados, as políticas e as ações direcionadas para esta região (Castro *et al.*, 2018, p. 34).

Violeta Loureiro (2019) destaca que o processo de conquista da região no passado, combina com o da atualidade, indicando que a Amazônia continua sendo o “outro”, “uma colônia”, não mais em uma relação do Brasil com a Europa, mas numa relação interna, do centro econômico do Brasil com a região.

O processo de conquista da região no passado e na atualidade combinam, em permanência, alguns elementos-chave e, portanto, é preciso compreender porque e como a Amazônia, ao longo de sua história foi sendo convertida no “Outro” do país Brasil, tanto para estrangeiros quanto para os próprios brasileiros, processo este que, embora tenha origens remotas no período colonial, permaneceu depois dele, fixou suas estruturas a partir dos anos 70 do século XX, estando atualmente sedimentado nessa condição (Loureiro, 2019, p. 197).

A mesma relação estabelecida no período do Brasil colônia, se estende aos dias atuais. Quando se analisam leis, políticas, programas, é flagrante a permanência do esforço em domesticar o homem e a natureza da região, conformando-a à exploração e ao lucro, cujos benefícios não ficam aqui, mantendo, assim, a região com o mesmo papel que a ela foi destinado no passado: região de exploração e exportação de matéria-prima, hoje *commodities*, impossibilitando à região um real desenvolvimento, convertendo-a em colônia e mantendo-a dependente do polo mais desenvolvido do país (Loureiro, 2019).

Esta forma de conceber a Amazônia, alerta Loureiro (2019), mantém a região sob uma visão estereotipada, como um lugar da inferioridade, do atraso, de gente incapaz, justificando, assim, a exploração, expropriação e a morte de seus habitantes nativos.

Manuel Dutra (1997), tratando sobre as imagens que foram secularmente construídas sobre a sociedade amazônica, enfatiza que, basta observar, no imenso interior do Pará, que quem abastece as cidades são, majoritariamente, os descendentes dos índios, os classificados como “incapazes” e “preguiçosos” que, nas várzeas, enfrentam a dura lida de produzir para si e para as cidades vizinhas, adaptados a uma vida acoplada com os ciclos das cheias e das vazantes.

Edna Castro (2018), em seu estudo sobre neoextrativismo na Amazônia, demonstra que, não obstante à importância econômica da produção mineral na região,

isso pouco representa em desenvolvimento para os povos que aqui vivem. Os dados negativos relacionados a essa atividade dão conta de como seu *modus operandi* pouco contribui para mudar sua realidade socioeconômica: menos de 2% dos empregos formais na região vêm da mineração; o país continua com as mesmas bases extrativistas, exportador de minério bruto ou quase bruto, sem valor agregado e inovação tecnológica; constata-se profundas mudanças ambientais nos locais dos empreendimentos; conflitos e violência caracterizam os empreendimentos de mineração, entre outros.

Analisando dados sobre renda familiar e comparando os estados da Amazônia com as outras regiões do Brasil, Castro *et al.* (2018) constatam que, tanto a Amazônia rural, quanto a Amazônia urbana, são mais pobres que as regiões rurais e urbanas do resto do Brasil. Essa realidade é explicada por um conjunto de fatores que estão relacionados à história de sua ocupação e à relação de subalternidade estabelecida com a região.

Se pensarmos geograficamente, a pobreza rural e a pobreza urbana na Amazônia são aspectos de um conjunto de fenômenos associados entre si. Estes fenômenos são uma consequência tanto da história de ocupação da região quanto do desenvolvimento de um conjunto de atividades que têm no extrativismo e na incorporação de novas terras com a consequente exploração dos recursos advindos desta exploração como elemento mais básico. Mas também é importante ressaltar as formas violentas de exploração na realização do trabalho nos processos extrativistas. Dominação é, portanto, uma variável-chave na compreensão da subalternidade e da pobreza que marcam a história social da região (Castro *et al.*, 2018, p.39-40).

Tal realidade apresentada por Castro (2018) e Castro *et al.* (2018) corroboram com as análises de Loureiro (2019), quando evidenciam que “o modelo econômico instaurado na Amazônia, não só torna a população que nela habita a mais pobre do país, como destrói o mais rico ecossistema do mundo”.

Loureiro (2019) aponta que a relação de colonialidade mantida com a região compromete ainda mais a vida da população que nela habita, pois lhe rouba a autonomia, sua capacidade decisória e em definir um modelo endógeno de desenvolvimento.

A colonialidade, entretanto, além das características anteriormente mencionadas, registra outras de grande relevância, que não estão presentes na condição de simples dependência econômica; entre elas destaco as seguintes: a perda de autonomia sobre seu próprio território; idem quanto à

autonomia política, o que por sua vez, compromete a capacidade decisória no que se refere à concepção de planos e projetos voltados para empreendimentos econômicos de maior monta; e finalmente, a incapacidade de definir seu próprio modelo de desenvolvimento (Loureiro, 2019, p. 203).

Diante desse cenário, é imprescindível o questionamento, a reinterpretção, o esforço analítico, o exercício da crítica, inclusive do caráter universal e incontestável da globalização, que superem a perspectiva da colonialidade intrínseca ao desenvolvimento neoliberal, na busca de novas formas de conceber e promover o desenvolvimento e de dar visibilidade a conhecimentos e práticas culturais que foram invisibilizados por uma modernidade que se nutre e se atualiza através da colonialidade, e que partam de outras matrizes de saberes e práticas sociais, onde o centro do protagonismo seja o local, em oposição à lógica dominante global, como instigam Mignolo (2008), Escobar (2012b), Vázquez-Barquero (2000), Santos (2009), entre outros.

Essa proposta de desenvolvimento, que extrapola a noção puramente economicista, que abarca os saberes, a diversidade produtiva e tecnológica do lugar, que esteja aberto ao diálogo com outras lógicas, mas que privilegia os conhecimentos, as experiências, as capacidades dos grupos humanos locais, encontra respaldo no paradigma do desenvolvimento endógeno, apresentado por Vázquez Barquero e na teoria de pós-desenvolvimento, proposta por Arturo Escobar. Tais referenciais apontam outros caminhos possíveis para um desenvolvimento que pode provocar, de fato e de direito, a melhoria das condições de vida da maioria das populações e incorpore as múltiplas esferas da vida humana.

### 3.2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO LOCAL

De acordo com Vázquez-Barquero (2001), o paradigma do desenvolvimento endógeno nasce quando a complexidade existente no meio ambiente, relacionada ao surgimento de novas formas de organização e regulação da produção, bem como do enredamento de novas necessidades, não conseguiam mais ser explicadas por abordagens clássicas de uma ciência ortodoxa, que considerava o crescimento

econômico como um fenômeno linear, eficiente e equilibrado, ou por uma ciência que defendia a ideia de um Estado como agente regulador, capaz de controlar os processos decisórios dos diversos grupos de agentes de maneira macro.

A ideia de desenvolvimento concebido desde a Segunda Guerra Mundial e mantido por mais de 40 anos, baseada no fundamentalismo do capital, dominou a interpretação e ações de organismos internacionais voltados para o desenvolvimento, afetando também as políticas de desenvolvimento e, embora as teorias modernas sobre o crescimento econômico passassem a considerar outros elementos à função de produção, essas apresentaram-se incapazes de dar conta da complexidade da realidade econômica e social vigente, num mundo cada vez mais globalizado.

Arocena (2002), autor referido por Vázquez-Barquero (2000a, 2007), aponta que a noção de desenvolvimento, nascida como subproduto da nova ordem estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, está mudando. O triunfalismo técnico, os princípios racionalizadores, as lógicas estruturais e a eficácia das elites são reconhecidas como fracassos e perderam sua credibilidade.

Pensado como um percurso linear de “evolução natural”, o desenvolvimento foi concebido como um caminho predeterminado por etapas progressivas, construído por outros, cujo ponto de chegada seria uma sociedade industrializada; dispensando, assim, a necessidade de construtores do desenvolvimento, mas demandando intérpretes das leis universais de desenvolvimento (Arocena, 2002). Porém, após o período de efervescência dos desdobramentos da industrialização, observou-se seu declínio, com crescente exclusão de setores cada vez maiores da população.

A coexistência de regiões hiper industrializadas e outras em franca regressão que marcam os países industrializados, ao lado do declínio do crescimento industrial, levou à problematização e revisão da noção de desenvolvimento até então adotada, quando a ideologia do pequeno e do local substituiu as velhas crenças na macrodinâmica, em grandes projetos, nos gigantescos centros industriais.

É no contexto de crise dos países industrializados, no final da década de 1970, que surgem os debates acerca do desenvolvimento local, que passaram a conceber desenvolvimento orientado para a mobilização do potencial humano, ignorado no período de crise (Max-neef, 2012). Nesse sentido, focado nos esforços de mobilização de recursos humanos, Arocena (2002) lista uma diversidade de ações relacionadas

ao desenvolvimento de iniciativas locais que foram observadas em várias áreas como: novos procedimentos para a exploração de matérias-primas, introdução de novas tecnologias, abertura de novos canais de negócios, revitalização de pequenas empresas, educação profissional, treinamento e acesso a novas competências etc. O autor destaca que *“el desarrollo local sirvió para movilizar las poblaciones marginadas por la crisis en los países industrializados”*.

Tal realidade levou a se buscar novas noções de desenvolvimento e a se questionar seus modos, enquanto caminho único e progressivo. E, nesse contexto, a questão sobre as formas do desenvolvimento passaram a ser problematizadas, admitindo novas possibilidades, quando também as tendências para a descentralização e valorização das iniciativas locais, passaram a ganhar relevância, paradoxalmente, ao processo de globalização em curso.

Caracterizada como um processo vinculado ao território, a globalização trata de questões que envolvem e condicionam a dinâmica econômica das cidades e regiões, logo, é afetada pelo comportamento dos atores locais. Nesse cenário de globalização são observadas as disparidades socioeconômicas entre diversas regiões. Nessa nova realidade global se, por um lado há teóricos que defendem que certas regiões estão apenas à serviço do imperialismo, por outro, há os que defendem a possibilidade do local dialogar, articular, negociar, encontrar o seu espaço no mundo globalizado, vendo-o como uma oportunidade em escala mundial, onde o local destaca-se por sua capacidade e diferenciação (Vázquez-Barquero, 2001).

A realidade socioambiental e a crise sem precedentes que enfrenta a sociedade humana, tem empurrado para a busca de novas formas de mobilizar o potencial humano e construir formas de desenvolvimento que ultrapassem o obsoletismo das formas anteriores, aponta Arocena (2002). Esse esforço tem possibilitado o surgimento de múltiplas propostas de desenvolvimento que consideram as questões ambientais, humanas, a sustentabilidade, as especificidades e potencialidades locais, entre outras questões.

*La crisis obligó a una búsqueda de nuevas formas de movilización del potencial humano. Progresivamente se ha ido instalando la convicción de la irreversibilidad del proceso. Todo parece indicar que es inútil mirar para atrás e intentar recomponer lo que está obsoleto. Es necesario imaginar otras formas de desarrollo que superen cualitativamente las formas anteriores. Ese esfuerzo por plantear un desarrollo alternativo ha desembocado en múltiples*

*propuestas que hablan de desarrollo a escala humana, desarrollo de base, ecodesarrollo, desarrollo autosostenido, desarrollo autocentrado, etcétera. Estas diferentes propuestas tienen en común el intento de superación de las formas que tomó el desarrollo en esta segunda mitad del siglo XX (Arocena, 2002, p. 6-7).*

Vázquez-Barquero (2007, 2009) indica que nos últimos trinta anos, paralelo aos processos de integração econômica global, surgiram inúmeras experiências de desenvolvimento local em países pobres e em desenvolvimento, promovidas por atores locais em busca de reduzir a pobreza, criando melhores condições econômicas e sociais, configurando-se como uma resposta do local aos desafios impostos pelo crescente mercado nacional e internacional.

A necessidade de novas abordagens, surge assim, da complexidade do ambiente em face ao processo de globalização da economia e sociedade em que o Estado foi obrigado a negociar sua atuação, ou mesmo liderança, com os sistemas produtivos e o mercado; esses últimos, também marcados por profundas transformações estruturais, passando a ser sistemas internacionalizados, ao mesmo tempo em que o Estado teve seu papel reduzido (Vázquez-Barquero, 2001).

Vázquez-Barquero (2000, 2001) aponta que nas últimas décadas vem ocorrendo uma mudança importante na conceituação de desenvolvimento econômico, que, anteriormente baseava-se num paradigma cartesiano, numa perspectiva exógena, que incentivava a atração de capitais e empresas externas para uma dada região, as quais seriam as responsáveis pelo desenvolvimento. Na contemporaneidade, uma outra lógica ou paradigma de desenvolvimento vem sendo discutido e adotado: o paradigma do desenvolvimento endógeno. Essa perspectiva de desenvolvimento considera que as outras regiões e localidades podem crescer utilizando o potencial de desenvolvimento existente no próprio território.

O conceito de desenvolvimento endógeno surge como contraposição aos modelos estruturalistas de desenvolvimento, ao fordismo industrial, dominantes nas décadas de 1950 e 1960, trazendo uma ideia de desenvolvimento “de baixo para cima”, como reação de insatisfação a esses modelos esgotados de desenvolvimento “a partir de fora”.

O desenvolvimento endógeno é uma interpretação de desenvolvimento que surge a partir da confluência de duas linhas de pensamento: a) surge como consequência da tentativa de encontrar uma noção de desenvolvimento que permitisse

desenvolvimento de localidades e territórios atrasados (caráter teórico); b) aparece como consequência da análise dos processos de desenvolvimento industrial endógeno, ocorrido em localidades e regiões do sul da Europa (caráter empírico).

A convergência dessas linhas de pesquisa faz surgir o conceito de desenvolvimento endógeno, que se configura como visão diferente das interpretações tradicionais, baseadas no desenvolvimento alcançado via processos de industrialização de grande porte.

Vázquez-Barquero, um dos principais teóricos do desenvolvimento endógeno, indica que a teoria do desenvolvimento endógeno é uma interpretação que se apoia nas contribuições feitas por economistas clássicos e contemporâneos, com destaque a Schumpeter (1934) e Kuznets (1966), sobre formação de capital, mudança tecnológica e aumento da produtividade; Marshall (1890, 1919) e Rosenstein-Rodan (1943), sobre a organização do aumento da produção e do retorno; Perroux (1955) e Hoover (1948) em polos de crescimento, desenvolvimento urbano e economias de aglomeração; Coase (1937) e North (1990) sobre o desenvolvimento das instituições e a redução de custos de transação.

A teoria do desenvolvimento endógeno se baseia na capacidade criativa e empreendedora existente no local. Seus argumentos rechaçam que os processos de desenvolvimento podem ser explicados apenas por meio de mecanismos externos ao processo de desenvolvimento. Ela concebe o crescimento econômico como um processo incerto e mutável, não como modelo equilibrado e tipo neoclássico. Nessa visão, o desenvolvimento se dá por meio do uso das capacidades do território e dos mecanismos do processo de acumulação de capital que possibilitam o progresso econômico e social (Vázquez-Barquero, 2007).

Partindo da perspectiva de que a ideia de desenvolvimento muda à medida em que muda a sociedade, logo, trata-se de um processo dinâmico, evoluindo de acordo com as inovações, conhecimentos e transformações produzidas pelas sociedades na busca de dar respostas às suas demandas, Vázquez-Barquero (2001, 2007) concebe desenvolvimento como processo que considera as formas flexíveis de organização territorial, as redes de negócios e atores nos territórios, a inovação como processo evolutivo, e reconhece o valor estratégico das questões sociais, culturais e institucionais no processo de desenvolvimento.

O termo desenvolvimento endógeno se disseminou no mundo acadêmico e profissional a partir da década de 1980, sendo bastante difundido em função de sua capacidade de interpretar os processos de desenvolvimento e transformações socioeconômicas decorrentes de uma nova fase de integração econômica, resultante do mundo globalizado (Vázquez-Barquero, 2007).

Vázquez-Barquero alerta, porém, que o termo passou a ser utilizado por diferentes atores e diferentes campos das ciências sociais e políticas, de linhas de pensamentos diferentes, que atribuíram significados diferentes ao termo desenvolvimento endógeno.

Usando o conceito de desenvolvimento endógeno, com o mesmo sentido de desenvolvimento local usado por Arocena (2002), Vázquez-Barquero (2001) salienta que tal desenvolvimento propõe o atendimento das necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa das comunidades envolvidas. Seu objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural das comunidades locais.

Desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviço), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. Isso leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e as capacidades de cada economia e sociedade locais (Vázquez-Barquero, 2001, p. 39).

Arocena (2002) aponta que a busca pelo desenvolvimento local, configura-se em recusa ao desaparecimento de uma dada comunidade, um rebelar-se, e a descoberta que a única possibilidade de sobrevivência é por meio da promoção de processos de desenvolvimento controlados localmente.

As iniciativas locais se tornaram instrumentos importantes na construção de novas formas sociais, novas formas de governanças e mecanismos de negociação, de uso, de integrar local de trabalho e local de vida, de reconhecer as especificidades dos recursos naturais e culturais. O local busca a convergência da necessidade de criar riqueza com a necessidade de conservar os recursos naturais; a urgência em gerar emprego, com a urgência de atender as necessidades essenciais da população (Arocena, 2002).

Vázquez-Barquero (2000a) aponta que esse movimento também vem ocorrendo na América Latina, onde se constata uma reestruturação nas atividades produtivas de países dessa região, com destaque à importância das economias locais. Por outro lado, também observa que o desenvolvimento econômico, concentrado e desigual, tem impossibilitado o aproveitamento das potencialidades produtivas locais de diferentes territórios, o que contribuiu para o aumento da pobreza, se fazendo necessário e urgente se debater o papel das localidades na promoção do desenvolvimento econômico, num contexto de uma gestão descentralizada, na América Latina.

Na perspectiva do desenvolvimento endógeno, o território é concebido não como mero suporte de recursos e atividades econômicas, mas como agente de transformação, pois é onde há as interações entre as empresas e os atores que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade, sendo o ponto de partida para uma comunidade territorial (recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais).

*Además, el desarrollo local endógeno obedece a una visión territorial (y no funcional) de los procesos de crecimiento y cambio estructural (Friedman y Weaber, 1979), que parte de la hipótesis de que el territorio no es un mero soporte físico de los objetos, actividades y procesos económicos, sino que es un agente de transformación social. La economía de cada ciudad, comarca o región se vincula al sistema de relaciones económicas del país en función de su especificidad territorial, y de su identidad económica, política, social y cultural (Vázquez-Barquero, 2000a, p. 6).*

Para Arocena (2002), o componente territorial é um ingrediente básico da constituição identitária de sociedades locais, salientando que os casos mais interessantes de desenvolvimento local estão frequentemente relacionados a uma resistência ativa ao abandono de um território, e que aumenta a busca por formas de desenvolvimento que contribua para a permanência no mesmo.

Esse conceito de território dialoga com a ideia de terra-território, apresentada por Escobar (2001), no que essa se define como uma categoria de relações interétnicas, uma condição política, uma estratégia construída para a defesa e sustentabilidade dos territórios, que aponta para a construção de modelos alternativos de vida e sociedade. A luta pelo território é também uma luta cultural, por autonomia e auto determinação.

Para Vázquez-Barquero (2007), uma comunidade territorial poderá, por iniciativa própria, encontrar novas formas, ideias e projetos de usar os recursos do próprio território para encontrar soluções para as suas necessidades e problemas. As iniciativas locais contribuirão, ademais, para a fixação da comunidade local no território e para o surgimento e crescimento de pequenos e médios negócios.

*El territorio puede entenderse, por lo tanto, como el entramado de intereses de todo tipo de una comunidad territorial, lo que permite percibirlo como un agente de desarrollo, siempre que sea posible mantener y desarrollar la integridad y los intereses territoriales en los procesos de crecimiento y cambio estructural (Vázquez-Barquero, 2007, p. 188).*

Assim, o desenvolvimento endógeno, para além de uma abordagem teórica, defende Vázquez-Barquero (2001, 2000), é uma estratégia para a ação. As comunidades, com identidades próprias, quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, também conseguem evitar que empresas externas limitem suas potencialidades, sendo capazes de liderar seus próprios processos, aliado à mobilização de seu potencial.

Vázquez-Barquero (2001, p.33) resume que:

Desenvolvimento endógeno é uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital e identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e competitividade de cidades e regiões. É uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante a política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados.

O paradigma do desenvolvimento endógeno, apontado como uma interpretação útil para análise e ação, tem como fatores chaves para o crescimento econômico, a acumulação de capital e o processo tecnológico. Seu tripé é constituído do capital, do trabalho e do desenvolvimento tecnológico (Vázquez-Barquero, 2001).

Para esse autor, o desenvolvimento econômico depende de inovações e conhecimento que, por sua vez, irão impulsionar a transformação e renovação do sistema produtivo, e, em última análise, a acumulação de capital se traduz em acumulação de tecnologia e conhecimento, criando um entorno no qual tomam forma os processos de transformação e de desenvolvimento das economias. Nessa lógica,

é imprescindível que os atores produtivos locais tomem as decisões certas em investir em tecnologia e organização (Vázquez-Barquero, 2001).

As economias locais e regionais desenvolvem-se e crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios, de tal modo que aumenta o número e a diferenciação dos produtos, diminuem os custos de produção e se consolidam as economias de escala (Vázquez-Barquero, 2001, p. 30).

Além de uma interpretação e estratégia para ação, Vázquez Barquero (2001) acrescenta que o desenvolvimento endógeno também pode ser visto como um processo de crescimento econômico e mudança estrutural capitaneada pela comunidade local.

Em suma, desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população (Vázquez-Barquero, 2001, p. 41).

Há três enfoques sobre o desenvolvimento endógeno apresentados por Vázquez Barquero: o evolutivo, o estratégico e o humano. No primeiro, o argumento é que as transformações econômicas, sociais e institucionais são possíveis se os recursos usados em projeto de investimentos afetam as forças do desenvolvimento, fazendo surgir retornos crescentes.

Na abordagem estratégica, desenvolvimento endógeno está associado a iniciativas de atores locais ocorridas nas últimas décadas como resposta aos problemas de aumento de desemprego e pobreza, e diante dos desafios da globalização.

*El enfoque estratégico, por su parte, asocia el desarrollo endógeno con las iniciativas locales que han surgido espontáneamente en ciudades, regiones y países durante las últimas décadas como una respuesta de los actores locales a los problemas y desafíos que presenta la globalización, y, en particular, al aumento de la desocupación, y la pobreza crónica (Vázquez-Barquero, 2007, p. 204).*

Na perspectiva do desenvolvimento humano, o desenvolvimento endógeno constitui-se um processo cultural sustentável, cuja base são as capacidades e criatividade da população, que são o suporte do processo de acumulação e progresso das localidades. São os homens e mulheres que podem transformar suas realidades sociais e econômicas.

*El enfoque del desarrollo humano, a su vez, confiere al desarrollo endógeno una nueva dimensión cuando argumenta que se trata de un proceso culturalmente sostenible en el que las capacidades y la creatividad de la población son la base sobre la que se apoya el proceso de acumulación y progreso de las localidades y territorios, y sostiene que el hombre es el beneficiario del esfuerzo de transformación económica y social. El desarrollo endógeno es, desde esta óptica, la expresión de la capacidad de los ciudadanos para escoger y elegir libremente su proyecto de vida y, de esta forma, el sendero de cambio y de transformación de la economía y de la sociedad (Vázquez-Barquero, 2007, p. 204-205).*

Assim, esse desenvolvimento somente ocorre em uma sociedade organizada econômica, sociocultural e politicamente. A capacidade de organização da sociedade, somada à cultura, condicionam os processos de mudanças estruturais, sendo os fatores de ordem socioculturais considerados fatores estratégicos para o desenvolvimento endógeno.

A sustentação do desenvolvimento endógeno está baseada, estrategicamente, em mudanças progressivas, com utilização de recursos disponíveis em dada região ou território. A gestão dos recursos é descentralizada, com participação dos governos locais, empresas e comunidades, definindo e aplicando programas para o desenvolvimento daquela região com vistas a promover a paridade social. Assim, o ponto central do desenvolvimento endógeno é a formação de mecanismos entre atores que possibilitem mudanças estruturais que gerem processos de crescimento em nível local e região. A essa relação, o autor utiliza o conceito de redes, em substituição à estrutura piramidal de organização, que pode ser adotada em diferentes tipos de empresas e organizações, cujas relações são baseadas no conhecimento e na confiança entre os atores envolvidos.

Na perspectiva do desenvolvimento endógeno o desenvolvimento de uma região está relacionado diretamente a sua potencialidade interna, à qualidade de suas organizações sociais, governamentais e institucionais, à articulação entre atores sociais locais, ao acesso ao conhecimento e informação como fator decisivo e estratégico, à adoção de sistemas locais flexíveis de inovação, a novas ideias de governança inteiradas às conformidades locais, à elevação do capital humano e social, ao investimento e pesquisa, entre outros, que considerem a complexidade do ambiente social, econômico, político e cultural local, sem perder de vista sua integração com o global.

Nesse sentido, o local deve ter uma capacidade de se renovar, de ser resiliente, apresentando ao mundo globalizado produtos locais de qualidade diferenciada, cuja criação, renovação ou inovação não precisam ser de fora para dentro, mas decorrente de tecnologias que têm importância fundamental para o local, que sejam resultado de saberes e práticas locais e/ou em mediação com outros saberes.

Mas o que é o local nessa perspectiva de desenvolvimento? O local, aqui, é entendido a partir da compreensão de Vázquez Barquero (2000a, 2001) e Arocena (2002), e como lugar, na percepção de Escobar (2005).

Para Vázquez Barquero (2000a), o local é um espaço com recursos naturais e culturais, organização produtiva, capacidade tecnológica, conhecimento, sistema social, político, cultural, no qual são realizadas as iniciativas dos diversos atores da sociedade organizada.

Arocena (2002) diz que o local é definido em sua correlação com o global, ou seja, o processo de desenvolvimento local deve ser analisado fazendo-se referência à sociedade global na qual está inserido, considerando, porém, que o global não é a simples adição de realidades locais, mas uma dimensão específica do social, ao mesmo tempo que o local não é a simples reprodução de uma escala global.

No mesmo sentido, Escobar (2001, 2012a), trabalhando com a categoria de lugar, o descreve como “uma experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (Escobar, 2001). O lugar é o espaço da resistência e alteridade. Seu apagamento, denuncia o autor, trouxe profundas consequências a nossa compreensão de cultura, conhecimento, natureza e economia.

Constituindo-se no centro das abordagens sobre desenvolvimento e construído de forma autoconsciente, por meio dos processos de trabalho dos atores sociais, o local/lugar é espaço de produção e transformação, mas também de conflitos, de disputas e de lutas pelo poder (Escobar, 2001).

Nesse contexto, é importante considerar as colocações de Escobar (2001) sobre o lugar e o conhecimento local, de que não são panaceias que resolverão os problemas do mundo, muito menos que ele é puro ou livre de conflito ou dominação. A defesa pelo lugar e pelo conhecimento local se dão enquanto proposta política e epistemológica comprometida com o discurso antiessencialista da diferença e contra

os que acham que defendê-lo é romantismo. Escobar nos instiga a expandir as investigações sobre o local, considerando questões mais amplas que abordem, por exemplo, sobre as mudanças ocorridas no local, como resultado da globalização e/ou que novas formas de pensar sobre o mundo emergem de lugares, como resultado dos encontros entre global e local.

*To be sure, “place” and “local knowledge” are no panaceas that will solve the world’s problems. Local knowledge is not pure or free of domination; places might have their own forms of oppression and even terror; they are historical and connected to the wider world through relations of power, and in many ways determined by them. The defense of local knowledge proposed here is both political and epistemological, arising out of the commitment to an anti-essentialist discourse of difference (Escobar, 2001, p. 157).*

Definindo uma sociedade local, Arocena (2002) esclarece que uma sociedade local não se define, necessariamente, por sua dimensão geográfica ou número de habitantes, mas sim pelas dimensões socioeconômicas e culturais que a constituem. O primeiro, diz respeito às relações formadas por grupos interdependentes, em que a produção de riqueza gerada no território é objeto de negociações entre os grupos socioeconômicos e se torna a estruturante principal do sistema local de relações de poder. O segundo, diz respeito à história, ao sistema de valores, ao sentimento de pertencimento que uma dada comunidade possui em relação ao seu território, que vai se expressar enquanto identidade coletiva, quando os indivíduos e grupos mostram um modo de ser que os particulariza e distingue de outros indivíduos ou outros grupos.

A partir dessas duas dimensões, uma sociedade local é:

*Un territorio con determinados límites es, entonces, sociedad local cuando es portador de una identidad colectiva expresada en valores y normas interiorizados por sus miembros y cuando conforma un sistema de relaciones de poder constituido en torno a procesos locales de generación de riqueza. Dicho de otro modo, una sociedad local es un sistema de acción sobre un territorio limitado, capaz de producir valores comunes y bienes localmente gestionados (Arocena, 2002, p. 9).*

Nesse contexto, uma iniciativa local é aquela capaz de produzir efeitos no desenvolvimento local, resultantes de processos de negociação entre os diversos atores que interagem no ambiente.

*La iniciativa capaz de producir efectos de desarrollo local no es una acción aislada llevada adelante por un individuo o por un grupo. Se trata más bien de iniciativas generadas y procesadas dentro de un sistema de negociación permanente entre los diversos actores que forman una sociedad local. Esta tendencia a articular las distintas iniciativas deberá desembocar en la creación de instituciones adecuadas que sirvan de marco a la situación de negociación entre diferentes racionalidades (Arocena, 2002, p. 11).*

Esse autor também reconhece que as iniciativas locais são quase sempre vistas como ações incapazes de se desenvolver, pois se considera que não há meios e nem recursos capazes de possibilitar a realização de projetos locais. O centralismo decisório acaba por enfraquecer ou mesmo impossibilitar as iniciativas locais de desenvolvimento. Sobre o desenvolvimento econômico local, Vázquez-Barquero (2000a) assim o define:

*Se puede definir el desarrollo económico local como un proceso de crecimiento y cambio estructural que mediante la utilización del potencial de desarrollo existente en el territorio conduce a la mejora del bienestar de la población de una localidad o una región. Cuando la comunidad local es capaz de liderar el proceso de cambio estructural, la forma de desarrollo se puede convenir en denominarla desarrollo local endógeno (Vázquez-Barquero, 2000a, p. 05).*

Assim, tal desenvolvimento é compreendido como um processo de mudança estrutural que se dará a partir da potencialidade do território e da capacidade das comunidades locais em direcioná-lo. Essa capacidade de liderança local no processo de mudança estrutural é o que dará a característica endógena ao desenvolvimento.

Vázquez Barquero (2007) sinaliza que há várias abordagens sobre o significado da endogeneidade dos processos de desenvolvimento. Baseado em Boisier (2003), o autor informa que a endogeneidade “consiste na capacidade do território em investir os benefícios no próprio território e promover progresso tecnológico do tecido produtivo, com base no sistema territorial de inovação”.

Vázquez Barquero parte da hipótese que as localidades e territórios possuem um conjunto de recursos - econômico, humano, institucional, e cultural -, e economias de escala inexploradas que constituem seu potencial de desenvolvimento. Assim, cada localidade ou território é caracterizado por uma estrutura produtiva, um mercado de trabalho, capacidade de conhecimento empresarial e tecnológico, recursos naturais, sistema social e político, tradição e cultura, entre outros, sobre os quais os processos de crescimento econômico local se articulam.

Vázquez Barquero (2007) aponta que uma das questões centrais do desenvolvimento está em identificar os mecanismos que facilitam os processos de crescimento e mudança estrutural, e a abordagem do desenvolvimento endógeno é útil nesse sentido, pois não trata apenas do uso eficiente dos recursos e do potencial de desenvolvimento, mas analisa os mecanismos que regulam e controlam os processos de acumulação e que favorecem o aparecimento de rendimentos acrescidos, explicando, assim, o desenvolvimento econômico.

*Desde la perspectiva de la evolución y transformaciones de la economía de un país o de un territorio, una de las cuestiones centrales del desarrollo residiría en identificar los mecanismos que facilitan los procesos de crecimiento y cambio estructural. La teoría del desarrollo endógeno es una interpretación útil en este sentido, ya que va más allá de la argumentación en términos de la utilización eficiente de los recursos disponibles, del potencial de desarrollo, y analiza los mecanismos que regulan y controlan los procesos de acumulación y que favorecen la aparición de rendimientos crecientes y, por lo tanto, explican el desarrollo económico (Vázquez-Barquero, 2007, p. 193-194).*

O autor destaca que em um dado momento, por iniciativa própria, uma cidade, distrito ou região, pode empreender novos projetos que lhe permitirão iniciar ou continuar o caminho do desenvolvimento competitivo. Em economias de mercado, observa Vázquez Barquero, a condição do aumento do bem-estar local é a existência de um sistema de produção capaz de gerar economias de escala por meio da utilização dos recursos disponíveis e da introdução de inovações (Vázquez-Barquero, 2000a).

O processo de desenvolvimento endógeno ocorre por meio do uso eficiente do potencial econômico local, facilitado pelo bom funcionamento das instituições e mecanismos de regulação do território. A organização produtiva, a estrutura familiar, as tradições locais, a estrutura social e cultural, o código de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento local, podendo favorecer ou limitar a dinâmica econômica, determinando o caminho do desenvolvimento específico de cada localidade ou região.

O papel das empresas, das organizações, das instituições locais e da própria sociedade civil, nos processos de crescimento e mudança estrutural, são fundamentais no conceito de desenvolvimento endógeno. São essas estruturas e atores locais, públicos e privados os responsáveis pelas ações de investimento e controle dos processos.

Na perspectiva do desenvolvimento endógeno, o social está integrado ao econômico, não são processos que se dão no paralelo, mas sim numa dinâmica comum pois são os atores públicos e privados que tomam as decisões de investimento visando a solução de problemas e demandas que afetam tanto as empresas como a economia local.

Tratando de políticas de desenvolvimento local, a partir das análises da crise global e das iniciativas em países em desenvolvimento, Vázquez Barquero (2009) aponta que as políticas definiram suas ações a partir de um enfoque territorial, considerando a interação dos sistemas sociais, institucionais e culturais existentes no território. De acordo com esse autor, as medidas são mais eficazes quando usam recursos locais e se articulam com as decisões de investimento dos atores locais. Vázquez Barquero propõe uma articulação de “baixo para cima” ou de “dentro para fora”. Citando Boisier e Canzanelli (2009), o autor salienta que a valorização das capacidades locais e a formação de redes territoriais (de empresas, instituições e entidades de serviço) contribuem para melhorar a produtividade e a competitividade das empresas e territórios.

Para Vázquez-Barquero a crise deve ser vista como uma oportunidade de se transformar o sistema produtivo, tornando-o mais forte e competitivo para que se possa sair da crise. O elemento chave, de acordo com esse autor, é a introdução e difusão de inovações no sistema produtivo, social e institucional que irão promover o aumento da produtividade e competitividade. Nesse sentido, o desenvolvimento endógeno converte-se numa interpretação que contribui para a definição de estratégias e políticas pelos atores locais em face da globalização.

*El desarrollo endógeno, por último, se ha convertido en una interpretación que facilita la definición de estrategias y políticas, que los actores de un territorio pueden ejecutar aprovechando las oportunidades que presenta la globalización. Cualquiera que sea el enfoque que se adopte, las políticas de desarrollo tienen que construirse a partir de factores económicos, sociales, ambientales, institucionales, políticos y culturales que se combinan de forma única en cada localidad, en cada territorio. Por ello, la política de desarrollo endógeno sostiene que las iniciativas de desarrollo difieren de un territorio a otro, de una localidad a otra (Vázquez-Barquero, 2007, p. 206)*

Nessa perspectiva, duas questões condicionam os resultados das ações sobre o território: o potencial para desenvolvimento existente em cada território e a

capacidade de organização dos atores locais. Numa estratégia de desenvolvimento local, os programas de investimento dos atores públicos e privados devem ser coordenados entre si, respeitando as diferenciações e especificidades de cada território e incorporando nas políticas de desenvolvimento as demandas locais.

Vázquez-Barquero (2007) aponta que as políticas de desenvolvimento endógeno na América Latina e na Ásia, baseadas em projetos econômicos e sociais, são coordenadas e gerenciadas por novas formas de governança da qual participam atores públicos e privados, organizações internacionais e organizações não governamentais. O gerenciamento de ações no território a partir de um caráter polifônico de governança, fez do planejamento estratégico do território um importante instrumento de racionalização e de tomada de decisão e gestão em cidades e regiões.

Assim, a política de desenvolvimento endógeno atua como “um catalisador dos mecanismos e forças de desenvolvimento, aumentando a sinergia entre essas forças e criando as condições para o crescimento do desenvolvimento, sobre bases sustentáveis no território, pois ela *“facilita el desarrollo empresarial y la creación de redes de empresas, fomenta la difusión de las innovaciones y el conocimiento, mejora el desarrollo urbano, y estimula la dinámica del tejido institucional”* (Vázquez-Barquero, 2007, p. 203).

O desenvolvimento endógeno é um processo que se dá em três dimensões: a) econômica, que possibilita que empresas e agentes locais utilizem os fatores produtivos de forma eficiente que os levem a alcançar níveis de produtividade que lhes permitem ser competitivos nos mercados; b) sociocultural, que gera integração de atores econômicos e sociais com as instituições locais criando relações que incorporam valores da sociedade, no processo de desenvolvimento endógeno; c) político, que possibilita aparelhamento e operacionalização das iniciativas locais favorecendo o desenvolvimento local.

*En resumen, puede decirse que el desarrollo económico local es un proceso de crecimiento y cambio estructural de la economía de una ciudad, comarca o región, en el que se pueden identificar al menos, tres dimensiones (Coffey y Poles, 1985; Stöhr, 1985): una económica, caracterizada por un sistema de producción que permite a los empresarios locales usar, eficientemente, los factores productivos, generar economías de escala y aumentar la productividad a niveles que permiten mejorar la competitividad en los mercados; otra sociocultural, en que el sistema de relaciones económicas y*

*sociales, las instituciones locales y los valores sirven de base al proceso de desarrollo; y otra, política y administrativa, en que las iniciativas locales crean un entorno local favorable a la producción e impulsan el desarrollo sostenible* (Vázquez-Barquero, 2000a, p. 6).

As dimensões do desenvolvimento endógeno dialogam com o conceito de desenvolvimento sustentável, conceito criado no bojo das discussões sobre os problemas ambientais globais, propondo a busca por um desenvolvimento que considerasse, além dos aspectos econômicos, os aspectos sociais, culturais, ecológicos, espaciais etc. O marco do conceito de desenvolvimento sustentável foi o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, denominado “Nosso Futuro Comum”, apresentado por Gro Harlem Brundtland, Primeira-Ministra da Noruega, na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo 1987.

O Relatório Brundtland concebe desenvolvimento sustentável como aquele capaz de responder às necessidades do presente, de modo igualitário, sem comprometer as potencialidades de sobrevivência e de prosperidade das gerações futuras. Sua essência tem como primícia a satisfação das necessidades e aspirações humanas, estando associado à primazia de que os recursos são finitos (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

Nessa linha de abordagem também trabalha Schumacher (1999) na obra *O Negócio é Ser Pequeno (small is beautiful)* ao tratar das questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, que argumenta em favor de uma abordagem mais sustentável e voltada para as necessidades das comunidades locais. Schumacher defende a ideia de que o tamanho das empresas e das organizações deve ser adequado às necessidades reais das pessoas e do meio ambiente, promovendo a descentralização e a valorização das economias locais. Ele critica o modelo econômico convencional e propõe alternativas que priorizem a qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e a equidade social.

O desenvolvimento local endógeno configura-se como um caminho, uma estratégia dialógica para se sair da crise econômica vigente, dando resposta aos problemas específicos de cada território, uma vez que parte da proposição de ajustes produtivos a partir do local, dos problemas específicos dos territórios, utilizando as potencialidades dos mesmos e incentivando o aumento do retorno dos investimentos e, conseqüentemente, o aumento da produtividade e competitividade das economias,

promovendo um desenvolvimento sustentável no ponto de vista econômico, social, ecológico, cultural, contribuindo para a melhoria da condição de vida das populações.

*El desarrollo local es una estrategia que, además, busca el progreso social y el desarrollo sostenible. Entiende que el desarrollo es un proceso en el que el crecimiento económico y la distribución de la renta son dos caras de un mismo fenómeno, ya que los actores públicos y privados, cuando deciden y ejecutan sus inversiones, lo hacen con la finalidad de aumentar la productividad y mejorar el bienestar de la sociedad. El desarrollo local es, también, una estrategia que se basa en la mejora continua de los recursos disponibles y particularmente de los recursos naturales y del patrimonio histórico y cultural, ya que con ello se contribuye a aumentar la ventaja competitiva del territorio y el bienestar de la población (Vázquez-Barquero, 2009, p. 9-10).*

Como já destacado, para o desenvolvimento endógeno, as capacidades locais - recursos mais habilidades de usá-los em benefício próprio - são impulsionadoras do desenvolvimento, entretanto é importante estar atento a como essa perspectiva de desenvolvimento vem sendo, muitas vezes, superada por uma ideia de desenvolvimento local que se daria através da atração de grandes empresas e investimentos externos, como alertam Bastos (2006) e Abdalla e Faria (2018). Essa perspectiva de desenvolvimento com entrada de capital externo e estrangeiro favorece mesmo é a reprodução do projeto neoliberal e de colonialidade e, por isso, precisa de um olhar atento aos discursos e práticas sob o rótulo de desenvolvimento endógeno.

A opção teórica pelo desenvolvimento endógeno, de forma alguma, é usada aqui como a opção única ou completa para se abordar a questão do desenvolvimento, mas no que essa perspectiva instiga a pensar a partir de outros referenciais de análise, porém, sem perder de vista suas limitações quando da defesa de que a condução e controle “de dentro para fora”, “de baixo para cima”, do local para o global, dos subalternizados sobre os dominantes, atribuídas aos atores locais, pode ser questionável, uma vez que contrasta com a realidade atual de centralização econômica e de poder que está nas mãos de grandes empresas e grupos incrustados nos governos e países centrais, como critica Braga (2002).

Sobre as proposições trazidas pelo desenvolvimento local endógeno, Tânia Braga (2002) destaca que a grande questão é perceber quais lógicas estão por trás das propostas de desenvolvimento local que podem afetar as políticas delas derivadas. Se a lógica preponderante é de solidariedade, a participação e a gestão

local saem fortalecidas. Porém, quando o que prevalece é a lógica individualista, concorrencial e de mercado, há o risco de transformar a participação em estratégias de legitimação dos interesses dominantes, esvaziando os aspectos de inclusão e equidade social.

A categoria do desenvolvimento endógeno dialoga e dá coesão a diferentes visões de desenvolvimento, como desenvolvimento autocentrado, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento de baixo para cima, configurando-se como uma interpretação que considera “o desenvolvimento humano como referência que está no centro dos processos de transformação da economia e da sociedade” (Vázquez-Barquero, 2007).

Assim, por sua natureza polissêmica e caráter dialógico, o desenvolvimento endógeno abarca muitas outras categorias analíticas que abordam a questão do desenvolvimento, dialogando com a perspectiva de pós-desenvolvimento, defendida por Escobar (2005, 2012, 2013, 2014) que se soma aos esforços teóricos em debater, dar visibilidade, imaginar e propor outras referências para o desenvolvimento, a partir do local.

O termo pós-desenvolvimento foi usado pela primeira vez em 1991, em um colóquio internacional em Genebra, passando posteriormente a ser usado pelos estudiosos críticos do desenvolvimento (Escobar, 2005).

Os debates sobre pós-desenvolvimento surgem no início da década de 1990 como um questionamento do próprio conceito de desenvolvimento, feito por um grupo de autores do norte e sul (Ásia, América Latina, Europa, Estados Unidos) que questionam o porquê de regiões como Ásia, África e América Latina terem que se tornar “desenvolvidas” seguindo o padrão ocidental, de um modelo em crise.

*No tiene sentido que Asia, África y América Latina tengan que convertirse en “desarrollados” siguiendo el patrón de Occidente; Occidente mismo está en crisis, ¿por qué tenemos que seguir ese modelo, por qué no seguir nuestros propios modelos, y ni siquiera pensar en desarrollo? (Escobar, 2013, p. 236)*

A noção de pós-desenvolvimento surgiu a partir da crítica pós-estruturalista que fez destaque às formas de exclusão provocadas pelo projeto de desenvolvimento ocidental moderno aos países pobres da Ásia, África e América Latina, vistos como “subdesenvolvidos” e tratados como tal.

Nesse sentido, o descontentamento com esse modelo de desenvolvimento deu, assim, origem às teorias que fizeram surgir o conceito de pós-desenvolvimento, e conduziram para busca de perspectivas de desenvolvimento para além do olhar ocidental, partindo das tentativas de pessoas comuns de construir mundos mais humanos e sustentáveis e dos movimentos e mobilizações sociais, como esclarece Escobar (2005, 2012a, 2012b).

Após diversas críticas, a partir da década de 1990, o debate do pós-desenvolvimento ajudou a criar um ambiente que encorajou a se adotar abordagens mais ecléticas e pragmáticas, trazendo uma série de questões para o debate, como: o desafio do desenvolvimento em espaços locais; a reconceitualização dos movimentos sociais na perspectiva das redes e articulação das relações locais/globais; novas abordagens entre economia e política, que passaram a considerar as culturas como variantes importantes para análise; análise da relação entre desenvolvimento e modernidade, aprofundando as críticas culturais dos pós-estruturalistas.

Escobar (2012a) apresenta uma lista de questões que são encontradas na ideia de pós-desenvolvimento, no qual se constata que ele se refere à possibilidade de criar diferentes discursos e representações que não estejam compreendidos ou mediados pela lógica do desenvolvimento ocidental. O autor fala da necessidade de mudar as práticas de saber e fazer que definem o regime de desenvolvimento e da necessidade de multiplicar centros e agentes de produção do conhecimento, em particular para tornar visíveis as formas de conhecimento produzidos por aqueles que deveriam ser os "objetos" do desenvolvimento, para que possam se tornar sujeitos e agentes. As maneiras de se chegar a isso, propostas pelo autor, são: concentrar-se nas resistências que as pessoas localmente realizam em relação às intervenções de desenvolvimento; e, destacar as estratégias alternativas produzidas por essas pessoas diante dos projetos de desenvolvimento.

Escobar (2012a) aponta que o pós-desenvolvimento pretende assinalar três questões que estão interrelacionadas e que tem a ver com: a) a necessidade de deslocamento da centralidade do desenvolvimento; b) a abertura para outras possibilidades discursivas sem a medição das ideias e experiências de "desenvolvimento"; e, c) a importância da transformação da ordem do conhecimento e

do poder especializado do desenvolvimento. Tais questões levarão o pós-desenvolvimento a propor que as ideias mais úteis sobre alternativas podem ser obtidas a partir dos saberes e práticas dos movimentos sociais.

*En este contexto, el postdesarrollo estaba destinado a designar por lo menos tres cosas interrelacionadas: primero, la necesidad de descentrar el desarrollo, es decir, de desplazarlo de su posición central en las representaciones y discusiones sobre las condiciones en Asia, África y América Latina. Un corolario de esta primera meta era abrir el espacio discursivo a otras formas de describir esas condiciones, menos mediada por las premisas y las experiencias del 'desarrollo'. Segundo, en el desplazamiento de la centralidad del desarrollo en el imaginario discursivo, el postdesarrollo sugería que efectivamente era posible pensar en el fin del desarrollo. En otras palabras, identificaba alternativas al desarrollo, en lugar de alternativas de desarrollo, como una posibilidad concreta. Tercero, el postdesarrollo enfatizó la importancia de la transformación de la 'economía política de la verdad', es decir, del orden del conocimiento y poder experto del desarrollo. Con este fin, propone que las ideas más útiles acerca de las alternativas podrían ser obtenidas de los conocimientos y prácticas de los movimientos sociales (Escobar, 2012a, p. 31-32).*

A perspectiva do pós-desenvolvimento comunga com os pensamentos de Boaventura de Sousa Santos (2002), de que a globalização não é a última etapa da modernidade capitalista, mas o início de algo novo, bem como, com o pensamento decolonial, na medida que parte da análise, da valorização do saber e fazer dos que foram (e ainda o são) excluídos e invisibilizados pela lógica desenvolvimentista da modernidade/colonialidade. Assim, a perspectiva do pós-desenvolvimento nos impele a repensar, radicalmente, o desenvolvimento e a modernidade e abrir portas para um mundo sem e além dessas perspectivas eurocêntricas dominantes.

A crítica ao próprio conceito de desenvolvimento revela que ele é um discurso de poder e uma invenção histórica de dominação. Baseado em Foucault (1968), Escobar (2013) reconhece que a maneira como pensamos é historicamente construída, que as teorias contemporâneas se movem dentro da episteme da modernidade eurocêntrica, dualista, racional. Nesse contexto, o pensamento decolonial, reconhecendo essa dominação do pensamento historicamente construído, busca estratégias para se pensar fora dessa episteme.

Escobar defende a tese de que os movimentos sociais são espaços de produção de conhecimento, destacando a importância de criar pontes e intercambiar saberes entre os movimentos e a Academia. O autor aponta que os movimentos de

povos indígenas, afrodescendentes, ambientalistas, feministas etc., em diálogo com a Academia, com organizações não governamentais, com o Estado, no encontro com a realidade, produzem conhecimentos por meios de práticas e epistemologias diferentes das da Academia, e tais conhecimentos podem somar para a construção de formas diferentes de ver, fazer e viver no mundo, baseadas numa ontologia relacional que está na concepção de mundo que surge da luta, do contato com as comunidades, com os ecossistemas, com os conflitos, com o Estado, com o capital e com Academia.

*La tesis que hemos desarrollado, y esto es lo único que he hecho recientemente nuevo sobre movimientos sociales con Michal Osterweil (2009), es que los movimientos son espacios de producción de conocimiento. No es que sean espacios de producción de conocimiento puros, ni mucho menos; los activistas, por ejemplo, indígenas, afrodescendientes, ambientalistas, feministas, producen conocimiento en diálogo con la Academia, las ONG's, el Estado, en el encuentro con toda la realidad, con todo lo real, pero producen conocimientos a través de prácticas y epistemologías que son diferentes a los de la Academia, por lo menos parcialmente diferentes. Mi gran interés ahora es realmente entender cómo ciertos movimientos sociales producen conocimientos, cómo desde allí se pueden repensar lo que es lo alternativo, lo que es lo diferente, y contribuir a crear otros mundos (Escobar, 2013, p. 240).*

Nesse sentido, Escobar parte para outros conceitos de desenvolvimento, promovidos, por exemplo, por Comunidades Negras do Pacífico Sul colombiano que, ao reivindicarem seus direitos como produtores de conhecimento, desenvolveram o que Escobar chamou de ecologia política alternativa, baseada em ideias de sustentabilidade, autonomia, diversidade e economia, diferente dos discursos de desenvolvimento dominante.

*De este modo, podría decirse que la conceptualización de desarrollo alternativo elaborada por el Proceso de Comunidades Negras (PCN), del Pacífico Sur colombiano, es un ejemplo de postdesarrollo. Los activistas y las comunidades mismas no sólo han reclamado su derecho como productores de conocimientos (junto con los expertos convencionales, ya sea en oposición a éstos o bien hibridizando los conocimientos expertos y los locales), sino que al hacerlo han desarrollado una conceptualización alterna del Pacífico como un "territorio- región" de grupos étnicos que no corresponde a la construcción convencional de un lugar para el desarrollo regional. Además, han elaborado lo que se podría denominar una ecología política alternativa basada en nociones de sostenibilidad, autonomía, diversidad y economías alternativas que no se conforman al discurso dominante del desarrollo (Escobar, 2005, p. 20-22).*

Escobar destaca que há exemplos por todo o mundo de práticas humanas que se dão fora da lógica do desenvolvimento dominante, realidades definidas por outros termos, que podem ser, assim, configuradas como um regime de pós-desenvolvimento. O autor assinala que práticas fora da perspectiva capitalista liberal estão sendo ativamente desenvolvidas na América Latina, apontando como exemplo as lutas e mobilizações populares no México, Equador, Bolívia, Peru, Guatemala, Colômbia e outros países.

A maioria dessas mobilizações autônomas envolve certas práticas-chave como assembleias comunitárias, rotação de obrigações e formas de poder horizontal e disperso, fundamentadas, assim, em formas alternativas de organização social. *“Se trata de formas autónomas de existencia y organización política autónoma y de toma de decisiones. Como dicen los zapatistas, el objetivo de la autonomía no es tanto tomar el poder y cambiar el mundo sino crear uno nuevo”* (Escobar, 2012a, p. 49).

Tais movimentos indicam possibilidades de imaginarmos mundos depois ou além do desenvolvimento e da modernidade.

*Los movimientos sociales de la última década son, en efecto, una señal de que esta lucha ya está en camino. El imaginarnos “después del desarrollo” y “después del Tercer Mundo” podría convertirse en un aspecto más integral del imaginario de estos movimientos; esto conllevaría, como hemos observado, la capacidad de imaginar algo más allá de la modernidad y los regímenes de economía, guerra, colonialidad, explotación de la naturaleza y las personas y el fascismo social que la modernidad ha ocasionado en su encarnación imperial global* (Escobar, 2005, p. 30).

Escobar (2014) observa que, durante a década de 1980, os países latino-americanos experimentaram as piores condições sociais e econômicas desde a “conquista”. Porém, paradoxalmente, essa década também testemunhou o surgimento de mobilizações coletivas sem precedentes e importantes renovações teóricas relacionadas, principalmente, aos movimentos sociais e as análises sobre modernidade e pós-modernidade; análises essas que apresentam suas especificidades em função da heterogeneidade temporal e social da modernidade na América Latina e da urgência de suas questões sociais.

A América Latina é caracterizada por um processo de hibridação ou hibridização cultural que envolve diversas e múltiplas modernidades e tradições e tal hibridização corroborou para a composição de culturas urbanas e camponesas,

compostas de misturas socioculturais complexas que determinam a especificidade da modernidade da América Latina (Canclini, 1997; Escobar, 2014).

Essa hibridação, marcada pelo trânsito entre modernidade e tradicionalidade, é recorrente em várias experiências, onde visões de mundo, elementos ancestrais, práticas tradicionais estão em diálogos com fazeres e saberes da modernidade. “[...] Hoje todas as culturas são de fronteira” (Canclini, 1997).

Nesse sentido, o conceito de culturas híbridas, de acordo com Escobar (2014), oferece uma saída que possibilita a invenção de novas linguagens que superam os termos tradição e modernidade, que são vocábulos, produto do paradigma do desenvolvimento. Segundo o autor: “*esta hibridación cultural desemboca en realidades negociadas en contextos determinados por tradiciones, capitalismo y modernidade*”.

O conceito de culturas híbridas é um mecanismo de afirmação cultural, é a proposta de uma nova narrativa anticolonialista, diante da crise da modernidade, com base na visualização de “alternativas” como problema de pesquisa e prática social.

Escobar destaca que não há grandes modelos ou “alternativas” que possam ser aplicadas a todos os lugares e a todas as situações. Assim, a proposição do autor é buscar, investigar, por meio de etnografias locais, representações, práticas alternativas e formas de resistência dos grupos às intervenções dominantes, que podem existir em configurações locais específicas, particularmente, no âmbito da ação coletiva e mobilização política.

Escobar, embora reconheça que a tarefa de construção de estratégias produzidas culturalmente e de forma autônoma, seja enorme, salienta que a forma das comunidades alcançarem o pós-desenvolvimento por meio do desenvolvimento de estratégias produtivas alternativas, ao mesmo tempo em que praticam a resistência à perspectiva capitalista moderna, utilizando outros critérios como a descentralização econômica, a desburocratização da gestão ambiental, o pluralismo político, a autonomia cultural e a produtividade ecológica.

O conceito de autonomia constitui-se em subcategoria do desenvolvimento, e ora pode estar vinculado à ideia de participação social, ora à ideia de ampliação da participação política referente à descentralização e desconcentração do poder, em que o exercício da autonomia e da liberdade está relacionado à própria construção da democracia (Martins, 2002).

Para Castoriadis (1987) a autonomia, enquanto ideia essencialmente política, trata-se do estado em que “alguém” - sujeito ou coletividade, é autor de suas próprias formas organizacionais, leis e normas, de maneira explícita e lúcida, ou seja, consciente da constituição de sua organização e preceitos sociais, determinados na própria coletividade. Para o autor, a autonomia constitui-se numa abertura ontológico, uma ruptura radical, uma possibilidade de ultrapassar a clausura informacional, cognitiva e organizacional existente nas sociedades e criar mundos e a si mesmo a partir de suas capacidades criadoras. Na perspectiva filosófica, a autonomia é a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina, ela mesma, a lei à qual se submete (Lalande, 1999), ou seja, os agentes autônomos são a lei para si mesmo.

Freire (2018), ao tratar de liberdade e autonomia, sempre na crítica sobre o autoritarismo e opressão da sociedade, por meio da ordem social, econômica e educacional, destaca que a liberdade das heteronomias, é condição necessária para a autonomia. A autonomia, infere o autor, é a capacidade e a liberdade do indivíduo que aprende, de construir e reconstruir o que lhe é ensinado. Embora não apresente um conceito sobre autonomia, Paulo Freire aponta que a autonomia é um processo de amadurecimento que se dá diariamente.

A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido, que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiência respeitosa da liberdade (Freire, 2018, p.69).

Souza (2000), ao abordar a questão da autonomia e o desenvolvimento e sua relação com o território, enquanto campo de relações de poder e espaço do vivido, observa:

Em todos os casos os atores se verão confrontados com necessidades que passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou liberdade de ação (Souza, 2000, p. 109-110).

Assim, a compreensão da autonomia enquanto processo, algo em formação, realizada pelo indivíduo, é de fundamental importância para a compreensão dos movimentos sociais e organização comunitária em prol de uma determinada ação.

O pós-desenvolvimento aponta para a possibilidade de considerar um momento em que o desenvolvimento perdeu sua centralidade ao mesmo tempo em que o lugar é colocado em destaque. De forma sucinta, Escobar apresenta o que significa o “pós” em suas abordagens:

*[...] significa un descentramiento del capitalismo en la definición de la economía, del liberalismo en la definición de la sociedad y de las formas estatales de poder como la matriz definidora de organización social. Esto no quiere decir que las formas del capitalismo, el liberalismo y el Estado dejarán de existir, sino que su centralidad discursiva y social se han desplazado en alguna medida, por lo que el rango de las actuales experiencias sociales que son consideradas como alternativas válidas y creíbles a lo que existe se amplía de manera significativa (Escobar, 2012a, p. 50).*

Assim, o "pós" não significa o desaparecimento completo do liberalismo ou do capitalismo, mas corresponde ao momento que liberalismo e capitalismo deixam de ser categorias centrais e definidoras das sociedades, ao mesmo tempo que o pós-desenvolvimento corresponde ao momento em que “desenvolvimento” não mais ocupa a centralidade da prática social e política dos países da África, Ásia e América Latina (Escobar, 2012a, 2013).

As proposições apresentadas pelo pós-desenvolvimento, por trazer para a centralidade do discurso o lugar, com toda a sua representatividade cultural, identitária, de resistência, de saberes e fazeres, corrobora para o surgimento de novos espaços de debates e práticas sociais como o *Buen vivir*, identificado como uma das principais correntes relacionadas ao pós-desenvolvimento na América Latina e a ecossocioeconomia.

### 3.3 BUEN VIVIR E ECOSOCIOECONOMIAS: ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO LUGAR

As críticas ao modelo de desenvolvimento ocidental moderno, realizadas na América Latina, baseadas em reflexões de teóricos do continente, em diálogos com abordagens e concepções externas e com saberes e fazeres de povos nativos, em seus movimentos de resistência, têm contribuído para o surgimento de alternativas de formas de vida e sociedade que extrapolam a perspectiva do desenvolvimento ocidentalizado.

Entre essas alternativas está o *Buen Vivir* ou *Sumak kawsay* (*sumak* = plenitude, *kawsay* = viver, na língua *Kichwa*<sup>2</sup> – viver em plenitude), conceito fundamentado nos conhecimentos e sensibilidades de alguns povos indígenas da América Latina, caracterizado como um conceito plural, multidimensional e complexo que reflete, por um lado, a memória e tradição de povos andinos e, por outro, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente, com vistas à construção de uma sociedade baseada no respeito à diversidade e numa nova relação com a natureza, cujas ideias foram formalizadas nas novas Constituições da Bolívia e Equador (Acosta, 2010; Gudynas; Acosta, 2011; Escobar, 2012a).

Gudynas e Acosta (2011) sinalizam que o contexto de grande desigualdade socioeconômica, de deterioração ambiental causada pelos padrões de consumo ocidental, de esgotamento ecológico do planeta, associado ao modelo de desenvolvimento, provocaram diversos debates e a busca por alternativas de desenvolvimento que rompessem com as bases ideológicas dominantes.

Nesse contexto, certas ideias originadas no conhecimento tradicional andino, centradas no bem-estar das pessoas e na defesa de um outro tipo de relação com a natureza, passaram a influenciar os debates sobre desenvolvimento, corroborando para o surgimento de proposição de um desenvolvimento alternativo, agrupados sob o conceito de *Buen Vivir*.

Por suas características, o *Buen vivir*, configura-se em uma resposta possível às críticas empreendidas pelo pós-desenvolvimento, cujo significado prático pode ser observado nos debates atuais sobre a definição de desenvolvimento e direitos da natureza, ocorridos no Equador e Bolívia. As Constituições desses países, resultantes de muitas lutas, sancionadas em 2008 e 2009, respectivamente, dão tratamento pioneiro a essas definições. Essas Constituições introduziram uma nova concepção ao desenvolvimento, ancorada em conhecimento e valores de alguns grupos indígenas, propondo assim, uma ruptura com a ideia de desenvolvimento posto há décadas.

---

<sup>2</sup> A língua *Kichwa* ou *Quíchua* é uma língua falada por, aproximadamente, seis milhões de povos, em seis países da América do Sul, principalmente nas regiões andinas da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru. É uma língua que possui diversas variantes regionais, em função de sua ampla dispersão geográfica, mas é uma língua ameaçada de extinção (Hornberger, Coronel-Molina, 2004).

Os conhecimentos, as cosmovisões, a filosofia de vida de povos secularmente marginalizados, foram tomados como guias para a reformulação do Estado e sociedade da Bolívia e Equador, constituindo-se em marco regulatório nacional. Tal fato é de grande importância, pois representa, entre muitas outras questões, o resultado de lutas pelos direitos de serem reconhecidos como sujeitos fazedores de conhecimentos e modos de vidas capazes de contribuir para a construção de mundos mais juntos e sustentáveis.

No Equador, a ideia de *Buen Vivir*, traduzido como Bem Viver ou Boa Vida, é manifestada sob o conceito de *sumak kawsay*, em *kichwa*. Na Bolívia, a *Vida Buena* é formulada como *suma qamaña* em *aymara*, ambas com o sentido de uma vida plena, com amplos direitos, direito à alimentação, ambiente saudável, educação, saúde, habitação etc., com uma sociedade plurinacional, configurando-se numa organização econômica, social e cultural alternativa ao desenvolvimento dominante, sendo, possivelmente, a formulação mais antiga de resistência de povos nativos contra a colonialidade do poder (Gudynas; Acosta, 2011; Quijano, 2012; Escobar, 2012A; Cardoso-Ruiz, 2016).

Com a aprovação dessas novas Constituições onde o *Buen vivir* constitui-se um dos objetivos da política pública, trazendo uma nova concepção de direito, de desenvolvimento e natureza, a ideia de *Buen vivir* vem ganhando grande repercussão, ocupando destaque nos debates políticos, culturais, econômicos e epistêmicos na América Latina.

Para Quijano (2012) o *Buen vivir* constitui-se na semente de um novo horizonte histórico, que surgiu de um extenso período de resistência de grupos indígenas contra a colonialidade global de poder e que se apresenta como uma existência social alternativa.

*En otros términos, el nuevo horizonte de sentido histórico emerge con toda su heterogeneidad histórico/estructural. En esa perspectiva, la propuesta de Bien Vivir es, necesariamente, una cuestión histórica abierta que requiere ser continuamente indagada, debatida y practicada* (Quijano, 2012, p. 55).

O *Buen vivir* é um conceito plural e multidimensional que está em construção, sob diferentes confluências que vão das reflexões acadêmicas às práticas dos movimentos sociais, caracterizado como uma alternativa à ideia ocidental de

desenvolvimento e à reivindicação de outra relação com a natureza (Gudynas; Acosta, 2011).

*El Buen Vivir, tal como se entiende en el presente artículo, es un concepto en construcción, bajo distintas confluencias que van desde aquellas promovidas desde la reflexión académica a las prácticas de los movimientos sociales. Este resulta de una recuperación de saberes y sensibilidades propias de algunos pueblos indígenas, que eran tanto una reacción contra el desarrollismo convencional, como una apuesta a una alternativa sustancial. De esta manera se apartaba de las ideas occidentales convencionales del progreso, y apuntaba hacia otra concepción de la vida buena, incluyendo una especial atención a la Naturaleza. Si bien, el Buen Vivir no puede ser simplistamente asociado al "bienestar occidental", tampoco rechaza algunos aportes contemporáneos que parten del saber occidental, en especial aquellas corrientes críticas y contestarias como las que ejemplifica el ambientalismo o feminismo (Gudynas; Acosta, 2011, p. 76).*

Acosta (2010) observa no *Buen vivir* a oportunidade real de construção coletiva de uma nova forma de vida, um passo importante para sair de uma visão tradicional, restrita e simplista de desenvolvimento e partir para uma visão muito mais rica e complexa.

*Dejemos sentado desde el inicio que el Buen Vivir se presenta como una oportunidad para construir colectivamente una nueva forma de vida, no es un recetario plasmado en unos cuantos artículos constitucionales y tampoco se trata simplemente un nuevo régimen de desarrollo. El Buen Vivir, de todas maneras, constituye un paso cualitativo importante al pasar del tradicional concepto del progreso y del desarrollo y sus múltiples sinónimos, a una visión diferente, mucho más rica en contenidos y, por cierto, más compleja (Acosta, 2010, p. 07).*

Escobar (2012a) salienta que compreender a natureza como um sujeito de direito, expresso na Constituição do Equador, rompe com padrões do pensamento, do discurso e da prática antropocêntrica da modernidade, responsável pela relação dominadora e destrutiva entre ser humano e natureza, configurando-se como um movimento contra hegemônico, que parte de concepções demundadas amparadas não na hegemonia da razão, mas da epistemes de povos secularmente invisibilizados, que são agora colocados no centro de referência.

*Dotar a la naturaleza de los derechos significa pasar de una concepción de la naturaleza como objeto para ser explotado a una en la que la naturaleza es vista como sujeto; de hecho, en esta concepción la idea de los derechos de la naturaleza está íntimamente relacionada con el derecho a existir de los seres humanos. Este aspecto de la Constitución busca contrarrestar un supuesto ontológico central del sistema capitalista moderno/colonial, que está*

*en la base de la destrucción sistemática de la existencia biofísica, es decir, la separación entre los seres humanos y no humanos (Escobar, 2012 a, p. 47).*

O conceito de desenvolvimento, enquanto processo linear, não existe na concepção desses povos, assim, a ideia de *Buen vivir* é amparada em outros indicadores como o reconhecimento social e cultural, os códigos de condutas, a relação com a sociedade e com a natureza etc. (Acosta, 2010).

A concepção de mundo na perspectiva do *Buen vivir* é de um mundo não-liberal, não-capitalista, mas pluriverso, incessantemente dinâmico e relacional. Esses mundos, baseados em lugares, podem ser caracterizados como ontologias relacionais, conceito trabalhado por Escobar (2012a), que se contrapõe à ontologia dualista moderna (natural/cultural, moderno/não-moderno, humano/não-humano, crença/conhecimento etc.), com potencialidades para desnudar esse dualismo hegemônico e pretensamente universal.

*Apuntan hacia el pluriverso; en la conocida fórmula de los zapatistas, el pluriverso puede ser descrito como “un mundo donde quepan muchos mundos”. Tal vez de manera más abstracta, el pluriverso indica las luchas por lograr ‘mundos y conocimientos de otro modo’ —es decir, mundos y saberes contruidos sobre la base de los diferentes compromisos ontológicos, configuraciones epistémicas y prácticas del ser, saber y hacer (Escobar, 2012 a, p. 49).*

Alcântara e Sampaio (2019) informam que o *buen vivir* pode ser constituído por mais dimensões, além da social, econômica e ecológica, incluindo as dimensões políticas institucionais, espaciais, administrativas, históricas, espirituais e afetivas.

Embora várias fontes sejam citadas como base para essa concepção, que envolvem as críticas ao desenvolvimento, como a perspectiva feminista, ambiental etc. a maior proporção do crédito se deve às organizações indígenas, aponta Escobar (2012a).

Todavia, Acosta (2010) e o próprio Escobar (2012a) reconhecem que seria um erro considerar o *Buen vivir* como um projeto puramente andino, pois também se baseia em princípios filosóficos universais aristotélicos, marxistas, ecologistas, feministas, humanistas etc. e é influenciado pelas críticas ao pensamento ocidental e objetiva inspirar os debates globais, somando esforços para reverter a perspectiva da colonialidade, que, como já visto, tem caracterizado o mundo moderno desde a

conquista das Américas.

O *Buen vivir* está no debate, enquanto abordagem que se baseia em outras epistemologias para refletir sobre o desenvolvimento, mas também e principalmente, revela-se como prática amparada numa relação de coexistência dependente com a natureza. Nesse sentido, ele dialoga com o conceito de ecossocioeconomia, outra categoria crítica que soma na busca de analisar formas alternativas de desenvolvimento, que privilegiam o protagonismo de populações através da observação de atividades que não se dão como simples reprodução da lógica economicista capitalista, sendo, portanto, úteis para pensar o fenômeno do turismo.

A ecossocioeconomia reforça no debate as questões referentes à relação humana com a natureza, onde a concepção de desenvolvimento se assenta numa combinação de crescimento econômico, conservação ambiental e equidade social (Sachs, 2007). No mesmo sentido de *Buen vivir*, ela surge a partir de práticas originadas na insatisfação do paradigma vigente, atrelada a valores de solidariedade e retrata experiências cotidianas, comunitárias, organizacionais e territoriais (Sampaio; Dallabrida, 2009; Sampaio; Alves, 2019).

Sampaio e Alves (2019); Alcântara e Sampaio (2019) informam que a ecossocioeconomia surge da evolução do conceito de socioeconomias e está relacionada com as discussões sobre ecodesenvolvimento, economia social, economia ecológica, ecologia humana e planejamento participativo e, por isso possibilita um amplo debate e reflexão baseados em perspectivas que trabalham fora da lógica economicista do capitalismo, privilegiando o enfoque metodológico-empírico, em experiências e complexidades da vida cotidiana, impulsionando a pensar outras economias.

As abordagens da ecossocioeconomia têm como prioridade as práticas cotidianas que se dão na empiria das organizações, empresas, associações, comunidades, povoados, que dão respostas aos seus problemas e demandas, mas que carecem de análises que as qualifiquem enquanto soluções produzidas pelos saberes e fazeres dessas entidades (Sampaio; Dallabrida, 2009; Heinzmann; Sampaio, 2010; Sampaio *et al.* 2018; Sampaio; Alves, 2019).

Enquanto o ecodesenvolvimento privilegia o enfoque epistemológico-teórico, a ecossocioeconomia enfatiza o enfoque metodológico-empírico. A

ecossocioeconomia ocorre no mundo da vida, nas comunidades, nos povoados, nas organizações, onde os problemas e as soluções acontecem e raramente são devidamente qualificados (Sampaio; Dallabrida, 2009, p.20).

As ecossocioeconomias das organizações caracterizam-se a partir dos arranjos institucionais (ênfase sociopolítica) e socioprodutivas (ênfase socioeconômica) no território, reproduzindo lógicas instrumentais de caráter mais coletivo, propondo alternativas de desenvolvimento que sejam criadas no território e que definam o seu próprio padrão de bem viver (Alcântara; Sampaio, 2019). Assim, ela está associada a experiências atuais de alternativas que partem do conhecimento e soluções locais ou apropriadas ao local, em face dos desafios enfrentados na modernidade.

De acordo com Sampaio *et al.* (2018), há quatro dimensões privilegiadas pelas ecossocioeconomias: valorização de tradições e relações sociais mais solidárias; geração de emprego e renda por meio de modos de produção e distribuição associativas; fortalecimento dos significados de virtude humana e do próprio Estado, distanciando do racionalismo utilitarista; e, uso adequado dos recursos naturais e das habilidades humanas locais.

Sampaio *et al.* (2018) destacam que a retroalimentação dessas práticas aumenta as possibilidades de ultrapassar o status de meras “boas práticas” que, por sua característica espontânea, não sistêmica e fragmentada, se enfraquecem num reducionismo contextual.

Nesse sentido, por sua natureza crítica e caráter paradigmático, a ecossocioeconomia também contribui para a presente discussão, na medida que também traz para o debate as novas práticas sociais e iniciativas locais que se dão fora ou em paralelo à lógica dominante, e que revelam a capacidade dos agentes locais em dar respostas às suas necessidades.

Neste contexto, surgem as experiências ecossocioeconômicas passíveis de serem compreendidas como alternativas, ainda que estejam mais correlacionadas com movimentos de resistência ao sistema capitalista. As ecossocioeconomias possuem caráter paradigmático, com racionalidade própria, são voltadas para superar um conjunto de valores decadentes, muitas vezes hegemônicos, e são de caráter mais pragmático, como Ignacy Sachs (2007) se refere à necessidade de se construir uma enciclopédia do cotidiano, de modo que possa estabelecer uma transitoriedade entre o decadente e um novo paradigma (Sampaio, *et al.*, 2018, p. 10).

Refletir sobre o desenvolvimento, tendo como base as categorias de análises aqui adotadas, que implicam na proposição de uma mudança estrutural, demandam, antes de tudo, em uma mudança de perspectiva, de postura analítica, de um refinamento teórico que exige um olhar e sentido inquisidor sobre o que vem se convencendo denominar de “desenvolvimento”, assumindo uma postura de “desobediência epistêmica” ou “giro decolonial”, para fazer uso dos termos de Walter D. Mignolo (2008) e Maldonado-Torres (2019).

Trabalhar a partir dessas perspectivas, possibilitará alcançar novos níveis de abordagens, que nos levem a pensar, imaginar, observar e, quiçá, propor novas formas de desenvolvimento a partir de outros referenciais que privilegiem o lugar, num esforço teórico e exercício constante de descolonizar o poder, o saber e o ser (Quijano, 1992, 2005; Maldonado-Torres, 2019).

Mudanças estruturais, de reorientação de valores, de rompimento com lógicas dominantes e a partir de perspectivas e potencialidades locais e do protagonismo social, certamente demandarão tempo e resistência e se darão de forma lenta e gradual, sem, porém, obedecer a pretensa linearidade de processos de desenvolvimento neoliberais, que já se sabem serem irrealis e sobretudo injustos.

Nesse sentido, na medida em que experiências humanas de desenvolvimento que não se dão como meras reproduções acríticas do modelo vigente, constituem-se em “objeto” de pesquisas, embasadas em epistemologias comprometidas com o diálogo horizontal dos saberes; tais experiências humanas, ou ecossocioeconomias, ampliam seus espaços de visibilidade, contribuição e debates junto à Academia e ao Poder Público.

Assim, os conceitos de desenvolvimento endógeno, pós-desenvolvimento, *Buen vivir* e ecossocioeconomias, por romperem com a lógica economicista, por considerarem saberes e fazeres de populações há séculos subalternizadas, por proporem uma outra relação entre seres humanos, baseada na ética, na solidariedade, no respeito mútuo e em amplos direitos, por basearem-se numa convivência harmônica com a natureza, vista como um sujeito de direitos, trazem grandes contribuições para se refletir sobre as bases nas quais estão assentadas várias práticas humanas, dentre elas, a atividade turística.

Perspectivas de análises baseadas no lugar, na capacidade dos agentes locais em construir caminhos sustentáveis podem contribuir, fundamentalmente, para se pensar como novas formas de conceber o desenvolvimento podem refletir e provocar transformações na lógica de uma atividade humana, aqui, em particular, da atividade turística, em sua forma denominada de turismo de base comunitária - TBC, tema central desta tese.

Abordar o TBC, a partir da perspectiva do desenvolvimento endógeno, vai ao encontro da necessidade de construção de novas formas de turismo, que superem a racionalidade economicista, respondam às demandas e lutas das sociedades locais ante aos modelos excludentes de desenvolvimento da atividade, e contribua para que o turismo possibilite experiências mais autênticas no encontro com a natureza e com o outro.

Embasada nas categorias teóricas e metodológicas, trabalhou-se a partir de suas subcategorias, fazendo um diálogo da literatura acadêmica com as observações e análises realizadas a partir do trabalho de campo sobre o desenvolvimento do turismo de base comunitária nas comunidades do Caju-una, Céu e Pesqueiro.

#### **4 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: O TURISMO DESENVOLVIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA LOCAL**

Desde seu surgimento até a contemporaneidade, o turismo vem passando por grandes e profundas transformações, reflexo, em parte, das mudanças na sociedade, das pressões dos movimentos ambientalistas e sociais, mas também dos impactos negativos sobre o meio ambiente causados pela atividade turística em massa (Molina, 2006).

Inicialmente concebido como uma atividade essencialmente econômica, o turismo evoluiu para ser compreendido, na atualidade, como um fenômeno social complexo, multidimensional e multifacetado, com dimensões econômicas, psicológicas, políticas, sociais, ambientais, entre outras. Trata-se de um produto da cultura, cujas análises e explicações exclusivamente econômicas foram insuficientes para mensurar sua diversidade e complexidade (Fuster, 1981; Molina, 2006; Panosso; Nogueira; Jager, 2011).

No contexto contemporâneo de um mundo globalizado, o turismo se estabelece como uma das atividades socioeconômicas mais importantes da sociedade. Até meados de 2019, o turismo, enquanto fenômeno, vinha apresentando um crescimento quase ininterrupto, demonstrando sua capacidade de resiliência e possibilitando o surgimento de um número crescente de destinos e formas de turismo em todo o mundo (UNWTO, 2016). No entanto, esse crescimento foi drasticamente interrompido pela pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), agente causador da doença respiratória denominada COVID-19 (OMS, 2019). Como destacado por Figueiredo (2020), "A pandemia do novo Coronavírus assolou o planeta em 2020 e foi a principal ocorrência na vida das pessoas, nos governos, nos negócios e no lazer".

Sobre a natureza fenomenológica do turismo, Irving, Lima e Moraes (2016, p. 16) declaram:

O turismo representa um fenômeno contemporâneo complexo, associado a inúmeras dimensões econômicas, sociais, ambientais, éticas, políticas e simbólicas. Fenômeno este, que implica, por pressuposto, para a sua interpretação, uma leitura teórica multidimensional e, por consequência interdisciplinar, mediada por uma perspectiva política crítica.

A partir da perspectiva fenomenológica do turismo, abordamos o turismo de base comunitária (TBC). Essa forma de turismo que surge como reflexo das dinâmicas da sociedade, baseando-se no posicionamento de comunidades humanas locais, cujo desenvolvimento busca ir além da perspectiva econômica, dialogando com saberes e fazeres locais.

A renovação do turismo contou com a ampliação de suas abordagens nos debates científicos, com o reconhecimento, por parte das organizações internacionais e governos, de sua importância social, cultural, econômica, e na contribuição da conservação ambiental, bem como, no entendimento de que o turismo, para se desenvolver de forma sustentável, deveria ter como base a relação entre turistas, comunidades locais e os agentes públicos e privados de seu desenvolvimento.

Nesse mesmo contexto, o turismo passou a ser mais democrático, envolvendo um número maior de pessoas, mas considerando agora os impactos negativos da atividade, antes ignorados em nome do lucro. Também ocorreram mudanças no comportamento e interesse dos viajantes/turistas, que passaram a ser mais exigentes no sentido de ampliar suas experiências de viagens, através de um encontro maior e mais significativo com a cultura e natureza dos locais visitados.

A mudança no comportamento do turista, que o levou à “fuga da cidade” (Ruschmann, 1997) e à busca de um contato maior com a natureza, também tem relação com os impactos do próprio modelo de desenvolvimento da sociedade urbana industrial que, ao mesmo tempo em que criou inúmeras facilidades, principalmente nos espaços urbanos, acabou por fazer da cidade uma “gaiola de ouro”, para muitos.

A deterioração dos ambientes urbanos pela poluição sonora, visual e atmosférica, a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas são as principais causas da “fuga das cidades” e da “busca do verde” nas viagens de férias e fim de semana. (Ruschmann, 1997, p. 19).

Barros (1990) aponta que as transformações ocorridas na sociedade pela terceira revolução industrial (revolução tecnológica) provocaram também profundas alterações na organização espacial. A urbanização crescente, somada à sensibilidade às questões ambientais, conduziram para novas formas de relacionamento com o espaço, afetando e modificando a relação da cidade com os espaços rurais, ao mesmo tempo em que novas formas de vida no campo foram se organizando.

*A atractividade de que a vida urbana tem sido objecto nas sociedades industrializadas tem vindo a experimentar um sucessivo decréscimo sob o impacte de múltiplos factores (poluição, stress, impessoalidade, solidão) em que se traduz a crise de civilização urbana-industrial. Em contrapartida, a repulsividade do espaço rural desvanece-se e vai dando lugar, em diversos casos, a uma cada vez mais nítida atractividade, baseada não apenas em melhores condições de vida e em maiores oportunidades de emprego que os meios rurais, actualmente, vêm proporcionando por comparação com um passado recente, mas também na busca de formas de vida alternativas às características do espaço urbano-industrial (Barros, 1990, p. 47).*

Nesse sentido, juntamente com uma natureza conservada, o património e diversidade histórica e sociocultural manifestados por meio dos costumes, modo de vida, valores, sociabilidades dos povos, entre outros atributos locais, adquiriram maior importância nas experiências de viagens turísticas (Guzmán; Borges; Canalejo, 2011).

Assim, as transformações da sociedade pós-industrial que influenciaram no comportamento, motivações e aspirações dos viajantes/turistas, a democratização do acesso à atividade, o reconhecimento da importância do turismo como fenómeno social capaz de contribuir para o bem estar e conservação ambiental, ao lado do crescente posicionamento e luta das comunidades locais na busca do atendimento de suas necessidades de inclusão, participação, geração de emprego e renda, com vistas à melhoria da qualidade de vida, constituíram o contexto socioambiental que contribuiu para o surgimento de uma forma diferencial de fazer o turismo, denominada de turismo comunitário ou turismo de base comunitária (Sampaio, 2005; Maldonado, 2009; Sampaio *et al*, 2011; Guzmán; Borges; Canalejo, 2011).

De acordo com Rezende (2012), os estudos de Murphy em 1985 e de Krippendorf em 1989 podem ser considerados os primeiros estudos a trazer para a centralidade do debate a perspectiva do turismo para comunidades receptoras, focando nos prejuízos e benefícios da atividade para as comunidades anfitriãs. O termo *Community-Based Tourism* aparece na literatura científica em 1985, com Peter Murphy, ao destacar, em suas pesquisas, a importância da participação da população local no desenvolvimento do turismo.

Murphy (1985) sinaliza que a importância dada ao turismo, pelo setor privado e depois pelos governos, como atividade econômica com grande potencial de desenvolvimento, no período pós-guerra, levou o turismo a se tornar um consumidor voraz da paisagem, dos costumes e monumentos dos destinos turísticos.

Rapidamente a pressão dos visitantes e os impactos negativos da atividade sobre as comunidades locais, onde os impactos e conflitos são sentidos com maior força, ficaram evidentes, não sendo mais possível ignorá-los, demandando, assim, ações corretivas por meio de uma abordagem comunitária da atividade turística (MURPHY, 1985).

Nesse sentido, as pesquisas de Murphy, realizadas no Canadá, na década de 1980, destacaram a importância e o papel das populações locais no processo de tomada de decisão, planejamento e desenvolvimento de um turismo que preservasse o patrimônio cultural, as paisagens e os estilos de vida comunitário.

Assim, a partir do enfoque dado à participação das comunidades por Murphy (1985 e 1988), outros estudiosos passaram a ter interesse no tema e, na atualidade, há uma bibliografia vasta e diversa a respeito. É, na verdade, em meados da década de 1980, que a relação do turismo com as comunidades receptoras tornou-se uma questão relevante nas pesquisas em turismo, quando os pesquisadores passam a se dedicar a outras questões relacionadas ao seu desenvolvimento e não mais apenas aos seus aspectos econômicos. “Trata-se de um *turning point* nos estudos de turismo, deslocar a centralidade do fenômeno da lógica econômica dos negócios para a ótica da sociedade” (Rezende, 2012, p. 132).

Ao tempo que as abordagens sobre o turismo fazem essa inflexão e voltam-se para as questões sociais, os debates sobre o combate à pobreza e a contribuição do turismo nesse processo, ganham repercussão mundial e a temática é acolhida pelas organizações internacionais de turismo.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) aprovou o Código de Ética Mundial para o Turismo, na Assembleia Geral realizada em Santiago do Chile, em 1999, onde o turismo, na perspectiva da sustentabilidade, também é inserido na proteção ambiental, no desenvolvimento econômico e na luta contra a pobreza, destacando que o turismo deve desenvolver-se com a preocupação de gerar, além de benefícios econômicos, também os sociais e culturais às comunidades locais receptoras, deixando claro um interesse na questão humana, como um todo. Em seu Artigo 5º, o Código preconiza: “As *populações locais estão associadas às atividades turísticas e participam equitativamente nos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram, e nomeadamente na criação de emprego directo ou indirecto que daí resulta*” (OMT, 1999).

Em 2002, a OMT volta a debater sobre o desenvolvimento do turismo como parte das estratégias para eliminação da pobreza, e lança o *Sustainable Tourism – Eliminating Poverty* ou STEP (Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza), dentro do contexto dos Objetivos do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo primeiro objetivo é erradicar a pobreza. Em 2006, outro documento da OMT, sob o título de *Turismo y atenuación de la pobreza: recomendaciones para la acción*, volta a destacar a importância do turismo no combate à pobreza no mundo.

Através do STEP foram realizados seminários na África, Ásia e América Latina, para discutir sobre a redução da pobreza e sensibilizar os governos a adotarem medidas nesse sentido. Posteriormente, de acordo com pesquisas de Bursztyn (2012), a OMT liderou um movimento de captação de recursos para financiar projetos em países menos desenvolvidos, que somaram 51 projetos, distribuídos em 24 na África, 16 nas Américas, 10 na Ásia e Pacífico e um na Europa. Sobre esses projetos Bursztyn informa:

Uma análise rápida da lista de projetos selecionados nos leva a afirmar que mais da metade destes estão diretamente focados no fomento às iniciativas de TBC. Se considerarmos as ações de apoio à estruturação da cadeia produtiva e incentivo à produção local (como agricultura, artesanato), chegamos à quase totalidade dos projetos selecionados (Bursztyn, 2012, p. 52).

Ivan Bursztyn (2012) ainda afirma que, provavelmente, essa foi a mais articulada iniciativa e com maior volume de recursos para a promoção do TBC no mundo, embora reconheça que essa não foi a primeira.

Muitas outras entidades – principalmente, europeias – já haviam atuado junto a países da Ásia e da África no intuito de beneficiar as comunidades locais com os recursos gerados pelo turismo. Organizações como SNV (Holanda), WWF (Inglaterra), IUCN, entre tantas outras ligadas ou não a governos de países ricos, vêm fomentando o TBC em países como Namíbia (ASHLEY & GARLAND, 1994; WILLIAM *et al*, 2001), Botsuana (MBAIWA, 2002), Gâmbia (JONES, 2005), Quênia (KAREITHI, 2003), Uganda (WILLIAM *et al*, 2001; HOLLAND *et al*, 2003), Índia (BHARTARI & JAIN, 2003), Indonésia (SUHANDI, 2003), China (NYAUPANE *et al*, 2006), só para citar alguns exemplos (Bursztyn, 2012, p. 52).

A origem do Turismo de Base Comunitária<sup>3</sup>, também denominado na literatura de turismo comunitário, ecoturismo comunitário, turismo rural comunitário e turismo de base local, está nas experiências de turismo em áreas rurais, com aspectos paisagísticos e culturais de interesse turístico, em regiões isoladas em países periféricos, que começaram a desenvolvê-lo em meados dos anos 1980 e podem ser explicadas por um conjunto de fatores de ordem econômica, social, cultural e política (Murphy, 1985; Maldonado, 2009; Bursztyn, 2012).

Maldonado (2009), em sua análise sobre o turismo rural comunitário, destaca que, na América Latina, quatro fatores explicam o desenvolvimento desse turismo: a) as pressões mundiais do mercado turístico que levaram comunidades rurais e indígenas a envolver-se na atividade com incentivo e encorajamento de ONGs, governos e empresas, convencidos de que o turismo comunitário poderia contribuir para a diversificação da oferta nacional e responderia às emergentes demandas mundiais; b) as necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica; c) o papel relevante que as pequenas e microempresas de turismo rural comunitário desempenham no desenvolvimento da economia local e na diversificação da oferta turística nacional; e, d) as estratégias políticas do movimento indígena e rural da região para preservar seus territórios ancestrais na ótica de incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade.

Assim, o surgimento de um turismo baseado no envolvimento das comunidades locais, na sua concepção, planejamento, gestão e execução, vai se dar a partir dos paradoxos da sociedade e suas transformações, dos interesses dos turistas por experiências mais autênticas e do posicionamento das comunidades anfitriãs, diante do desenvolvimento do turismo em escala mundial.

---

<sup>3</sup> Silva, Matta e Coimbra de Sá (2016) fazem uma diferenciação entre turismo de base comunitária e turismo comunitário. Para esses autores, o primeiro, trata-se do modo de organização e gestão adotada pela comunidade para o desenvolvimento do turismo, enquanto o segundo, refere-se a um segmento, uma tipologia ou modalidade de turismo. Sampaio *et al.* (2011) também usam a definição de turismo comunitário, solidário e sustentável, ao referir-se a um turismo protagonizado pelas comunidades locais.

A respeito do TBC, Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), fazem a seguinte reflexão:

O turismo de base comunitária é, antes de tudo, uma expressão do mundo contemporâneo, onde as pessoas não se contentam mais em comprar, em vender. Vive-se um período em que produzir simulacros de relações, da espetacularização da natureza e da cultura com intuito de mercantilização começa a ser questionado. O que o ser humano tem de mais rico é a sua possibilidade de relação direta com o outro e com o diverso (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009, p. 21).

Nesse sentido, o TBC representa, na perspectiva do turista, a busca por experiências mais ricas de relação com o outro e com o diverso, “se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista” (Sampaio, 2005, p. 113). Na perspectiva da comunidade, configura-se em uma estratégia de resistência, de desenvolvimento, a partir do protagonismo comunitário, “resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica” (Irving, 2009, p. 112).

Bartholo (2009), aponta que a “mobilização das comunidades possibilita a resistência e o questionamento dos rumos do desenvolvimento turístico no território”. A luta das comunidades pelo direito à existência forma a base para o fortalecimento do sentido de comunidade. Logo, o TBC também é resultado da luta e resistência das comunidades que foram excluídas dos processos de desenvolvimento do turismo, como também apontam os estudos de Coriolano *et al.* (2009), Sansolo (2009), Sampaio *et al.* (2011), entre outros.

Assim, as expectativas, aspirações, a busca por novas experiências, atendimento às necessidades psicossociais, culturais e recuperação psicossomática, aglutinadas no sujeito turista, por um lado, e a convivencialidade<sup>4</sup>, a sociabilidade, as práticas culturais, a relação de coexistência dependente com a natureza, presentes nas comunidades locais, por outro, intercambiadas por um "turismo situado" (Zaoual,

---

<sup>4</sup> Sampaio (2014) define convivencialidade como uma “relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando a simplicidade das comunidades tradicionais, suas rotinas, seus jeitos de falar, cantar, dançar, comer, entre outros. Na sua essência supera a mera relação de negócio, possibilitando resgatar e reconstruir a interconectividade entre modos de vida distintos”.

2008), baseado em relações que valorizam cultura, natureza, turistas e comunidades, num “encontro”, no sentido de partilha e aprendizado mútuo entre esses agentes (Irving, 2009), constituem-se a condição essencial para a existência do turismo de base comunitária.

Nesse contexto, o TBC consolida-se como uma estratégia coletiva para promover o desenvolvimento sustentável do turismo, cuja participação das comunidades locais, em todas as etapas do processo de desenvolvimento do turismo, da concepção à execução, é a condição essencial para seu sucesso, como apontam Murphy (1985), Sampaio, 2005; Bartholo (2009), Irving (2009), Coriolano *et al.* (2009), Sampaio, Henríquez, Mansur (2011), Bursztyn (2012), Ballesteros (2015), entre outros. A essencialidade da participação da comunidade local é o que, de certa forma, particulariza o TBC, em relação a outras formas e modalidades de turismo.

Nesse sentido, o TBC vem se definindo como:

Assim, turismo de base comunitária se vincula, em última análise, a uma proposta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a consolidação ética destas dimensões e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade (Irving, 2009, p.113).

No entendimento de e Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), o TBC é uma contraposição:

O turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer *rotas exóticas*, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro *modo de visita e hospitalidade*, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que, porventura, se dirija a um mesmo destino (Bursztyn; Bartholo; Delamaro, 2009, p. 86).

Sampaio *et al.* (2014) compreende o TBC como:

uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista (Sampaio *et al.*, 2014, p. 43-44)

No entendimento de Maldonado (2009), TBC é:

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (Maldonado, 2009, p. 31).

A definição proposta por Maldonado (2009) é relativizada por Silva, Matta e Coimbra de Sá (2016), ao salientarem que no TBC a organização não é empresarial, mas sim solidária e sustentada não na propriedade, mas no comunitário. Esse esclarecimento é importante, destacam os autores, em função dos riscos que a comunidade pode sofrer diante do oportunismo de terceiros que, sem vínculos com os valores da comunidade, podem ver no TBC apenas uma oportunidade econômica.

O que fica evidente nessas definições a respeito do TBC é o enfoque ao “encontro” entre visitante e visitado, que vai se dar em outros termos, a partir da perspectiva do local, baseado numa relação dialética entre turista e comunidade e não na sobreposição de um sobre o outro (Sampaio, 2005), onde o fazer turístico é resultado de um processo organizacional promovido pela comunidade. É a comunidade, através de seus referenciais de mundo, de suas capacidades, de suas organizações associativas, de seus arranjos socioprodutivos, de suas lógicas econômicas, enfim, de suas ecossocioeconomias, a protagonista do desenvolvimento desse turismo.

Tratando do TBC como estratégia comunitária que incentiva a conservação da biodiversidade e fortalece os arranjos locais, Sampaio *et al.* (2011, p. 27) acrescenta:

É importante que se entenda desde já que o turismo comunitário, solidário e sustentável não é uma mera política de geração de trabalho e renda (...). O Turismo comunitário, solidário e sustentável apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços. Pode-se dizer que enquanto o turismo comunitário, solidário e sustentável privilegia modos de vidas tradicionais, o arranjo socioprodutivo prestigia modos de produção artesanais.

Assim, o ponto focal do TBC é a comunidade, cujo entendimento transcende o sentido de “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para o sentido de *comum*, de coletivo, uma comunidade que pensa, coletivamente, seu futuro, como esclarece Irving (2009). No mesmo sentido, aponta Maldonado (2009), ao salientar que:

Estabelecer a natureza de “a comunidade” implica definir os princípios, valores, normas e instituições que regem a forma de organização e convivência de um determinado grupo humano, que por sua vez os diferencia de outros atores da sociedade (Maldonado, 2009, p. 28).

Sampaio (2005, p.12 ) indica "que uma comunidade é uma rede de relações que tem um profundo significado entre quem a compõe". Tomando como exemplo um mercado ou feira de domingo de uma cidade ou comunidade indígena, o autor indica que esses lugares se constituem em muito mais do que espaços de compras e vendas, mas sim de encontros, de descobertas, de conhecimento e de intercâmbio. É a partir dessa perspectiva de comunidade que foram tratadas as abordagens no Caju-Una, Céu e Pesqueiro.

O autor ainda alerta que estamos numa sociedade que vem achatando o conceito de comunidade, e com ela sua diversidade, em nome de um individualismo de uma sociedade dominada por um sistema econômico que tem levado ao colapso espaços de experiências de vida, em nome de vantagens ou benefícios puramente econômicos.

Como o TBC não se limita apenas à observação, mas implica num *encontro* (Irving, 2009), numa vivência, em trocas interculturais (Zaoual, 2008), e até no envolvimento com projetos comunitários (Sampaio, 2014), ele possibilita o intercâmbio com o patrimônio comunitário, que é formado pelo universo de valores, crenças, saberes e fazeres, pelos espaços, instrumentos, artefatos, enfim, por “todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo” (Maldonado, 2009, p. 29). Essa ideia de patrimônio comunitário, comunga com o conceito de “sítio” trabalhado por Zaoual (2008), compreendido como um espaço que articula crenças, conhecimentos e comportamentos, mas também lutas e sofrimentos.

Assim, o TBC para a comunidade representa contribuição para a complementação de renda, conservação do patrimônio natural e cultural,

fortalecimento da autoestima, fortalecimento da organização comunitária e dos arranjos socioprodutivos locais, aumento da participação das comunidades nas decisões sobre o turismo, possibilidade de acesso a recursos públicos, oportunidade de aprofundamento de relações políticas, aumento da participação da mulher nos negócios, entre outros benefícios (Sansolo, 2003, 2009; Souza; Santos, 2016; Maldonado, 2009; Sampaio *et al.*, 2011; Boulhosa; Vasconcelos, 2020).

Todavia, embora a importância do TBC seja reconhecida, é oportuno relativizar e problematizar seu desenvolvimento, considerando os impactos negativos que ele pode gerar, bem como os problemas enfrentados pelas comunidades, relacionados a ele.

Maldonado (2009) destaca que turismo é uma atividade invasora e exigente e não é isenta de riscos ou ameaças, e a comunidade deve estar ciente disso antes mesmo de iniciar a atividade. O autor salienta também que o turismo não deve competir, nem suplantar as atividades tradicionais e isso é válido para qualquer comunidade.

O turismo não deve competir nem, e menos ainda, suplantar as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência de tais povos. É concebida como um complemento ao progresso econômico e ocupacional para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa sabedoria e maestria (Maldonado, 2009, p. 30).

Em relação ao desenvolvimento do TBC, as comunidades também enfrentam uma série de dificuldades, como de acesso aos mercados, à linha de créditos, à assistência técnica, carência de infraestrutura de acesso e transporte às comunidades, limitação de acesso aos recursos informacionais, com particular destaque à *internet*, ausência de incrementos tecnológicos que permitam o desenvolvimento de alternativas que agreguem valores a seus produtos, conflitos internos, enfraquecimento da coesão social, temores relacionados à invasão, intimidação, entrada de hábitos e vícios nocivos à comunidade, risco de apropriação oportunista por pessoas e organizações com lógicas puramente economicistas, intermediações desfavoráveis através de empresas e organizações, entre outros (Maldonado, 2009; Tavares, 2009; Faria, 2009; Silva; Matta; Coimbra de Sá, 2016).

No Brasil, as experiências de TBC surgem na década de 1980 e, enquanto tema de diálogo científico, a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, em 1997. Posteriormente, somou-se a esses debates a participação dos movimentos sociais em 2003, na ocasião da realização do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, ocorrido em Fortaleza (Sampaio *et al.*, 2014).

Assim, no país, a proposição de TBC surge a partir de vários debates sobre a construção de um fazer turismo mais justo, que pode favorecer principalmente as comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas, indígenas; bem diferente do turismo de massa, que, muitas vezes, afeta de forma negativa, intencional e planejada tanto a natureza, como as comunidades autóctones (Sampaio, 2011).

Na atualidade inúmeras experiências de TBC têm sido registradas em todo o território brasileiro, e em cada experiência há particularidades e especificidades dadas pelas características socioambientais, políticas e culturais, concorrendo para o surgimento de várias definições e caracterizações da atividade, que, “longe de parecerem confundir as discussões conceituais e definições de práticas de TBC, revelam mesmo a capacidade e criatividade das populações locais em buscar dar respostas às suas próprias demandas” (Boulhosa, 2020, p. 39).

Nesse sentido, TBC vem se consolidando no país como um modo de organização do turismo na escala local, que, inclusive, conseguiu influenciar na formulação de políticas públicas para o fortalecimento da atividade. “Diante de tantas críticas às políticas hegemônicas, emerge o turismo de base comunitária. Uma resposta que pode apontar caminhos profícuos para uma nova proposta de política de fomento turístico” (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009, p. 17).

Em 2008, por meio da Chamada Pública de Seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária, o Ministério do Turismo recebeu mais de 500 projetos, dos quais 50 foram selecionados e 42 convênios efetivados para receber apoio financeiro no valor de, aproximadamente, sete milhões de reais, entre os anos de 2008 e 2009 (Ministério do Turismo, 2010).

Com a quantidade e multiplicidade de experiências de TBC, de Norte a Sul do Brasil, que foram submetidas ao Edital, ficou evidente que o TBC já era uma realidade nacional, necessitando, portanto, de uma atenção maior das políticas públicas

nacionais, para se construir no país um ambiente favorável ao desenvolvimento dessa forma de turismo.

Trazendo para o debate os conceitos e categorias de análise que norteiam esta tese, sendo estes, desenvolvimento local endógeno, pós-desenvolvimento, *Buen vivir* e ecossocioeconomia, é possível fazer uma relação direta com os conceitos, caracterizações e experiências de turismo de base comunitária, relação essa desenvolvida aqui.

Pelas características que as experiências de TBC tem apresentado, respeitando as suas particularidades locais, elas se relacionam diretamente com a ideia de desenvolvimento local endógeno, defendida por Vázquez-Barquero (2000, 2001, 2007, 2009, 2010), onde o desenvolvimento é pensado pelo e para o local, através da valorização dos recursos, do saber endógeno, das capacidades e potencialidades internas, com vista ao atendimento das necessidades da comunidade local. É nesse sentido que vários debates sobre o TBC têm se apresentado.

Assim, turismo de base comunitária se vincula, em última análise, a uma proposta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a consolidação ética destas dimensões e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade (Irving, 2009, p. 113).

A ecossocioeconomia, como teoria pensada a partir das experimentações e complexidades do cotidiano (Sampaio, 2014), irá ajudar a observar, cientificamente, as formas e estratégias geradas no seio das comunidades para o desenvolvimento do TBC; formas essas, muitas vezes ignoradas ou marginalizadas, mas que revelam o patrimônio cultural e identitário e as relações estabelecidas no e com o meio ambiente, por essas comunidades.

Assim, o Turismo de Base Comunitária (TBC) surge como uma atividade resultante do intercâmbio de saberes e práticas das comunidades autóctones, baseado em sua cosmovisão de mundo e em racionalidades diversas da utilitária. Os espaços e práticas culturais, muitas vezes vistos apenas como atrativos por turistas e empreendedores do turismo, na verdade, representam locais de reprodução da vida. Nesse sentido, estabelece-se um diálogo entre o TBC e o conceito de *buen vivir*.

Desta forma, as categorias de desenvolvimento endógeno e pós-desenvolvimento, ecossocioeconomia, *Buen vivir* e turismo de base comunitária,

trabalhadas aqui, norteiam a presente tese, compondo os fios condutores que auxiliaram na compreensão do florescer de um novo turismo que vem se desenvolvendo na Ilha do Marajó, há poucos anos. Esse turismo tem contribuído, efetivamente, para a inclusão e o desenvolvimento sociocultural, político e econômico das comunidades locais, que estão se posicionando em relação ao turismo e se tornando protagonistas desse novo cenário turístico na grande ilha do Marajó.

As categorias de análise aqui utilizadas somaram no esforço de apreender a realidade sociocultural e do turismo de base comunitária em curso no Marajó, nas Comunidades do Céu, Caju-úna e Pesqueiro, onde as mesmas serão tensionadas e relativizadas junto à realidade local, aos saberes e fazeres da gente marajoara, aos conflitos existentes entre a lógica do local e a lógica do mercado turístico e ao modo de vida dessas comunidades extrativistas, marcado que está, por uma profunda relação com a natureza.

## **5. ARQUIPÉLAGO MARAJOARA**

### **5.1 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MESORREGIÃO MARAJOARA**

Em função da diversidade ecológica, sociocultural, política e econômica e da dimensão geográfica do Marajó, a apresentação dos aspectos socioambientais partirá de uma perspectiva da mesorregião marajoara, abordando, criticamente, as três microrregiões que a compõe.

A escolha em trabalhar a partir da mesorregião, se justifica pela constante fragmentação nos estudos sobre o Marajó, que impedem de se ter uma visão mais sistêmica, importante e necessária, para se compreender essa região no contexto paraense e amazônico.

Assim, tratar a partir da mesorregião é um esforço intelectual, uma tentativa de contextualizar esse universo marajoara, com suas particularidades, diversidades, contrastes, lutas e resistências; um Marajó de florestas, campos, rios, chuvas, secas, e, sobretudo, de gente, embasado numa perspectiva decolonial, com vistas a ampliar o olhar sobre a região e diante da carência de abordagens mais integradoras sobre a mesorregião marajoara.

#### **5.1.1- Localização e aspectos físicos**

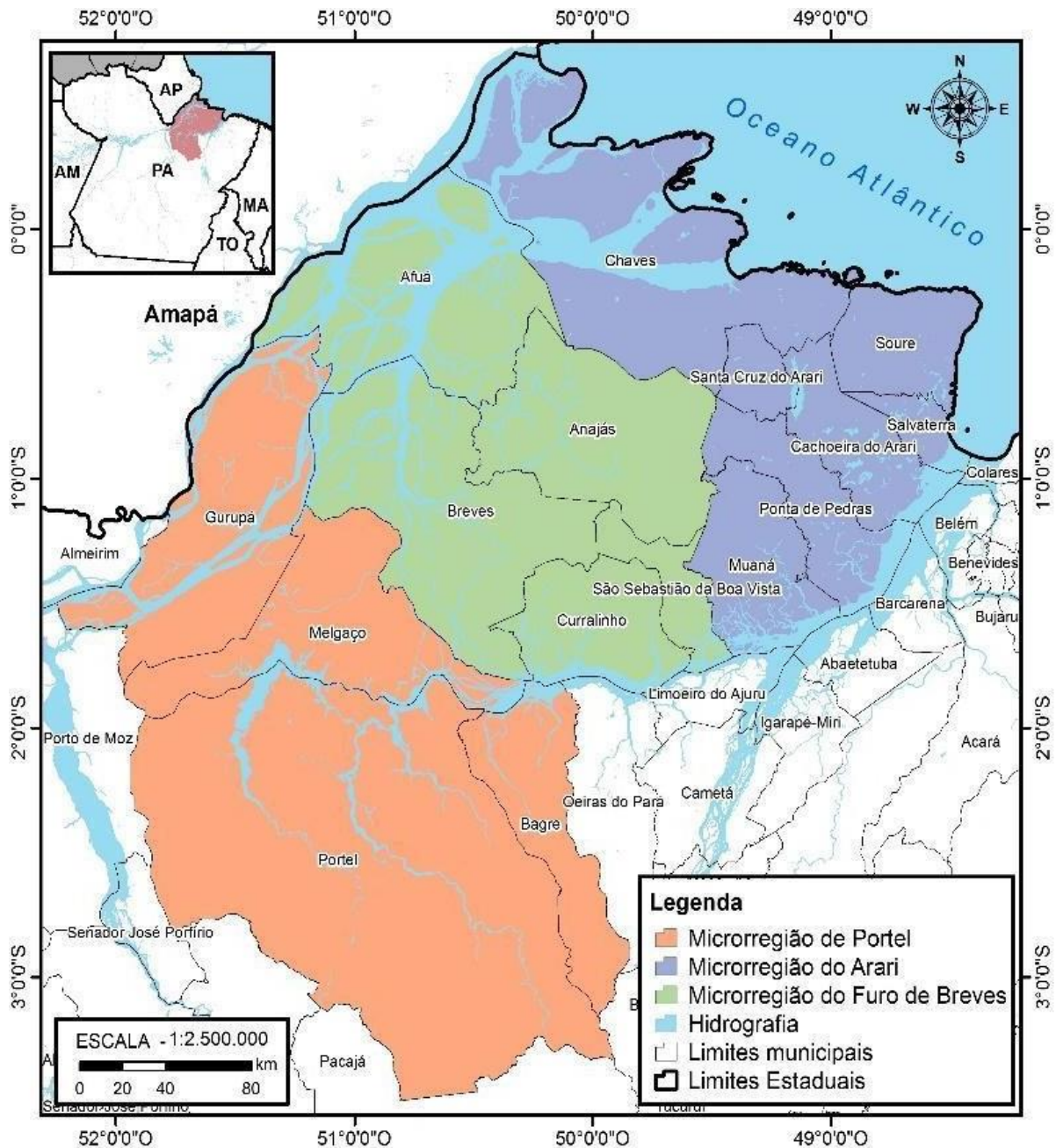
O arquipélago do Marajó, maior arquipélago fluviomarinho do mundo, está localizado na região norte do Brasil, no estado do Pará, na foz do rio Amazonas; cercado, ao norte, pelo oceano Atlântico e canal do Norte do rio Amazonas; a leste, pelo oceano Atlântico e baía do Marajó; a oeste, pela região dos furos; ao sul, pelas águas dos rios Pará e Tocantins.

Com 17 municípios<sup>5</sup>, uma área de 96.035,63 km<sup>2</sup> e com população estimada de 497.474 habitantes (IBGE, 2022), equivalente a cerca de 6% da população paraense, o arquipélago compõe a mesorregião do Marajó, dividido politicamente em três microrregiões denominadas de Microrregião do Arari, Microrregião do Furo de Breves e Microrregião de Portel (Figura 02).

---

<sup>5</sup> Em 2022, através do Decreto nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022, o município de Oeiras do Pará foi incluído na Região de Integração do Marajó, alterando o Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, que trata da regionalização do Estado do Pará no qual tal município fazia parte da Região do Tocantins.

Figura 02 - Mapa da mesorregião do Marajó – Estado do Pará, com identificação das microrregiões do Marajó em relação ao Pará.



 <p><b>LAENA</b> Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurlienne</p>	 <p><b>UFPA</b></p>	<p><b>INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS</b></p> <p>Fonte: IBGE, 2019/ ANA, 2016 Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: SIRGAS-2000</p>
--	--	--

Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurlienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2020.

As microrregiões do Arari e Furo de Breves são formadas por municípios inseridos integralmente no arquipélago do Marajó, enquanto a microrregião de Portel, abrange municípios em áreas continentais, na porção sul/sudoeste da mesorregião (BRASIL, 2007).

A mesorregião também é dividida em Marajó das Florestas, correspondente a sua porção ocidental, compreendendo as microrregiões de Furo de Breves e Portel, e Marajó dos Campos, na porção oriental, constituída pela microrregião do Arari. Porém, o uso dos termos Marajó dos Campos e Marajó das Florestas (Figura 03), segundo Pacheco (2018) ultrapassa a ideia de paisagem predominante, sendo uma divisão na perspectiva geopolítica, para marcar diferenças, semelhanças, relações históricas e culturais, na constituição da região.

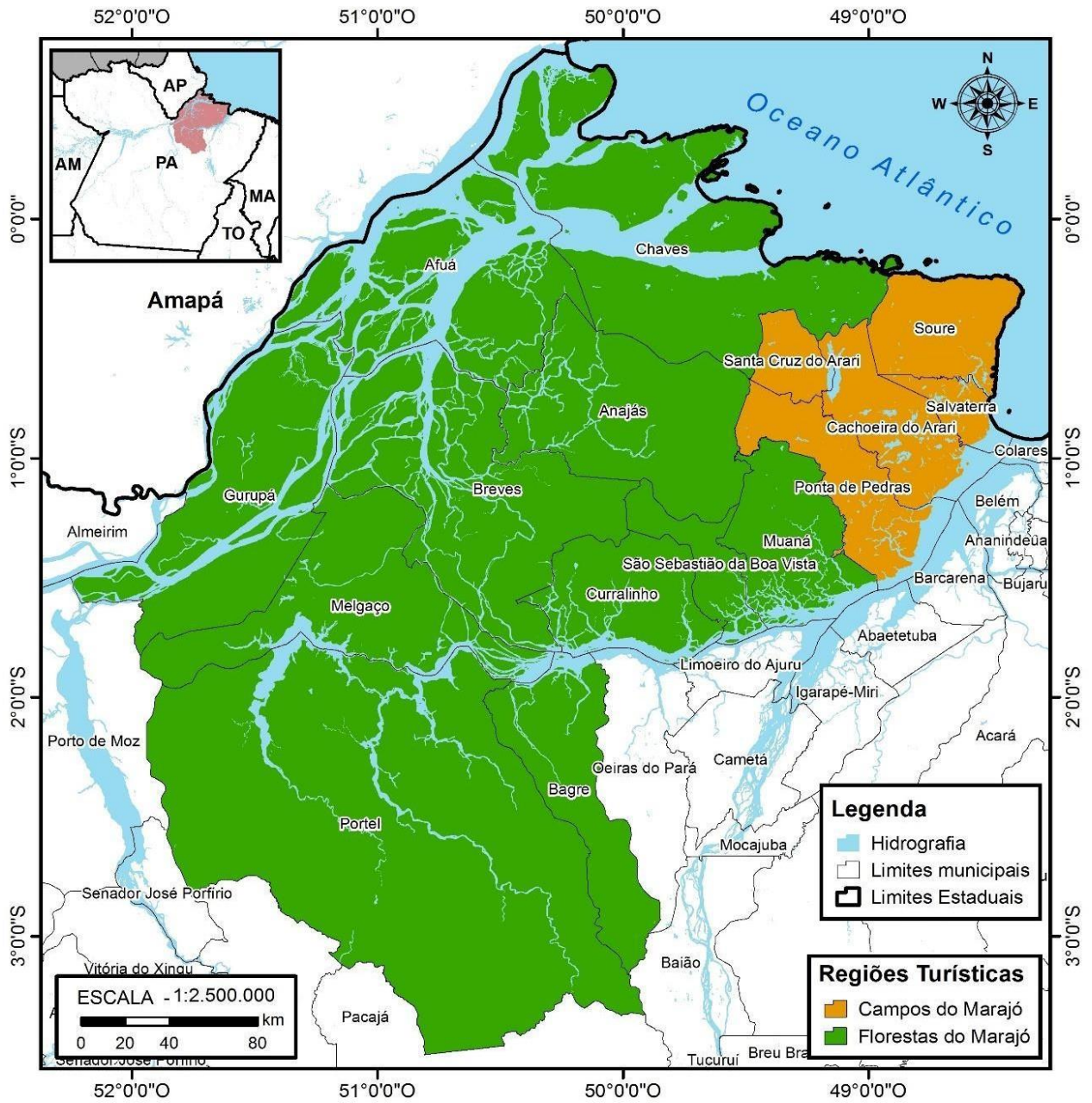
O arquipélago do Marajó constitui-se em uma Unidade de Conservação, na categoria de Área de Proteção Ambiental - APA do Marajó, criada em 1989, a partir do Art. 13, § 2º, da Constituição do Estado do Pará, sendo a maior da costa norte do Brasil. Além da APA Marajó, o arquipélago possui outras Unidades de Conservação distribuídas em seu território, de acordo com a Quadro 2.


**Quadro 2- Unidades de Conservação do Arquipélago Marajoara**

CATEGORIA	MUNICÍPIOS	ÁREA (km²)	ANO CRIAÇÃO	ESFERA
Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó	Municípios das microrregiões de Furo de Breves e Arari	45.247	1989	Estadual
Floresta Nacional de Caxiuanã	Melgaço	3.179	1961	Federal
Parque Estadual Charapucu	Afuá	653	2010	Estadual
Reserva Extrativista Marinha de Soure	Soure	296	2001	Federal
Reserva Extrativista Gurupá- Melgaço	Gurupá e Melgaço	1.454	2006	Federal
Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba	Curralinho e São Sebastião da Boa Vista	1.94	2006	Federal
Reserva Extrativista Mapuá	Breves	938	2005	Federal
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquirá	Gurupá	644	2005	Federal
<b>Total</b>		<b>54.360</b>		

Fonte: Ideflor-Bio, 2017.

Figura 03 – Mapa da mesorregião do Marajó, com destaque as regiões turísticas de Campos e Florestas do Marajó



	<p><b>INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS</b></p> <p>Fonte: IBGE, 2019/ ANA, 2016                  Sistema de Coordenadas Geográficas                  Datum Horizontal: SIRGAS-2000</p>
---	--

Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2020.

Em 2018 o arquipélago do Marajó ingressou na rede de sítios da Convenção de Ramsar<sup>6</sup> de proteção das Zonas Úmidas de Importância Internacional, do Brasil, com o “Sitio Estuário do Amazonas e seus manguezais (Sitio Ramsar Regional)” que consiste num corredor de 23 unidades de conservação, com uma área de mais de 3,8 milhões de hectares, indo do Amapá até o Ceará, cuja costa está uma das maiores formações contínuas de manguezais do mundo, com mais de 8.900 quilômetros quadrados, estendendo-se por 700 km, concentrando 70% dos manguezais do Brasil (RSIS RAMSAR, 2018).

O arquipélago marajoara é um complexo fluviomarinho, com cerca de três mil ilhas e ilhotas, de uma unidade geomorfológica de terras baixas, com uma parte com características continentais, correspondente à região de Portel, formado a partir da deposição de sedimentos holocênicos recentes (quaternário superior) e alguns núcleos mais antigos como Formação Barreiras (terciário), com uma área de 62.000km<sup>2</sup> (Amaral *et al.*, 2007).

Três ilhas possuem destaque no arquipélago, a Ilhas de Mexiana e Caviana, na contra costa, pertencentes ao município de Chaves com 1.543km<sup>2</sup> e 4.968km<sup>2</sup>, respectivamente, e a Ilha do Marajó, a maior ilha fluviomarinha do mundo, com 57,683km<sup>2</sup> (IBGE, 2022), dividida naturalmente em duas grandes regiões, de floresta tropical a oeste e campos naturais a leste (Lisboa, 2012; Amaral *et al.*, 2007).

O arquipélago é drenado por complexo sistema fluvial, principalmente na região ocidental, formado por rios, furos, canais, paranás, igarapés e lagos, importantíssimos para a alimentação, comunicação e escoamento da produção local, influenciando sensivelmente o ritmo de vida da gente marajoara, em sua dinâmica de enchente e vazante de marés e períodos de chuva e estiagem, que afetam a navegabilidade, as horas de viagens, o período de plantio, a coleta de sementes e frutos, a pesca e o lazer nessa região.

---

<sup>6</sup> A Convenção Ramsar é um tratado intergovernamental criado inicialmente no intuito de proteger os habitats aquáticos importantes para a conservação de aves migratórias, por isso foi denominada de "Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat para Aves Aquáticas". Entretanto, ao longo do tempo, ampliou sua preocupação com as demais áreas úmidas, de modo a promover sua conservação e uso sustentável, bem como o bem-estar das populações humanas que delas dependem (Junk, 2013).

Possui destaque na hidrografia local o lago Arari, o maior lago do arquipélago, localizado no centro da região dos campos, no município de Santa Cruz do Arari, com uma extensão de 18 Km e largura variando entre 4 e 7 km, com profundidade que variade 1 m na estiagem, a 7 m na época chuvosa. Lago de grande beleza cênica e diversidade ictiológica comercial, é a principal fonte de alimentação e renda para Santa Cruz do Ararie os municípios vizinhos, como Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras.

O clima da região é tropical úmido, segundo a classificação de KOPPEN, alternando entre dois períodos bem distintos: chuvoso (inverno) e de estiagem (verão). O período chuvoso (Fotografia 7) vai de janeiro a maio, e concentra elevado índice pluviométrico, particularmente entre os meses de fevereiro e abril, fazendo transbordar vários rios e lagos, deixando pontes submersas e palafitas isoladas e afetando a dinâmica de trabalho, seja nas florestas ou nos campos.

Entre junho e agosto as chuvas diminuem, sendo um período intermediário entre os dois períodos marcantes no clima. Entre setembro e dezembro, o período é o da estiagem, quando se observa uma drástica mudança na paisagem, principalmente nos campos naturais a leste, onde a água vai sendo drenada e a oferta de pasto reduzida (Lisboa, 2012).

No período de estiagem (Fotografia 8) ocorre o desaparecimento da água em vários locais, migração de aves, deslocamento do gado, o que influencia a dinâmica do trabalho nos campos, em particular, na criação de gado, pois as pastagens que se alagam no inverno amazônico, têm o solo rachado pela estiagem rigorosa no verão, fazendo surgir as “terroadas”, denominação local, para os sulcos no solo endurecido pelo sol, formados nos campos de solo argiloso que amolecem com a chuva e formam buracos com o pisoteio do gado, deixando o terreno acidentado e dificultando o deslocamento (Boulhosa, 2016).

Fotografias 7 e 8 – Imagens aéreas dos campos naturais do Marajó, no período de inverno e verão Amazônico.



Fonte: J. Ramid, 2019.

Com uma topografia plana, com pequenas variações nos *tesos*<sup>7</sup>, o arquipélago do Marajó apresenta um conjunto vegetativo único no contexto amazônico, com predomínio de campos naturais e florestas de terra firme e inundáveis, influenciado pela variação sazonal da precipitação pluviométrica, rede de drenagem fluvial e topografia (Amaral *et al.*, 2007; Silva *et al.*, 2013).

A vegetação de campos é classificada em campos úmidos limpos, com predominância de vegetação herbácea; campos mistos com “mondongos” com pequenas oscilações na topografia local, favorecendo o estabelecimento de estrato arbustivo-arbóreo; campos com ilhas de matas e capões e os “tesos” que, como já informado, são zonas mais elevadas, que não sofrem influência das inundações.

A vegetação de floresta é, predominantemente, do tipo pluvial ou ombrófila e perenifólia, presente nas áreas inundáveis, nos terrenos mais baixos (igapós e várzeas) e em terra firme (Amaral *et al.*, 2007).

Partindo de Belém, o acesso ao arquipélago se dá, majoritariamente, por via fluvial, em barcos motorizados, lanchas e balsas, saindo do Terminal Hidroviário de Belém e do Distrito de Icoaraci, atravessando as baías do Guajará e do Marajó. A principal entrada na Ilha do Marajó, pela região leste, é o Porto de Camará, no município de Salvaterra, na foz do rio Camará (fotografias 9 e 10). A partir do porto, é possível ter acesso, por via terrestre, aos municípios de Soure, Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari, através da PA 154. Por suas características físicas, entrecortadas por inúmeros rios, para acessar outros municípios, até os que estão na microrregião do Arari, como Ponta de Pedras, Muaná e Chaves, é necessário sair da Ilha e partir de Belém, pois não há acesso ou transporte regular para esses municípios para quem entrou via Camará.

---

<sup>7</sup> Denominação local para áreas de terras mais altas, usadas como espaços para livrar o gado nos tempos de enchentes. “Parte elevada do campo que não alaga durante a cheia” (Miranda, 1968). Alguns Tesos marajoaras correspondem a sítios arqueológicos, sendo aterramentos artificiais construídos por grupos humanos que habitavam o Marajó antes de sua ocupação colonial, sendo locais de moradias e cemitérios dessas populações. Assim, a denominação teso, com o mesmo sentido de montes ou sambaquis (Meggers; Evans, 1957; Roosevelt, 1992) também é usada nos estudos sobre a arqueologia marajoara, por caracterizar uma fase de ocupação pré-colonial no Marajó (Schaan, 1996; 2007a). Schaan, Martins e Portal (2010) descrevem os tesos como grandes plataformas de terra com alturas superiores a 12 metros, erguidas sobre a paisagem eminentemente plana dos campos do Marajó e eles teriam surgido como um efeito secundário do manejo hidráulico promovidos pelos cacicados marajoaras.

Fotografias 9 e 10 – Balsa de transporte de veículos e cargas e Porto do Camará. Salvaterra.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2018

Para os municípios da região de Floresta há barcos motorizados saindo de vários portos de Belém (São Domingos, Bom Jesus, Custódio, Tamandaré, Comercial e Mundurucus). O principal terminal hidroviário dessa região está no município de Breves, parada quase obrigatória para as embarcações de pessoas e cargas que navegam pelo Amazonas. O acesso a várias localidades deste município, também pode ser feito pela PA-159. O transporte aéreo para o Marajó ocorre apenas para o município Breves; para os demais, acontece em sistema de frete.

Por suas características ambientais, a região do Marajó destaca-se, no contexto paraense, por ser uma região de importante fornecimento de produtos extrativistas, agrícolas, pesqueiros, pecuários, frutíferos etc. É o maior produtor de palmito de açaí do Pará, com participação de 70%; segundo maior produtor de açaí (*Euterpe oleracea*) com 25%; destaca-se na produção madeireira, com 41% da extração do Estado; pecuária bubalina de 68%; e com proeminência atual na produção de arroz no Pará (FAPESPA, 2015, 2019).

Todavia, não obstante sua participação na economia estadual, a realidade socioeconômica da região marajoara é marcada por profundos contrastes, de abundância e pobreza, com lógicas de ocupação e exploração que se estendem por séculos, sobre os quais trataremos mais adiante.

Ao longo dos últimos séculos, a região vem sendo interpretada como terra de grandes contrastes: de um lado suas riquezas humanas, arqueológicas e naturais, mas, pelos jogos do político e de interesses particulares de grandes latifundiários e empresários, foi soterrada em pobreza, reverberando diretamente na vida das populações, carentes de oportunidades de trabalho, formação escolar e profissional, além de condições para exercer seu direito a uma existência digna e cidadã (Pacheco, 2018, p. 65).

### 5.1.2 História e ocupação

Marajó, denominação que vem do tupi *Mbarayó*, significando “anteparo do mar” ou “tapa mar”, foi um dos nomes atribuídos à Grande Ilha, na desembocadura do rio Amazonas. Primeiro, foi designada de “Ilha dos *Nheengaibas*”, nome que teria sido dado por navegadores portugueses, em função da existência de diversas línguas, consideradas de difícil compreensão pelo colonizador, “num ato de desqualificação e negação da multiplicidade de línguas faladas por aqueles ameríndios” (Pacheco, 2016).

Depois, foi chamada de *Marinatambalo*, nome que, segundo Dalcídio Jurandir (1942), era como a ilha era denominada por indígenas e espanhóis. Posteriormente, foi designada de *Paricatuba*, cuja origem é desconhecida. Em seguida, Ilha Grande de Joanes, nome cuja origem é controversa, pois em uma versão diz que foi inspirado num tribo que habitou a ilha, os índios *luioana*, e que teria sofrido modificações e transformando-se em *Joannes*; e, em outra que *Joannes* teria sido o nome dado pelo navegador espanhol Vicente Yanez Pinzón ou do santo do dia em que esse navegador desembarcou na ilha.

Sobre os povos que viviam na região do Marajó antes de sua colonização, há poucos registros históricos. As únicas fontes disponíveis para se reconstruir o passado pré-histórico do Marajó são os registros arqueológicos e as crônicas etnográficas dos viajantes do período colonial (Schaan, 1996).

Os estudos arqueológicos realizados no Marajó, indicam que essa região esteve habitada por cerca de 3.500 anos, com sociedades que lá viviam da caça, pesca, coleta e, provavelmente, da cultura da mandioca. Nos primeiros 1500 anos, os estudos informam que essas sociedades viviam em pequenas vilas, ocupando os ecossistemas de campos baixos e altos, floresta inundada e de terra firme, galerias de floresta ao longo dos rios e zona intermediária entre campo e floresta (Roosevelt, 1992; Schaan, 2007a; Schaan; Martins; Portal, 2010).

Escavações arqueológicas realizadas no final da década de 40 por Betty Meggers e Clifford Evans identificam cinco fases de ocupação pré-colonial no Marajó. Tais fases de ocupação seriam representadas por uma sucessão de culturas que não se relacionaram entre si, iniciadas em torno de 700 d.C. As fases que se sucederam em Marajó foram: 1ª Ananatuba, que teria durado 368 anos; 2ª Mangueiras, com a duração de 330 anos; 3ª Formiga, com duração breve, de 75 anos; 4ª Marajoara, com

início em 1250 d.C., com duração de aproximadamente 200 anos; e a 5ª Aruã, contemporânea ao período da invasão colonial e que se estendeu até o século XIX (Schaan, 1996).

No período correspondente à fase marajoara, começam a surgir sociedades maiores, estruturadas hierarquicamente em cacicados e organizadas de forma regional, relacionando-se umas com as outras através de casamentos, alianças, festas e, talvez, até de guerras.

Os cacicados surgiram a partir do século V, quando foram construídas grandes barragens, represando rios, e erguidas imensas plataformas de terra (os tesos) com até 12m de altura e 2 a 3 hectares, em áreas de campos inundáveis, que eram utilizadas como habitações e cemitérios (Schaan; Martins; Portal, 2010), sendo esses “tesos” um dos principais elementos da fase de ocupação marajoara, fase arqueológica que possui destaque nas ocupações pré-coloniais no Marajó.

Embasados no determinismo ecológico e na teoria da migração, Meggers e Evans, ao analisarem a cerâmica arqueológica da Fase marajoara, concluíram que teria sido produzida por um povo proveniente das terras andinas que, migrando, teria chegado ao Marajó. Posteriormente, pesquisas arqueológicas realizadas por Anna Roosevelt, nos anos 80 e 90, produziram resultados diferentes e acabaram por chocar-se com as teorias construídas por Meggers e Evans. Ao contrário do que se pensava anteriormente, a Ilha de Marajó suportou uma civilização altamente desenvolvida, por quase 1.000 anos, até aproximadamente o ano de 1300 d.C. (Roosevelt, 1992; Schaan, 1996).

Nos estudos de fragmentos de cerâmicas feitos por Roosevelt, os indícios indicam que a ocupação da região do Marajó foi decorrente de populações que já estavam estabelecidas na Amazônia, contrariando a tese anterior, de que a população pertencente à sociedade marajoara teria vindo das Cordilheiras dos Andes, por volta de 800 anos antes da ocupação europeia. A arqueóloga atestou que a cerâmica apareceu na Amazônia 2.000 anos antes do que nos Andes e na Mesoamérica, logo, os estilos semelhantes nos Andes, lá aparecem 600 anos mais tarde e podem ter sofrido influência amazônica (Roosevelt, 1992; Schaan, 1996).

A análise das urnas funerárias da fase marajoara, onde se observa o destaque da figura humana feminina, em associação com animais, pode indicar que a matrilinearidade era a maneira organizativa do parentesco. As pesquisas arqueológicas da Fase marajoara (Fotografias 11 e 12) demonstram a complexidade

da sociedade que habitou o Marajó antes de sua ocupação colonial, indicando que tais sociedades desenvolveram tecnologias de manejo hidráulico, que possuíam sistema de exploração do meio ambiente bastante desenvolvido, que tinham uma economia bem organizada e de âmbito inter-regional, e que alcançaram grandes contingentes populacionais, e foram responsáveis por uma vasta produção ceramista utilitária e ritualística, destacando-se como uma das civilizações mais complexas da pré-história recente das Américas (Schaan, 1996, 2007a, 2007b; Schaan; Martins; Portal, 2010).

Os resultados de todo esse trabalho, levado a efeito com uma equipe multidisciplinar e com a possibilidade de analisar o material em laboratórios sofisticados, mostram que, ao contrário do que se pensava anteriormente, a Ilha de Marajó suportou uma civilização altamente desenvolvida, por quase 1.000 anos, até aproximadamente o ano de 1300 d.C. E não só esta população não decaiu sob as agruras do clima e da geografia da Ilha como nela se desenvolveu, florescendo ali uma das civilizações mais complexas da pré-história recente das Américas (Schaan, 1996, p. 53-54).

A história da ocupação e invasão colonial do Marajó também pode ser reconstruída a partir das crônicas etnográficas produzidas pelos viajantes. Araújo e Pacheco (2016) informam que a bibliografia conhecida como “literatura de viagem” ganhou ampla repercussão durante o século XIX, ao se tornar um dos meios mais populares de conhecimento das terras brasileiras por diferentes públicos nacionais e estrangeiros.

Fotografias 11 e 12 – Peças de cerâmica arqueológica da fase marajoara. A primeira, exposta no Museu do Marajó Padre Giovanni Gallo, em Cachoeira do Arari (PA), e a segunda, encontrada durante abertura de estrada para instalação dos linhões de energia elétrica entre Ponta de Pedras (PA) e Cachoeira do Arari (PA).



Fonte: M. S. Boulhosa, 2010, 2018.

De acordo com Denise Schaan (1996), apesar da imprecisão geográfica e da forte carga emocional das crônicas dos viajantes, que caracterizam muitas descrições sobre a região amazônica, uma leitura atenta e um estudo comparativo entre elas, levam hoje a conclusões importantes sobre os padrões de assentamento e práticas culturais das populações que habitavam a várzea amazônica alguns anos antes da chegada dos europeus, embora Pacheco (2009) destaque que essas crônicas de encontros, tragédias e negociações entre conquistadores e populações a serem conquistadas, acabaram sempre consagrando a memória religiosa que, dentre as inúmeras derrotas e extermínio ocorridos no Marajó, apresenta-se como exclusivamente vencedora.

As crônicas do século XVI, com maior relevância as de Gaspar de Carvajal e as dos diversos cronistas da expedição de Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre, indicam que o Amazonas e seus afluentes eram densamente povoados.

Nas crônicas atribuídas a Alonso de Rojas, os relatos dão conta da numerosa população que habitava os vales amazônicos.

Todo este rio das Amazonas, nas ilhas, nas margens e terra adentro, está povoado de índios e tantos em número, que para dar uma ideia da sua multidão disse o piloto-mor desta armada, Bento da Costa, homem prático nestes descobrimentos, que navegou o rio e todos os que nele entram até chegar a Quito, marcando a terra e anotando suas propriedades, que são tantos e sem número os índios, que se do ar deixassem cair uma agulha, há de dar em cabeça de índio e não no solo. Tal é a sua quantidade, que não podendo caberem terra firme, se arrojam para as ilhas (Rojas, 1941, p.107-108).

Nas crônicas dos viajantes, o relato mais antigo que se tem notícia sobre o Marajó é de autoria do Frei Gaspar de Carvajal, que participou da expedição do Capitão espanhol Francisco Orellana em 1541, que desceu o Amazonas, aportando na Ilha do Marajó.

Aqui começámos a deixar a boa terra de campos e terras altas, entrando numa terra baixa, de muitas ilhas, embora não tão povoadas como as de cima. Deixou o Capitão a terra firme, metendo-se entre as ilhas, pelas quais foi caminhando, tomando de comer onde víamos que o podíamos fazer sem dano. E como as ilhas eram muitas e muito grandes, nunca pudemos voltar a tomar terra firme de um e outro lado até ao mar. Caminhámos entre tais ilhas umas duzentas léguas, por entre as quais, e ainda umas cem mais, sobe a maré com muita fúria, havendo pois trezentas léguas de maré e mil e quinhentas sem ela, de modo que podemos contar por este rio, desde o ponto de onde saímos até ao mar mil e oitocentas léguas, antes para mais que para menos (Carvajal, 1941, p. 73).

Nas crônicas, os relatos sobre o modo de vida dos que habitavam o Marajó são vagos e imprecisos e, esses, estariam divididos em várias nações de línguas e costumes diferentes, sendo os mais conhecidos, os Aruãs, temidos por seus costumes antropofágicos. As pesquisas arqueológicas indicam que a civilização que produziu a complexa cerâmica policrômica, da fase marajoara, já não mais habitava o Marajó, quando da efetivação da colonização da região (Schaan, 1996).

Calcula-se que habitava a várzea, à época da conquista, uma população de cerca de um milhão de habitantes, com sociedade internamente estratificada e constituída em povoados extensos, com produção excedentes e significativo comércio intertribal. Menos de um século mais tarde, essa população foi drasticamente desestruturada e reduzida, em função do enfrentamento com os europeus, disseminação de doenças e epidemias, escravização dos índios e migração em massa. No final do século XVII quase todos os povos que habitavam a várzea do Amazonas estavam extintos ou reduzidos, e muitos outros haviam fugido para os altos cursos dos afluentes (Porro, 1992, 1996). Os que não foram dizimados, foram invisibilizados no processo de colonização.

Discorrendo sobre a história do Pará, Rosa Acevedo Marin (2010), a respeito do plano colonial na região, acrescenta:

Nações indígenas ocupantes da várzea foram disseminadas, quando não dispersas, invisibilizadas e negadas e este espaço transforma-se no plano econômico, social e ecológico para responder às demandas do sistema colonial. O extrativismo vegetal e animal, a agricultura e a pecuária desenvolveram-se como formas de produção mercantil (Acevedo Marin, 2010, p. 29).

Como já visto com Quijano (2005) a ideia de raça tornou-se instrumento de classificação social, passando, posteriormente, a cor e os traços fenotípicos a serem codificador de categoria racial, colocando negros (depois índios) na condição de dominados e brancos na condição de dominadores. Nesse sentido, toda e qualquer atrocidade praticada contra as “raças inferiores” eram justificáveis.

No território marajoara, no processo de colonização, os confrontos entre os habitantes do Marajó e colonizadores foram constantes. Os nativos utilizavam-se de suas experiências de guerra e do profundo conhecimento do ambiente para resistir, mas foram reduzidos, expulsos e/ou dizimados pelas estratégias de dominação e poderio bélico dos lusitanos, em face do projeto eurocêntrico de conquista.

O labirinto de ilhas, os “Marajós”, e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram, passivamente, aquelas estranhas chegadas de gentes tão diferentes de seus referentes humanos. Experientes em contatos e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações, Aruâns, Sacacas, Marauanás, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás e os batizados de Nheengaibas, enfrentaram as armas portuguesas por quase 40 anos. Esse processo já demonstra quão difícil foi a conquista da Amazônia e como os nativos habitantes, “da ilha que estava atravessada na boca do rio Amazonas, de maior comprimento e largueza que todo o reino de Portugal”, posicionaram-se diante da voraz ganância lusitana (Pacheco, 2009, p. 84).

Desde o início da ocupação/invasão colonial na Amazônia, a região do Marajó teve destaque nesse processo, em função de sua localização geográfica, na desembocadura do maior rio da Amazônia, o que facilitava o controle da navegação, e por suas características ecológicas, que ofereciam recursos e condições naturais para desenvolvimento de atividades que iriam colaborar com os objetivos dos colonizadores.

A ocupação/invasão portuguesa no Marajó se efetivou por volta de 1659, embora outras nações europeias já tivessem estabelecido contatos, negociações e tráficos de produtos e escravos indígenas, com os povos que lá viviam antes da colonização portuguesa, como os holandeses, franceses, ingleses, irlandeses, o que levou ao empenho de Portugal em ocupar e controlar a grande Ilha.

Assim, em 1659 uma comitiva formada por Oficiais, Principais e Mosqueteiros, sob o comando do Pe. Antônio Vieira, foi enviada ao Marajó, se efetivando, a partir daí, a dominação portuguesa na região marajoara.

Em 1665, o Marajó foi transformado em Capitania hereditária e doada pelo rei D. Afonso VI, ao seu secretário de Estado, António de Sousa Macedo, sendo seu sucessor seu filho Luiz Gonçalo de Sousa Macedo, primeiro Barão da Ilha Grande de Joanes. Essa doação, além de estratégica para controlar e proteger as terras de invasões de outras nações europeias, também serviu para explorar os recursos existentes na Ilha e ampliar sua ocupação, através da distribuição de terras entre os sesmeiros (Teixeira, 1953).

Nesse processo, lavouras e engenhos de açúcar, pesqueiros, roças de mandioca e fazendas de gado foram introduzidas no Marajó. Com o estabelecimento de currais, inicialmente às proximidades do rio Arari, a pecuária ganha destaque nas atividades coloniais no Marajó, em função dos vastos campos naturais na região leste da ilha serem propícios para a criação de gado.

O gado que foi levado ao Marajó, chegou a Belém em 1644, procedente de Cabo Verde, sendo depois levado para a ilha por volta de 1680. É nesse contexto que também chegam os negros, trazidos possivelmente com o gado, para trabalharem na atividade pastoril, de acordo com Teixeira (1953).

Embora pouco considerada nos estudos sobre Marajó, a presença negra na região foi muito forte e de grande importância para a formação da sociedade e cultura marajoara, pós colonização.

Pesquisas de Pacheco (2012; 2017) sobre a presença negra no Marajó, na mesma linha de pensamento de Manoel Nunes Pereira, Vicente Salles, Anaíza Vergolino, Rosa Acevedo Marin, entre outros, que duvidaram do “vazio humano africano”, nas palavras de Agenor Pacheco, destacam as zonas de intersecção afro-indígena no Marajó.

A constituição das zonas de intersecção afroindígena em circuito marajoara se fez, então, na ciência do concreto, na fusão do pensamento com o sentimento em práticas e saberes de tradições orais (HAMPATÉ BÂ, 2011) com nações indígenas Aruan, Cajuá, Marauaná, Sacaca, Caia, Arari, Anajás, Muaná, Mapuá e Mamaianá, Chapouna, Pacajá, dentre inúmeras outras, que estabeleceram por campos, rios e florestas com nações africanas de Angola, Congo, Guiné, Benguela, Cabinda, Moçambique, Moxincongo, Mauá ou Macuá, Caçanje, Calabar ou Carabá, de origem banto, e Mina, Fânti-Achânti, Mali ou Maí ou Mandinga, Fula, Fulope ou Fulupo, Bijogó ou Bixagó (Pacheco, 2017, p.4).

Em Marajó, sob o controle dos portugueses, o *modus vivendi* dos povos que lá habitavam foi totalmente alterado, com aldeias transformando-se em Vilas e, muitas, posteriormente, em cidades; índios livres transformados em roceiros, pescadores, carpinteiros, vaqueiros, confinados a um território, por meio do sistema de aldeamento instituído no Regimento de Tomé de Souza em 1548, que os obrigava a concentrarem-se próximos às povoações missionárias (Soares, 2002). Os negros, levados à ilha na condição de escravos, se irmanaram aos seus antigos habitantes, na dor e na luta pela sobrevivência.

Em 1702, por determinação do El-Rei, foi transferido o gado de Belém e das cercanias, para os pastos do Marajó, para incentivar a criação e efetivar a colonização. Carmelitas, mercedários e jesuítas também foram beneficiados com doações de terra e suas criações muito prosperaram no Marajó, sendo os jesuítas os mais prósperos, em função de suas fazendas localizarem-se em melhores campos e contarem com o maior número de trabalhadores escravos (Teixeira, 1953; Barroso, 1954).

Assim, na região de campos naturais, a ocupação da Ilha seguia o caminho da pecuária em detrimento de outras atividades econômicas, sem, porém, o impedimento da manutenção da agricultura, pois as roças serviam à sustentação dos colonos, missionários e atendiam interesses comerciais.

Na divisão do trabalho entre roças e fazendas, em algumas famílias, as mulheres trabalhavam nas roças e os maridos e filhos eram empregados como vaqueiros nas fazendas próximas. Assim, na medida em que o século XIX se aproxima e se expande a pecuária no Marajó, a figura do vaqueiro, que se originou a partir de índios, negros escravos ou homens pobres livres, passa a destacar-se nos campos do Marajó (Boulhosa, 2016).

A indústria pastoril, na verdade, foi um dos principais meios de conquista e povoamento, de norte ao sul do Brasil, cujo cronograma dava-se primeiro com o estabelecimento do curral, depois da fazenda, em seguida o engenho, o arraial, a povoação e, finalmente, a Vila (Teixeira, 1953).

Em 1754, por decreto, foi extinta a donataria e reunido à Capitania os bens da Coroa e a Fazenda Real, quando as terras dos campos naturais do Marajó já estavam, em grande parte, ocupadas pelos concessionários de sesmarias, dadas pelos donatários das terras marajoaras.

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, as fazendas foram confiscadas e incorporadas à Coroa Portuguesa, e depois doadas a civis e militares, conhecidos por contemplados, e vendidas em castas públicas (Teixeira, 1953).

No período de 1830 a 1895 ocorreu uma forte crise na pecuária marajoara, quando então foi introduzido, em 1895, o búfalo no Marajó, levado pelo fazendeiro Vicente Chermont de Miranda. Esses animais, por conta de sua resistência às condições adversas, tiveram sua criação incentivada, com objetivo de reforçar o abastecimento de carne e leite. Por sua docilidade e força, eles também são muito utilizados em diversos serviços no Marajó.

Após a expulsão dos jesuítas, instaura-se um novo momento no processo de colonização, particularmente da Ilha de Marajó, que foi marcado pela distribuição e concentração de terras nas mãos de algumas famílias, intensificação da exploração indígena e expansão das fazendas para o seu interior, dando origem a nova classe social: os fazendeiros, que detém, até hoje, o poder econômico e político da Ilha do Marajó (Acevedo Marin, 2015; Boulhosa, 2016).

Durante o período da Revolta Cabana (1835-1840) a região do Marajó foi um dos principais focos de resistência e fuga dos cabanos, em função dos desmandos políticos e das precárias condições de vida das populações do interior do Pará (Souza, 2019).

## 5.2 REALIDADE SOCIOCULTURAL E ECONÔMICA DO ARQUIPÉLAGO MARAJOARA

### 5.2.1 Os Marajós de florestas e campos

Ao estudar a região do Marajó, nos deparamos com a carência de investigações sobre a totalidade da mesorregião marajoara. Souza (2014) e Pacheco (2016) constata que há poucas referências históricas, geográficas e arqueológicas sobre a mesorregião marajoara, principalmente da região do *Marajó das florestas*, o que acarreta numa visão superficial, invisibilizadora e fragmentada do arquipélago, e leva a equívocos, principalmente sobre a dinâmica populacional, em particular, relacionada à contribuição dos negros para a formação da sociedade marajoara.

Estudos de Agenor Sarraf Pacheco (2012; 2016), sobre a presença negra na Amazônia marajoara, da introdução da mão de obra negra, das fugas e práticas de solidariedade entre negros e índios na constituição de mocambos e quilombos, destacam que a presença do negro nessa região não se restringiu às áreas de campos, mas foi marcante na formação da sociedade marajoara, em seus viveres e saberes; questionando a esquemática historiografia paraense, que concebeu a Amazônia marajoara, com campos de presença negra e florestas de presença indígena. Pacheco salienta que essa visão é fruto da carência de investigações mais aprofundadas sobre o Marajó das Florestas, seja do período colonial ou na contemporaneidade.

Grande parte dos estudos históricos sobre o Marajó, concentram-se na região dos campos naturais e na oligarquia agrária lá instalada no período colonial, em detrimento do Marajó das florestas (Pacheco, 2016).

Pela dimensão geográfica e pluralidade das realidades do arquipélago, é possível afirmar que conhecer a realidade marajoara é uma tarefa árdua e complexa, para qualquer área de conhecimento e para qualquer pesquisador.

Existem vários Marajós! Há o Marajó dos campos e das florestas (Pacheco, 2009), há o Marajó das praias, das ilhas menores, um “Marajó que se relaciona mais

como estado do Amapá, como em Mexiana e Caviana” (Ximenes, 2005) e Afuá; há o Marajó das populações ribeirinhas, dos pescadores de rio, lago, mato, lama e mar (Gallo, 1980); há o Marajó dos “coronéis Coutinhos”, um “mundo privado e particular” (Jurandir, 1992); há o Marajó das comunidades quilombolas (Acevedo Marin, 2015); há o Marajó das populações agrícolas, dos roceiros de mandioca, dos extrativistas; há o Marajó dos vaqueiros, dos grandes fazendeiros e, há ainda, o Marajó da população urbana, das cidades históricas, cujas origens remontam ao período colonial (Boulhosa, 2016).

A verdade é que esses “Marajós”, por amplos e plurais que são, são desconhecidos até por seus próprios habitantes. Quem mora na região de floresta não conhece o Marajó dos campos ou da água salobra, com influência oceânica, e o inverso também é verdadeiro. Sobre esse universo insular marajoara, plural e particular, Pacheco (2018), pesquisador marajoara da região de florestas, declara:

A pluralidade de realidades físicas, humanas, sociais e energias espirituais que perfazem os dezesseis municípios do arquipélago, especialmente quem habita na parte florestal e precisa chegar aos campos, faz da Amazônia Marajoara, um país “estrangeiro” para seus próprios habitantes. Certamente, muitos marajoaras não conhecem os Marajós (Pacheco, 2018, p. 71).

Com densidade demográfica de cerca de 4 habitantes por quilômetro quadrado, o crescimento da população do Marajó se dá no mesmo ritmo do estado do Pará (média de crescimento). Embora sendo uma região de grande migração, o crescimento populacional se mantém vigoroso, dada as elevadas taxas de fertilidade e de natalidade (BRASIL, 2007).

Na Quadro 3, tem-se a apresentação dos 17 municípios que compõem a mesorregião Marajoara, com identificação de área e população estimada.

Quadro 3 - Municípios da Mesorregião marajoara

MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO MARAJOARA	ÁREA (Km²)	POPULAÇÃO
<b>MICRIREGIÃO DO ARARI</b>	<b>27.614,91</b>	<b>170.868</b>
CACHOEIRA DO ARARI	3.100,26	23.981
CHAVES	12.535,00	20.757
MUANÁ	3.763,34	45.368
PONTA DE PEDRAS	3.363,75	24.984
SALVATERRA	918,563	24.129
SANTA CRUZ DO ARARI	1.076,65	7.445
SOURE	2.857,35	24.204
<b>MICRORREGIÃO DE FUROS DE BREVES</b>	<b>30.068,15</b>	<b>198.387</b>
AFUÁ	8.338,44	37.765
ANAJÁS	6.913,64	28.011
BREVES	9.566,57	106.968
CURRALINHO	3.617,25	33.903
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	1.632,25	25.643
<b>MICRORREGIÃO DE PORTEL</b>	<b>38.352,57</b>	<b>128.219</b>
BAGRE	4.397,32	34.711
GURUPÁ	8.570,29	31.788
MELGAÇO	6.774,065	27.876
PORTEL	25.384,96	62.445
OEIRAS DO PARÁ	3.852,291	33.844
<b>TOTAL</b>	<b>96.035,63</b>	<b>497.474</b>

Fonte: IBGE, 2022.

Ao escrever sobre a história social dos “Marajós”, Pacheco (2009, 2012; 2016; 2018) chama atenção para os saberes, identidades, conflitos, sociabilidades e religiosidades, para as expressões de cantos, danças, gestos, silêncios, performances e falares, dos povos insulares, que continuam se reafirmando nesses séculos nos “Marajós” de campos e florestas.

Mar, baías, rios, furos, estreitos, lagos, igarapés, igapós, campos inundados, imensos aquaçais, viveiros de inclassificáveis espécies vegetais, minerais e animais são lugares amazônicos onde se inscrevem muitas histórias. Nos Marajós, anteparo frente ao mar, foram estes elementos fluviais que permitiram a homens e mulheres de matrizes multiétnicas, desde os tempos mais longínquos, descobrirem saídas para sustentar vidas, alinhar identidades, saberes e crenças na insularidade de seus modos de ser, trabalhar, festejar e morrer (Pacheco, 2009, p. 48).

As mediações culturais entre os povos que habitaram o Marajó antes de sua colonização, os brancos colonizadores e os negros trazidos para a região, contribuíram para a construção de uma cultura local marcada por um profundo conhecimento sobre a natureza, por uma cosmovisão de mundo que influencia nas formas de organização social, as atividades de subsistência e a relação com a terra/território.

O saber sobre o ciclo da natureza, a chegada da chuva rigorosa ou da estiagem, sobre o tempo de coleta, plantio, os momentos, locais, instrumentos e técnicas de pesca e caça, sobre o poder de cura de plantas, promessas, orações, e invocação dos encantados<sup>8</sup> etc., se dão nessa simbiose entre gente e natureza que, longe de serem apenas opiniões ou crenças, fazem parte do ser, saber e fazer da gente marajoara (Gallo, 1980; Jurandir, 1995; Maués, 2007; Boulhosa, 2016; Pacheco, 2017; 2018).

Todavia, para o “pensamento abissal”, que Boaventura Santos (2009) define como aquele que invisibiliza o “outro”, negando sua existência, o conhecimento das populações nativas é comumente subjugado, negado, muitas vezes relegado à crenças, magias e opiniões, reflexo do ranço colonial no pensamento ocidental moderno. No entanto, na verdade, eles são conhecimentos elaborados e apurados, num aprendizado resultante de séculos de convivência, observação, experimentação, num contato constante e direto com esse ambiente insular e repassado de uma geração à outra geração, através da tradição oral.

---

<sup>8</sup> A crença nos encantados se refere à existência de seres sobrenaturais que são normalmente invisíveis às pessoas comuns e habitam “no fundo”, uma região abaixo da superfície terrestre, subterrânea ou subaquática e se manifestam de formas distintas. Manifestam-se nos rios e igarapés, sob forma de cobras, peixes, botos etc. chamados de “bichos do fundo” e são considerados perigosos, pois podem provocar “mau olhado” ou “flechada de bicho”, que são doenças “não-naturais”. Quando se manifestam sob forma humana, parecendo pessoas conhecidas que desejam levar para o fundo, são chamados de “oiaras”. Sua terceira forma de manifestação é aquela em que eles permanecem invisíveis, incorporando-se nos pajés, figura central pajelança marajoara, quando são chamados de caruanas ou guias (Maués, 1995; 1999).

Por constituir-se o maior arquipélago do mundo, a vida “nos Marajós” é influenciada sensivelmente pela dinâmica das águas, dos rios de marés, águas barrentas, doces, salobras, “o líquido sagrado”, no dizer de Agenor Pacheco (2009), “que sempre fez parte das mediações culturais entre povos nativos, missionários, portugueses, eliteseconômicas e políticas e ainda hoje influencia a vida”. A água é o meio de sobrevivência, de comunicação, de acesso, de limitação, dá sentido e permite a vida no grande arquipélago.

Raimundo Morais (1936), em “Anfiteatro Amazônico”, afirma que a água é o relógio amazônico, um relógio que marca o tempo da vida:

O miraculoso relógio amazônico é a água (...). Porque a água não marca somente as horas, as semanas, os meses e os anos, mas a escassez e a fartura, a alegria e a tristeza. É na corrente dos rios e na superfície dos lagos, que se decidem nossos problemas. De maneira que o homem, em vez de consultar a marcha dos astros na decifração dos enigmas, consulta à altura das águas (Morais, 1936, p. 257).

Josebel Fares (2007) corrobora com a ideia da água como demarcadora de tempo e salienta que nas cidades ribeirinhas “as amarras racionais da urbanidade se perdem em função de uma outra lógica, que considera o tempo das marés, da cor das nuvens, do soprar dos ventos, do esquentar ou o esfriar do sol, além das marcas do relógio industrial e da parabólica”. Tocantins (1961) destaca que o homem e o rio são os dois ativos agentes da geografia humana da Amazônia.

A influência da água é também constatada em “Marajó, a ditadura da água”, de Giovanni Gallo (1980), que reúne uma coleção de textos que tratam sobre a vida em Marajó, onde quem dita as dinâmicas da vida é a água que, ora tudo cobre, tudo alaga, ora desaparece completamente (Fotografias de 13 a 15).

Aqui domina uma ditadura absoluta e incontestável, não baseada na Constituição ou nas Forças Armadas. É um dado de fato, quem manda é a água. É a água quem dá o sustento e cria as dificuldades, consola e leva ao desespero, condiciona a saúde, o trabalho, a vida da gente: sem levantar a voz, sem violência, mas implacável e total. As estações do ano, aqui, têm um nome exclusivo: água, lama e seca. Em última análise é sempre a água que, com sua presença ou ausência, denomina e caracteriza (Gallo, 1980, p. 61).

Fotografias 13 a 15 – Habitações de populações ribeirinhas do Marajó. Na foto 14, destaque ao automóvel em garagem suspensa durante o inverno amazônico, na Comunidade de Jenipapo, município de Santa Cruz do Arari.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2017 e 2021.

Assim, sob a forte influência das águas, vive a gente marajoara, nas regiões de campos e florestas, distribuídas pelas três microrregiões do arquipélago.

O Marajó das florestas é composto pelas microrregiões de Portel e Furos de Breves, compreendendo a maior parte do arquipélago, em sua porção ocidental.

Habitado, inicialmente, por grupos locais ligados aos Mapuás, teve seu processo de colonização portuguesa efetivado a partir do “tratado” entre padre Antônio Vieira com sete nações “Nheengãbas”, no rio Mapuá (Breves), ocorrido em 1659. Tal acordo se deu, após anos de lutas e derrotas dos portugueses para os Mapuás, e possibilitou a liberdade de navegação pelos estreitos de Breves, firmando a presença e “importância da missão jesuíta à pacificação”, através dos aldeamentos, e culminou com a escravidão, dispersão e extermínio das populações indígenas (Pacheco, 2010).

A microrregião de Portel é constituída pelos municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel, com população de 155.915 habitantes, com extensão territorial de 28.950 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2020), com três Unidades de Conservação: a Floresta Nacional de Caxiuanã, a Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço, e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá (IDEFLOR-BIO, 2017).

A população dos municípios da microrregião de Portel concentra-se na zona rural, tendo como principais atividades econômicas a pesca artesanal, a agricultura e o extrativismo vegetal, com destaque ao açaí, palmito, pequi (*Caryocaraceae*) e madeira em tora.

Por suas características ecológicas, a atividade produtiva predominante é a do extrativismo vegetal. Foi nessa microrregião que, em meados do século XIX, teve destaque a exploração do látex da *hevea brasiliensis*, comumente conhecida como seringueira ou árvore da borracha, o que provocou uma dinâmica socioeconômica particular no Marajó, com grande migração para essa região, uma vez que essa, correspondia à área de maior extração gomífera nos períodos áureos da borracha, na Amazônia (Carvalho; Cruz; Calvi, 2019). Na atualidade a extração de madeira e do açaí são os principais produtos extrativos dessa microrregião (Cruz, 2017; Souza, 2014).

Com densa floresta de terra firme e várzea, com abundância de madeira de valor comercial, a região sempre despertou o interesse de empresas madeireiras. A exploração de madeira teve seu auge na década de 1990, quando chegou a deter 78,64% do PIB do Marajó (Cruz, 2017; Gonçalves *et al.*, 2016) mas, a partir deste período, com a pressão dos órgãos ambientais e a diminuição dos estoques florestais, a atividade entrou em forte declínio. Todavia, é importante observar que o êxito do extrativismo madeireiro instalado no Marajó, favoreceu a oligarquias externas, ao

mesmo tempo que fragilizou a economia dos municípios dessa microrregião e nunca representou melhoria na condição de vida da população local (Gonçalves *et al.*, 2016).

Carmo, Fernandes e Medeiros (2020) também denunciam que tal atividade caracteriza-se por uma exploração hegemônica, elitista e racista e guardam elementos da ocupação destrutiva que se deu nessa região, baseada na extração de árvores, concentração de terra e violação do meio-ambiente e de grupos sociais preexistentes e vulneráveis ao poder do capital.

A exploração da madeira no Marajó, como atividade econômica hegemônica, elitista e racista ainda guarda elementos constitutivos dessa ocupação destrutiva e corresponde à extração de árvores, concentração de terra e violação do meio-ambiente e de grupos sociais preexistentes, como ocorreu em Breves e Portel. O desmatamento e a exploração dos trabalhadores são vetores da acumulação do capital madeireiro, cuja fronteira econômica está baseada na concentração de terra e na exportação para os mercados europeus e asiáticos. Essa dinâmica subjuga povos tradicionais que vivem às margens dos rios e possuem uma relação de troca com a natureza, revelada como fonte de sua sobrevivência, com práticas de pesca, caça, coleta e manejo dos recursos naturais, retirando apenas o suficiente de maneira sustentável (Carmo; Fernandes; Medeiros, 2020, p. 31).

Por sua história de ocupação pós-colonial, a microrregião de Portel pode ser caracterizada como uma região de intensos conflitos históricos entre comunidades e empresas exploradoras de palmito e madeira, e degradação ambiental, provocada por essas atividades, algumas desenvolvidas de forma ilegal.

Com a prioridade dada a lógicas econômicas externas, ocorreu a diminuição das atividades produtivas locais, como a produção de mandioca, extrativismo de frutas, pescado e caça. Assim, atividades tradicionais foram abandonadas, dando-se prioridade a derrubada ilegal de madeira, recorrente na microrregião que, embora conte com a presença de Projetos de Assentamentos Extrativistas e Unidades de Conservação<sup>9</sup>, prevalece a lógica empresarial madeireira como estruturante, apesar de já haver reações endógenas, realizadas pelos movimentos sociais, através dos sindicatos rurais (Souza, 2014; Gonçalves *et al.*, 2016; Carvalho; Cruz; Calvi, 2019).

---

<sup>9</sup> Importante destacar que os municípios da microrregião de Portel não fazem parte da APA Marajó (BRASIL, 2007), o que Cabral (2017) considera uma contradição na implementação da APA, que não inclui todos os municípios do arquipélago; salientando também que para a constituição dessa Unidade de Conservação não há registros, desse período, de consulta às comunidades locais, em particular as quilombolas, na participação na tomada de decisão referente a implementação da mesma.

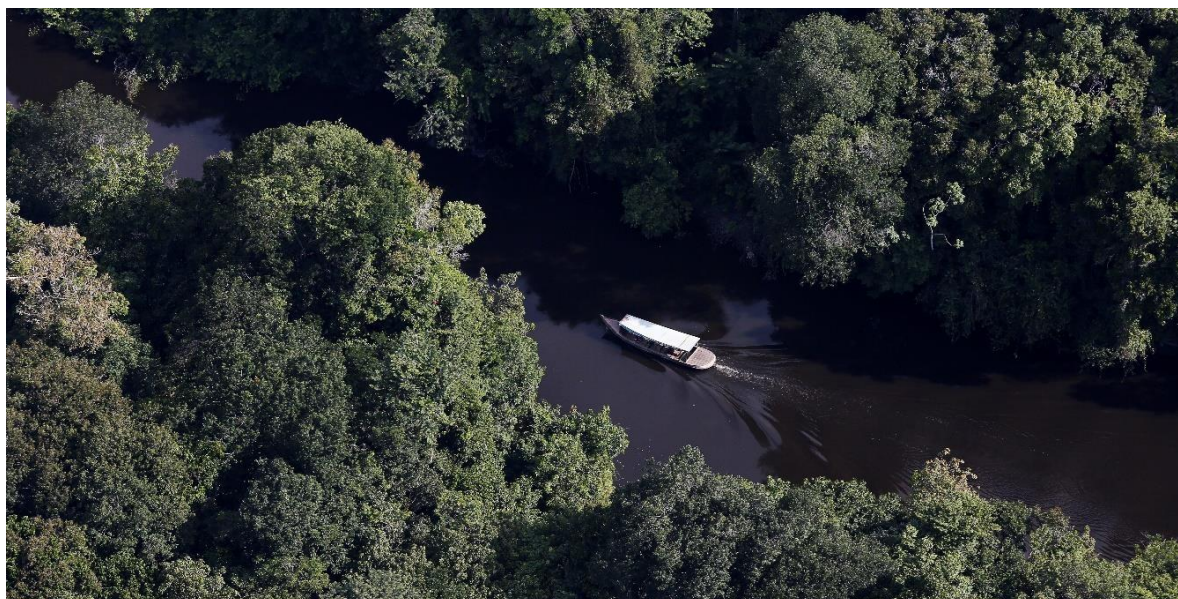
A microrregião dos Furos de Breves, com uma área de 30.094 Km<sup>2</sup>, é formada pelos municípios de Afuá, Anajás, Breves, Currealinho e São Sebastião da Boa Vista, concentrando três Unidades de Conservação: as Reservas Extrativistas Mapuá (Breves) e Terra Grande-Pacuúba (Currealinho e São Sebastião da Boa Vista) e o Parque Estadual Charapucu (Afuá) (IDEFLOR-BIO, 2017).

Nessa microrregião também há predominância da floresta tropical, o que possibilita a exploração de madeira, com destaque à virola, andiroba, maçaranduba e cupiúba, e o palmito, instalados a partir de 1980. Como na microrregião de Portel, também ocorre o controle e o uso de mão-de-obra local (Fotografia 16).

Na agricultura, possui destaque na economia local, a produção de mandioca; no extrativismo, o açaí; na aquicultura, o tambaqui. Quanto ao açaí, após receber assistência técnica e crédito, o interesse nesse produto aumentou, em substituição à retirada do palmito.

Nessa microrregião a política de ordenamento territorial, a partir da década de 90, criou condições que favoreceram a autonomia das famílias locais e a criação das Reservas Extrativistas de Mapuá e Terra Grande-Pracuúba, que contribuíram para beneficiar as comunidades locais, mas o conflito entre empresas madeireiras e de palmito persiste (Gonçalves *et al.*, 2016; Carvalho; Cruz; Calvi, 2019; Carmo; Fernandes; Medeiros, 2020).

Fotografia 16 – Imagem aérea de área de floresta na microrregião de Furo de Breves



Fonte: J. Ramid, 2013.

Observa-se, nessa microrregião, movimentos sociais rurais de reivindicação junto ao Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Nesse sentido, os esforços desses movimentos locais, contribuíram para o melhor desempenho em relação às outras microrregiões do Marajó. Porém, nota-se ainda a ineficiência da política de reforma agrária, com avanços tímidos relacionados aos transportes, habitação, assistência técnica e crédito, prevalecendo o clientelismo político (Carvalho; Cruz; Calvi, 2019).

Na porção oriental, o Marajó dos campos (Fotografia 17) se assenta, com sua ecologia e histórias particulares, desses Marajós, abrigando a microrregião do Arari, formada pelos municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, com uma extensão territorial de 2.558.341 hectares, correspondendo a 24,57% do território marajoara, possuindo uma única unidade de conservação: a Reserva Extrativista Marinha de Soure. A predominância dos campos naturais dessa região, possibilitou a instalação de grandes fazendas de gado a partir de 1908, criando também, grandes latifúndios.

As atividades econômicas desenvolvidas nessa microrregião são a pesca de rio e mar, extrativismo do açaí e palmito, agricultura familiar, com destaque à produção de abacaxi, mandioca, milho, coco da baía e a pecuária bovina e bubalina, que se

Fotografia 17 - Vaqueiro “tocando” búfalos nos campos do Marajó. Cachoeira do Arari



Fonte: M. S. Bouhosa, 2018.

destaca como uma das atividades mais importantes dessa microrregião, mas que se apresenta em queda.

Até 1960 a pecuária dos campos do Marajó representava 85% do abastecimento de carne de Belém, quando a produção pecuária na Amazônia se dava unicamente em áreas de campos naturais, como os do Marajó. Em 1972 essa produção caiu para 40%, como reflexo da mudança do sistema pecuário implantado na Amazônia que, a partir de 1970, passou a construir pastagens cultivadas em áreas desmatadas. A partir de 2000 ganha destaque a pesca, respondendo por 54,4% do PIB no Marajó; enquanto a pecuária, com 26,2% segue em declínio (Cruz, 2017).

Nessa microrregião é expressivo o número de comunidades tradicionais, com destaque às populações quilombolas; por outro lado, essa região possui a menor área inserida no Plano Nacional de Reforma Agrária (Carvalho; Cruz; Calvi, 2019). Tal realidade pode ser explicada pela forte presença das oligarquias locais, representadas pelos fazendeiros de gado, que se negam a reconhecer a delimitação da área, criando conflitos históricos na região, pela disputa da posse da terra entre comunidades e fazendeiros, entre a lógica de recurso e a lógica de abrigo (Santos, 2001).

Enquanto o fazendeiro compreende a terra como recurso que gera lucro, as populações autóctones construíram, historicamente, uma relação de pertencimento, onde a terra/território, no Marajó formada por campos, florestas, várzeas, rios etc. são espaços materiais, mas também simbólicos, de reprodução da própria vida (Acevedo Marin, 2009a; 2015; Teles, 2015).

Pesquisas de Rosa Acevedo Marin (2009a, 2009b), entre comunidades quilombolas dos rios Arari e Gurupá (Cachoeira do Arari), evidenciam que as unidades domésticas detinham o usufruto da área e apresentavam modo de apropriação dos recursos e formas de organização social diferentes dos objetivos e valores das fazendas. Acevedo Marin (2009b) enfatiza ainda que as elites marajoaras, além do poder econômico, detinham o poder político e, mais importante, o poder militar. Esse padrão de poder, instalado desde o período colonial, se mantém até hoje no curso do rio Arari, nutrindo o conflito nessa região.

A elite tradicional da ilha de Marajó teve origem nas famílias das grandes fazendas escravocratas surgidas no século XIX, descendentes de militares, funcionários e colonos que tinham conseguido sesmarias nos tempos

coloniais. Na época da independência, representavam duas, no máximo três gerações. Na ilha de Marajó, as fazendas expropriadas das antigas ordens religiosas (Jesuítas e Mercedários, expulsos do Pará em 1758 e 1794) foram distribuídas entre os “contemplados” que, por ordem régia, tinham a prioridade na distribuição dessas terras aos oficiais militares e casais provenientes do reino (Acevedo Marin, 2009b, p.08).

A história da ocupação colonial no Marajó dos campos está intimamente ligada à história da instalação das fazendas de gado e seus proprietários, o que contribuiu para a instalação dos grandes latifúndios, os quais nasceram sob a violência e expropriação das populações nativas, pois a concessão de sesmarias tinha a intenção clara de usurpar terra dos índios e instalar o regime escravista (Araújo, 2002).

A constituição de grandes latifúndios na Ilha criou situações de dominação de espaços e vidas, sendo objeto de inúmeras pesquisas e cenário de destaque no clássico romance “Marajó”, de Dalcídio Jurandir (1992), onde é possível se observar a perversa estrutura socioeconômica da grande ilha, centrada na figura do fazendeiro Coronel Coutinho e seu filho Missunga, herdeiro de um “mundo” onde o pai era “dono de tudo”.

Marajó, para Coronel Coutinho e alguns fazendeiros grandes era um mundo à parte, privado, lhes pertencia totalmente. Qualquer pensamento para aliviar as condições do vaqueiro e das fazendas, era como um ato de invasão à propriedade (...) Coronel dizia aos amigos em Belém que sabia povoar os seus matos, cruzar o seu fidalgo sangue português com os das índias, encher a terra de povo com a marca dos Coutinhos. De que serviam as vacas e as mulheres senão para aumentar os rebanhos? (Jurandir, 1992, p. 28).

Na atualidade, a região de campos do Marajó vive um novo momento de intervenção política e econômica, onde se observa a mesma lógica de desenvolvimento, pensada de fora para dentro, interessada em garantir lucro para o grande capital, em detrimento dos interesses das populações locais: a chegada do agronegócio do arroz em larga escala.

Carvalho, Cruz e Calvi (2019) salientam que a timidez da política agrária nacional na região, somada à presença de grandes latifúndios, a existência de terras com baixos preços e, diante de uma política desenvolvimentista estadual, corroboraram para a introdução da rizicultura nos campos do Marajó, a partir de 2010. Esta atividade, que apresenta grande capacidade de impactos sobre o ambiente, aumentou os conflitos com as populações locais, elevando sua vulnerabilidade.

Os primeiros fazendeiros de arroz que chegaram ao Marajó, a convite de empresários paraenses e do governo estadual, foram expulsos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, por determinação judicial em 2009, quando, na época, segmentos econômicos, apoiados pelo governo do estado do Pará, desejavam a implementação de um polo rizicultor no Marajó (Gomes *et al.* 2018).

Foi assim que se deu a introdução da rizicultura na microrregião do Arari, obedecendo a uma lógica de interesse de um pequeno grupo e com o incentivo do Estado. Assim, em 2010, nas regiões que correspondem aos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra, foi introduzida essa atividade.

### **5.2.2 Marajó, região de contrastes**






O Marajó, não obstante a sua importância e diversidade sociocultural, natural e econômica, sofre com choques paradoxais, pois vive, há séculos, um drama social e econômico, marcado pela pobreza, analfabetismo, exploração sexual, ausência de serviços básicos, entre outras mazelas. Assim, configura-se em uma grande região de exclusão social do Brasil, que concentra os menores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Pará, estando entre os piores índices nacionais, o que, em números, revela a situação de grande pobreza que vive parte da população marajoara.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 1998, revelaram que cerca de 90% da população era pobre e muitas famílias vivendo em situação de miséria absoluta. Em 2010, essa realidade se manteve, pois, de acordo com o IBGE daquele ano, do total da população de 482.285 habitantes, 180.048 estavam em situação de extrema pobreza.

No quadro 4 são apresentados os IDHs dos municípios que compõem a mesorregião marajoara no período de 1991 a 2010. Dos dezesseis municípios do arquipélago, 6 (seis) apresentam “Muito baixo desenvolvimento humano”, significando os piores índices do Estado, com baixos níveis de escolaridade, longevidade e renda.

**Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do arquipélago do Marajó entre os períodos de 1991 a 2010.**

IDH DOS MUNICÍPIOS DO ARQUIPELAGO DO MARAJÓ – IDHM 1991 a 2010				
Anos	1991	2000	2010	
IDH Brasil	0,493	0,612	0,724	
IDH Pará	0,413	0,518	0,646	
Municípios	1991	2000	2010	Faixa de desenvolvimento em 2010
Soure	0,427	0,513	0,615	Média
Salvaterra	0,391	0,478	0,608	Média
Ponta de Pedras	0,335	0,444	0,562	Baixa
Cachoeira do Arari	0,324	0,427	0,546	Baixa
Muaná	0,305	0,350	0,547	Baixa
Santa Cruz do Arari	0,300	0,393	0,557	Baixa
São Sebastião da Boa Vista	0,288	0,422	0,558	Baixa
Breves	0,284	0,372	0,503	Baixa
Portel	0,272	0,359	0,483	Muito Baixa
Afuá	0,250	0,330	0,489	Muito Baixa
Bagre	0,241	0,330	0,471	Muito Baixa
Curralinho	0,229	0,323	0,502	Baixa
Gurupá	0,209	0,349	0,509	Baixa
Anajás	0,197	0,307	0,484	Muito Baixa
Chaves	0,179	0,289	0,453	Muito Baixa
Melgaço	0,177	0,260	0,418	Muito Baixa

Faixas de desenvolvimento humano		
	Muito Alto	0,800 – 1,000
	Alto	0,700 – 0,799
	Médio	0,600 – 0,699
	Baixo	0,500 – 0,599
	Muito baixo	0,000 – 0,499

Fontes: Dados do IBGE

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020, com adequações da autora.

No Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do Brasil, 8 dos 16 municípios marajoaras, estão entre os 50 piores índices avaliados no Censo do IBGE de 2010. Os municípios marajoaras desse ranking são: Breves (5520 °), Curralinho(5524 °), Afuá (5543 °), Anajás (5550 °), Portel (5553 °), Bagre (5558 °), Chaves (5560 °) e Melgaço (5565 °), estando Melgaço no último lugar no Ranking do IDHM do país.

Em dados mais recentes sobre a região marajoara é possível constatar que a realidade socioeconômica não mudou e é praticamente a mesma há décadas, com números alarmantes, quando se trata da qualidade de vida do povo marajoara, concentrando a maior taxa de pobreza do Pará, com 57% (FAPESPA, 2015). No quadro 5 são apresentados os municípios com as maiores taxas de pobreza do Estado do Pará, onde estão 4 (quatro) municípios pertencentes à mesorregião marajoara.

**Quadro 5 – Os 10 municípios com as maiores taxas de pobreza do estado do Pará**

Municípios	2010				
	População total	Ranking pobreza	Taxa de pobreza	Ranking extrema pobreza	Taxa extrema pobreza
<b>Melgaço</b>	24.808	1 <sup>a</sup>	77,83	1 <sup>a</sup>	51,43
<b>Cachoeira do Arari</b>	20.443	2 <sup>o</sup>	73,23	8 <sup>o</sup>	45,18
<b>Chaves</b>	21.005	3 <sup>o</sup>	72,13	5 <sup>o</sup>	49,29
Augusto Correa	40.497	4 <sup>o</sup>	71,61	2 <sup>o</sup>	51, 20
<b>Afuá</b>	35.042	5 <sup>o</sup>	71,37	4 <sup>o</sup>	49,45
Aveiro	15.849	6 <sup>o</sup>	71,24	3 <sup>o</sup>	50,42
Viseu	56.716	7 <sup>o</sup>	70,02	6 <sup>o</sup>	48,46
Limoeiro do Ajuru	25.021	8 <sup>o</sup>	69,95	7 <sup>o</sup>	45,26
Prainha	29.349	9 <sup>o</sup>	69,33	9 <sup>o</sup>	44,33
Porto de Moz	33.956	10 <sup>o</sup>	69,06	10 <sup>o</sup>	43,53

Fonte: IBGE

Elaboração: IDESP, 2012

Nos *Rankings* dos 10 municípios paraenses com os piores Índices de Vulnerabilidade Social – IVS nos anos 2000 e 2010 estão Afuá, Bagre, Chaves e Melgaço, que fazem parte da região do Marajó (Quadro 6).

**Quadro 6 - Municípios Paraenses com os 10 Piores IVS nos Rankings do Pará e Brasil nos anos 2000/2010.**

2000				2010			
Ranking Pará	Ranking Brasil	Município	IVS	Ranking Pará	Ranking Brasil	Município	IVS
143 <sup>o</sup>	5.557 <sup>o</sup>	Viseu	0,828	143 <sup>o</sup>	5.563 <sup>o</sup>	Aveiro	0,769
142 <sup>o</sup>	5.550 <sup>o</sup>	Prainha	0,818	142 <sup>o</sup>	5.555 <sup>a</sup>	Prainha	0,744
141 <sup>o</sup>	5.544 <sup>o</sup>	Aveiro	0,809	141 <sup>o</sup>	5.553 <sup>a</sup>	Viseu	0,740
140 <sup>o</sup>	5.542 <sup>o</sup>	<b>Bagre</b>	0,809	140 <sup>o</sup>	5.545 <sup>a</sup>	<b>Afuá</b>	0,729
139 <sup>o</sup>	5.540 <sup>o</sup>	<b>Chaves</b>	0,806	139 <sup>o</sup>	5.536 <sup>a</sup>	<b>Chaves</b>	0,717
138 <sup>o</sup>	5.534 <sup>o</sup>	Quatipuru	0,800	138 <sup>o</sup>	5.531 <sup>a</sup>	Vitória do Xingu	0,706
137 <sup>o</sup>	5.516 <sup>o</sup>	Trairão	0,785	137 <sup>o</sup>	5.529 <sup>a</sup>	<b>Melgaço</b>	0,699
136 <sup>o</sup>	5.515 <sup>o</sup>	Garrafão do Norte	0,782	136 <sup>o</sup>	5.520 <sup>a</sup>	Porto de Moz	0,698
135 <sup>o</sup>	5.504 <sup>o</sup>	Maracanã	0,777	135 <sup>o</sup>	5.512 <sup>a</sup>	Garrafão do Norte	0,694
134 <sup>o</sup>	5.501 <sup>o</sup>	Tracuateua	0,775	134 <sup>o</sup>	5.503 <sup>a</sup>	Quatipuru	0,683

Fonte: IPEA, 2015. Elaboração: FAPESPA, 2015.

Corroborando com os dados oficiais sobre a região, pesquisas a respeito das políticas públicas e sustentabilidade feitas por Ribeiro (2002), Santos, Santana e Rebello (2013), Tavares (2017), Quintela, Toledo e Vieira (2018) e Ramos (2020) constata a frágil situação socioambiental que vive grande parte das populações do arquipélago, que não são alcançadas pela ação do Estado, confirmando ser o Marajó uma região de exclusão social, nos mais diversos sentidos que esse conceito pode carregar.

Adagenor Ribeiro (2002), ao calcular o índice de sustentabilidade para cidades e regiões do estado do Pará, para o ano 2000, constatou que a região do Marajó é uma das mais insustentáveis, pois apresenta altas taxas de mortalidade infantil, gravidez na adolescência, analfabetismo, evasão escolar e trabalho infantil.

Santos, Santana e Rebello (2013), ao analisarem as políticas de crédito rural no arquipélago do Marajó, no período de 2000 a 2010, constataram que apenas 1,09% dos recursos em crédito rural, do Estado, foram destinados à região, onde 97,59% dos produtores não têm acesso aos recursos para financiar suas atividades, sendo esses recursos e linhas de créditos, fundamentais para contribuir no desenvolvimento local, uma vez que fortalece os vínculos entre o setor agropecuário e os outros setores da economia, salientam os autores da pesquisa.

Tal realidade também foi observada em pesquisas de Quintela, Toledo e Vieira (2018), que utilizando como ferramenta de análise o Barômetro da Sustentabilidade, identificaram que a região do Marajó varia de “potencialmente insustentável a intermediário”, apresentando baixos índices de sustentabilidade e situações preocupantes de acesso aos direitos básicos. Tal realidade foi associada à ineficácia das políticas públicas e à discrepância dos diferentes modelos de gestão municipal, revelando que as ações municipais são identificadas como a principal causa da grande variabilidade dos indicadores, uma vez que o papel da gestão municipal em implementar políticas e programas é determinante no nível de sustentabilidade.

Mesmo com existência de várias propostas para reestruturação do território sob a regência de planos de desenvolvimento sustentável, esta região não apresentou transformações sociais significativas na última década. Este quadro de fragilidade no processo de desenvolvimento sustentável expõe Marajó a ações e projetos econômicos com alto potencial de risco de degradação ambiental no quadro de baixa resiliência social (Quintela; Toledo; Vieira, 2018, p. 13).

Carlos Ramos (2020), em “Ensaio sobre a dignidade”, investigando o repasse total de recursos aos 16 municípios do Marajó, no período de 2010 a 2019, revelou que em 2019 o repasse ficou em uma média mensal de R\$ 128,07/habitante, estando assim, abaixo do valor estabelecido pelo Banco Mundial, como limite da extrema pobreza, que é de 140,00/mês.

A situação socioeconômica da região ainda contribui para o aumento da exploração sexual infantil. “Meninas balseiras”, assim foram rotuladas pela mídia, os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes que se prostituem nas balsas que trafegam os rios que cortam o Marajó e ligam os estados do Pará, Amapá e Amazonas, em troca de óleo diesel, comida e dinheiro (Guedes, 2018).

Tal prática, de acordo com Cardozo (2016), ocorre em um conjunto mais amplo de práticas comerciais exercidas por essas meninas e meninos, algumas vezes acompanhadas de mães ou outros adultos, junto às grandes embarcações que cruzam regiões ribeirinhas marajoaras, em viagens entre Belém e Santarém (estreito de Breves), quando alcançam os navios, em pequenas embarcações, para pedir doações aos viajantes ou para comercializar camarões, peixes e outros produtos, amarrando a canoa ao navio em movimento.

Observando as relações de poder que atravessam essa prática social e a relação histórica mantida com o Marajó, embasadas em Quijano (2005) e Lugones (2014), Castro e Mota-Maués (2018) chamaram essa exploração de mulheres, crianças e adolescentes de “colonialidade de corpos”, que as desumaniza, invisibiliza e as coloca à servidão do outro.

A precária situação da saúde pública no Marajó ficou ainda mais evidente com a chegada e desenvolvimento da pandemia da “*Coronavirus Disease – 2019*” (COVID-19) à região. De acordo com dados do DATASUS, o primeiro caso de COVID-19 no Marajó foi registrado em 14 de abril de 2020, no município de Afuá e, já em maio, apresentou um grande aumento de pessoas infectadas. Até 31 de maio daquele ano havia 2.300 casos confirmados (Vieira, 2020).

No quadro 7 são apresentados os números da Covid-19 na mesorregião marajoara, onde Breves destaca-se com o maior número de casos confirmados (3.458), seguido por Afuá (2.484) e Portel (2.046).

**Quadro 7 – Monitoramento da COVID-19 na região do Marajó, dezembro, 2020.**

Município	Casos confirmados	Óbitos	População estimada (2019)	Proporção Nº de casos/ População	Proporção Nº de óbitos/ População
Afuá	2.484	11	38.567	16	3.506
Anajás	954	11	29.688	31	2.699
Bagre	496	10	31.325	63	3.133
Breves	3.458	96	103.497	30	1.078
Cachoeira do Arari	330	13	24.064	73	1.851
Chaves	308	1	23.948	78	23.948
Curralinho	457	20	34.448	75	1.722
Gurupá	1.400	9	33.755	24	3.751
Melgaço	424	11	27.890	66	2.535
Muaná	444	19	40.906	92	2.153
Ponta de Pedras	1.063	14	31.549	30	2.254
Portel	2.046	51	62.945	31	1.234
Salvaterra	567	18	23.752	42	1.320
Santa Cruz do Arari	157	9	10.314	66	1.146
São Sebastião da Boa Vista	442	11	26.640	60	2.422
Soure	418	13	25.565	61	1.967
<b>Total</b>	<b>15.448</b>	<b>317</b>	<b>568.853</b>	<b>52</b>	<b>3.545</b>

Fonte: SESPA

Sistematização: Carlos Ramos, 2020.

Ima Vieira *et al.* (2020), em Nota Técnica nº 01, do Museu Paraense Emílio Goeldi, apresentam um panorama inicial da COVID-19 no Marajó, destacando que a realidade socioeconômica da região, com populações concentradas em bairros pobres, em residências pequenas, com grande número de moradores, com precários serviços de saúde, saneamento, energia elétrica, abastecimento de água, transporte, e elevado número de trabalhos informais, são pessoas que apresentam maior vulnerabilidade diante dessa realidade pandêmica.

A Nota Técnica nº 01 ainda salienta que, mesmo municípios marajoaras pequenos, podem concentrar o maior número de casos e até de mortes, dependendo das condições sociais e sanitárias, medidas adotadas e condições de acesso ao atendimento da doença.

A secular situação socioeconômica da região foi, assim, exposta na pandemia, quando revelou as precárias condições de saúde e de infraestrutura hospitalar, fatores que potencializaram a ação da doença, provocando o aumento do número de

óbitos, pois os serviços de saúde, na maioria dos municípios, restringem-se às Unidades Mistas de Saúde, com atendimento de baixa complexidade, com reduzido número de leitos, respiradores e profissionais de saúde (Vieira *et al.*, 2020).

Os números e pesquisas constataam que a realidade socioeconômica do maior arquipélago do mundo é marcada por profundos contrastes, entre uma grande potencialidade e riquezas naturais, em face de um cenário de tamanha pobreza, marcado por déficit educacional, precariedade nos serviços de saúde, energia, transporte, conectividade, elevados índices de vulnerabilidade social, estrutura agrária altamente concentrada e desigual, conflitos históricos pela posse da terra, violência contra os mais vulneráveis, prioridade de desenvolvimento baseada em lógicas externas aos interesses da região, lógicas de colonialidade que se mantêm na contemporaneidade e são retroalimentadas pelas políticas públicas pensadas e desenvolvidas na região, que ignoram e vitimam as populações locais, entre outros problemas.

### **5.2.3 Políticas públicas e desenvolvimento para o Marajó: permanência de lógicas de colonialidade**

Desde o período colonial o arquipélago marajoara foi concebido como região de exploração de recursos naturais ou espaço para introdução de práticas culturais e atividades econômicas que obedeciam a lógicas externas à região, submetendo gente e ambiente às mais diversas agruras da colonização, com um ordenamento territorial baseado, principalmente, no extrativismo vegetal nas áreas de florestas, e na pecuária extensiva nas áreas de campos naturais, ambos para suprir demandas externas à região. Com a fundação de Belém em 1616, o Marajó foi transformado, efetivamente, em uma região fornecedora de alimentos para a população cidadina.

Armando Souza (2014), a partir de pesquisas centradas na historiografia e na geografia do Marajó, apresenta os quatros sistemas agrários vivenciados na região: o Sistema Agrário Indígena (3.500 A.C. até aproximadamente 1498 A.D); o Sistema Agrário Colonial (1498 – 1823); o Sistema Agrário da Economia da Borracha (1824-1950); e o Sistema Agrário Contemporâneo (1950- até os dias atuais). Com exceção do primeiro sistema, todos os outros Sistemas Agrários obedeceram a lógicas e

interesses externos ao Marajó. Apenas a agricultura de subsistência e comercial manteve-se praticamente intacta, segundo Souza.

A relação com o território marajoara estabelecida por esses sistemas agrários, vai acompanhar toda a trajetória histórica do arquipélago, do período colonial à contemporaneidade, trajetória que faz compreender o contexto socioeconômico atual da mesorregião do Marajó, marcado que está por conflitos, concentração fundiária, desestruturação sociocultural e pobreza de grande parte de sua população, como já demonstrado anteriormente.

A concentração fundiária consolidada ao longo de, pelo menos três séculos, provocou uma trajetória de profunda desigualdade política, econômica e social na região, algo que perdura até os dias atuais. Os sistemas agrários identificados neste estudo sobre o Marajó são expressão deste processo de conflitos, deslocamentos de população, concentração fundiária, transformação e desestruturação das relações socioculturais tradicionais, fortalecimento da produção voltada para o mercado, interferência no ambiente, exploração desenfreada dos recursos naturais etc. (Souza, 2014, p. 51).

Observando as políticas públicas, voltadas especialmente para a região Marajoara, faz-se destaque aqui, ao Plano de Desenvolvimento Territorial e Sustentável do Arquipélago do Marajó (2007 – 2011) (BRASIL, 2007) e ao recém-lançado Programa Abrace o Marajó (Plano de Ação 2020-2023), ambos do governo federal.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó -PDTSAM, constituído na perspectiva do Plano Amazônia Sustentável – PAS (2008), foi produzido por uma comissão em Brasília, a partir de consultas, debates e alinhamentos com vários órgãos públicos federais e estaduais, ouvindo as prefeituras municipais e a população marajoara, através de consultas públicas, onde foi definido um conjunto de diretrizes agrupadas em cinco eixos temáticos: a) ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; b) fomento às atividades produtivas sustentáveis; c) infraestrutura para o desenvolvimento; d) inclusão social e cidadania; e e) relações institucionais e modelo de gestão (BRASIL, 2007).

Assim, o Plano definiu-se como uma ação articulada entre poder público, em seus diversos níveis, e a sociedade civil, com vistas a desenvolver ações imediatas de combate à miséria, à regularização fundiária e à implementação de obras de

infraestrutura, através de um novo modelo de desenvolvimento que possibilitasse a melhoria da condição de vida da população do arquipélago, com uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente (BRASIL, 2007).

Tavares *et al.* (2017), ao realizarem um diagnóstico da implantação do PDTSAM em cada município do arquipélago, a partir de dados oficiais da região, constataram que a execução do plano trouxe poucos avanços para o Marajó.

Na educação observou-se uma pequena melhoria, mas que ainda não representa um destaque significativo, pois a oferta de ensino ainda está entre as mais baixas do país.

No aspecto da saúde, houve pequeno avanço nos serviços, porém aquém da necessidade local, com lapso entre as recomendações estabelecidas nas políticas públicas e os serviços disponibilizados. O diagnóstico feito por Tavares *et al.* (2017), apesar de indicar o aumento dos investimentos aplicados pelas instituições públicas ou pelos impostos arrecadados, apresentou números negativos em relação à quantidade de leitos, como reflexo da redução de repasse de recursos federais à saúde, em 2009. Abaixa oferta de número de leitos tem forte impacto na região do Marajó e em Belém, para onde muitos moradores do arquipélago deslocam-se em busca de serviços de saúde, agravando o quadro atual de enfrentamento da pandemia da COVID-19.

O único indicador que apresentou um crescimento negativo foi o número de leitos que se observou nas microrregiões do Arari e do Furo de Breves. A carência de leitos impacta direta e indiretamente as organizações da saúde, tanto do município, quanto dos municípios vizinhos. A população é obrigada a procurar os serviços especializados e internações em outras cidades ou mesmo na capital (Belém). Urge, então, que haja mais investimentos na aquisição de leitos para evitar a sobrecarga nos municípios e a diminuição do tempo de espera de um leito (Tavares *et al.*, 2017, p. 11).

Em relação ao abastecimento público de água, após o desenvolvimento do Plano, os números se mostraram negativos. Em 2000, de acordo com o próprio Plano (BRASIL, 2007) 42,80% dos domicílios da mesorregião tinham serviço de água por rede geral, porém, de acordo com o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – SNIS, os anos de 2007, 2010 e 2014 apresentaram números menores, sendo 18,37%, 25,69% e 17,76%, respectivamente. Dados sobre tratamento de lixo e esgotamento

sanitário, também foram menores, embora a ausência de informações, que deveriam ser repassadas pelos municípios aos órgãos oficiais, dificulte a mensuração da realidade local em relação a esses itens. O único indicador que obteve uma evolução positiva foi a coleta domiciliar, que pulou de 19,93%, em 2000, para 59% no ano de 2014.

Sobre a questão fundiária, o PDTSAM definiu como diretrizes, a promoção da regularização fundiária e o reconhecimento dos direitos à regularização de terras de comunidades quilombolas; porém sobre a política de regularização fundiária no Marajó, Acevedo Marin (2015), alerta que as concessões se reduziram ao Termo de Autorização de Uso - TAU, considerado um instrumento precário, “que se reduz a uma fotografia do grupo familiar diante da casa e um espaço marcado pelo GPS”, sem esclarecer sobre o uso dos recursos pelas unidades sociais para garantir seus meios de vida e reprodução, e em nada contribuiu para a diminuição dos conflitos entre agentes do agronegócio, pecuaristas, madeireiros e até política ambiental.

No plano de contribuir para a redução de conflitos por recursos e territórios, o resultado não pode ser lido *ipsis litteris*, pelo contrário, relatos de confrontos com fazendeiros e madeireiros tem aumentado e os TAUs são tidos como letra morta pelos agentes do agronegócio, pecuaristas, madeireiros e mesmo a política ambiental. No município de Cachoeira do Arari, os quilombolas dos Rio Arari e Gurupá receberam os TAUs do SPU, fato que não impede o exercício rotineiro da violência pelo fazendeiro. No município de Portel, a madeireira CIKEL Verde Madeiras Ltda. executa planos de manejo aprovados pela SEMA, sendo apontada por cometer atos arbitrários contra os quilombolas do Rio Pacajá. Eles receberam o TAU (Acevedo Marin, 2015, p. 31-32).

O que se constata na região marajoara, no caso das comunidades quilombolas do Arari, é a manutenção e fortalecimento do agronegócio do arroz que se estabelece no Marajó, em detrimento dos interesses e demandas das populações tradicionais que se insurgem, pois têm seus direitos usurpados pelos fazendeiros, autoridades municipais e estaduais e órgãos ambientais (Acevedo Marin, 2015). Acevedo Marin afirma que, quando se trata de planos e ações de regularização fundiária, o “Estado se recusa a enfrentar a concentração de terras, as injustiças sociais no campo, entretanto, continua favorecendo o latifúndio e a grande empresa”.

Sobre as diretrizes de fomento às atividades produtivas, embora se faça referência à agricultura familiar, pecuária, pesca, extrativismo, turismo, entre outros, nenhuma dessas atividades apresentou grande evolução no período vigente do

plano, inclusive com dados negativos em relação à pecuária que se mostra, na atualidade, em contínua decadência, motivada pelo atraso tecnológico em sua produção e escoamento.

Outra diretriz econômica do Plano é de “reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no Arquipélago, assim como elevar a importância da economia local no contexto da economia do Estado do Pará” (BRASIL, 2007). Essa diretriz parece estar fortemente associada ao agronegócio do arroz, cultivado na Ilha do Marajó a partir de 2010, que está entre as atividades que mais cresceu na região, apesar dos problemas ambientais que ela tem provocado desde sua instalação.

No Marajó, os empresários do arroz, como os fazendeiros de gado do passado, encontraram terreno fértil para se desenvolver: extensas áreas de terra, preços da terra relativamente baixos, se comparados a outras regiões do Pará e do Brasil, localização privilegiada, próxima a centros consumidores como Belém, Manaus e Macapá, e incentivo político do governo do Estado e da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará - FAEPA (Gomes *et al.*, 2018).

Mas, se em Roraima, de onde veio expulso o primeiro fazendeiro de arroz no Marajó, o conflito era com grupos indígenas, além dos outros problemas ambientais provocados pela atividade, no Marajó, ele vai se dar com comunidades quilombolas, ribeirinhos e populações urbanas. Em Cachoeira do Arari, por exemplo, Paulo César Quartiero, o primeiro empresário do agronegócio do arroz na ilha, adquiriu 12 mil hectares de terras no entorno do município, isolando a sede deste, com suas cercas de arame, e afetando a comunidade quilombola de Gurupá, pois o escoamento da produção estava sendo feito pelo Porto do Caracará<sup>10</sup>, área requerida por essa comunidade quilombola (Cruz; Silva, 2014).

---

<sup>10</sup> O Ministério Público Federal, em 2018, ajuizou Ação Civil Pública contra Renato de Almeida Quartiero e o Estado do Pará, requerendo do fazendeiro que se abstenha de utilizar lançamento aéreo de agrotóxicos na plantação de arroz situada na Fazenda Reunidas Espírito Santo (Cachoeira do Arari), até que estejam cumpridos os requisitos previstos na legislação; e da utilização do “Porto Caracará”, localizado na Comunidade de Gurupá, até que esteja com sua situação regularizada junto aos órgãos portuários e ambientais do Estado do Pará e a realização de consulta prévia à comunidade quilombola do Gurupá. Ao Estado do Pará exigiu a realização de Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA para a plantação de arroz situada na Fazenda Reunidas Espírito Santo. Tal ação se deu em função da existência de inúmeras irregularidades relacionadas à atividade de rizicultura desenvolvida pela empresa em Cachoeira do Arari e da ausência do EIA/RIMA, que se destacam como principais instrumentos legais utilizados para o planejamento e avaliação de impactos ambientais, de acordo com Art. 2º, da Resolução Conama nº 01/ 86.

Cabral (2017) defende a tese que as atuais configurações no Marajó são heranças coloniais que conduzem para uma postura política de manutenção dos conflitos, onde quilombolas aparecem em desvantagem nas negociações. Foi e é assim na relação dessas comunidades com os fazendeiros de gado e são reiteradas na política atual para o Marajó.

Analisando dados sobre a produção agropecuária do Município de Cachoeira do Arari, no período de 2001 a 2012, Cruz e Silva (2014), observam que entre 2001 a 2010, o município apresentava maior expressividade na produção de leite de vaca, açaí e abacaxi. A partir de 2011/12, a produção de arroz em larga escala (antes inexistente) apresentou notável expressividade, quando comparada às outras atividades.

Com esses dados, é possível inferir que atividades importantes na produção campesina, há décadas desenvolvidas na ilha, são preteridas ante ao agronegócio do arroz. Com isso, a monocultura do arroz tem afetado, além da desterritorialidade de comunidade remanescente de quilombo, o meio ambiente local, a lógica e a produção familiar.

A produção de arroz não faz parte nem mesmo da cultura produtiva recente do município, sendo instalada alheia às, e geralmente em detrimento, das demandas locais, culminando em conflitos pelo uso do território entre o rizicultor e os demais agentes que, historicamente, já estavam estabelecidos no município, como os pescadores, os agricultores familiares e os quilombolas, que têm acumulado obstáculos no desenvolvimento de suas atividades, seja em decorrência do monopólio da terra ou devido aos efeitos “colaterais” da rizicultura, como no caso do despejo de efluentes do arrozal no rio Arari, prejudicando a atividade pesqueira (Cruz; Silva, 2014, p. 85).

A introdução do cultivo do arroz em larga escala no Marajó se impôs, em detrimento às demandas locais, fossem elas ecológicas, sociais ou econômicas. Porém, o que se constata nos discursos e práticas governamentais é que a rizicultura é uma alternativa econômica viável, “uma excelente oportunidade de emprego e renda, tendo o governo e empresários do setor, a pretensão de transformar o Marajó no maior polo produtor de arroz do norte do Brasil” (FAEPA, 2012).

Como já informado, o Marajó constitui-se em uma Área de Proteção Ambiental (APA), uma modalidade de Unidade de Conservação que restringe a atuação humana a atividades de baixo impacto, o que não é o caso do arroz irrigado. Entretanto, apesar

de sua criação legal ter se dado há 32 anos, a Unidade não possui Plano de Manejo<sup>11</sup> (SEMAS, 2014), importante dispositivo legal que poderia contribuir, de fato, para a conservação ambiental dessa região.

O que pode ser constatado é que, com exceção dos benefícios aos fazendeiros do arroz, essa atividade tem agravado os problemas ambientais do Marajó, embora o discurso desenvolvimentista, baseado na geração de empregos, produção de alimentos, “progresso” a uma região pobre, seja recorrente nas falas desses novos fazendeiros, de segmentos econômicos e do próprio governo do Pará.

“Despertamos um gigante! O Marajó pode retornar a ser o celeiro da Amazônia!” Essas foram declarações de Paulo César Quartiero, em reunião na Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA). Ecoando a esse discurso, o secretário de Estado do Pará, declarou: “Queremos que o Quartiero expanda sua área e traga outros produtores!” E assim, com o apoio do governo do Pará, se estabelece o “polo arrozeiro”, com projeção de 300 mil hectares de arroz irrigado no Marajó (Meirelles Filho, 2007) e produção de 65 milhões de quilos de arroz com casca e 43 milhões de quilos de arroz empacotado (FAEPA, 2012).

Mas sobre a rizicultura desenvolvida no Marajó, o que se tem a dizer é que: utiliza extensas áreas de terra, contribuindo para o fortalecimento do latifúndio capitalista moderno (Cruz; Silva; 2014; Cruz, 2017); emprega grande quantidade de agrotóxicos e usa grande quantidade de recursos hídricos, retirados de rios, lagos e açudes por meio de bombeamento, água que também é utilizada por moradores locais (Acevedo Marin, 2015; Huffner; Meirelles, 2016); concorre com a sobrevivência de comunidades quilombolas e ribeirinhas (Acevedo Marin, 2015; Cabral, 2017), ao mesmo tempo que provoca exclusão de pequenos criadores, que trabalham com a produção de leite e queijo, dos pastos, anteriormente alugados, obrigando-os a procurarem áreas mais distantes e caras (Gomes, *et al.*, 2018).

Diante desses fatos e dados é possível concluir que o PDTSAM, embora tenha se constituído em um marco na forma de ser concebido e planejado, ficou mais no

---

<sup>11</sup> De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza - SNUC o Plano de Manejo é: “ documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Art. 2º, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

campo das intenções, pois o que se constata é que tais ações foram incapazes de mudar a realidade do Marajó e promover seu real desenvolvimento, deixando a região à mercê de empreendimentos com lógicas externas, que não consideram suas características ambientais e nem as necessidades da população que lá vive, como também indicam Quintela, Toledo e Vieira (2018).

Acevedo Marin (2015), sobre os planos de desenvolvimento para a Amazônia em geral, é categórica ao afirmar que eles são reguladores da vida daqueles que estão em posição subalternas e configuram-se como enunciados autoritários de mudanças.

O que se busca nos planos é regular e alterar o trabalho, a economia, a política, os recursos, os conhecimentos, os modos de agir, a vida cotidiana dos sujeitos inseridos em posição subalterna na governabilidade. Assim, cada vez que se fala sobre a Amazônia, encontra-se o registro de formulações, argumentos, esquemas repetitivos de diferentes explicadores que fazem do planejamento (regional, estadual, local, territorial) enunciados autoritários de mudanças, em nome do progresso, do conhecimento e da sustentabilidade (Acevedo Marin, 2015, p. 43).

A manutenção dessas lógicas de apropriação e desterritorialização pode ser compreendida à luz dos estudos decoloniais, a partir do conceito de colonialidade de Aníbal Quijano (2005).

O conceito de colonialidade, nos ajuda a compreender como os modelos e processos de dominação e expropriação da Amazônia, caracterizados, historicamente, pela violência, impunidade, consenso do Estado-nação, violação de direitos humanos, mortes, etc. permanecem e são atualizados através da manipulação da legislação, dos procedimentos administrativos e burocráticos e do impedimento das manifestações das populações autóctones, sob a égide de uma lógica desenvolvimentista aplicada a uma região “atrasada”.

O fato é que a lógica da colonialidade sempre esteve presente nas políticas de intervenção na Amazônia e foram responsáveis pela degradação ambiental e humana na região, pois geraram, e geram, desmatamento, concentração fundiária, perda de biodiversidade, poluição da água e do ar, genocídio indígena, empobrecimento dos povos nativos e os mais perversos tipos de violência e expropriação (Becker, 2010; Castro, 2018; Loureiro, 2019).

Assim, tal lógica acaba por acompanhar as transformações econômicas e sociais do país, e está presente, no que hoje, Bruno (2010) julga estar vivendo o Brasil:

“o tempo da hegemonia do agronegócio”. Na atualidade brasileira, o agronegócio é concebido como expressão de união entre rural e urbano, de sucesso, de lucro associado ao avanço tecnológico e produção de riquezas. Nessa atividade a lógica de dominação de espaços e grupos também está presente e pode ser observada, de forma prática e cruel, na rizicultura instalada nos campos do Marajó.

Na atualidade, para a mesorregião marajoara, um novo plano de desenvolvimento foi concebido: o Programa Abrace o Marajó: Plano de Ação 2020-2023, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Governo Federal. O programa se deu em função dos números do IDH da região e dos problemas relacionados à violência e abuso sexual de crianças, adolescentes e mulheres no arquipélago, com “objetivo de melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios que compõem o Arquipélago, por meio da ampliação do alcance e do acesso da população marajoara aos direitos individuais, coletivos e sociais, nos termos do disposto nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal” (BRASIL, 2020).

Lançado em março de 2020, o Programa foi recebido de forma crítica por entidades, organizações, setores e juristas que atuam na Amazônia, no Marajó e população local, pois, entre outras coisas, representou um retrocesso nos processos de diálogo e planejamento para a região, não tendo havido debate com os governos, nem com a população local, figurando mais como promoção política, através da miséria.

A Ministra Damares Alves, responsável pela Pasta, em visita ao Marajó em julho de 2019, ao apresentar o Programa Abrace o Marajó, fez declarações polêmicas ao relacionar o alto índice de estupro de meninas na Ilha, à falta de calcinhas, propondo, inclusive, a instalação de uma fábrica de calcinhas, numa demonstração clara de desinformação, discriminação e racismo, culpabilizando as vítimas, que já se encontram em uma situação de vulnerabilidade social, propondo respostas simplistas, autoritárias e descabidas para uma realidade tão complexa que é a realidade marajoara.

Em entrevista dada à Publica.org, agência de jornalismo investigativo, a juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região Elinay Melo, que em decisão judicial, inédita no Brasil, responsabilizou uma empresa de transporte marinho pela exploração sexual

de menor em balsas de carga, ocorrida no município de Melgaço, no Marajó, em 2016, criticou severamente a fala da ministra e a postura do governo ante o povo marajoara.

Eu acho que a fala da ministra tem dois problemas muito graves: primeiro, que ela mais uma vez culpabiliza a vítima ao dizer que o problema está na calcinha, repassa para a vítima e para as famílias que estão naquela condição de extrema vulnerabilidade, de ausência total do Estado e de condições mínimas de vida, a responsabilidade pela violência. Reforça a cultura do estupro e, mais uma vez, culpa a vítima, não só a menina, mas a família também. E a outra coisa, é quando ela diz que queria fazer uma fábrica de calcinhas. Ela quer levar investimentos para o Marajó para fazer uma fábrica. É mais uma vez um olhar equivocado porque você não pode ir lá uma vez e voltar decidindo o que eles precisam. Eles são os atores, eles têm que dizer o que precisam. Precisamos ouvi-los e, juntos, chegarmos a uma proposição (...) **A fábrica de calcinhas é o exemplo claro do colonizador chegando lá e dizendo pro colonizado o que ele tem que fazer** (grifo nosso). É uma coisa fora da realidade do Marajó! (Juíza Elinay Melo, 2019).

Em nota, a Prelazia do Marajó também fez crítica à visita do Presidente da República do Brasil, realizado em 8 de outubro de 2020, à cidade de Breves, para anunciar medidas do Programa Abrece o Marajó. Para essa organização religiosa, que há anos vem denunciando a situação socioeconômica da região, o evento em pleno período eleitoral e, diante de uma pandemia, foi classificado como “um espetáculo midiático”.

O presidente Jair Bolsonaro, acompanhado de uma comitiva governamental, chega à cidade de Breves, no Arquipélago do Marajó, para o anúncio de medidas do Programa Abrece o Marajó. A solenidade, em pleno período eleitoral, integra um espetáculo midiático com questionáveis efeitos concretos. Soa estranho, também, em plena pandemia, em uma região com um sistema de saúde precário, a realização de atividades que favoreçam a aglomeração social, sem respeito às normas sanitárias, onde as taxas de contágio e óbitos em decorrência da Covid-19 são preocupantes (...) O Programa Abrece o Marajó poderia ser uma iniciativa governamental com vistas a oferecer respostas públicas às demandas da região. Para isso, seria indispensável um diálogo com o governo do Estado, com os poderes municipais e, principalmente, com as lideranças da sociedade civil. Um diálogo sincero, franco, responsável, envolvendo a pluralidade do tecido social da região (Spengler, Prelazia do Marajó, 2020).

Assumido como ação experimental e compartilhada, de caráter interministerial, intersetorial e coletiva, que reúne atores governamentais dos três níveis de governo, da iniciativa privada e do terceiro setor, tendo como público-alvo a população residente do Arquipélago (BRASIL, 2020), o programa evidencia que a população é apenas

receptora de suas ações.

O Programa, quando faz menção às representações do Governo do Estado do Pará, da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó – AMAM, de entidades públicas ou privadas envolvidas, reitera o que consta no decreto que o institui (Decreto nº 10.260, de 3 de março de 2020), deixando claro que essas poderão participar do Comitê Gestor do Programa, porém, na qualidade de convidados, sem direito a voto. Tal Comitê é formado apenas por órgãos federais.

§ 3º Poderão participar do Comitê Gestor do Programa Abrace o Marajó, na qualidade de convidados, **sem direito a voto** (grifo nosso) os seguintes representantes:

I- um do Governo do Estado do Pará;

II- um da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó; e

III- um de órgãos e entidades, públicas ou privadas, envolvidos com a temática. (§ 3º do Art. 8º, Decreto nº 10.260, de 3 de março de 2020)

Diante dessa realidade, entidades que atuam no Marajó e representantes da população local, se organizaram e se posicionaram diante da postura excludente do governo federal. Tal posicionamento foi materializado na elaboração de uma carta, enviada em fevereiro de 2021 à Ministra Damares Alves, propondo um diálogo da sociedade sobre o Programa Abrace o Marajó, com o título “O Marajó em audiência: uma proposta de diálogo sobre o Programa Abrace o Marajó.”

A carta é assinada por 39 organizações, entre elas o Observatório de Direitos Humanos e Justiça Social do Marajó (UFPA Soure), Prelazia do Marajó, Museu do Marajó, Comunidade Quilombola de Salvaterra, Laboratório de Justiça Global e Educação em Direitos Humanos da Amazônia (UFPA), Comissão Pastoral da Terra, Universidade Federal do Pará - Campus de Breves, Associação de Moradores do Povoado do Céu, Conselho Nacional das Populações Extrativistas, entre outras, e apoiada por 35 entidades.

A carta aponta dois problemas graves do Programa que poderão comprometer os seus objetivos: 1) a falta de diálogo com a sociedade local; 2) a ausência de representação da sociedade marajoara e do governo estadual no seu Comitê Gestor. Diante do exposto, a carta requer a reestruturação do Comitê Gestor do Programa, com inclusão da participação do Estado, dos prefeitos municipais e da sociedade civil e a realização de reuniões com governos e sociedades locais para discutir as

prioridades, os investimentos e os objetivos dos projetos que estruturam o programa.

O movimento até aqui empreendido pelo governo federal, suprime da estrutura do Programa os entes federativos subnacionais e a sociedade civil, reconhecendo-os, tão somente como plateia de suas iniciativas. Está historicamente demonstrado em nossa sociedade que a gestão verticalizada, imposta por força do poder, revelou-se ineficiente e com baixos resultados. O Marajó precisa e merece investimentos que concorram para superar seus problemas mais cruciais, todavia, não pode e nem deve ser tratado como uma região sem interlocutores, sem projetos e sem expectativas próprias. (Trecho da carta enviada à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves).

O que se observa no Programa é a continuidade de posturas autoritárias comuns nas políticas públicas nacionais, agora, porém, com o descalabro de assumir, oficialmente, a negação da participação da sociedade e governos locais. Um programa que inicia defendendo a instalação de empresas no Marajó e nega à população marajoara o direito de manifestar suas demandas, converte-se, já em seu nascedouro, em um ato de desprezo às autoridades constituídas, à população residente e às lideranças marajoaras, como bem observou Spengler (2020).

A lógica de “desenvolvimento” para o Marajó, ora aprisiona a região a um espaço de exploração e exportação de recursos naturais, sem oferecer condições de melhoria das atividades tradicionais da ilha, responsáveis pela manutenção da vida e fixação do homem no campo; ora prioriza as atividades que potencializam os problemas ambientais e conflitos sociais, cujos interesses e benefícios reais não são internalizados pela população local, mas sim, capturados por pequenas elites ou pelo grande capital.

Essa complexa realidade socioeconômica do arquipélago marajoara, que se estende ao longo de décadas, tem provocado fluxos migratórios de famílias do Marajó, principalmente para a capital Belém, em busca de melhores condições de vida, abandonando o território marajoara de forma compulsória (Cruz; Barbosa, 2013; Souza, 2014), uma vez que, no Marajó, além da precariedade dos serviços públicos, a população ainda enfrenta o autoritarismo das políticas públicas e a prática do clientelismo que favorecem a sujeição, o mando e a manutenção dos conflitos pela posse da terra (Acevedo Marin, 2015; Cabral, 2017; Souza, 2014).

Entretanto, é importante ressaltar, nesse contexto, que a população marajoara, embora historicamente tratada de forma discriminatória, sendo levada a reboque pelos

processos e formas de intervenção e “desenvolvimento” na região, que lhes negam o direito à vida com dignidade, não está alheia aos conflitos e disputas existentes no Marajó, e seu posicionamento não se restringe à saída compulsória do território.

Nas últimas décadas, populações do Marajó dos campos e florestas têm se posicionado ante as históricas práticas públicas e privadas de exclusão, opressão, expulsão, expropriação, subordinação, cooptação, devastação ambiental, de mando, de ilegalidade, de violência e até de morte, no território marajoara.

Estudos de Cardoso (2008), Pacheco, (2012), Acevedo Marin (2015), Teles (2015), Cardoso, Filho e Silveira (2018), para citar alguns, mostram as constantes lutas e resistências em busca da manutenção de modos de vidas e reprodução social e identitária dos povos marajoaras, sejam eles quilombolas, ribeirinhos, extrativistas ou populações urbanas.

Representando resistência a esse modelo de desenvolvimento desigual, comunidades humanas marajoaras passaram a se organizar e a buscar novas formas de desenvolvimento que correspondam aos seus próprios anseios e baseadas no local, criando estratégias de permanências e manutenção da vida no grande arquipélago.

Não são aceitos passivamente (nunca o foram) modelos de desenvolvimento pensados para o Marajó, calcados em lógicas de colonialidade, que lhes negam a autonomia, a capacidade criadora, que desrespeitam as formas de trabalho e sociabilidades construídas ali, ao mesmo tempo em que submetem essas comunidades aos seus impactos negativos, reforçando a imagem distorcida acerca do povo marajoara – o de incapaz. Mas como bem destaca Quijano (2005) “é tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos!”.

Exemplos dessas estratégias, é o turismo que vem sendo desenvolvido no litoral do município de Soure, nas Comunidades de Pesqueiro, Céu e Caju-úna, que diante de um turismo segmentado e elitista, que há décadas se desenvolve no Marajó e das constantes lutas pelo direito de permanecer em seus territórios, vem construindo um novo fazer do turismo, protagonizado por essas comunidades locais (Falcão, 2013; Falcão; Cardoso; Simonian, 2012; Boulhosa; Vasconcelos, 2020; Boulhosa, 2020; Hamoy, 2019; Hamoy; Bahia, 2020; Soares; Fonseca-Filho; 2020) e que é o objeto de pesquisa desta tese.

## 6 TURISMO NO ESTADO DO PARÁ E NA REGIÃO DO MARAJÓ

### 6.1 TURISMO NA AMAZÔNIA E NO ESTADO DO PARÁ: UM RECORTE CRÍTICO

O turismo na Amazônia brasileira teve sua origem na década de 1970, em função principalmente de suas características naturais. Na época, o governo federal, em consonância com o discurso de ocupação, desenvolvimento e integração da Amazônia, reconheceu o turismo como uma das atividades estratégicas para a promoção desse desenvolvimento (BRASIL, 1974).

Assim, liderada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), entrou na pauta governamental a promoção de uma infraestrutura turística local. Isso envolveu a construção, reconstrução e modernização de portos e aeroportos a fim de facilitar a movimentação de pessoas e mercadorias, bem como atrair empresas turísticas estrangeiras e gerar receitas para a região (SUDAM, 1968). Com isso, deu-se início ao processo de turistificação da Amazônia (Andrade; Tavares, 2012).

Nesse sentido, o turismo pensado e desenvolvido na Amazônia, a partir da década de 1970, não fogia à lógica desenvolvimentista e autoritária que marcaram as políticas públicas para a região, preocupadas apenas em criar condições para aumentar o fluxo turístico na região, sem considerar suas características ambientais e muito menos as necessidades das populações que seriam impactadas pela atividade.

A imagem da Amazônia neste período ficará bem mais centrada na degradação ambiental gerada pela abertura de estradas que por suas especificidades turísticas. Neste sentido, a política de integração Amazônica da década de 70 pode ser pensada como um vetor de estímulo ao turismo na região, mas também como o vetor de uma imagem Amazônica vitrine da degradação ambiental (Andrade; Tavares, 2012, pp. 13).

Nóbrega (2012) aponta que o projeto desenvolvimentista, ao imprimir nova dinâmica demográfica para a Amazônia, ao tempo em que provocou mudanças substanciais de crescimento econômico, criou grandes bolsões de miséria, pois a prioridade era a resolução de questões comerciais. “A quantidade de bolsões de miséria criados a partir de grandes projetos foi uma realidade, pois o Estado, na maioria desses projetos pensou apenas na resolução de problemas comerciais” (Nóbrega, 2012, p. 65).

Pesquisas de Figueiredo (1999), Nóbrega (2012), Andrade e Tavares (2012), Figueiredo e Nóbrega (2015), e Tavares (2021), sobre o turismo no contexto amazônico, salientam que a integração da Amazônia estava relacionada a interesses econômicos e comerciais, mas também à necessidade de organização espacial e a uma nova dinâmica demográfica para a região, reflexos das transformações dos paradigmas do modo de produção capitalista, que passou a atribuir novos sentidos para a natureza, quando os espaços sociais foram criados e ressignificados pela prática turística.

Desta forma, o turismo tornava-se estratégico no sentido de promover o maior intercâmbio de pessoas, capitais e conhecimento por parte da população brasileira. Assim, seria possível utilizar da atividade turística para integrar a região no contexto sócio, econômico e cultural do país. A noção de integração estimulou, além dos interesses econômicos, uma necessidade da organização espacial (Andrade; Tavares, 2012, p. 05).

Figueiredo e Nóbrega (2015) destacam que o turismo na Amazônia sempre foi observado como uma potencialidade pelo planejamento do desenvolvimento regional, dentro de uma visão conservacionista, configurando-se como uma atividade complementar às ditas atividades tradicionais, relacionadas à vida ribeirinha e extrativista, ou mesmo como uma alternativa aos empreendimentos impactantes dos projetos de mineração e agropastoris, aqui implementados.

Sobre a perspectiva conservacionista do turismo como uma alternativa de desenvolvimento para Amazônia, Figueiredo (2022) acrescenta:

Existe uma ideia constante presente nos estudos sobre o turismo na Região Amazônica em que essa atividade é entendida como uma atividade econômica potencial, e que pode muito bem servir a uma espécie de desenvolvimento alternativo, congregando os elementos da floresta Amazônica e da preservação ambiental, com a potencialidade de geração e diversificação de renda e empregos. Essa ideia parte de dois princípios sobre a região: em primeiro lugar, a ideia de pobreza, geralmente associada às populações amazônicas carentes de bens materiais e, portanto, de mais desenvolvimento e crescimento econômico, e, em segundo lugar, as ameaças das atividades econômicas mais comuns da região, que devastam a floresta e a biodiversidade, como extrativismo mineral, pecuária e agronegócios (Figueiredo, 2022, p. 02).

Em resposta às pressões internacionais e aos movimentos ambientalistas que começaram a ganhar força a partir da década de 1970, que colocaram a urgência das questões ambientais e a Amazônia no foco dos debates mundiais sobre a necessidade

de conservação do meio ambiente, observa-se, também, o início de um reordenamento da base produtiva da região, em busca de um desenvolvimento que considerasse suas fragilidades e especificidades.

Se, na década de 1970, a Amazônia esteve no foco das políticas desenvolvimentistas dos governos militares, essa atenção se ampliou na década seguinte, em particular com o processo de democratização do Brasil que, sob pressão de organismos ambientais internacionais, possibilitou aos segmentos e organizações nacionais e movimentos sociais, que já vinham de anos de lutas, uma maior participação em defesa da floresta e da vida dos povos da região (Kolk, 1998).

A “facilidade mercadológica do nome Amazônia - conhecida em todo o mundo” (Figueiredo, 1999), também foi outro fator que corroborou para o desenvolvimento do turismo na região.

A partir da década de 1990, observam-se mudanças nas políticas públicas de turismo no Brasil, quando a lógica desenvolvimentista dá lugar a uma perspectiva ambientalista da atividade. Assim, o turismo, com ênfase ao ecoturismo, destacou-se como uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, capaz de minimizar os impactos ambientais da atividade e promover a elevação da qualidade de vida da população local.

O ecoturismo, para além de um segmento da atividade turística, define-se como uma forma de fazer turismo que incorpora o compromisso com a proteção da natureza e responsabilidade social do turista para com o meio visitado, caracterizado por viagens às áreas naturais, realizadas com pequenos grupos, para conhecer e entender o meio cultural e natural, produzindo oportunidades econômicas para as populações locais e contribuindo para a conservação dos recursos naturais (Ceballos-Lascurain, 1987; Figueira, 1999; Coelho, 1999).

No entanto, análises sobre o ambientalismo internacional apontam que, desde seu nascedouro, ele dedicou-se mais às questões políticas e econômicas do que propriamente às questões ambientais, e não foi capaz de romper com a lógica desenvolvimentista (Kolk, 1996, 1998; Bentes, 2005).

Com a prevalência da perspectiva desenvolvimentista e da globalização nas políticas públicas de desenvolvimento para a região Amazônica, não muito diferente do que ocorreu em todo Brasil, o turismo passou a constituir-se em agente de

transformação de lugares “distantes”, “exóticos” e “atrasados”, em bens de consumo, ou seja, em mercadorias (Fazito, 2015), ao mesmo tempo em que criou um espaço de “inclusão excludente” (Fernandes, 2013).

Nóbrega (2013) assevera que, apesar dos inúmeros esforços públicos e privados para o desenvolvimento do turismo na Amazônia desde a década de 1970, poucos avanços podem ser observados. A esse respeito o autor informa:

Na Amazônia, vários esforços foram feitos para sanar os problemas de planejamento e, principalmente de gestão no contexto da globalização, entretanto, os resultados satisfatórios em experiências ligadas ao turismo ainda são mínimos. Os setores público e privado e o terceiro setor estão engajados em políticas para o desenvolvimento da atividade. Apesar de várias ações realizadas durante as décadas de 1970-1990, o turismo pouco avançou na região, mas observa-se um grande interesse por parte de uma parcela de atores públicos, empresários e população local, principalmente no que diz respeito a destinos específicos dotados de atrações naturais e de patrimônio material e imaterial (Nóbrega, 2013, p.93).

Figueiredo (2022) afirma que a população local já abandonou a expectativa de melhorar sua condição de vida a partir do turismo. Os benefícios às populações locais, como geração de emprego e renda, que contribuiria para a melhoria das condições de vida, são promessas constantes nos discursos, planos e programas de governos, mas a realidade se mostra bem diferente.

Os planos, programas e projetos oriundos das principais políticas públicas para a região prometeram diversos benefícios para os moradores locais, introduziram possibilidades participativas e provocaram movimentos para transformar o turismo em uma atividade importante para as famílias amazônicas (FARIAS, FIGUEIREDO, 2021). O abandono de expectativas de melhoria de vida dessas populações locais a partir do turismo, e decepção com a participação no planejamento, a partir das experiências das chamadas “instâncias” de governança, e na arena pública, conduziram a região para a permanência de um eterno espectro da potencialidade (Figueiredo, 2022, p.2).

Todavia, não obstante à lógica desenvolvimentista que centraliza benefícios e pouco contribui para a conservação da natureza e do bem-estar das populações amazônicas, há o reconhecimento das potencialidades turísticas da região, do interesse de atores públicos, privados e populações residentes, na atividade, de saberes e fazeres do turismo protagonizados por populações locais e da importância do turismo na contribuição do uso sustentável do patrimônio natural e cultural da Amazônia.

Nesse contexto, ao turismo, atividade presente em todos os planos de desenvolvimento da Amazônia, vem-se agregando novos agentes, com destaque às comunidades autóctones, que em face de movimentos de resistência e autonomia, em parcerias com organizações não governamentais, ora com apoio governamental e assistência técnica, ora sem ambos, mas motivadas pela necessidade de reprodução econômica e sociocultural, vêm desenvolvendo formas de fazer o turismo que dialogam com as definições e características do turismo de base comunitária, anteriormente tratadas.

As experiências de TBC na região amazônica apresentam-se diversas, tal como as comunidades em que são desenvolvidas, pois exprimem diversidades culturais e ambientais. Elas se caracterizam muitas vezes por estarem em áreas protegidas, ou em suas circunvizinhanças. Também se apresentam com diversidade de gestão (Figueiredo, 2022, p.4).

Pesquisas de Figueiredo (2022) sobre o turismo de base comunitária na Amazônia Brasileira, indicam que ele vem se desenvolvendo desde o final do século passado, a partir de iniciativas isoladas associadas inicialmente ao Ecoturismo, em torno de Manaus, Belém e Santarém.

Embora essas práticas turísticas ocorram há anos na região, as políticas públicas com foco no estudo, acompanhamento, incentivo e promoção dessas ecossocioeconomias relacionadas ao turismo, são escassas ou mesmo inexistentes, embora, cada vez mais, venham se constituindo em objetos de investigação científica.

Os desdobramentos das políticas públicas nacionais de turismo para a Amazônia são refletidos no Estado do Pará, que também passou a incluir o turismo em seus processos de planejamento estadual, criando em 1971 a Companhia Paraense de Turismo do Pará<sup>12</sup> – PARATUR, órgão responsável pela promoção e desenvolvimento do turismo no Estado do Pará (Lei Estadual nº 4.368, de 09 de dezembro de 1971).

A partir da década de 1970, o ordenamento político do turismo no Pará iniciou com pesquisas sobre a potencialidade turística do Estado e apresentação de um pré-

---

<sup>12</sup> Em 2011, por meio da LEI Nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011, é criado o Sistema Estadual de Gestão do Turismo (SEGETUR) e a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), que tem por missão institucional de promover o desenvolvimento turístico no Estado do Pará (PARA, 2011). Em 2014, através da Lei Nº 8.093, de 30 de dezembro de 2014 a PARATUR foi extinta.

diagnóstico dessas potencialidades, realizadas através de parcerias entre a PARATUR, Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará - IDESP e da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR (IDESP, 1971). É nessa ocasião, em 1975, que ocorreu o primeiro ordenamento ou divisão territorial para o planejamento e desenvolvimento do turismo no Estado.

Nas décadas que se seguiram, 1980 e 1990, no Pará, o turismo manteve-se na pauta de desenvolvimento, reflexo do que ocorria no Brasil, que considerava o turismo uma atividade capaz de alavancar a economia, justificando investimento em grandes projetos turísticos, que também contaram com financiamento de organismos internacionais.

Em 1995 o Programa de Estudos e Pesquisas dos Vales Amazônicos – PROVAM (SUDAM/OEA, 1995) identificou que o Estado do Pará concentrava 49% do potencial turístico da Amazônia brasileira. Naquele ano, o Pará teve uma mudança no seu perfil de economia, com a inclusão do turismo como componente da nova base produtiva do Estado, o que o transformou em atividade prioritária de investimentos, materializado através do desenvolvimento de empreendimentos de infraestrutura à superestrutura e marketing.

A partir das políticas públicas federais, com destaque para o Programa Nacional de Municipalização de Turismo – PNMT e o Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal – PROECOTUR, ambos criados em 1990, e com o desenvolvimento de programas estaduais de turismo, a atividade turística começou a ser reestruturada no estado do Pará. Nessa época, percebeu-se uma preocupação maior com as questões sociais e ambientais, além de uma maior participação dos municípios nos processos decisórios das políticas públicas.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PMNT), criado em 1990, tinha como principal objetivo fornecer aos municípios brasileiros com potencial turístico as condições técnicas e organizacionais necessárias para promover o desenvolvimento da atividade. Através de uma metodologia baseada no debate, parceria e maior participação dos municípios nas decisões, o programa contribuiu para descentralizar a distribuição de recursos públicos e evitar a exclusão de municípios, de acordo com Andres (2008).

O Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal – PROECOTUR (1990) foi criado com o objetivo de dinamizar os polos ecoturísticos selecionados no âmbito de cada Estado. No Pará, os polos de ecoturismo definidos foram quatro, representados por Belém/Costa Atlântica; Araguaia/Tocantins; Marajó e Polo Tapajós. Os polos de turismo do Pará foram definidos a partir do zoneamento turístico realizado no Estado em 1990.

Os polos turísticos correspondiam a áreas geográficas prioritárias para desenvolvimento das ações governamentais, formados por um agrupamento de municípios que seriam beneficiados pelas políticas públicas de turismo no Estado, que iam desde a instalação de infraestrutura básica à criação de estratégias de marketing, com o objetivo de alavancar o turismo regional. A definição dos polos se deu a partir de um conjunto de indicadores, como apelo ambiental, com destaque aos atrativos naturais, à existência de fluxos turísticos regulares e de infraestrutura básica e turística.

A definição de polos baseia-se na teoria de polos de crescimento de François Perroux, desenvolvida na década de 1950. O autor defende a tese de que “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (Perroux, 1974).

Embora seja uma política nacional adotada por inúmeros governos e em diversas atividades econômicas em todo o país, a política de pólos de turismo sofreu inúmeras críticas. Fernandes (2013) afirma que a política de pólos criou uma hiperestratificação dos espaços litorâneos no Nordeste brasileiro, com a transformação de territórios nobres e secundários. Para Rodrigues (2006), a política de pólos e de destinos indutores são exemplos típicos de territórios descontínuos reticulares e complexos, de caráter funcional e mercantil, que integram o turismo local, regional ao contexto do mercado global, produzindo uma valorização seletiva de lugares.

Becker (2001) também afirma que tal política provoca competição entre os Estados, por recursos. Do ponto de vista social, promove a desigualdade e exclusão, pois gera apenas consumo do espaço e circulação mercantil, sem trazer benefícios para a região e, do ponto de vista territorial carece de avaliação cuidadosa dos geógrafos, pois as experiências passadas mostram que seu suposto efeito multiplicador, na maioria das vezes, não ocorreu.

Serra (2020) destaca que as políticas públicas de turismo no Brasil apresentam dois elementos característicos: são setoriais, no sentido de que o turismo não apresenta grande alcance social, beneficiando diversos grupos ou classes sociais; e, são segregadoras, uma vez que provocam uma apropriação seletiva do território, onde não são todos que podem, a princípio, beneficiar-se da concretização de tais políticas.

Tal abordagem vai no mesmo sentido das análises de Fernandes (2013), ao trabalhar o conceito de espaços de “inclusão excludente”, quando as localidades são incluídas nos roteiros turísticos internacionais, mas as populações locais são excluídas do mercado de trabalho. Com isso, acrescenta o autor, o Estado cria condições legais e fiscais para que as elites locais se perpetuem, enquanto se observa a exclusão das populações locais dos processos decisórios e das áreas ocupadas por estas, consideradas como atrativas para o turismo. Assim, tal política acaba por ampliar as desigualdades socioeconômicas entre regiões e cidades do país.

No caso do Pará, tal política, ao mesmo tempo em que priorizou certos lugares, acabou por invisibilizar outros que também são dotados de potencialidades turísticas, mas que não são alcançados pelas intervenções públicas de estruturação e promoção da atividade, reproduzindo o que ocorre em outras regiões do Brasil (Boulhosa; Figueiredo, 2021).

No Estado do Pará, a Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM) e a PARATUR elaboraram o Programa Básico de Investimentos para Dinamização do Turismo no Pará. O objetivo era atender às necessidades de infraestrutura, capacitação de mão de obra, gestão empresarial e marketing nas cidades polos, concentrando as ações nos municípios com maiores potencialidades turísticas do Estado, em áreas/pólos já definidas (SEICOM, 1996).

A partir de 2000, o Pará voltou a ser palco de ações, planos e programas voltados para o turismo. Em 2001, foi lançado o primeiro plano de desenvolvimento do turismo no Pará, que resultou na redefinição dos polos de Turismo do Estado. Houve o desmembramento de um polo e a criação de outro, totalizando seis polos: Belém, Marajó, Tapajós, Xingu, Araguaia Tocantins e Amazônia-Atlântica. No Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em 2004, no Pará, inicialmente foram priorizados apenas três polos para a implementação de suas estratégias: Polo Tapajós, Polo Marajó e Polo Belém (figura 04).

Em 2003, foi criado o Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará – FOMENTUR/PA, por meio do Decreto Estadual de nº 0221, de 26 de junho de 2003. O FOMENTUR é um "órgão colegiado consultivo, propositivo e mobilizador, vinculado diretamente ao Diretor Presidente da PARATUR e destinado a participar interativamente da implementação da Política Estadual de Desenvolvimento do Turismo" (PARÁ, 2003).

Figura 04: Polos de turismo do Estado do Pará



Fonte: Plano Ver-o-Pará. Relatório Executivo

Em 2009, considerando o Programa Nacional de Regionalização do Turismo, houve a adequação dos polos de turismo no país. No Pará, por meio da Resolução nº 001/2009 da PARATUR<sup>13</sup>, os seis polos turísticos foram adequados às doze Regiões de Integração do Estado, incluindo todos os municípios dessas regiões. Nesse mesmo ano, também foram estabelecidos critérios para a classificação dos municípios do

<sup>13</sup> A Resolução nº 001 (PARATUR, 2009) adequação dos polos às regiões de integração: I - Polo Belém passa a ser constituído dos municípios que compõem a Região Metropolitana; II - Pólo Amazônia Atlântica passa a ser constituído dos municípios da Região Guamá, Região Rio Capim e Região Rio Caeté; III - Pólo Araguaia Tocantins passa a ser constituído dos municípios da Região Araguaia, Região Carajás, Região Tocantins e Região Lago de Tucuruí; IV - Pólo Tapajós passa a ser constituído dos municípios que compõem a Região Baixo Amazonas e a Região Tapajós; V - Pólo Marajó passa a ser constituído dos municípios que compõem a Região Marajó e VI - Pólo Xingu passa a ser constituído dos municípios que compõem a Região Xingu. Sobre a classificação dos municípios ficou instituído: Município Turístico será contemplado com ações de promoção, divulgação e apoio nos eventos; Município de Potencial Turístico será contemplado com ações de qualificação, estruturação e organização de produtos e roteiros; Município de Apoio ao Turismo será contemplado com ações de organização da cadeia produtiva local, sensibilização, mobilização da comunidade, incentivo à criação do Conselho de Turismo e na realização do Inventário (PARÁ, 2009).

Estado do Pará, de acordo com a nova Política Nacional de Regionalização, como "municípios turísticos", "municípios de potencial turístico" e "municípios de apoio ao turismo" (PARATUR, 2009).

Em 2011, foi lançada uma revisão do plano de turismo do Estado, intitulada "Plano Estratégico de Turismo 'Ver-o-Pará' (2012-2020)", estabelecendo novas diretrizes da política pública de investimentos no setor de turismo. O planejamento foi remodelado visando a um maior alcance mercadológico, buscando criar uma nova identidade para o destino Pará, e trabalhando com o ordenamento dos segmentos turísticos mais competitivos, tais como cultura, natureza, sol e praia, eventos e negócios (PARÁ, 2012).

A partir de 2016 foram estabelecidos vários instrumentos de políticas públicas e projetos para incluir o turismo e a gastronomia como parte das cadeias produtivas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado (Rodrigues *et al.*, 2021).

Serra (2020) aponta que, nessa etapa, a relação entre o governo e o mercado turístico se torna mais acirrada, a atividade ganha contornos de planejamento estratégico, com forte inspiração no planejamento empresarial e uma presença maciça do mercado. Há uma gestão pública baseada na exposição das regiões, embora o Relatório de Implantação do Plano (2012-2014) informe que, em termos práticos, pouco progresso foi feito com vistas à democratização da promoção do turismo em todo o Estado.

Em 2019, por meio da Portaria nº 164/2019/GEPS/SETUR, foi instituída a regionalização do turismo no Estado do Pará, com o objetivo de estabelecer uma política estadual de regionalização do turismo e promover o desenvolvimento da atividade turística, com foco no planejamento coordenado e participativo (SETUR, 2019), como reflexo do Programa de Regionalização do Turismo.

Assim, a lógica de polos turísticos, que privilegiava certos municípios e era considerada defasada, foi substituída pela perspectiva de regiões, atendendo à necessidade de adequação do planejamento turístico ao planejamento territorial do Estado, com a definição das 14 regiões turísticas no Pará.

O Reordenamento turístico do Estado do Pará por meio da Portaria nº 164/2019/GEPS/SETUR, que dispõe sobre a divisão do Estado do Pará em 14 Regiões Turísticas decorrente de um amplo trabalho da SETUR junto aos gestores municipais, empresários do setor que apontaram à ineficácia e

defasagem da anterior divisão em 06 polos turísticos (PARÁ/SETUR, 2020, p. 03).

Para efeito do programa de regionalização, no Pará, as regiões turísticas representam espaços com semelhanças de ocupação, nível social e dinamismo econômico, cujos municípios mantenham integração entre si, tanto fisicamente quanto economicamente, de forma a participarem do processo de diminuição das desigualdades regionais (SETUR, 2019).

Assim, no Estado do Pará as regiões turísticas<sup>14</sup> instituídas em 2019 são: I - Região Turística de Belém; II - Região Turística Amazônia Atlântica Guamá; III - Região Turística do Capim; IV - Região Turística Amazônia Atlântica Caeté; V - Região Turística do Araguaia; VI - Região Turística do Carajás; VII - Região Turística do Tocantins; VIII - Região Turística do Lago de Tucuruí; IX - Região Turística do Baixo Tapajós; X - Região Turística do Alto Tapajós; XI - Região Turística do Rio Amazonas; XII - Região Turística dos Campos do Marajó; XIII - Região Turística das Florestas do Marajó; e, XIV - Região Turística do Xingu (SETUR, 2019).

---

<sup>14</sup> De acordo com a Portaria nº 164/2019/GEPS/SETUR os municípios que compõem as regiões turísticas do estado do Pará são: REGIÃO TURÍSTICA DE BELÉM: Belém/Ananindeua/Benevides/Marituba/ Santa Bárbara do Pará. REGIÃO TURÍSTICA AMAZÔNIA ATLÂNTICA GUAMÁ: Castanhal/ Colares/ Curuçá/ Igarapé-Açu/ Inhangapi/ Magalhães Barata/ Maracanã/ Marapanim/ Santa Isabel do Pará/ Santa Maria do Pará/ Santo Antônio do Tauá / São Caetano de Odivelas/São Domingos do Capim/ São Francisco do Pará/ São João da Ponta/São Miguel do Guamá/ Terra Alta/Vigia. REGIÃO TURÍSTICA DO CAPIM: Abel Figueiredo /Aurora do Pará /Bujaru/ Capitão Poço/ Concórdia do Pará/ Dom Eliseu/ Garrafão do Norte /IPIXUNA do Pará /Irituia /Mãe do Rio /Nova Esperança do Piriá /Ourém /Paragominas /Rondon do Pará / Tomé-Açu /Ulianópolis. REGIÃO TURÍSTICA AMAZÔNIA ATLÂNTICA CAETÉ: Augusto Corrêa /Bonito /Bragança /Cachoeira do Piriá /Capanema /Nova Timboteua /Peixe-Boi / Primavera /Quatipuru /Salinópolis /Santa Luzia do Pará /Santarém Novo/São João de Pirabas/Tracuateua /Viseu. REGIÃO TURÍSTICA DO ARAGUAIA: Água Azul do Norte/ Bannach / Conceição do Araguaia /Cumarú do Norte /Floresta do Araguaia /Ourilândia do Norte /Pau d'Arco/Redenção /Rio Maria / Santa Maria das Barreiras /Santana do Araguaia / São Félix do Xingu /Sapucaia Tucumã /Xinguara. REGIÃO TURÍSTICA DO CARAJÁS: Bom Jesus do Tocantins/ Brejo Grande do Araguaia/ Canaã dos Carajás/ Curionópolis/Eldorado dos Carajás/ Marabá/ Palestina do Pará/ Parauapebas/ Piçarra/ São Domingos do Araguaia/ São Geraldo do Araguaia/ São João do Araguaia. REGIÃO TURÍSTICA DO TOCANTINS: Abaetetuba/ Acará/ Baião Barcarena/ Cametá/ Igarapé-Miri/ Limoeiro do Ajuru/ Mocajuba Moju/ Oeiras do Pará/ Tailândia. REGIÃO TURÍSTICA DO LAGO DE TUCURUÍ: Breu Branco/ Goianésia do Pará/ Itupiranga/ Jacundá/ Nova IPIXUNA/ Novo Repartimento/ Tucuruí. REGIÃO TURÍSTICA DO BAIXO TAPAJÓS: Belterra/ Santarém/ Mojuí dos Campos/ REGIÃO TURÍSTICA DO ALTO TAPAJÓS: Aveiro/ Itaituba/ Jacareacanga/ Novo Progresso/ Rurópolis/ Trairão/ REGIÃO TURÍSTICA DO RIO AMAZONAS: Alenquer / Almeirim/ Curuá/ Faro/ Juruti/ Monte Alegre/ Óbidos/ Oriximiná/ Prainha/ Terra Santa. REGIÃO TURÍSTICA DOS CAMPOS DO MARAJÓ: Cachoeira do Arari/ Ponta de Pedras/ Salvaterra/ Santa Cruz do Arari/ Soure / REGIÃO TURÍSTICA DAS FLORESTAS DO MARAJÓ: Afuá/ Anajás/ Bagre/ Breves/ Chaves/ Currealinho/ Gurupá/ Melgaço/ Muaná/ Portel/ São Sebastião da Boa Vista. REGIÃO TURÍSTICA DO XINGU: Altamira/ Anapu/ Brasil Novo/ Medicilândia/ Pacajá/ Placas/ Porto de Moz/ Senador José Porfírio/ Uruará/ Vitória do Xingu (SETUR, 2019).

Com a implementação do Plano de Turismo do Estado, de acordo com dados oficiais do turismo no Pará, de 2011 a 2014, os resultados foram positivos, com a entrada de mais de 1 milhão de visitantes, representando um crescimento de aproximadamente 40%, passando de R\$ 380 milhões em 2011 para R\$ 711 milhões em 2014 (SETUR/PARATUR, 2014). Em 2019, o Estado recebeu 1.043.046 turistas, gerando uma receita de mais de setecentos e vinte milhões (SETUR, 2020).

Em 2020, devido aos impactos prejudiciais da pandemia de COVID-19, a Secretaria de Estado de Turismo – SETUR lançou o Plano "Abre Caminho: Plano de retomada da atividade turística no Estado do Pará" (SETUR, 2020), como parte do projeto "RETOMAPARÁ", do Governo do Estado do Pará/Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, instituído por meio do Decreto Nº 800, de 31 de maio de 2020.

Art. 1º Fica instituído o Projeto RETOMAPARÁ, que visa o restabelecimento econômico gradativo e seguro, no âmbito do Estado do Pará, definido segundo a capacidade de resposta do Sistema de Saúde e os níveis de transmissão da Covid-19, por meio da aplicação de medidas de distanciamento controlado e protocolos específicos para reabertura e funcionamento gradual de segmentos de atividades econômicas e sociais (Art. 1º, Decreto Nº 800, 2020).

No mesmo sentido, o Plano "Abre Caminho", objetivou acelerar a retomada das atividades turísticas no Estado do Pará e a recuperação dos prejuízos causados pela paralisação decorrente da pandemia, através de adoção de medidas mitigadoras e fomentadoras de novos negócios e fluxos turísticos (SETUR, 2020).

Todavia, não obstante o desenvolvimento de políticas estaduais e as inúmeras ações de dinamização do turismo no Pará, ao se analisar o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará "Ver o Pará" (2012 – 2020), o principal documento da política pública de turismo no Estado, juntamente com outros planos ou programas governamentais para o desenvolvimento da Amazônia, onde a atividade turística está presente, percebe-se a persistência de uma lógica economicista e de um modus operandi que restringe os benefícios da atividade turística às grandes empresas, organizações ou a uma pequena elite.

Nessa análise, observa-se a ausência de qualquer referência a formas de promoção do turismo, concebidas sob o título de turismo de base comunitária ou qualquer outra estratégia protagonizada por comunidades autóctones, para o

desenvolvimento do turismo com base em suas demandas e nas características socioambientais de seus territórios.

No Plano "Ver o Pará", é possível observar projetos e ações sob os títulos de "comunidade operadora de serviços turísticos", "negócios e empreendimentos da comunidade", "empreendedorismo e inclusão social", "comunidade nos negócios do turismo", mas não fica claro como será estabelecido o diálogo e a prática desses projetos e ações junto às comunidades. Além disso, a própria linguagem e os conceitos utilizados, como "operadora", "negócio" e "empreendedorismo", revelam o aspecto puramente comercial e mercadológico dado à atividade turística, ignorando as características fenomenológicas do turismo e os potenciais impactos negativos que essa forma de conceber pode provocar nas comunidades receptoras.

Ao analisar o Relatório de Implantação (2012-2014) e o Relatório Executivo (2012-2020) do referido Plano, constata-se que as práticas culturais, os saberes e fazeres das populações tradicionais ou rurais e sua relação com os ambientes naturais são reduzidos ao rol de produtos ou atratividades turísticas, perpetuando antigas formas de conceber e desenvolver o turismo e ignorando as inúmeras ecossocioeconomias construídas pelas comunidades locais, reflexos de saberes e fazeres resultantes, em parte, da convivência com os ecossistemas amazônicos.

O Plano "Ver o Pará", formulado por uma empresa de consultoria contratada, utilizou um modelo de planejamento participativo, com realização de reuniões e entrevistas em 23 municípios do Estado, com o objetivo de ouvir os agentes do turismo e coletar propostas (SETUR, 2012). Embora tenha sido concebido a partir da análise do mercado turístico paraense e em consulta aos municípios, a partir de um modelo de gestão do turismo que favoreceria a inclusão das comunidades receptoras, as demandas das comunidades que se organizam localmente para promover o turismo não aparecem no Plano nem na agenda de governo.

Para que tais demandas sejam consideradas "problemas", compreendendo aqui "problemas" no sentido usado por Capella (2006) emprestado de Kingdon (2003), enquanto demanda que chama a atenção do governo, desperta o interesse dos que fazem parte dos processos decisórios, provoca necessidade de ação e entra na pauta das agendas de governo, é imperativo a participação e representação das comunidades locais nos processos institucionais de socialização e nos processos

decisórios de disputas e barganhas no jogo das negociações que ocorrem entre os muitos atores que concorrem para a construção de políticas públicas.

Neste contexto, é importante destacar que, mais recentemente, em 2022, o Governo do Estado instituiu a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, através da Lei nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022.

A Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, concebe-o como:

I - Turismo em Base Comunitária: atividade socioeconômica planejada e desempenhada por comunidades rurais e comunidades tradicionais, assim entendidos os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, com base em conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (PARÁ, 2022).

Reconhecendo que as comunidades rurais e tradicionais<sup>15</sup> possuem organização social própria e que a relação estabelecida com a terra território se dá em outros termos, como espaço de reprodução da própria vida, tal política poderá criar condições para que agentes locais, historicamente excluídos dos processos decisórios, mas atuantes mesmo à margem das políticas públicas, tenham a possibilidade de promover suas formas de fazer o turismo, bem como de dispor dos recursos públicos para o desenvolvimento de seus projetos e ações, por meio do reconhecimento, institucionalização e legitimação de suas formas de organização social para o desenvolvimento da atividade.

A lei define que a Unidade de Planejamento de Turismo em Base Comunitária constitui-se em um "conjunto de unidades produtivas rurais localizadas em área geográfica homogênea em valores sociais, culturais e atrativos turísticos originados a partir de valores agrícolas e agroecológicos, ambientais, culturais e sociais", as quais poderão denominar-se de circuitos, roteiros, rotas, caminhos, trilhas, rios, lagos, igarapés, colônias, comunidades, aldeias, vilas, quilombos, assentamentos, dentre outros termos similares (PARÁ, 2022).

---

<sup>15</sup> Arruda (1999) define populações tradicionais como "aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente de base sustentável". Diegues (2001) afirma que "as comunidades tradicionais são depositárias de parte considerável do saber sobre a diversidade biológica hoje reconhecida".

Entre suas diretrizes está o incentivo à realização de atividades de Turismo em Base Comunitária; estimular o fortalecimento da autonomia dos agentes destinatários desta Lei; promover métodos de uso dos recursos naturais de forma sustentável; estimular a criação de unidades de conservação; promover o respeito à autenticidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais e a preservação de seus bens culturais e valores tradicionais; incentivar a realização de atividades econômicas de longo prazo; orientar a adoção de práticas de turismo sustentável que possibilitem promover elevado nível de satisfação aos turistas; fomentar e apoiar o estabelecimento de trilhas de longo curso; gerar emprego e renda por meio de práticas de turismo sustentável, entre outras (PARÁ, 2022).

Os princípios do TBC da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, expostos na Lei nº 9.773/2022, são apresentados no quadro 8 abaixo.

**Quadro 8 - Princípios do Turismo em Base Comunitária da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária.**

I - desenvolvimento em base sustentável e responsável;	II - valorização da sociobiodiversidade local
III - manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado	IV - diversificação e valorização da produção regional
V - comercialização direta da produção regional	VI - valorização do patrimônio cultural das comunidades tradicionais;
VII - cooperação e associação entre os agentes econômicos	VIII - protagonismo comunitário
IX - promoção da equidade social	X - promoção da igualdade de gêneros
XI - democratização de oportunidades e repartição de benefícios	XII - promoção das trocas culturais de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local.
Fonte: Art. 5º da Lei da Lei nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022 que institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária (PARÁ, 2020).	

Os beneficiários desta lei são as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e uma variedade de populações, incluindo extrativistas, pescadores, roceiros, agricultores, entre outros, detentores de um vasto e profundo conhecimento sobre os ambientes naturais e práticas culturais capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo no Estado.

Essa lei tem o potencial de promover a cooperação entre governo, setor privado e sociedade civil, criando mecanismos e espaços de gestão compartilhada e processos de controle social. Além disso, possibilitará o intercâmbio entre as Unidades de Planejamento de Turismo em Base Comunitária com experiências bem-sucedidas,

centros de formação e pesquisa, e a criação de comitês, redes e cooperação em nível regional e nacional.

No entanto, o sucesso dessa iniciativa dependerá da capacidade de articulação e ação dos governos estaduais e municipais, bem como do reconhecimento e envolvimento das comunidades protagonistas das práticas de turismo de base comunitária no Estado. Isso será essencial para romper com a lógica autoritária das políticas públicas, que contribuiu para invisibilizar o conhecimento étnico e as ecossocioeconomias desenvolvidas no manejo dos recursos naturais e culturais pelas populações autóctones. Ainda é prematuro fazer uma avaliação mais aprofundada sobre essa política, embora seja inquestionável a importância desse dispositivo legal na ampliação da participação dos agentes locais nos processos decisórios e no reconhecimento das formas locais de turismo.

## 6.2 TURISMO NO MARAJÓ

A região do Marajó, devido às suas características socioambientais e à interligação com questões político-econômicas, tornou-se uma das principais regiões turísticas do Estado do Pará e da Amazônia brasileira. Isso se reflete no grande número de ações e políticas públicas implementadas em várias instâncias governamentais, evidenciando a importância atribuída a essa atividade na região.

O turismo no Marajó, enquanto parte das políticas públicas implementadas na Amazônia brasileira, teve seu início na década de 1970, principalmente devido às suas características naturais e à influência das elites latifundiárias sobre a administração pública do Estado. Com a implementação das políticas públicas estaduais de turismo nas décadas de 1970 e 1980, a cidade de Soure foi selecionada como um local com "vocação natural" para o desenvolvimento do setor turístico. Portanto, a história oficial do turismo no Marajó tem início em Soure.

Figueiredo (1999) indica que o início do desenvolvimento do turismo no Marajó apresentou três aspectos: o início dos investimentos do governo militar, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR e órgãos estaduais e municipais, que dinamizaram o turismo local; a entrada de uma nova elite no cenário social do Marajó, representada

pelos empresários do turismo; e a participação de novos atores no contexto sociocultural local, os turistas.

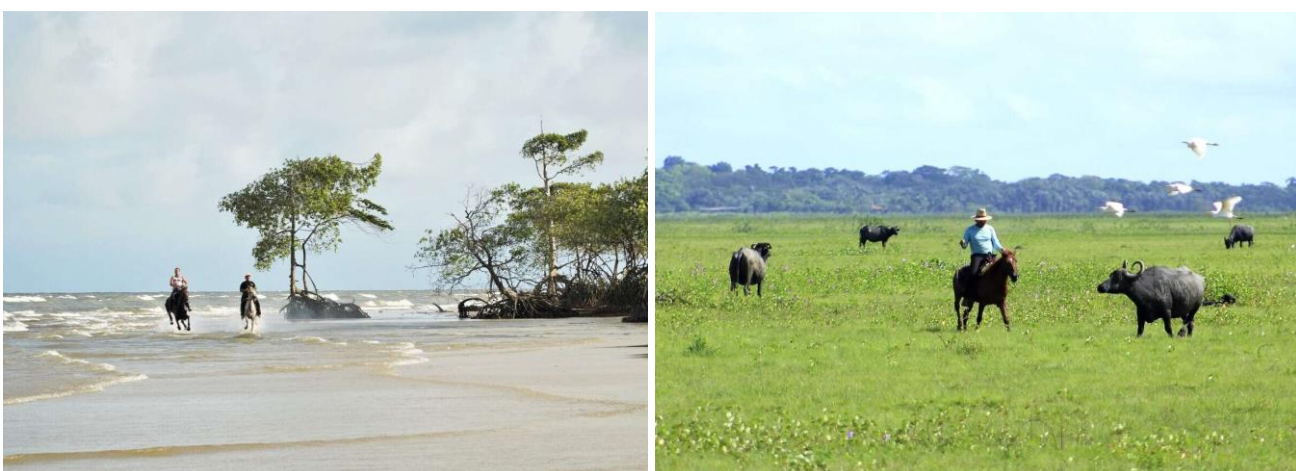
As paisagens naturais e os acidentes geográficos do Marajó apresentam grande apelo ambiental do ponto de vista do turismo. Com a predominância de dois grandes ecossistemas, a floresta tropical a oeste e os campos naturais a leste, e um relevo predominantemente plano, fatores decisivos para a instalação da pecuária, a região marajoara possui uma fauna e flora variada, inúmeros cursos d'água, praias pouco antropizadas de água doce e salobra, além de trilhas ecológicas, entre outros atrativos (Fotografias de 18 a 21). Essas características naturais têm sido exaltadas desde os viajantes que percorreram o Marajó ao longo do século XIX, seja de forma

Fotografias 18 e 19 – Rio Paracauari com manguezais e aves litorâneas, Soure.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2018 e 2022.

Fotografias 20 e 21 – Praia da Barra Velha, Soure; campos naturais com búfalos, Cachoeira do Arari.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2018 e 2022.

poética e deslumbrante, seja com longas e detalhadas descrições científicas da região, conforme apontam Araújo e Pacheco (2016).

Somadas às suas características naturais, o Marajó apresenta uma grande diversidade sociocultural, observada na milenar cerâmica marajoara, de reconhecido valor arqueológico que influencia a produção ceramista atual, na existência de fazendas seculares de criação de búfalos, na relação e profundo etnoconhecimento local sobre a natureza, na forte identidade religiosa retratada nas festas de santos, onde o culto particular dá lugar à manifestação de fé coletiva, em uma gastronomia com forte influência das culturas negras e indígenas, no universo folclórico de músicas, danças, cantos, histórias e tantas outras expressões da cultura e identidade marajoara que, “ao mesmo tempo em que particularizam o Marajó, o universalizam no mundo amazônico e brasileiro” (Boulhosa, 2020). Tais características constituem-se nos indicadores da atratividade turística do Marajó, consideradas nos planos e programas para o desenvolvimento do turismo na região (fotografias de 22 a 25).

Fotografias 22 a 23 – Festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari. Em destaque a procissão dos mastros e a missa do vaqueiro que acontece na frente da igreja matriz, com eles montados a cavalos.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2007, 2015.

Fotografias 24 e 25 – Produção ceramista com forte influência da cerâmica arqueológica marajoara. Espaço cultural Arte Mangue Marajó, Soure.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2022.

Como parte das ações públicas relacionadas ao turismo, em 1971, o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP) iniciou uma pesquisa sobre as condições turísticas do Pará. Naquele momento, após a apresentação do diagnóstico dessa pesquisa, o Marajó foi dividido em: Furos (Afuá, Breves, Melgaço, Portel, São Sebastião da Boa Vista e Senador José Porfírio) e Campos de Marajó (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Soure e Salvaterra), e seus atrativos turísticos foram listados, com destaque para as praias de Pesqueiro e Ararunas, as festas religiosas e populares, o carimbó e o artesanato do município de Soure (IDESP, 1971).

Na década de 1980, em função do turismo ser apresentado como alternativa para o desenvolvimento da frágil economia da Amazônia, a atividade recebeu incentivos, o que provocou um crescimento nos fluxos turísticos no Pará.

É também nessa década que fazendeiros locais, em busca de novas alternativas para assegurar a viabilidade econômica de suas fazendas, passaram a implementar o turismo (Ximenes, 1997). Com a crise na pecuária instalada na ilha, alguns fazendeiros do Marajó começaram também a investir no turismo rural como alternativa econômica, utilizando as paisagens naturais da ilha, a vida no campo e os ambientes peculiares das fazendas marajoaras como atrativos turísticos. As fazendas Alacilândia e Providência, em parceria com hotéis dos municípios de Soure e

Salvaterra e agências de turismo de Belém, passaram a oferecer atrações aos visitantes, como ordenha, passeios de carroça e a cavalo (Martins, 2005).

A partir de 1990, o Marajó foi constituído em um dos Polos de Turismo no Estado do Pará, tendo como núcleos indutores os municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, que passaram a ter prioridade nos investimentos públicos, com realização de obras de infraestrutura e promoção turística. Enquanto pólo de turismo, foi dado destaque para os segmentos turísticos de sol e praia, rural, cultural e ecoturismo (PARATUR, 2009).

O redirecionamento das políticas públicas de turismo, a partir da década de 1990, possibilitou a criação de espaços de participação e mobilização social, o que oportunizou a criação de instâncias de governanças municipais e a participação de diferentes agentes no processo de condução das políticas de turismo, como o Fórum Regional de Turismo do Marajó - FOREMAR, criado em 2006, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (Farias; Bahia, 2018).

Farias e Bahia (2018) destacam a importância desse instrumento no processo de democratização e participação da população local, principalmente das comunidades tradicionais de Salvaterra e Soure, que, embora excluídas dos processos políticos decisórios, "têm protagonizado intensos processos de territorialização e de lutas sociais, à revelia dos poderes econômicos, sociais e políticos que ali se instauram".

No ano de 2000, o segmento do turismo rural ganhou maior impulso na região por meio de ações do Programa Estadual de Turismo do Pará – PET – Projeto Beija Flor, integradas ao Programa de Diversificação da Oferta Turística – PDOT 2000, realizado em parceria entre o Governo do Estado, a Companhia Paraense de Turismo - PARATUR, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-PA, o Banco da Amazônia - BASA e prefeituras locais. Esse programa envolvia diretamente as fazendas interessadas em atuar neste segmento, considerando que várias já desenvolviam atividades de recepção turística, embora carecessem de melhorias em infraestrutura, equipamentos e serviços.

Assim, a partir dos anos 2000, o turismo voltou a ser dinamizado no Marajó, mantendo o destaque em Soure, com o desenvolvimento de planos e programas instituídos em nível federal e estadual, com enfoque no ecoturismo e turismo rural.

O PDOT 2000 cadastrou, na época, quatorze empreendimentos e segmentos de apoio ao turismo rural entre Soure e Salvaterra, dos quais apenas cinco estão em atividade: Fazendas São Jerônimo, Bom Jesus, Sanjo e Araruna (Soure) e Fazenda Nossa Senhora do Carmo (Salvaterra) (Corradi *et al.*, 2009).

Assim, as características ecológicas da região dos campos naturais sobre os quais foram assentadas as fazendas, associadas à existência de estrutura receptiva nas fazendas e a possibilidade de experiência de vida no campo, passaram a constituir-se em produto turístico de Soure. Isso se deu através da realização de inúmeras atividades que envolviam observação de fauna e flora, pesca artesanal, cavalgadas, passeio de charretes puxadas por búfalos, visita à queijaria, passeio fluvial, gastronomia local, entre outras (Corradi *et al.*, 2009).

Apesar do desenvolvimento de programas direcionados às fazendas, pesquisas de Martins (2005), Corradi (2009), Corradi *et al.* (2009), Castro e Campos (2015) revelam vários problemas inerentes a esta atividade, tais como a baixa prosperidade do segmento na ilha, a sobreposição do trabalho de vaqueiro ao de condutor, a ausência de uma política de formação e capacitação profissional para atuar no turismo e a falta de orientação aos proprietários de fazendas, o que leva à manutenção do amadorismo, a falta de fomento, de divulgação, entre outros problemas correlatos.

Percebe-se que 100% das fazendas rurais pesquisadas não têm apoio institucional, apesar de serem os atores pioneiros do pólo Marajó de turismo rural. Em aspectos de políticas públicas, registra-se a ausência de influência de ações indicadas por políticas públicas em todas as fazendas. Neste item nota-se pouca eficácia do setor de turismo rural, principalmente no tocante aos seguintes componentes: apoio de fomento, apoio institucional de promoção e divulgação, apoio à logística e capacitação como se descreve em cada um dos casos objetos. Esse conjunto de elementos pode limitar as condições mercadológicas dos empreendimentos (Corradi *et al.*, 2009, p. 7).

Desde o início do desenvolvimento do turismo no Marajó até os dias atuais, essa região experimentou ciclos de altos e baixos na atividade, alinhados com o que ocorria no Pará. Entre 1985 e 1991, o Estado do Pará recebeu um considerável número de turistas, sendo a ilha do Marajó um dos seus principais atrativos. O aumento do fluxo de visitantes no Marajó foi evidenciado pelo aumento na demanda de barcos, navios e voos fretados de Belém à Soure.

Durante esse período de aumento dos fluxos, houve uma colaboração entre agências de turismo de Belém, hotéis e fazendas em Soure, resultando em efeitos significativos na configuração social e espacial, especialmente em Soure. No entanto, a ausência de um planejamento sistêmico local e estadual da atividade provocou a retração desses fluxos (Figueiredo, 1999; Castro, Campos, 2015; Farias, 2018; Boulhosa *et al.*, 2021).

No final da década de 1990, o turismo entrou em declínio no Pará e, conseqüentemente, no Marajó, devido à falta de investimentos e ao aumento da concorrência de produtos similares nos estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul e Maranhão (Figueiredo, 1999; Pereira, Figueiredo, 2005). De acordo com Martins (2005), o fluxo de turistas no Marajó chegou ao ponto de quase estancar totalmente no biênio 2007/2008.

Com a adequação dos polos turísticos às novas regiões turísticas, a partir do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, o Polo Marajó passou a ser constituído pelos 17 municípios que compõem a mesorregião marajoara, divididos em Região Turística dos Campos do Marajó, formada por Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, e Região Turística das Florestas do Marajó, composta pelos municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curalinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Portel e São Sebastião da Boa Vista (PARATUR, 2009).

Para fins de planejamento e elaboração do Plano Ver-o-Pará - Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2011), foi realizada uma avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos do Estado. A Consultoria Chias Marketing, empresa contratada pelo governo estadual, adotou critérios de singularidade, valor intrínseco e identidade local para determinar o *ranking* de Produtos e Recursos Turístico do Estado, estabelecendo a hierarquia para os Produtos Estrela, A, B e C<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> O processo de hierarquização dos produtos turísticos do Estado definiu os Produtos Estrela, A, B e C. Os produtos "Estrela" são considerados produtos com excepcional singularidade, "o melhor da experiência" do destino. Os Produtos "A" são os que complementam os Produtos Estrela, indutores de viagens e fatores de redução dos períodos de baixa temporada. Os Produtos "B" são os que exercem função estratégica, permitindo ampliação do período de permanência do turista ou a motivação de seu retorno. Atrativos classificados como "Recursos" são aqueles que apresentam possibilidade de ampliação das opções existentes, mas que carecem de desenvolvimento para serem oferecidos ao mercado (PARÁ, 2011).

No processo de hierarquização, as paisagens naturais marajoaras foram classificadas como “produto Estrela”, alcançando o topo da hierarquia, sendo consideradas produtos com excepcional singularidade.

No quadro 9 é apresentado o *Ranking* dos produtos turísticos do estado do Pará, por pólo de turismo. No Quadro 10 são apresentados os Produtos e Recursos turísticos do Polo Marajó, dispostos no Plano Ver-o-Pará (PARÁ, 2011).

**Quadro 9 - Ranking dos produtos turísticos por pólo.**

Polos do estado	Produtos estrela	Produtos “A”	Produtos “B”	Recursos	Total
BELÉM	9	13	6	0	28
ARAGUAIA TOCANTINS	1	16	34	65	116
AMAZÔNIA ATLÂNTICA	4	20	43	19	86
MARAJÓ	1	20	50	10	81
TAPAJÓS	10	18	24	22	74
XINGU	3	2	5	0	10
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>89</b>	<b>162</b>	<b>116</b>	<b>395</b>

Fonte: Plano Ver-o-Pará - Fase I: A análise da situação atual. Elaborado por Chias Marketing, (PARÁ, 2011).

Quadro 10 - Produtos e Recursos turísticos do Pólo Marajó

POLO	PRODUTO ESTRELA	Município
MARAJO	Paisagem marajoara	Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras
	<b>PRODUTOS "A"</b>	<b>Município</b>
	Folclore Marajoara	Soure
	Gastronomia Marajoara	Soure
	Turismo de base comunitária na Praia do Pesqueiro	Soure
	Comunidades quilombolas de Tartarugueiro e Santana	Ponta de Pedras
	Campos Marajoaras	Salvaterra e Soure
	Cerâmica Marajoara	Ponta de Pedras
	Rio Paracauri	Soure - Salvaterra
	Praia de Joanes + Sítio Arqueológico Jesuíta	Salvaterra
	Centro de Artesanato	Soure
	Curtume Art e Couro	Soure
	Búfalo Forest	Salvaterra
	Enduro Equestre - Prova Rodolfo Engelhard	Salvaterra
	Fazendas marajoaras	Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras
	APA Mata do Bacurizal	Salvaterra
	Porto de Monsarás	Salvaterra
	Tradições populares e manifestações culturais	Salvaterra
	Festas folclóricas - Boi bumba e Carimbó	Ponta de Pedras
	Arquitetura tradicional em madeira	Ponta de Pedras
	<b>PRODUTOS "B"</b>	<b>Município</b>
	Praia Grande de Salvaterra	Salvaterra
	Praia dos Pescadores	Salvaterra
	Ilha do Farol	Salvaterra
	Ilha Cagada (passáros)	Salvaterra
	Igarapé Deus Ajude (pesca do tucunaré)	Salvaterra
	Igarapé do Limão (biodiversidade e observação pássaros)	Salvaterra
	Igreja de São Francisco	Salvaterra
	Igarapés (Caraparú, Jubim, Passagem Grande, Pingo d'Água, Água Boa)	Salvaterra
	Furos (Macumã, Miguelão)	Salvaterra
	Complexo de São João	Salvaterra
	Dois Poços (Joanes e Monsarás)	Salvaterra
	Festa da Cultura	Salvaterra
	Festa Junina	Salvaterra
	Temporada de verão	Salvaterra
	Festival do Abacaxi	Salvaterra
	Praia do Araruna	Soure
	Passeios de barco	Soure
	Ateliê Arte e Mangue	Soure
	Rally da Ilha do Sol	Soure
	Festa Junina	Soure
	Festsol	Soure
Festa de São Pedro (procissão fluvial)	Soure	
Fest Búfalo	Soure	
Orla de Soure (paisagem)	Soure	
8º Batalhão da Polícia Militar (montada em búfalo)	Soure	
Exposição Agropecuário do Arquipélago do Marajó	Soure	
Presépio do Natal	Soure	
Festival de Verão	Soure	

<b>MARAJÓ</b>	Igreja Matriz de Nossa de Nazaré (séc. XIX)	Soure
	Mbarayo Cerâmica e loja	Soure
	Associação Marajoara de Artes – SOMA	Soure
	Praia da Barra Velha	Soure
	Praia do Mata-Fome	Soure
	Enseada do Tombo do Jutai	Soure
	Igarapé do Café	Soure
	Festividade de Santo Antônio de Lisboa	Porto de Pedras
	Praias fluviais e sua paisagem (Mangabeira, Grande)	Porto de Pedras
	Ilha do Coati (folclore marajoara)	Porto de Pedras
	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Porto de Pedras
	Capela de São Francisco de Borja	Porto de Pedras
	Gastronomia típica a base de ingredientes locais	Porto de Pedras
	Rios (Marajó-Açu, Anabiju, Anajás, Anajás-Mirim, Arari, Armazém, Fábrica, Mocoões, Muirim, Pará, Paruru-Açu, Peixe-boi)	Porto de Pedras
	Coluna de pedra e farol Itaguari	Porto de Pedras
	Palácio Municipal (antiga sede da prefeitura)	Porto de Pedras
	Círio de Nossa Senhora da Conceição	Porto de Pedras
	Grupo Folclórico Itaguari	Porto de Pedras
	Grupo Folclórico Nuaruaques	Porto de Pedras
	Grupo Junino Boi-Bumbá Destemido	Porto de Pedras
	Lendas marajoaras (porca velha, Matinta Perera, etc.)	Porto de Pedras
	<b>RECURSOS</b>	<b>Município</b>
	Carnaval	Salvaterra
	Círio de Nossa Senhora da Conceição	Salvaterra
	Festival do Caranguejo	Soure
	Círio de Nossa Senhora da Conceição	Soure
	Carnaval	Soure
	Igreja Nossa Senhora da Conceição	Salvaterra
	Igreja Nossa Senhora do Rosário	Salvaterra
	Capela de São José	Soure
Festividade de São Sebastião (agosto)	Soure	
Parada Gay (sem informação para analisar)	Soure	

Fonte: Plano Ver-o-Pará - Fase I: A análise da situação atual. Elaborado por Chias Marketing, (2011), com adaptação da autora da pesquisa.

De acordo com o Plano Ver-o-Pará (2011), o Marajó, enquanto polo de turismo, posiciona-se em terceiro lugar na oferta turística do Estado, sendo comercializado pelas operadoras da Argentina, Espanha, Itália, Portugal, China e Japão (PARÁ, 2011 - Fase I). No Relatório Executivo do referido Plano, o Marajó destaca-se como um dos produtos turísticos mais bem posicionados no mercado internacional, ficando apenas atrás de Belém (2020).

Com a atualização do Mapa Turístico Brasileiro pelo Ministério do Turismo, que adota a perspectiva de regiões turísticas, os municípios classificados como turísticos

no Marajó são: Breves, na Região Turística do Marajó das Florestas, e Cachoeira do Arari e Soure, na Região Turística dos Campos do Marajó (MTur, 2023).

No Marajó, os municípios que recebem os maiores fluxos turísticos e possuem a melhor estrutura receptiva são Soure e Salvaterra, e isso se deve à prioridade que tais municípios obtiveram nas políticas públicas estaduais, que instalou e melhorou sistemas de acessibilidade, comunicação e divulgação de tais municípios (Figueiredo, 1999; Cruz, 1999; Martins, 2005; Castro, Campos, 2015). Os municípios de Cachoeira de Arari, Ponta de Pedras e Afuá também recebem considerável fluxos de visitantes e turistas, mas geralmente concentrados nos períodos de férias ou eventos locais, como por exemplo a Festividade de São Sebastião, em Cachoeira do Arari e o Festival do Camarão, em Afuá (Boulhosa, Figueiredo, 2021).

No geral, a atividade turística no Marajó concentra-se principalmente no turismo de sol e praia, inicialmente com características de turismo de massa, passando a um turismo mais elitista, com o desenvolvimento do turismo nas fazendas (Pereira; Figueiredo, 2005; Martins, 2005). Os fluxos, em sua maioria, são formados por ex-moradores do Marajó que residem em Belém, moradores de Belém, formados por estratos de renda mais baixos, e um pequeno grupo de turistas oriundos de outros estados e do exterior, concentrando-se nos períodos de férias, principalmente no mês de julho, e feriados prolongados (Figueiredo, 1999; Cruz, 1999; Martins, 2005; Pereira; Figueiredo, 2005; Castro, Campos, 2015).

Martins (2005) afirma que a concentração e irregularidade dos fluxos reduzem bruscamente a atividade nos bares, restaurantes, pousadas e hotéis em Salvaterra e Soure, levando alguns até a encerrarem suas atividades, provocando desemprego e queda na renda dos que prestam serviços nesses estabelecimentos. Porém, essa centralidade do turismo no Marajó não é apenas temporal, mas também espacial e política.

O historiador Agenor Pacheco (2016) destaca que a proximidade geográfica do Marajó dos campos com Belém e o envolvimento das elites latifundiárias com a administração pública do Pará deram foco aos atrativos turísticos presentes na região oriental da ilha, do Marajó dos campos, em detrimento da região do Marajó de floresta.

As aproximações do Marajó dos Campos, especialmente Soure e Salvaterra, com Belém e o envolvimento das elites latifundiárias com a administração

pública do Pará, desde o período colonial, contribuíram para que a representação de Marajó focalizasse elementos turísticos presentes somente no lado oriental da região. Assim, falar em Marajó virou sinônimo de praia, fazenda, búfalo, queijo, cerâmica, danças folclóricas, invisibilizando o Marajó das Florestas e toda a diversidade de patrimônios materiais e imateriais que conformam o lado ocidental e mais populoso do vasto arquipélago (Pacheco, 2016, p.36).

O que Pacheco (2016) destaca é um fato, pois apesar da Ilha do Marajó concentrar doze municípios dos dezessete da mesorregião marajoara, quando se trata de turismo no Marajó, em termos de políticas públicas e promoção, há uma concentração histórica na cidade de Soure, em detrimento das demandas, interesses, potencialidades, atratividades e experiências turísticas existentes em outras áreas e municípios da região marajoara.

O fato é que, embora o turismo no Marajó, enquanto objeto de políticas públicas, tenha iniciado na década de 70, as inúmeras pesquisas sobre a atividade nesta região destacam a manutenção de algumas questões problemáticas em relação ao turismo.

No Marajó, o turismo ainda sofre com várias questões que comprometem o desenvolvimento da atividade. Entre elas, podemos citar: a concentração temporal e geográfica da atividade na ilha (Cruz, 1999; Martins, 2005; Campos, 2010; Pacheco, 2016); políticas públicas de turismo desintegradas das outras políticas para a região, com ações insuficientes, pontuais e excludentes, incapazes de promover o turismo local sob bases democráticas e sustentáveis (Figueiredo, 1999; Tavares, 2009; Farias, Bahia, 2018; Boulhosa, Figueiredo, 2021, Boulhosa; Cabral; Gomes, 2021); estrutura básica e turística deficiente, com precariedade dos serviços de transporte (caros, vulneráveis, inseguros, desconfortáveis e lentos) e estrutura portuária insatisfatória (Martins, 2005; Castro, Campos, 2015; Meguis, Bahia, 2020); exclusão da população local nos processos decisórios e da cultura local como elemento diferenciador da ampliação da experiência turística (Tavares, 2009; Boulhosa; Cabral; Gomes, 2017), baixa qualificação profissional dos que trabalham com o turismo (Martins, 2005; Corradi, 2009), pouca participação, integração, organização e articulação do setor público e dos agentes locais de turismo, bem como reduzidos benefícios oriundos do turismo à população local (Figueiredo, 1999; Farias, Bahia, 2018; Boulhosa, 2020; Farias *et al.*, 2020; Hamoy, Bahia, 2021).

Porém, é importante destacar que, apesar desta flagrante realidade, observa-se também alguns avanços do turismo no Marajó. Há uma maior participação local na atividade, instalação de Conselhos Municipais de Turismo (Afuá, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Gurupá, Soure, Salvaterra, Ponta de Pedras, Portel), diversificação da oferta de atrativos turísticos com planejamento e execução profissional, melhoria e ampliação na oferta de serviços de hospedagem com qualificação de pessoal, melhor conforto e atendimento, maior divulgação de serviços e produtos turísticos feita pelos próprios empreendedores locais, com o avanço do acesso à internet e uso das redes sociais, protagonismo de populações locais em iniciativas de turismo de base comunitária, entre outros avanços. No entanto, reconhece-se a necessidade de políticas públicas capazes de promover a descentralização da atividade na região do Marajó e seu progresso, bem como a participação efetiva da sociedade marajoara no planejamento do desenvolvimento do turismo local.

### 6.3 A CIDADE DE SOURE E SUA “VOCAÇÃO NATURAL” PARA O TURISMO

Como mencionado anteriormente, a cidade de Soure tem recebido prioridade nas ações e políticas públicas para o desenvolvimento do turismo na Ilha do Marajó, devido ao destaque de sua "vocação natural" para o turismo.   importante ressaltar que a prioridade dada a Soure nas a oes públicas do Estado remonta ao período colonial, em fun o de questões políticas, econ micas, influências e interesses das elites locais.

Como praticamente em toda a Amazônia brasileira, a cria o da cidade de Soure se deu como desdobramento do processo de coloniza o da região, quando povos nativos foram subjugados   domina o europeia, transformando aldeias em povoamentos coloniais e posteriormente em cidades. Na região que corresponde ao município existiam as aldeias dos Maruanazes e Mundins, que foram, por volta do século XVII, transformadas na Freguesia de Menino Deus.

Com as profundas modifica es produzidas no território para atender às demandas coloniais, as popula es autóctones foram dizimadas e suas aldeias transformadas em núcleos urbanos a serviço do governo da província, com estrutura o de casas cobertas de telhas de barro, abastecimento de água, poços

artesianos, instalação de escolas, igrejas, "pesqueiro real", "feitorias de pesca", fazendas de gado, entre outras estruturas inexistentes em outras regiões da ilha, no mesmo período (Cruz, 1999).

O topônimo "Soure" é originário de uma antiga Vila no distrito de Coimbra, em Portugal, de onde partiram os primeiros colonos enviados para o Marajó. Ao chegarem à região do Marajó, notaram semelhanças notáveis entre as duas áreas, como a presença abundante de jacarés, que na época dos romanos levou a localidade portuguesa a ser chamada de Saurium (o que eventualmente evoluiu para Soure). Aproveitando as mudanças nos nomes das localidades que ocorriam no Grão-Pará, a Freguesia de Menino Deus, elevada à categoria de Vila em 1757, passou a ser intitulada Soure (Cruz, 1999).

Em carta escrita em 1764 pelo ouvidor geral da província do Grão-Pará, Feliciano R. N. Mourão, ao governador Capitão General Fernando da Costa Coutinho, em visita às Vilas da Ilha do Marajó, descreve a respeito da Vila de Soure.

Esta vila hé das melhores do estado para se habitar; por se achar situada em hum belo terreno e campina, em que pode criar muito gado, tem comunicação com os currais das Mercês, e de outros moradores, que lhe ficão em breve distância donde se pode prover com facilidade de toda a carne precisa, hé abundantíssima de peixe, tem caminho por terra pela praia para o pesqueiro real (...). Tem humas Excellentes casas de residência para o Vigário (...) Tem mais 37 moradas de casas com a singularidade, e distinção de todas as outras povoações, que são caiadas, e cobertas de telhas (Mourão, 1764 apud Cruz, 1999, 40-41p).

Devido à sua localização favorável para a instalação de feitorias de pesca e fazendas próximas ao mar, o que facilitava o escoamento e abastecimento de Belém e Macapá, a região leste da Ilha, com Soure como principal núcleo urbano, tornou-se alvo de investimentos por parte do governo da Província. Isso incluiu o envio de colonos portugueses, distribuição de terras, introdução de mão de obra negra, potencializando o desenvolvimento e consolidação da pecuária na ilha, e o poderio dos fazendeiros locais.

Com a expulsão das ordens religiosas do Marajó por volta de 1759, houve o confisco, venda e doação de suas terras a particulares. Isso resultou na formação de uma elite local composta por fazendeiros, que passaram a deter o poder político e econômico na região. Esse poder foi perpetuado por meio do direito de herança.

Esses fazendeiros, em sua maioria residentes em Belém e proprietários de bens e propriedades em Soure, em busca de uma estada na cidade com melhor conforto e tranquilidade até chegarem às suas distantes fazendas, influenciaram a política local visando melhorar sua estrutura. Em 1881, a cidade recebeu seu primeiro projeto urbanístico, planejado pelo engenheiro Aarão Reis, seguindo o modelo tradicional europeu, com as ruas e travessas dispostas em formato xadrez e identificadas apenas por números (Cruz, 1999).

Com o desenvolvimento da pecuária e o apoio econômico e político de Belém, exposições pecuárias começaram a ser realizadas em Soure a partir de 1952, o que gerou um aumento significativo de fluxo na cidade. Em 1955, o navio Presidente Vargas, considerado luxuoso e veloz para a época, começou a realizar viagens entre Belém e Soure.

O "Presidente Vargas". Desenhado, construído para servir de transporte de passageiros e cargas para as viagens entre Belém e Soure, era lindo, eficiente, atravessava a baía sem jogar, o que até então nos parecia impossível, além de diminuir de muito as horas da travessia. O "Presidente Vargas" foi um retumbante sucesso, desde que inaugurou. Limpo, bem cuidado, confortável, tornava as viagens tranquilas e feitas na metade do tempo dos outros navios...(Acatauassú, 1998, p.41).

O município de Soure (Figura 05) está localizado na região leste da Ilha do Marajó, fazendo parte da microrregião do Arari. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, o rio Amazonas e o município de Chaves. Os limites iniciam na foz do rio Tartaruga, no rio Amazonas, seguindo pela costa, envolvendo as ilhas de percurso até a foz do rio Paracauari, na baía do Marajó; a leste limita-se com a baía do Marajó; ao sul limita-se com o município de Salvaterra, da baía do Marajó, na foz do rio Paracauari, até sua nascente, alcançam o ponto meridional do lago Guajará; a oeste limita-se com município de Cachoeira do Arari. Os limites vão da parte meridional do lago Guajará, atingindo seu extremo norte, indo por uma reta até a foz do igarapé Jararaca, no rio Tartaruga.

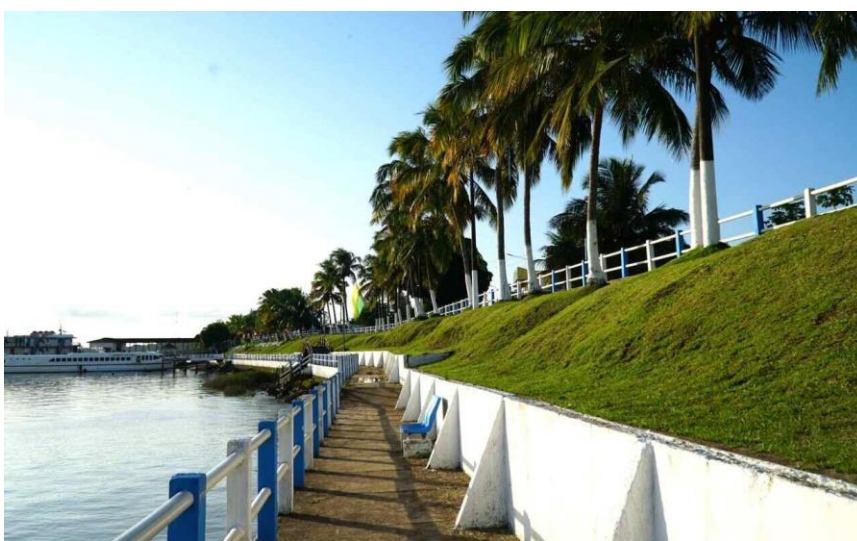
Figura 05 – Mapa do município de Soure. Ilha do Marajó. Pará



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2023.

A sede do município está situada às margens do rio Paracauari, um de seus principais meios de comunicação e acesso, que serve de fronteira natural com o município de Salvaterra. Instalada em área plana, a cidade é bastante arborizada com frondosas mangueiras, ruas largas, pavimentadas com asfalto e piçarra, residências com amplos quintais, antigos sobrados, comércio diversificado, serviços públicos de saúde, segurança, esgoto, abastecimento de água, bancário, energia, internet e transporte fluvial regular para Belém, contando Terminal Hidroviário municipal, porto de rabeta (canoa motorizada) e porto (rampa) de balsas. Soure é chamada carinhosamente de “Pérola do Marajó” e “Capital do Marajó” (fotografias 26 e 27).

Fotografias 26 e 27 – Orla do núcleo urbano e 3ª Rua do município de Soure, umas das principais vias do núcleo urbano.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2022.

O principal meio de acesso ao município é por via fluvial. Partindo de Belém, em uma distância de aproximadamente 81k, o acesso é feito atravessando a baía do Guajará e a baía do Marajó, com saídas regulares dos terminais hidroviários de Belém e Distrito de Icoaraci. Do terminal de Belém, localizado na Avenida Marechal Hermes, no bairro da Campina, saem barcos e lanchas com destino ao terminal hidroviário do Camará, no município de Salvaterra, principal ponto de embarque e desembarque da região leste da Ilha. Desse terminal também partem lanchas que seguem diretamente para a sede de Soure, com parada na sede de Salvaterra, para desembarque de passageiros. Do terminal de Icoaraci partem balsas com destino ao terminal hidroviário do Camará. De lá, o acesso ao município é terrestre, pela PA 154, em um percurso de aproximadamente 31 km, percorrendo o núcleo urbano de Salvaterra, com travessia de balsa ou rabeta no rio Paracauari. No Camará há serviços de transporte de taxi, van, microônibus e ônibus até Soure (fotografias 28 e 29).

Com uma população de 24.204 habitantes (IBGE, 2022), Soure está na 92ª posição no ranking do Pará, sendo uma das cidades com maior porcentagem de população urbana do Marajó.

Fotografia 28 - PA 154, principal via de acesso do porto Camará as sedes dos municípios de Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure.



Fotografia 29 - Travessias de balsas e rabetas pelo rio Paracauari, fronteira natural entre Salvaterra e Soure



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021, 2022.

Na distribuição do PIB do município, 37,54% está associado ao setor primário, 7,95% ao secundário e 54,51% ao terciário. As atividades econômicas estão centradas na agropecuária, pesca, indústria e serviços (IBGE, 2019). Destacam-se na economia local a extração de coco-da-baía, produção de lenha e carvão, e pesca artesanal (PARÁ, 2021).

Na produção pecuária, destacam-se a criação de caprinos, bubalinos e bovinos, com um registro de 39.890 cabeças de gado. Na criação de búfalos, Soure ocupa a terceira posição no Marajó, ficando atrás de Chaves e Cachoeira do Arari, contando com 93.050 bubalinos (IBGE, 2021). Esse animal, devido à sua docilidade depois de domesticado, é comumente encontrado solto nas áreas urbanas dos municípios e utilizado no transporte humano e de carga, inclusive no policiamento militar de Soure (fotografias 30 a 32). Embora sua principal finalidade de criação no Marajó seja para a produção de carne, leite e queijo<sup>17</sup>, este último em franca expansão e conquista de novos mercados, potencializada pela aprovação de sua Indicação Geográfica (IG) pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (PARÁ, 2021).

---

<sup>17</sup> O queijo do Marajó, em função das condições climáticas, passa por um processo de fermentação natural, o que contribui para seu sabor e cremosidade peculiares. Produzido há mais de cem anos na microrregião do Arari, em 2021, o queijo do marajó conquistou a Indicação Geográfica (IG), pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (INP1, 2021). A IG é a única propriedade industrial coletiva, cujo benefício se estende a todos os produtores de queijo de leite de búfalo, respeitados os padrões que classificam o Queijo do Marajó, situados nos municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, da Microrregião do Arari, Mesorregião Marajó, no Estado do Pará. A partir da IG apenas pode ser chamado de Queijo do Marajó, a iguaria produzida nessas localidades (INP1, 2021). A Indicação Geográfica é uma marca que atribui valor e identidade própria a um produto, evidenciando características como o local de onde vem, o solo e clima onde foi cultivado, o tratamento que foi dado, a cultura envolvida. Tudo isso com a garantia da origem e produção, que conferem ao produto uma qualidade única em relação aos outros semelhantes disponíveis no mercado (EMBRAPA, 2020).

Fotografia 30 e 31 - Búfalos soltos no centro urbano de Soure e sendo utilizados no transporte de carga.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2017.

Fotografia 32 - Polícia Militar do município de Soure montada em búfalos. Pelo tamanho, capacidade de nadar e força, esse animal é utilizado no policiamento militar local, nos campos alagados ou atolados do Marajó, sendo também exposto como atrativo turísticos em Soure. É o único policiamento no Brasil a utilizar este animal em serviço.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2007.

Na zona rural as famílias praticam a agricultura de subsistência, com o cultivo de mandioca, milho e frutas, desenvolvendo também a criação de animais de pequeno porte como galinha, pato, porco, produção de lenha, carvão vegetal, entre outros. Há o extrativismo animal e vegetal, com destaque à coleta de caranguejo, camarão, pesca artesanal, extração de óleos vegetais e animais. Nas áreas de campos naturais do município estão instaladas as fazendas de gado e búfalo, onde há inúmeras famílias trabalhando, com membros desenvolvendo as funções de vigia, feitor e vaqueiro.

O turismo também contribui para a economia local, mas atualmente com menos relevância do que em décadas passadas. Como já mencionado, a localização estratégica e a prioridade dada ao desenvolvimento desta região da ilha, em particular ao município de Soure, contribuíram para que o início do desenvolvimento do turismo no Marajó se desse a partir deste município, cuja trajetória histórica é marcada por conflitos e resistência, como salienta Farias (2018).

O período áureo do turismo em Soure ocorreu a partir dos anos 1990, provocando mudanças na configuração do espaço urbano e no cotidiano dos moradores da cidade. Isso incluiu um aumento no fluxo de turistas, a dinamização do comércio local, melhorias no sistema de transporte e a instalação de pousadas e hotéis. Os fluxos turísticos em Soure concentram-se nos meses de janeiro, fevereiro e feriados prolongados, com pico no mês de julho, sendo as praias do município o principal interesse (Figueiredo, 1999; Castro, Campos, 2015).

Há relatos de empresários do setor que classificam o período que começa no início dos anos noventa como um período de decadência do turismo na ilha como um todo. A população, já acostumada com certos benefícios, principalmente de ordem econômica que o turismo havia proporcionado, e acostumada, também com uma certa movimentação na vida da cidade, sentiu bastante as mudanças (Figueiredo, 1999, p.98).

Estudos desenvolvidos por Silvio Figueiredo no final da década de 1990 demonstram que, com a prioridade dada ao turismo em Soure, foi instalada uma estrutura hoteleira na cidade, muitas das quais contando com incentivos fiscais e financeiros da SUDAM, e que os proprietários de hotéis eram também os proprietários das agências mais atuantes. Nesse sentido, o governo local, na busca dos benefícios propagados sobre o turismo, também passou a focar em sua estrutura pública para o

atendimento turístico e transformar os acidentes geográficos e as manifestações culturais locais em produtos turísticos, possíveis de serem comercializados nacional e internacionalmente (Figueiredo, 1999).

Neste contexto, é importante salientar que a visitação a lazer em Soure durante o período de férias é anterior ao desenvolvimento do turismo oficial. De acordo com Vieira Barroso (1954), as praias de Soure já eram frequentadas pela elite paraense desde a década de 1950.

Dita Acatauassú (1998), fazendeira local com grande influência política no Estado, em seus livros de memórias dos anos vividos no Marajó, relata várias experiências de turismo na ilha, que se deram entre os anos 1950 e 1970, quando esta recebia vários visitantes na Tapera, umas das maiores fazendas do Marajó, localizada no município de Soure. De acordo com seus relatos, eram recebidos turistas nacionais e estrangeiros, muitos desses interessados em aventurar-se nas famosas caçadas a búfalos selvagens que, segundo ela, eram uma das principais atrações das fazendas no Marajó, juntamente com as caçadas de jacarés e as festas das fazendas, que tinham como atração as danças de carimbó e lundu.

(...) o representante do embaixador da Espanha aqui, procurou Domingos numa das nossas vindas à cidade para pedir permissão para uma visita da filha do general Franco e seu marido o Marquês de Villaverde e comitiva que estavam no Rio de Janeiro à ilha de Marajó, pois ele era exímio caçador e queria caçar búfalos. A ocasião não era propícia, pois já estávamos caminhando para o verão (...) A única maneira de chegar até a fazenda Uxi onde o lote de búfalos bravios ficava era montados em bois, viagem que demorava pelo menos cinco horas. A caçada de búfalos no tempo das chuvas era possível pois ia-se em canoas grandes até a casa do Uxi e depois em igarités para duas pessoas, a remo ou empurradas a vara pelo lamaçal (Acatauassú, 1998, p. 39,40).

Tal período correspondia à fase em que turistas ricos se deslocavam por várias partes do mundo em busca de aventuras, sendo uma delas caçar grandes mamíferos e expor suas cabeças como prêmio, semelhante ao que era comum nos safáris africanos (final do século XIX e início do século XX). Na fotografia 33, há um registro de um búfalo morto a tiro durante caçadas no Marajó, que contavam com o acompanhamento e condução de trabalhadores das fazendas.

Fotografia 33 - Búfalo da raça carabao, morto a tiro em caçadas no Marajó, provavelmente na década de 70, Soure.



Fonte: Álbum da Família Acatauassu.

A fotografia 33, que mostra um búfalo morto em passeios turísticos pelos campos de Marajó, é simbólica e retrata a lógica do turismo desenvolvido pelas elites locais. Elas reproduziam a prática de um tipo de turismo da época, que era desenvolvido exclusivamente por determinados segmentos da sociedade (feito por ricos e para ricos), sem qualquer preocupação com a natureza, focando apenas em proporcionar entretenimento através de "experiências exóticas".

Resguardadas as devidas proporções e considerando as características temporais e a mentalidade ambiental da época, é possível afirmar que o atual turismo tradicional no Marajó ainda prioriza o exótico, não se preocupa com as questões ambientais locais, privilegia determinados segmentos da sociedade e exclui as comunidades de seus benefícios.

Com o estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo rural, Soure experimentou um "boom" do turismo no Marajó. No entanto, como já mencionado, no final da década de 90, o turismo no Marajó entrou em decadência, tendo um outro momento de crescimento apenas em meados de

2001, principalmente devido à influência da mídia televisiva.

Em 2001, um programa televisivo de alta audiência, o *reality show* "No Limite", foi realizado em Soure, o que provocou a vinda de grandes fluxos turísticos à cidade. As paisagens naturais do Marajó foram amplamente propagadas, atraindo turistas de todo o Brasil. "Nos anos seguintes, tanto Soure como Salvaterra acolheram um fluxo de turistas sem precedentes, em busca das emoções vivenciadas à distância pela televisão" (Castro, Campos, 2015).

Em termos de atratividade turística, possuem destaque no município de Soure os atrativos naturais formados por praias, rios, igarapés e furos, campos naturais, fazendas com criação de búfalos, muitos dos quais já fazem parte de roteiros turísticos consolidados e comercializados nacional e internacionalmente.

Devido à disponibilidade hídrica e à localização geográfica próxima ao oceano Atlântico e à desembocadura do Amazonas, Soure, que possui diversos atrativos naturais que foram convertidos em produtos turísticos, apresenta como destaque as praias pouco alteradas, com extensas faixas de areia e água doce e salobra, dependendo da época do ano, como as praias de Araruna, Barra Velha (fotografia 34), Céu, Caju-una, Mata-Fome (Garrote) e Pesqueiro, além dos passeios de barco por rios, furos e igarapés (fotografia 35), muitos dos quais começam pelo rio Paracauari. A vegetação ciliar predominante é o manguezal, que serve como berçário natural e dormitório de aves, atraindo uma grande diversidade de pássaros e mamíferos, que podem ser avistados durante os passeios turísticos.

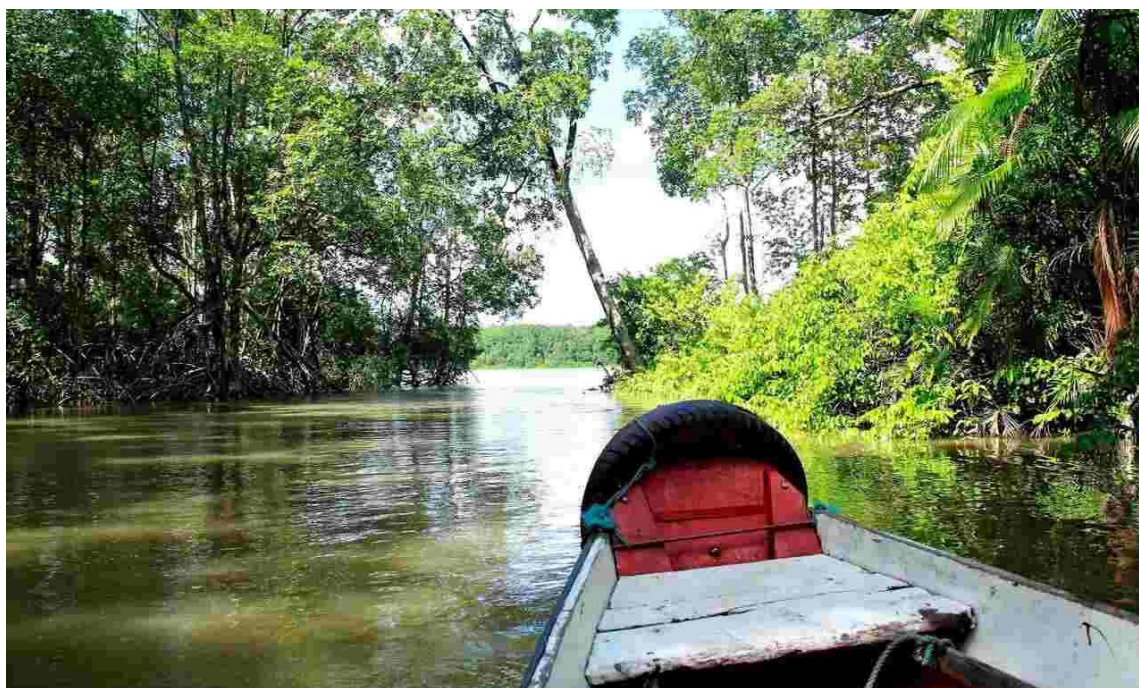
Os campos naturais do Marajó, que representam o maior ecossistema da região leste da ilha, também foram convertidos em produtos turísticos significativos para o município de Soure, especialmente para o turismo rural, devido às suas características ecológicas e a presença de fazendas. Os campos naturais, as fazendas de gado e o rio Paracauari foram classificados como produtos "A" do estado do Pará, de acordo com a avaliação do Plano Ver-o-Pará (2011) (fotografias 36 e 37).

Fotografia 34 - Praia de Barra Velha, uma das praias mais próximas ao núcleo urbano. A praia faz parte dos principais roteiros turísticos de Soure, dispõe de serviços de alimentação e bebidas oferecidos pelas barracas e bares instalados no local.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2017.

Fotografia 35 - Passeio turístico pelo Furo do Miguelão. Esse furo constitui-se em um atalho para se chegar a outro braço do rio Paracuarí. É um dos passeios de barcos mais comercializados em Soure.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2017.

Fotografias 36 – Passeio turístico à fazenda Mironga, Soure.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2012.

Fotografias 37 – Paisagem natural da fazenda Bom Jesus, no início do verão quando há grande concentração de aves em função da abundância de alimentos com a descida das águas nos campos.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2022.

Dentre os atrativos culturais de Soure, destacam-se os eventos religiosos locais, como a Festa de São Pedro (junho), Festividade de São Sebastião (agosto), Círio de Nossa Senhora de Nazaré (novembro) e Círio de Santa Luzia (dezembro). As "festas de santos" em Soure, assim como em toda a Amazônia brasileira, representam importantes fenômenos sociais. Elas são momentos de expressar reverência e gratidão, representando tanto o extraordinário, a efervescência, a fé, a unidade religiosa, o controle e a restrição, quanto a informalidade, a brincadeira, a irreverência, a inversão do cotidiano e o rompimento da ordem e disciplina (Alves, 1980; Maués, 1995, 1999).

Além das "festas de santos", a cidade é anualmente movimentada por outros eventos festivos, como o Aniversário da Cidade (janeiro), Carnaval (fevereiro), *Rallye* da Ilha do Sol (fevereiro), Festival de Verão (junho), Exposição Agropecuária do Marajó - Expo Marajó, *Fest* Búfalo e Festival do Cavalo Marajoara (sem mês fixo).

No artesanato local, destacam-se a produção ceramista com grafismo marajoara, cuja produção já alcança exportação internacional, os artefatos produzidos a partir do couro e partes de boi, búfalo e carneiro, as biojóias e objetos ornamentais decorativos e utilitários, feitos a partir de madeira, tecido, sementes, raízes, fibras, entre outros (fotografias 38 e 39).

A gastronomia local também contribui para a atratividade do município, com pratos baseados principalmente na carne e queijo de búfalo, sendo o queijo uma das iguarias mais apreciadas do Marajó, além de peixes de água doce e salgada da rica ictiofauna e diversos mariscos.

Nas manifestações culturais, destaca-se o carimbó, descrito como "uma das formas mais características de expressão cultural em Soure ou mesmo no Marajó" (Figueiredo, 1999) (Fotografias 40 e 41). O carimbó é um gênero de música e dança popular do Pará, presente nas regiões pastoris, agrárias e litorâneas do Estado. Caracteriza-se como uma dança de roda, reunindo homens e mulheres que dançam em pares, mas soltos, com movimentos coreografados, sob o ritmo dos tambores de tronco escavado, de onde deriva o nome carimbó (Salles, Salles, 1969; Câmara Cascudo, s.d). Além do carimbó, dançam-se também ao som de tambores, flautas, violas e guitarras, o lundu marajoara, o siriá, o xote, a dança do vaqueiro, entre outras, e são organizadas e apresentadas por grupos parafolclóricos de Soure, fazendo parte inclusive da atração cultural de alguns hotéis da cidade.

Fotografia 38 – Bolsa produzida, artesanalmente, a partir do saco escrotal do búfalo, comercializa no Centro de Produção de Couro – Curtume, Soure.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2022.

Fotografia 39 – Artesão Ronaldo Guedes, uma das referências na produção ceramista em Soure, com uma peça de cerâmica com grafismo marajoara. Ateliê Arte Mangue Marajó, Soure.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2022.

Fotografia 40 - Apresentação de grupos de carimbó em hotel na cidade de Soure, umas das atrações oferecidas aos turistas nesses estabelecimentos.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2012.

Fotografia 41 – Apresentação do grupo de carimbó Tambores do Pacoval, Soure.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2017.

Os serviços e equipamentos turísticos disponíveis no município de Soure são hotéis, pousadas, hospedagem domiciliar, agências de viagens, bares e restaurantes, posto de informações turísticas, lojas de artesanatos, casas de shows, guias de turismo e condutores locais.

Na atualidade, além dos roteiros turísticos já consolidados, como passeios às fazendas, praias e de barco, *city tour* pelo núcleo urbano de Soure, entre outros, destaca-se a visitação turística às comunidades litorâneas, em especial às comunidades do Pesqueiro, Céu e Caju-una. A forma e organização do turismo protagonizado por membros dessas comunidades será tratada com maior precisão de detalhes a partir do próximo capítulo.

Sobre o turismo em Soure, apesar dos investimentos públicos e dos esforços locais para promover a atividade, esta não conseguiu se manter regular no município, e seus momentos de melhor desempenho não resultaram em benefícios significativos para a população local e ainda contribuem pouco para o dinamismo econômico local, cujos benefícios ainda estão restritos a poucos.

Sobre o ecoturismo desenvolvido em Soure, Silvio Figueiredo (1999) afirma de forma veemente que “...em Soure, como em toda a ilha do Marajó, não existe o ecoturismo, seja enquanto prática, seja nas infraestruturas existentes ali” (Figueiredo, 1999, p.91). Tal afirmação baseia-se na ausência da preocupação com as questões ambientais locais e com a relação sociedade/natureza no contexto marajoara, por parte dos operadores do turismo municipal e estadual.

Com o incremento do turismo rural na Ilha, em 2002 foi criada a Associação de Turismo Rural da Ilha do Marajó - ATURMA, que envolvia fazendeiros e empresários do setor hoteleiro, em parceria com agências de turismo de Belém. O objetivo era promover o turismo rural no Marajó. No entanto, desde o início de seu funcionamento, houve conflitos e desavenças entre os fazendeiros. Dois anos depois, a organização foi extinta, sem deixar nenhum legado.

Conflitos entre fazendeiros sempre foram uma marca indelével na história da ilha do Marajó, envolvendo gado, terras e, principalmente, as rédeas do poder político local. Agregar velhos inimigos em torno de um objetivo comum constitui tarefa das mais penosas, limitando a adesão de novos associados (Castro, Campos, 2015, p.463-464).

Em 2016 foi criada a Associação de Turismo do Marajó - ATM, envolvendo fazendeiros, proprietários de hotéis, pousadas, restaurantes, transporte fluvial, entre outros, porém os desentendimentos e a falta de cooperação persistem. A realidade é que o trabalho cooperativo e a participação democrática estão entre os principais desafios no Marajó, pois a luta pela manutenção do poder político e econômico das elites locais é histórica na região (Jurandir, 1992; Figueiredo, 1999; Acevedo, 2015; Corradi *et al.*, 2009, Boulhosa *et al.*, 2021).

Esses aspectos relacionados aos principais segmentos do turismo no Marajó evidenciam a complexidade da realidade sociopolítica local e como ela afeta a atividade. Corradi *et al.* (2009) apontam para a falta de cooperação entre o setor público e privado na promoção do turismo, visando aumentar os fluxos turísticos. Além disso, Farias (2019) ressalta que o aumento do fluxo, quando ocorreu, não foi acompanhado por um planejamento local ou estadual que garantisse sua continuidade.

Em 2001, foi criado o Conselho Municipal de Turismo de Soure, representando um avanço no processo de democratização dos debates, propostas, ações, fortalecimento da participação social e formulação de políticas públicas para o turismo municipal. No entanto, apesar de ser um canal de interlocução social que, teoricamente, não depende dos agentes públicos locais para sua condução, as mudanças na gestão pública municipal e a descontinuidade das ações resultaram em uma atuação pouco significativa desse dispositivo legal (Farias; Bahia; Nóbrega, 2020).

Uma das razões para a situação do turismo em Soure é a falta de planejamento, organização e cooperação entre os níveis estadual e local, e a implementação de uma política pública que prioriza principalmente os aspectos econômicos da atividade, sem considerar a participação, as características socioambientais e os impactos sobre a população e o meio ambiente local que essa abordagem economicista provoca.

Na realidade, observa-se nas políticas de turismo no Pará, em destaque no Marajó, a reprodução da lógica neoliberal, marcada pelo autoritarismo e negação das demandas locais. Ao mesmo tempo, prioriza lógicas e interesses externos e de pequenos grupos, sendo incapaz de contribuir para o rompimento do centralismo decisório e participação democrática, fatores tão necessários para o desenvolvimento do turismo no Marajó, sobre bases sustentáveis.

## 7. EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE

O turismo no município de Soure iniciou, oficialmente, a partir da década de 1970, experimentando assim, todas as fases de expansão e declínio do turismo no Pará e no Marajó. Embora transcorridas várias décadas, o turismo nesse município se desenvolveu quase que exclusivamente por fazendeiros locais ou empresas externas que se instalaram na ilha com o “boom” do turismo na região, principalmente a partir da década de 1980 (Figueiredo, 1999).

Só recentemente, com os debates sobre desenvolvimento sustentável e maior participação nos processos decisórios, houve reestruturação de políticas públicas para o setor, possibilitando maior descentralização. Além disso, os movimentos sociais de reivindicação de populações autóctones contribuíram para a ampliação dos agentes envolvidos no turismo.

No Marajó, isso ocorreu principalmente a partir da década de 2000, quando comunidades, há anos alijadas do processo de desenvolvimento do turismo na ilha, começaram a se organizar e desenvolver experiências turísticas que estavam fora do controle de grupos dominantes, por meio de iniciativas locais. Exemplos dessas experiências é o turismo organizado pelas comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Soure - RESEXMAR Soure.

Este capítulo aborda o turismo de base comunitária desenvolvido pelas comunidades do Céu, Caju-Una e Pesqueiro, localizadas nas áreas litorâneas da RESEXMAR Soure, embasado nos fundamentos e perspectivas teóricas que privilegiam as experiências, as lógicas, as práticas cotidianas e as estratégias das populações autóctones.

Para isso, será realizada uma descrição analítica da realidade ambiental dessas comunidades, visando um maior conhecimento sobre elas e a compreensão do desenvolvimento do turismo em curso no litoral de Soure, que ocorre a partir do protagonismo local.

## 7.1 AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DA RESEXMAR SOURE: PROCESSO HISTÓRICO E CONSTITUIÇÃO

A origem das comunidades<sup>18</sup> litorâneas de Soure está relacionada ao remanejamento dos grupos indígenas e à instalação de “feitorias de pesca” a partir de 1792, vinculadas ao Pesqueiro Real<sup>19</sup> criado por volta de 1691, que se estendiam da foz do rio Araruna até a ponta do Maguari, fazendo de Soure um “rotineiro entroncamento, de um lado proporcionado pela pesca e do outro a pecuária, como até hoje” (Cruz, 1999, p.44). A abundância de pescado local também passou a atrair pescadores que migraram da microrregião do Salgado Paraense<sup>20</sup> para o Marajó (Cruz, 1999; Barbosa, 1997).

Antigamente, em todo esse litoral era comum encontrar povoados (Araruna, Barco, Partasana, Pesqueiro, Céu, Caju-Una, Ponta Fina etc.) repletos de barracas, casas e choupanas cobertas e tapadas com folhas de inajazeiras. Os pescadores dessas localidades em época de piracema possuíam cada um o seu limite dentro da própria praia e as balizas demarcando-os (Cruz, 1999, p. 318).

A pesca sempre se constituiu em uma atividade importante na economia de Soure, principalmente para “os grupos humanos que se instalaram nas faixas costeiras, áreas onde os não-proprietários de terra fixaram-se e cuidaram de suas famílias” (Loureiro, 1987). Com a extinção do Pesqueiro Real, manteve-se a produção de pescado por arrendamento da terra e depois pelo Pesqueiro Nacional. Em 1918 foi criada em Soure a primeira colônia de pescadores do Estado do Pará, confirmando a tradição da pesca neste município (Cruz, 1999; Lisboa, 2012). A origem das três comunidades estudadas está relacionada a esses fatos históricos (Fotografias 42 e 43).

---

<sup>18</sup> O entendimento de comunidade adotado aqui é o proposto por Sampaio (2005) que a compreende como uma rede de relações de profundo significado entre quem a compõe, um lugar diverso, de manutenção de identidades, de encontro, de descoberta, de conhecimento e de importante intercâmbio de informações.

<sup>19</sup> Designação a áreas oficializadas para a pesca, instruídas por volta de 1691 pelo governo português, que contavam como uma estrutura administrativa para o recolhimento e escoamento do pescado para sustento das tropas, tripulação dos barcos do governo da Metrópole. No Marajó foi criado o “Pesqueiro Real da Ilha de Joanes”, na costa oriental da ilha, para pesca de tainha e gurijuba que atuou até 1827 (Baena, 2004; Pereira, 1956).

<sup>20</sup> Microrregião do Salgado corresponde a uma das cinco microrregiões da mesorregião Nordeste Paraense. É composta pelos municípios de Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia (IBGE, 2017).

Fotografias 42 e 43 - Pescadores da Comunidade de Caju-Una retornando da pesca de rede.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021.

De acordo com documentos históricos, registros de Cruz (1999) e relatos de antigos moradores, os primeiros territórios dos povoados do Caju-Una, Céu e Pesqueiro foram devastados em função da dinâmica costeira, levando a população a ocupar novas áreas que não eram alcançadas pelas marés.

A Comunidade do Pesqueiro, constituída em distrito de Soure em 1963, é formada pela praia e núcleo populacional, sendo o maior núcleo entre as três comunidades, formada por cerca de 405 casas e aproximadamente 378 famílias<sup>21</sup>, localizada a 7,0 km da zona urbana do município (Fotografias 44 a 51).

Pesqueiro originou-se a partir de núcleos de pesca, para onde também se deslocavam pescadores da região do salgado paraense, na safra da tainha, trazendo, posteriormente, suas famílias e fixando residência no local (Barbosa, 1997), provocando assim uma considerável concentração populacional, que, segundo Cruz (1999), era estimada, em 1965, em 7.552 habitantes. Esse autor também relata que naquele ano, Pesqueiro experimentou uma grande escassez de pescado, o que provocou a migração de cerca de 70% de sua população. No ano seguinte, em 1966, foi inaugurada a estrada (PA 154) que liga a sede do município ao Pesqueiro, quando a praia foi estruturada e transformada em um importante balneário do município.

---

<sup>21</sup> As informações sobre número de casas e população foram dadas por Agentes de Saúde e Presidente das Associações de moradores das três comunidades, que em função da dinâmica de trabalho, conhecem muito bem as comunidades e acompanham o processo de expansão delas.

Fotografias 44 a 51- Comunidade e praia do Pesqueiro.



A Praia do Pesqueiro, devido à sua valorização para o lazer e turismo dada pelas elites agrárias do Pará e Marajó, destacou-se no cenário marajoara e tornou-se uma das praias mais famosas e visitadas do Pará. É importante ressaltar que essa valorização ocorreu antes do desenvolvimento de políticas públicas estaduais para essa atividade. A praia tem sido objeto constante de intervenções e melhorias em sua infraestrutura, tais como a recuperação da PA 154, a construção de malocas na praia, a padronização de cercas, ações de educação ambiental e melhorias na Comunidade do Pesqueiro, que ocorreram a partir de 2002 (Hoshino, 2007).

A praia do Pesqueiro é banhada pelas águas da baía do Marajó e do Oceano Atlântico, com águas ora doces e barrentas, ora salobras e esverdeadas. Além disso, a praia possui formações de dunas e é margeada por extensos bosques de mangue e coqueirais. A infraestrutura local inclui energia elétrica, barracas cobertas com palha, barracões de madeira para venda de alimentos, bebidas e artesanato, bem como serviços de hospedagem domiciliar. Vale ressaltar que o acesso de carro à praia não é permitido, e há a opção de passeios montados em búfalos, além de indicações de passeios oferecidos pela Comunidade. Devido à sua melhor infraestrutura e acessibilidade, a praia do Pesqueiro é muito mais visitada do que as praias de Caju-Una e Céu.

Como a maioria dos visitantes que chegam ao município de Soure são provenientes da capital ou mesmo de outras cidades próximas, torna-se mais cômodo o deslocamento ao Pesqueiro, dado a facilidade e rapidez no deslocamento, sendo que há transporte circulando na sede do município como ônibus, mototáxis e vans (Falcão; Cardoso; Simonian, 2019, p.9).

Contínua ao Pesqueiro, separada pelo rio do Pesqueiro, localiza-se a Comunidade do Céu. Formada por cerca de 175 casas, com uma população de, aproximadamente, 272<sup>22</sup> moradores. A comunidade é formada por duas ruas principais e fica separada da praia por uma faixa de vegetação litorânea formada por cajueiros, ajiruzeiros, bambus, tabocas, mangues e áreas de campinas (fotografias 52 a 59).

---

<sup>22</sup> Informações prestadas pelo Agente de Saúde Edson Gonçalves, da Comunidade do Céu.

## Fotografias 52 a 59 - Comunidade e praia do Céu.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021 e 2022.

Fotografia 60 – Imagem aérea da praia do Céu.



Fonte: J. Ramid, 2022.

Segundo registros históricos da Comunidade e informações obtidas em entrevistas com moradores antigos e lideranças locais, a Comunidade teve origem no deslocamento da população da Comunidade do Areião, formada por pescadores de outras regiões que vinham em busca do pescado. Em 1964, as casas do Areião foram destruídas devido a grandes enchentes, levando à extinção da comunidade e ao deslocamento de seus moradores para áreas mais elevadas (Folha do Norte, 1965). Em resposta a esse episódio, os Governos Estadual e Municipal desapropriaram áreas e as entregaram às famílias, resultando na formação da Comunidade do Céu.

*O Areião, ninguém tem precisamente a data de fundação dele, porque ele foi formado por pescadores que vieram do Salgado, de Curuçá, São Caetano, Vigia, Colares, inclusive minha mãe era de Colares e meu pai de Vigia. Então, eles vinham pra cá, porque na época havia muita tainha, pratinheira nas redondezas daqui do Marajó e eles vinham pescar pra cá, o que acontece até hoje, né? Pescadores se deslocam pra onde tem o pescado naquele local...eles vão procurar onde que tem o peixe pra ele comer, pegar e sobreviver daquilo, né? Pescador vive da pesca!*

*(Teófilo, 71 anos, morador da Comunidade do Céu e presidente da Associação dos Moradores do local)*

Após a Comunidade do Céu, encontra-se a Comunidade de Caju-Una, situada na faixa litorânea do cordão arenoso adjacente ao Céu. Esta comunidade é composta por aproximadamente 68 famílias. A área de praia é separada por uma vegetação de bambus, tabocas, mangues, campinas, coqueiros, entre outras (Fotografias 61 a 68).

De acordo com documento de Declaração de Ocupação de Terreno de Marinha (PARÁ, 1935), a ocupação da área do Caju-Una por pescadores é anterior a 1935. Segundo relatos de moradores, a Comunidade também sofreu deslocamento em virtude da invasão das marés, passando a instalar-se em áreas doadas pela Família Pena, tendo como seus primeiros moradores o senhor Francisco Alves e a Família Moraes. De acordo com Cruz (1999), esse fato teria ocorrido em 1979.

As praias de Caju-Una e Céu compartilham características ecológicas semelhantes com as demais praias do município. Caju-Una, no entanto, se destaca pela presença de coqueiros na faixa de areia, conferindo-lhe uma beleza particular. No entanto, durante a elevação das marés a praia fica quase toda coberta pelas águas. A praia não possui nenhuma estrutura de serviço, apenas na Vila existe uma hospedagem rústica de propriedade da Agência Marajó Eco-Tur Receptivo & Passeios Turísticos.

Na praia do Céu, existem dois estabelecimentos que oferecem serviços de alimentação e bebidas: o restaurante Brisa do Céu e o Bar Oasis. Vinculado ao restaurante Brisa do Céu, há uma pequena pousada rústica.

As três comunidades possuem serviços de iluminação pública, abastecimento de água encanada, posto de saúde, escolas de ensino multisseriadas e serviços de *internet* privada, esse último restrito a poucas famílias. Nas comunidades há igrejas católicas e evangélicas, centros comunitários, biblioteca comunitária, bares, restaurantes, pequenos comércios e pousadas comunitárias.

Os moradores das três comunidades organizam-se por meio das associações: Associação dos Moradores do Povoado do Céu (AMPOC), Associação dos Moradores do Caju-Una (AMCOC), Associação dos Moradores da Vila de Pesqueiro, Associação das Mulheres da Vila do Pesqueiro e Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS), as quais fazem parte do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Soure, cuja finalidade é efetivar a implantação e implementação do Plano de Manejo da RESEXMAR Soure.

## Fotografias 61 a 68 - Comunidade e praia do Caju-Una



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021 e 2022.

Fotografia 69 – Imagem aérea da comunidade e praia do Caju-Una



Fonte: J. Ramid, 2022.

Conforme observado nos registros fotográficos, as casas das comunidades são construídas em madeira, com assoalho elevado sobre pontalotes, a fim de evitar possíveis alagamentos durante o inverno amazônico. Algumas casas possuem banheiro em alvenaria e fossa seca, muitas das quais foram construídas com benefícios de programas do Governo Federal. O colorido das casas, os formatos e entalhes em madeira das fachadas e pátios são fatores atrativos nas comunidades. Nas comunidades de Céu e Caju-Una, as ruas principais são de piçarra, o que possibilita o acesso a todo o vilarejo. No Pesqueiro, o asfalto chega até a Igreja de Santa Luzia, área central da comunidade, e as ruas são de caminhos de areia.

O acesso a essas comunidades é feito por via terrestre e/ou fluvial. Partindo do núcleo urbano de Soure, o acesso ao Pesqueiro é feito através da estrada Soure/Pesqueiro, PA 154, que é pavimentada com asfalto e sinalizada, até a rua principal da Comunidade. Praia e comunidade possuem trajetos distintos, localizando-se a comunidade ao lado esquerdo da estrada e a praia com estrutura para banhistas, no lado direito (fotografias 70 e 71).

Para acessar as comunidades do Céu e Caju-Una por via fluvial, é necessário atravessar o rio do Pesqueiro e entrar pelo igarapé do Tucupi quando a maré está

alta, ou ir pela praia do Céu. Já o acesso terrestre é feito a partir do núcleo urbano (4ª Rua de Soure), acessando a PA 154. Durante o trajeto de aproximadamente 13 km, o percurso é de piçarra. No entanto, é preciso atravessar uma área de propriedade privada de uma fazendeira local, que instalou um muro e um portão de ferro na estrada, controlando a entrada e saída dos comunitários e de quem se desloca ao litoral do município utilizando esse trajeto. Essa situação é motivo de constantes conflitos entre a fazendeira e as comunidades do Céu e Caju-Una (fotografias 72 a 75).

Não há transporte regular para nenhuma dessas comunidades, apenas o transporte escolar (ônibus). Assim, para acessar as comunidades, os meios de transporte utilizados são a motocicleta, sendo o mais comum em serviços de "mototaxi", táxi e bicicletas. Há travessias de barcos para o Céu e Caju-Una, que ocorrem apenas por demanda ou na realização de passeios turísticos. Nas visitas turísticas, o transporte é realizado pelas próprias empresas.

Fotografias 70 e 71 – Estrada de acesso à comunidade e praia do Pesqueiro, PA 154



Fonte: M. S. Boulhosa, 2019, 2021.

Fotografias 72 a 75 – Estrada (PA 154) de acesso às comunidades do Caju-Una e Céu. Na foto 73 nota-se o muro e portão instalado no meio da estrada, que faz o controle de acesso às comunidades.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2019 a 2021.

Essas comunidades que são, eminentemente, extrativistas, cuja atividade é desenvolvida para alimentação, mas também comercialização, vinham enfrentando conflitos frequentes com pescadores comerciais oriundos de outras regiões costeiras do Estado, que buscavam o pescado no litoral do Marajó.

Os invasores conseguiam por meio do laço armar em um dia 700 armadilhas, enquanto os caranguejeiros de Soure usando técnica tradicional capturavam em média apenas 70 caranguejos por dia (Falcão, Cardoso, Simonian, 2019, p. 8).

Essa situação levou extrativistas locais a se organizarem politicamente e resistirem às atividades de captura de caranguejo e pesca predatória, exigindo medidas para garantir a proteção dos recursos naturais, bem como a manutenção das atividades reprodutivas da vida social. Nessa articulação, por meio da Associação dos

Caranguejeiros de Soure, surgiu o “Manifesto Caranguejeiro”, um evento de reivindicação que culminou na criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure, em 2001 (ICMBIO, 2018).

De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a Reserva Extrativista é:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, p.8).

De acordo com a legislação, a Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo gerida por um Conselho Deliberativo<sup>23</sup>, onde é permitido visitação pública e pesquisa científica incentivada, sujeita à prévia autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação – UC.

A Reserva Extrativista Marinha de Soure - RESEXMAR Soure, está localizada a leste desse município, e é uma Unidade de Conservação (UC) Federal, enquadrada na categoria de Uso Sustentável, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, criada por meio do Decreto s/n em 22 de novembro de 2001, gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS), concessionária do território. A RESEX Marinha de Soure, compreende uma área de 29.578,36 hectares, em zona costeiro-marinha, fazendo parte da maior faixa contínua de manguezal do mundo, que vai do estado do Maranhão até o Amapá (ICMBIO, 2018). Entre os seus objetivos está o de assegurar o uso sustentável e a conservação

---

<sup>23</sup> De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC, a “Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade” (Art. 18, § 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local (BRASIL, 2000).

A criação da RESEX Marinha de Soure, de acordo com o que prevê os ritos para criação de uma UC nesta categoria, se deu pelas reivindicações da base extrativista dos pescadores, em particular dos caranguejeiros, no final dos anos 1990, em função das preocupações com os impactos da pesca predatória praticada por “invasores”, pescadores oriundos principalmente dos municípios de Bragança, Vigia e São Caetano de Odivelas (Cardoso, 2013; Falcão, 2013; ICMBIO, 2018). As reivindicações dos extrativistas ganharam vários aliados, entre organizações não-governamentais e governamentais, como o Conselho Nacional das Populações Extrativistas e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (ICMBIO, 2018).

Do descontentamento da comunidade com a devastação dos recursos naturais e a inércia dos órgãos públicos nasceu o “Manifesto Caranguejeiro”, da Associação dos Caranguejeiros de Soure. A partir deste evento as comunidades de Soure e algumas entidades públicas locais passaram a fomentar a ideia de criar uma unidade de conservação, surgindo, então, a Resexmar Soure, agregando três comunidades de pescadores e catadores de caranguejo (ICMBIO, 2018, p.14).

Na RESEXMAR Soure residem, aproximadamente, 1.300<sup>24</sup> famílias extrativistas, distribuídas entre as seis comunidades existentes no interior da unidade de conservação: Araruna, Barra Velha, Pesqueiro, Céu, Caju-Una e Pedral, além de nove bairros urbanos localizados fora dos limites da reserva, mas que possuem acesso direto e indireto aos recursos naturais da mesma (ICMBIO, 2018).

De acordo com o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure, os limites da unidade de conservação foram definidos para garantir as principais áreas de pesca dos extrativistas locais, abrangendo a totalidade das áreas de manguezais, praias e águas associadas (até uma milha náutica nas águas abertas) do município de Soure/PA. A área 1 (costeira) contempla toda a linha de costa da UC voltada para águas abertas, com extensão de aproximadamente 70 km, e a área 2 (ribeirinha) está

---

<sup>24</sup> Pelas informações dos moradores e observando o número crescente de casas e movimentação nas três comunidades nos últimos anos, durante a fase da pesquisa de campo (2018 a 2022), é provável que este número seja bem maior na atualidade.

inserida nas águas interiores das margens esquerdas dos rios Paracauari e, posteriormente, do Saco, avançando cerca de 20 km estuário adentro (ICMBIO, 2018).

Trata-se de uma área estratégica para a conservação, sobretudo devido ao apelo socioambiental da região da Amazônia Atlântica, uma vez que é onde se concentra a maior população e produção ligada à pesca artesanal marinha-costeira do Brasil. Esse cenário reflete na grande demanda por criação de Resex Marinhas na costa amazônica, que já somam 13 federais, sendo a de Soure a primeira da região (ICMBIO, 2018 p.6).

Constituída de extensa faixa litorânea, cerca de 90 km no total, a RESEXMAR Soure apresenta um complexo de ambientes aquáticos, alagáveis e de transição. Há praias sem ocupação humana, com águas doces (período chuvoso) e salobras (período seco), dunas, regiões de apicuns, pântanos salinos, igarapés, canais de maré, várzeas, matas de igapó e manguezais com árvores alcançando mais de 40m de altura, regidos pela dinâmica das águas da foz do Rio Amazonas e das macromarés (ICMBIO, 2018). Na composição florística das regiões alagáveis predominam as florestas de mangue, abrangendo três gêneros: mangue-vermelho (*Rhizophora*), siriúba (*Avicennia*) e tinteira (*Laguncularia*) (Carvalho, 2016).

Essa sazonalidade e variedade de ambientes estão entre os principais responsáveis pela elevada biodiversidade registrada na região, sejam espécies de caráter permanente ou transitório (visitantes ou esporádicas). Nesse contexto, destacam-se as espécies migratórias de aves aquáticas e limícolas, incluindo as trans-hemisféricas; megafauna aquática ameaçada de extinção como as tartarugas-marinhas (ocorrência das cinco espécies observadas no Brasil) e de água-doce (ex: tartaruga-da-amazônia - *Podocnemis expansa*), além dos mamíferos como os cetáceos boto cor-de-rosa (*Inia spp.*) e boto-cinza ou tucuxi (*Sotalia spp.*) e os peixes-boi marinho (*Tichechus manatus*) e amazônico (*Trichechus inunguis*) que ocorrem simultaneamente na região, juntamente com ocorrência única no mundo de híbridos (ICMBIO, 2018, p. 7).

## 7.2 MODO DE VIDA E SABER LOCAL: A VIDA MARAJOARA ENTRE TERRA E ÁGUA

Instaladas nas áreas litorâneas da RESEXMAR Soure, as comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro possuem uma estreita relação com esses ambientes, dos quais retiram recursos para sua reprodução econômica e social.

As famílias extrativistas extraem principalmente os recursos pesqueiros, como peixe, caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), camarão, siris e mariscos em geral, e os recursos florestais não-madeireiros, como óleos naturais e frutas, com destaque ao açaí e coco. Além disso, desenvolvem produção artesanal a partir de argila, sementes, madeira, entre outros e possuem criação de animais de pequeno porte como galinhas, patos e porcos (ICMBIO, 2018).

A relação dessas comunidades com os campos, várzeas, florestas e abundância de água, reflete-se em seus saberes e fazeres associados às plantas medicinais, aos hábitos alimentares, ao imaginário de mitos<sup>25</sup> e ritos, bem como no manejo dos recursos naturais. Eles adaptam e manipulam a natureza para atender às suas necessidades, superando as dificuldades enfrentadas no Marajó, muitas vezes desprovidas de recursos básicos, como assistência médica, sanitária e educacional.

(...) quintal-mata indefinido é a farmácia dos curadores ou é um jardim curativo, de parteiras, benzedeiros, cirurgiões, curadores, pajés, seja pelas propriedades sagradas dos vegetais que circundam a vida marajoara, como por suas propriedades farmacológicas (...) (Razeira, 2008, p.117)

As comunidades extrativistas que dependem da pesca e da catação de caranguejo no estuário amazônico têm suas vidas influenciadas pela dinâmica costeira e pela sazonalidade dos recursos extrativistas. Além disso, desempenham um papel fundamental na sustentabilidade e preservação dos recursos naturais da região, uma vez que dependem diretamente desses recursos para sua subsistência e economia local (Furtado; Simões, 2002; Furtado, 2013; Medeiros; Silva, 2015) (Fotografias 76 a 78).

Devido às características ecológicas da região estuarina, bem como às características culturais e socioeconômicas das populações e às determinações da RESEXMAR Soure, as comunidades que se dedicam à pesca artesanal e à extração de mariscos na região costeira do Marajó, que compreende a área da unidade de conservação, utilizam barcos de madeira de pequeno calado, canoas a vela ou a motor e equipamentos de pesca, como malhadeiras/redes de nylon, curral de pesca,

---

<sup>25</sup> No Marajó, há a forte crença nos “encantados”. Esses “seres” habitam florestas, nascentes, igarapés, beiras de rios, que são sítios sagrados, utilizados para rituais da pajelança e de religiões de matrizes africanas, logo são respeitados pelas populações locais que muitas vezes solicitam “permissão” para atravessar, pescar ou coletar nesses espaços.

tarrafas, puçá, matapi, agulhas, anzóis, linha, bandeiras de sinalização, bóias de isopor, entre outros. Elas desenvolvem várias modalidades de pesca, como a pesca de tarrafa, rede, anzol, linha de mão, armadilha, entre outras (Cardoso, 2015).

Nas três comunidades há uma técnica de pesca muito utilizada, a “pesca da rabiola”, que consiste em estender as redes de pesca pela praia, durante a maré baixa, fixadas por estacas de madeiras. A rede permanece na água em um ciclo de maré, sem que seja necessário a permanência do pescador no local. Quando as águas

Fotografia 76 a 78 - Atividade de pesca artesanal e captura de caranguejo (Comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro) estão entre as principais atividades do extrativismo animal no município de Soure.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2018 e 2021.

voltam a baixar, inicia-se a retirada do pescado, a “despesca”, que pode ser individual ou em grupo (Fotografias 79 e 80). Essa técnica possibilita que mesmo os que não dispõem de embarcações, possam garantir o pescado para consumo próprio ou venda. “Terra e água, portanto, são pólos dessa relação, em cujos intervalos transitam ou circulam a busca de bens materiais e sociais, e onde se desenvolvem relações que permitem sua continuidade, sua reprodução social” (Furtado, 2013, p.171).

Os equipamentos usados na pesca são dos próprios moradores, que também confeccionam a maioria dos utensílios, utilizando linha de náilon e anzóis, comprados em Soure e em comunidades vizinhas, e outros extraídos da floresta como o cipó titica (*Heteropsis spruceana* Schott), tala de Jupati (*Raphia vinifera*) e tala de miriti (*Mauritia flexuosa* L.) (Medeiros; Silva, 2015).

No trabalho da pesca, onde prevalece a presença masculina, embora também haja mulheres pescadoras, observa-se a solidariedade intracomunitária, que resulta da necessidade de cooperação mútua para a realização de uma tarefa que demanda ação coletiva, gerando reciprocidade, troca de favores, uma obrigação moral entre os envolvidos no *puxirum*<sup>26</sup>. (Fotografias 81 e 82).

O ecossistema manguezal, em sua associação com as águas, também representa um importante espaço para a economia pesqueira, onde ocorre a captura do caranguejo, camarão, siri e turu, além de ser utilizado para produção de lenha, construção de cercas, armadilhas de pesca, entre outros. Na sede de Soure, a casca do mangue-vermelho (*Rhizophora*) é utilizada para a extração do tanino, aplicada na curtição artesanal do couro de boi, o que possibilita a tonalidade avermelhada na peça, contribuindo para sua conservação e resistência.

---

<sup>26</sup> *Puxirum* caracteriza-se em reunião convocada ou espontânea de parentes e vizinhos com objetivo de efetuar determinado trabalho que beneficie um membro ou a comunidade como um todo, no qual não há remuneração em espécie, mas o beneficiário fica com a obrigação moral de retribuir os companheiros no momento que a ele for solicitado ajuda (CANTO, 2007)

Fotografias 79 e 80 - Família na pesca da rabiola, na Comunidade do Céu, no mês de abundância do pescado.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021.

Fotografias 81 e 82 – O mutirão em torno da “despesca” na chegada dos pescadores da pesca de rede, na praia do Caju-Una.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021.

Os manguezais são ecossistemas costeiros intertropicais de grande importância devido ao seu papel ecológico na zona costeira e a sua alta produtividade. Eles servem como área de abrigo, reprodução e alimentação de espécies límnicas, estuarinas, marinhas e terrestres, além de serem um local de repouso e alimentação de aves. Os manguezais também são responsáveis pela produção de matéria orgânica para espécies de importância econômica e ecológica, controle da erosão costeira, entre outras funções (Soares, 1997; Constanza *et al.*, 1997). Sua importância também está relacionada à disponibilidade de recursos extrativistas, como fonte de sobrevivência de populações que vivem em sua adjacência, além de ser uma fonte de recreação e lazer associada ao seu alto valor cênico (Carvalho, 2016; Schaeffer-Novelli, 1989; Diegues, 1995).

Além do peixe, caranguejo e camarão, que estão entre os produtos do extrativismo animal mais extraídos e comercializados, o turu, molusco da família dos teredinídeos, de corpo vermiforme, com valvas em uma extremidade, com as quais perfura a madeira, onde se abriga e se nutre (Maneschy, 1993), é encontrado em troncos de árvores de mangue apodrecidos, também possui valor comercial devido às suas propriedades nutricionais. Além disso, é uma iguaria muito apreciada pelas comunidades por suas características medicinais e afrodisíacas, de acordo com a cosmologia local.

*Comer turu é um costume muito antigo! Meu pai, minha mãe comiam, era um tipo de alimentação, um reforço alimentar. Agora é uma iguaria! Hoje é um atrativo! E ele é afrodisíaco! A gente come o turu depois é um monte de filhos (risos)! Quem tira turu é viagreiro ou turuseiro!  
(Raimundo, conhecido como “Jacaré”, extrativista e condutor de turismo local da Comunidade do Pesqueiro)*

Na área da Reserva também há grande diversidade de recursos florestais, como frutas, plantas medicinais, produtos não madeireiros, castanhas, óleos vegetais, fibras naturais, resinas, entre outros, que são muito valorizados pelos moradores locais, pois são usados para complementação da renda.

Destaca-se a produção artesanal local do óleo da andiroba, feita majoritariamente por mulheres, extraído das sementes coletadas nas praias e cursos d'água, que possui grande valor comercial, além do óleo de bicho. Este último é extraído da larva do caroço de tucumã (bicho de tucumã), fruto do tucumanzeiro

(*Astrocaryum vulgare*), palmeira abundante no Marajó. Esse óleo tem sido utilizado há muito tempo por comunidades marajoara na alimentação e para fins medicinais, e na atualidade vem constituindo-se também em fonte de renda (Fotografias 83 e 84).

Terra e água são, assim, imprescindíveis para a manutenção da vida dessas populações, são espaços das práticas econômicas, além de espaços de socialização, de cooperação, mas também de conflitos. A respeito da relação das populações com os ecossistemas costeiros, Furtado (2013) declara: “Terra, local de morada. Água, o mar, rios e igarapés, locais de trabalho permeados de valores culturais - duas realidades indissociáveis, que se fundem...” (Furtado, 2013, p.171).

Observa-se que as características ecológicas associadas ao conhecimento tradicional levam os pescadores a fazerem uso de técnicas, processos e instrumentos que melhor se adequem a sua realidade e lhes garantam maior sucesso na empreitada. Sobre esse assunto, Furtado e Simões (2002) declaram:

Os recursos naturais mobilizados pelas populações pesqueiras da Amazônia se diversificam segundo os domínios aquáticos, o que significa dizer que estão associados aos diferentes ecossistemas ou ambientes aquáticos que conhecemos na região. Do mesmo modo, instrumentos e processos que permitem objetivamente o acesso aos mananciais associam-se a esses diferentes ambientes (Furtado; Simões, 2002, p. 24)

A pesca e a extração de mariscos são atividades tradicionais nessas comunidades e representam uma importante fonte de renda e alimento para as famílias que ali vivem. A pesca, captura de caranguejo, turu, camarão, siri são realizadas de forma artesanal, utilizando técnicas e conhecimentos tradicionais de total domínio dos extrativistas, que são transmitidos de geração em geração (Pereira; Diegues, 2010). Este saber local é construído a partir das experiências e práticas cotidianas de uma comunidade, e é moldado por suas crenças, valores, normas e tradições, como indica Geertz (1998).

Fotografias 83 e 84 – Extração de larva do caroço de tucumã (bicho de tucumã) para produção de “óleo de bicho”, produto utilizado há muito tempo por comunidades marajoara na alimentação e para fins medicinais. Comunidade do Pesqueiro.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021.

Castro (2018) destaca que entre as populações agroextrativistas, o uso da terra e o trabalho estão intimamente ligados aos ritos sacros, festividades e manifestações da vida em grupo. O ritmo da natureza, o regime dos rios e a reprodução das espécies são elementos essenciais para o processo produtivo e reprodutivo dessas comunidades. Essa estreita relação e dependência dos ecossistemas locais contribuem para processos de antropização de baixo impacto ambiental e, em muitos casos, melhoram qualitativa e quantitativamente a biodiversidade local (Silva; Simonian, 2015).

Os saberes e fazeres que marcam a relação com a terra e a água perpetuam-se por meio da transmissão oral e da convivência grupal ao longo dos anos. É "um passado que se mantém presente", como destaca Cardoso (2015). Nesse sentido, alerta Valencio (2006), a dissolução ou transformação desses saberes implica na perda da identidade da coletividade do grupo. Daí a importância de sua manutenção.

A importância desses conhecimentos é reforçada pelo conceito de *Buen Vivir*, que valoriza as práticas ancestrais e a harmonia entre seres humanos e natureza (Gudynas; Acosta, 2011). O *Buen Vivir* destaca a interconexão entre todos os seres vivos e a importância de viver em equilíbrio com o meio ambiente. Nesse contexto, o conhecimento tradicional desempenha um papel fundamental na compreensão e na prática do *Buen Vivir*, incorporando saberes ancestrais sobre a relação com a terra, a biodiversidade, a espiritualidade e a comunidade. A interseção entre o conhecimento tradicional e os princípios do *Buen Vivir* promove a busca por um modo de vida mais sustentável, equitativo e em harmonia com a natureza (Escobar, 2012).

Em toda a costa brasileira, e no Marajó não seria diferente, essas comunidades enfrentam diversos desafios e ameaças à sua sustentabilidade, como a degradação ambiental, a poluição dos rios, a pesca predatória, a pressão sobre os recursos pesqueiros, a falta de estrutura para a conservação e a comercialização do pescado, os subsídios para a pesca, além da falta de políticas públicas adequadas (Canto, 2007; Furtado, 1993, 2013; Medeiros; Silva, 2015).

Apesar da conquista com a criação da RESEXMAR Soure, pesquisas de Medeiros e Silva (2015), Lobato *et al.* (2014) e Cardoso (2013) sobre o uso dos recursos pesqueiros em Soure e práticas sociais nessa UC, tratam dos problemas enfrentados por essas comunidades. Estes incluem condições precárias de trabalho,

falta de infraestrutura para o beneficiamento e venda do pescado, desestruturação da pesca artesanal devido à falta de acesso a meios de conservação do pescado, dificuldade de comercialização direta de produtos da pesca artesanal e agricultura familiar, extração ilegal de areia, deficiências no recebimento do auxílio-defeso, falta de investimentos públicos, política pública desenvolvimentista para o setor do pescado e problemas com a existência de propriedades privadas dentro da RESEXMAR Soure, entre outros.

A existência de propriedades privadas dentro da área da RESEXMAR Soure que, de certa forma, controlam, dificultam ou mesmo impedem o acesso aos recursos extrativistas, afetam não só o uso direto desses recursos pelas comunidades locais, como também comprometem qualquer outra atividade que tais comunidades possam vir a desenvolver, incluindo o próprio turismo. No caso específico da estrada que dá acesso às comunidades do Caju-Una e Céu, cuja porteira é da fazenda Bom Jesus, há controle de entrada e saída diuturnamente. Para visitantes e turistas que se dirigem às comunidades, é cobrada taxa de entrada e proibição de parar ou fotografar ao longo da estrada que compreende a fazenda. Até para os moradores das comunidades há determinação de horário para passar pela porteira, das 5h às 20h, segundo informações de residentes das comunidades.

Na verdade, no Marajó, esse não é o único caso em que porteiras e cercas de fazendas controlam ou impedem o ir e vir de moradores e visitantes. Essa realidade revela a herança colonialista ainda muito forte no Marajó, o que em grande parte, explica a situação socioeconômica que vive a maioria da população marajoara, e onde a concentração fundiária atravessa séculos e conta com a inoperância do Poder Público, em detrimento do interesse das populações residentes.

### 7.3 . TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DESENVOLVIDO NAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DE CAJU-UNA, CÉU E PESQUEIRO

#### **7.3.1 . O turismo na Reserva Extrativista Marinha de Soure**

O turismo, com destaque ao ecoturismo, em Unidade de Conservação na Categoria de Uso Sustentável, tem se constituído em um dos principais temas no manejo dessas áreas, por ser considerado uma alternativa econômica, associada à

conservação de seus recursos naturais e culturais, uma vez que em tais categorias há a possibilidade de presença humana residente e o estabelecimento de uma política de uso público, que é gerenciada por meio do Plano de Manejo e do Conselho Gestor, instrumentos instituídos na gestão das UC.

No contexto das Reservas Extrativistas, o turismo de base comunitária passou a ser tratado como tema importante nas políticas públicas a partir de 2011, com a realização do I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas, ocorrido em São Luís do Maranhão. O evento, que reuniu gestores de Unidades de Conservação com experiências de turismo de base comunitária, Poder Público, organizações não-governamentais, associações de moradores, extrativistas e especialistas no tema, foi organizado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/DIBIO/ICMBIO) e pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/DIMAN/ICMBIO), e teve como objetivo produzir informações sobre as experiências de ecoturismo de base comunitária que ocorriam no Brasil e construir, coletivamente, diretrizes institucionais para a implantação de projetos com essa temática (ICMBIO, 2018b).

Durante o evento as reflexões direcionaram para uma diferenciação entre os termos ecoturismo e turismo de base comunitária. O ecoturismo foi associado a um segmento da atividade turística, enquanto o turismo de base comunitária foi associado à forma de organização do turismo, protagonizado pelas comunidades.

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2018b, p. 10).

Um dos encaminhamentos do Seminário foi a criação de um Grupo de Trabalho para estabelecer as diretrizes institucionais para o turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais, que teve como resultado a publicação do documento intitulado “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes” (ICMBIO, 2018b).

Nesse contexto, a RESEXMAR Soure, considerando a existência do turismo anterior à sua criação, as experiências de turismo de base comunitária que ocorrem no território e as reflexões e debates em torno da temática<sup>27</sup>, passou-se a realizar ações de monitoramento, orientação, capacitação e pesquisas sobre o turismo em sua área de abrangência, cristalizadas agora em seu Plano de Manejo, publicado em 2018, no qual se reconhece a importância do turismo de base comunitária, assim como, sua necessidade de melhor estruturação.

Merece destaque o Turismo de Base Comunitária (TBC), com protagonismo das próprias comunidades praieiras da UC, sobretudo Pesqueiro, Céu e Caju-Una, mas que ainda carece de maior estruturação e organização de base. A região da costa leste do Marajó (municípios de Soure e Salvaterra) está entre os principais destinos turísticos da Amazônia brasileira, tornando a Resexmar Soure umas das UCs federais mais visitadas (ca. 150 mil/ano) (ICMBIO, 2018, p. 7).

As áreas litorâneas do município de Soure que, em grande parte, constituem-se em áreas da RESEXMAR Soure, além da sua importância principalmente para a pesca, sempre se destacaram entre os principais atrativos turísticos do município, em função das características de balneabilidade de suas praias, água doce e salobra, beleza natural, clima agradável, tranquilidade, entre outras.

O primeiro balneário da cidade de Soure foi na praia do Mata-fome, localizada a aproximadamente 5 km da sede do município, próximo a foz do rio Paracauari. Porém, devido a processos aluviais da baía do Marajó, que comprometeram a balneabilidade da praia, esse balneário teria terminado (Cruz, 1999).

Com o desenvolvimento da cidade de Soure e a construção da estrada (PA 154) que liga a sede do município até a praia do Pesqueiro, inaugurada em 1966, a praia do Pesqueiro foi transformada em um novo balneário da cidade, contando com estrutura de alimentação no local. A partir daí, passeios organizados pela igreja matriz do município<sup>28</sup>, sob a responsabilidade de Dom Gregório Alonso, passaram a ser

---

<sup>27</sup> A RESEXMAR Soure esteve presente no primeiro seminário sobre turismo de base comunitária do ICMBIO realizado em 2011, compartilhando a experiência que ocorria nessa Unidade de Conservação.

<sup>28</sup> Soure sedia a Prelazia do Marajó, uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica no Brasil, pertencente à Província Eclesiástica de Belém do Pará e ao Conselho Episcopal Regional Norte II, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo dependente da Arquidiocese de Belém do Pará. A Prelazia do Marajó foi erguida em 14 de abril de 1929 pela bula *Romanus Pontifex* do Papa Pio XI, com território desmembrado da Arquidiocese de Belém do Pará (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Norte II).

realizados, contando com grande participação de membros da igreja. Com o crescimento dos primeiros fluxos turísticos para Soure, a partir da década de 1970, a praia do Pesqueiro tornou-se um dos mais importantes balneários turísticos do interior do Estado do Pará.

Em 1973, considerando a inclusão do município, pela Paratur, como um dos principais pontos de atração turística da ilha do Marajó, a Prefeitura Municipal, por meio de ato administrativo, determinou as praias do município como atrativos turísticos: “Art. 1. Ficam considerados como logradouros públicos, de atração turística, as praias de “Mata Fome”, “Araruna”, “Pesqueiro”, “Areião”, “Céu” e “Caju-Una” (Decreto Administrativo de nº 11/73).

Na atualidade, de acordo com pesquisas do ICMBio e informações de agentes do turismo de Soure, as praias mais visitadas do município são as de Barra Velha, Pesqueiro, Céu e Caju-Una. Essas praias formam extensos cordões de areia fina e dunas, entre 1,7 e 4,5 km, com formas retilíneas e convexas, seccionadas por grandes canais de maré, com presença de manguezais adultos (França, 2003).

Dados sobre o turismo nas praias da RESEXMAR Soure foram produzidos em julho de 2018, por meio do ICMBio, que realizou o levantamento do perfil dos visitantes que frequentavam as praias da Reserva, quando então foram aplicados 71 questionários, sendo 53,5% na praia da Barra Velha e 46,5% na praia do Pesqueiro, as que recebem maior número de visitantes/turistas.

Para a amostragem da pesquisa, foram selecionados diferentes grupos de usuários, enquanto desenvolviam atividades variadas como banho na praia, prática de esportes, caminhada, consumo nas barracas, consumo na areia e churrasco no igarapé ao longo das praias.

No quadro 11 estão sintetizadas as principais informações produzidas pela pesquisa.

Quadro 11 - Resultados obtidos de pesquisa realizada pelo ICMBio nas praias da Barra Velha e do Pesqueiro.

Total de Visitantes Entrevistados	71 Visitantes		
Total na Praia da Barra Velha	38 Visitantes		
Total na Praia do Pesqueiro	33 Visitantes		
Idade Média dos Entrevistados (anos)	20 - 65		
Escolaridade (Indivíduos)	44 Superior	18 Ens. Médio	06 Fund. Comp.
Pretensão de Gastos Diários na Praia	50 - 300 Reais por Grupo		
Dias Hospedados na Cidade (Média)	02 - 06 Dias		

Motivo Principal da Viagem (%)	95,5% Férias/Lazer	4,5% Trabalho	
Primeira Vez em Soure	39,4% Sim	60,6% Não	
Principais Atrativos de Soure	91% Belezas Naturais	33,8% Culinária	
	30,9% Eventos/Festas Locais	14% Artesanato	
	*A opção foi múltipla escolha (podendo escolher mais de uma)		
Viagem promovida por Agência/Independente	97,1% Independente	2,9% por Agência	
Possuem Casa de Veraneio em Soure	62% Não	38% Sim	
Transporte Utilizado para chegar na Praia	47,9% Carro Privado	33,8% Van/Taxi/MotoTaxi	18,3% Pés/Bicicleta
Conhecem a RESEXMar de Soure	71,9 % Não	28,1 Sim	
Sabiam Informar regras e objetivos da RESEX	Dos 28,1%, apenas 6,5% Sabiam informar alguma regra/objetivo		
Horário Médio de Chegada e Saída	09 - 17 Horas		

Fonte: Relatório de levantamento de perfil de visitantes, ICMBio, 2018.

No quadro 12 estão expostos os principais motivos de frequentar as praias de Barra Velha e Pesqueiro, de acordo com a pesquisa realizada pelo ICMBIO.

Quadro 12 - Motivos de frequentar as praias da Barra Venha e Pesqueiro

Motivo para frequentar a praia do Pesqueiro			Motivo para frequentar a Praia da Barra Velha	
Beleza Natural	63,50%		Beleza Natural	46,10%
Remanescente			Remanescente	
Indicação/Curiosidade	15,80%		Perto da Cidade e Fácil Acesso	26,50%
Bom Acesso	12,60%		Indicação/Curiosidade	22,90%
Outros	8,10%		Outros	4,50%

Fonte: Relatório de levantamento de perfil de visitantes, ICMBio, 2018.

A partir da pesquisa, tem-se o perfil dos visitantes/turistas usuários das praias mais visitadas de Soure, formado, em sua maioria, por indivíduos na faixa etária entre 20 e 65, com formação superior, realizando viagem independente de agências ou operadoras (97,1%), com pretensão de gastos diários entre 50 e 300 reais, por grupo, utilizando carro como meio de transporte (47,9%), cuja motivação principal foram os atrativos naturais (91%), e a maioria desconhecia a existência da RESEXMAR Soure (71,9 %).

Na pesquisa foi solicitado aos entrevistados que apresentassem recomendações e sugestões para a melhoria dos serviços existentes nas praias. Para a efetivação das recomendações e das ações do ICMBio, no ordenamento do uso público das praias da área da RESEXMAR Soure, foi destacado, no documento, a importância da colaboração de órgãos e instituições públicas e privadas e da Prefeitura Municipal de Soure.

O ICMBio, a respeito do turismo no espaço da RESEXMAR Soure, destaca que o ordenamento do turismo nas praias do município constitui-se em um dos maiores desafios a serem enfrentados pela gestão da área.

A falta de ordenamento do turismo nas praias de Soure representa um dos maiores desafios da gestão desta UC. Verificam-se carências desde a infraestrutura dos serviços existentes (barracas de praia, ambulantes, estacionamento, transporte alternativo, coleta de lixo, banheiros adequados etc.) até a própria consciência e comportamento ambiental dos usuários (turistas, visitantes, extrativistas e moradores locais) (ICMBio, 2018; p. 2).

### **7.3.2 As experiências de Turismo de Base Comunitária nas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro**

As comunidades litorâneas residentes do município de Soure, vinham há anos testemunhando o desenvolvimento de um turismo excludente e elitista no Marajó, assentado em políticas públicas e práticas que privaram essas comunidades de beneficiarem-se dos possíveis impactos positivos que essa importante atividade socioeconômica pode provocar. Todavia, em períodos mais recentes, registraram-se uma maior participação e envolvimento de atores locais na organização do turismo, em destaque as populações residentes da RESEXMAR Soure, que vem chamando a atenção e constituindo-se em objeto de várias pesquisas científicas como as de Cruz (1999), Falcão (2013), Falcão, Cardoso, Simonian (2019), Boulhosa; Vasconcelos (2020), Hamoy; Bahia (2020), Farias; Figueiredo (2021), Meguis; Rodrigues (2021), Neves (2023), entre outras.

Enquanto o núcleo urbano de Soure e as principais praias do município começaram a se estruturar para atender aos fluxos turísticos, esses eram dirigidos (em certa medida ainda o são) pelos operadores do turismo estadual e local, às

experiências turísticas em espaços reservados dos salões de hotéis, a visitas a grandes latifúndios ou a áreas naturais, como fazendas e praias, sem qualquer interação real com as populações autóctones. A população local, quando envolvida no turismo geralmente era (talvez ainda o seja) destinada a ocupar funções serviçais, ou no mais, transformar-se de brincante à trabalhador, como ocorria com os dançarinos de carimbó, nas apresentações nos hotéis de Soure, situação demonstrada nos estudos de Silvio Figueiredo (1999).

Mas, paralelo a esse turismo, notoriamente excludente, outras formas de turismo, pouco percebidas ou mesmo invisibilizadas, vem há anos ocorrendo no litoral de Soure, organizado de forma autônoma, por agentes locais que foram aliados do processo de turistificação do município.

Assim, seja por não assistirem passivamente ao que ocorria no litoral de Soure, seja em busca de formas de garantir sua subsistência, os extrativistas dessa região passaram a envolver-se com a prática turística, fazendo uso de suas habilidades e conhecimentos empíricos sobre os ecossistemas costeiros, acumulados em anos de convivência próxima, contando, posteriormente, com a colaboração de agentes internos e externos para capacitação.

Informações prestadas por moradores antigos da comunidade do Pesqueiro, pioneiros no oferecimento de experiências turísticas nessa comunidade, dão conta de que a participação no turismo iniciou de forma espontânea, a partir da procura de turistas que chegavam à comunidade em busca de realizar passeios de barco.

Entre os comunitários pioneiros no recebimento, condução e realização de passeios turísticos pelos cursos d'água do litoral de Soure, está Álvaro dos Santos Leal, conhecido como “Seu Catita”, quebrador de coco e pescador experiente, de 67 anos de idade, morador da Comunidade do Pesqueiro (Fotografia 85).

*O primeiro passeio que eu fiz tem mais de 12 anos, uns 14 anos. Era pelo igarapé do Seminário...Os turistas chegaram aqui através do Jedilson, que era condutor em Soure. Eles queriam ver pássaros, macacos, tomar banho e muitos queriam ver a vegetação do mangue. Eles vinham com a curiosidade de ver a natureza, os bichos, muitas vezes conhecer como se extrai o caranguejo, a pesca artesanal dentro do rio. A curiosidade deles era essa! Depois com o SEBRAE a gente começou a fazer outros passeios, pelo igarapé do Tucupi, indo até a vila do Céu e Caju-Una. Antes não tinha a pousada no Céu, então a gente retornava e o povo almoçava no Pesqueiro... Hoje já tem várias versões que já inventaram porque já tem vários condutor*

*que são novos e cada qual conta a sua história, mas o meu continua o mesmo, o igarapé do Volta e o igarapé do Céu, dois passeios, um que vai por dentro do mangue e o que vai direto pelo Tucupi...  
(Seu "Catita" sobre os primeiros passeios feitos por ele nos igarapés do Pesqueiro).*

Seu Catita relata que os turistas, atraídos pelas belezas naturais e buscando um maior contato com a natureza e com a cultura marajoara, distanciando-se dos grandes fluxos, procuravam avistamento de animais, histórias contadas pelos mais velhos, formas de extração e uso dos recursos disponíveis nos mangues, entre outras experiências. Essas tendências são observadas por vários autores que pesquisam o turismo, os quais sinalizam a busca dos turistas por experiências mais ricas, baseadas na convivencialidade, que vão além da simples relação comercial, conforme conceituado por Sampaio (2014).

Com a realização de passeios conduzidos por Seu Catita, uma figura bem conhecida na comunidade, e a divulgação espontânea por parte dos participantes desses passeios, outros turistas passaram a procurá-lo, aumentando, assim, a demanda. Com esse crescimento, outros membros da comunidade também começaram a oferecer passeios, incluindo Dione, filho de Seu Catita. Ele relata como se deu o início das atividades turísticas na comunidade:

Fotografia 85 - Álvaro dos Santos Leal, Seu *Catita*, pescador, quebrador de coco e condutor de turismo da Comunidade do Pesqueiro.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021.

*Começou esporadicamente com meu pai! As pessoas vinham querendo fazer passeio pelos rios. Aí quando vinha mais pessoas ou ele não estava, eu passei a também conduzir nos barcos, pelos rios onde fazemos a pesca. (Dione, carpinteiro, pescador e condutor de turismo).*

Esse turismo, motivado tanto pelo interesse dos turistas em busca de experiências além da praia, quanto pelo conhecimento da região e pela necessidade de complementar a renda por parte dos comunitários, despertou o interesse de outros moradores e associações locais, que passaram a considerar o turismo uma atividade importante.

Com a criação da RESEXMAR Soure, as práticas relacionadas ao turismo passaram a ser, minimamente, orientadas e monitoradas, buscando o maior envolvimento da comunidade local. Com a constituição das associações locais, formadas por moradores das comunidades, as ações referentes ao turismo começaram a ser estruturadas, e capacitações passaram a ser desenvolvidas, principalmente a partir de 2005, com a implementação de políticas públicas de fomento ao turismo no Marajó, por meio do Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal e do desenvolvimento do projeto "Turismo na Amazônia do Marajó", conduzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR).

É nesse contexto, com uma maior democratização da participação no turismo, que a comunidade do Pesqueiro foi beneficiada com vários cursos e oficinas executados por meio de parcerias do ICMBio com a Prefeitura Municipal, envolvendo o SEBRAE, SETUR, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Universidade Federal do Pará (UFPA), entre outros. Tais formações contribuíram para um certo ordenamento do turismo de base comunitária no interior dessa Reserva Extrativista.

De acordo com relatos de comunitários do Pesqueiro, as capacitações realizadas, principalmente pelo SEBRAE, sensibilizaram a comunidade para se organizar associativamente e prestar outros serviços turísticos. Anteriormente, a atividade no Pesqueiro estava restrita à visitação à praia, apesar da comunidade possuir potencialidades para diversificar a oferta de produtos e serviços. O projeto conduzido pelo SEBRAE no Pesqueiro consistia em montar uma rede de serviços na

comunidade, envolvendo hospedagem domiciliar, alimentação com culinária local e passeios de canoa pelos rios e manguezais.

As orientações e proposições do SEBRAE foram bem-vindas, pois grande parte da comunidade, em particular as mulheres, estavam em busca de outras formas de contribuir para o sustento de suas famílias, além de sentirem-se ociosas, como pode ser constatado nas falas de Patrícia:

*Aqui 90% é pesca! E aí os nossos maridos iam pescar e a gente ficava ociosa. Nós mulheres e alguns jovens, algumas outras famílias ficavam ociosas, sem fazer nada. Então o Sebrae, ao vir dar consultoria aqui conosco, disse que nós tínhamos o potencial de fazer o turismo de base comunitária na comunidade, porque nós tínhamos o que mostrar de atrativo. Aí nós nos organizamos a partir da Associação, com a vinda do Sebrae nos capacitar!*  
(Patrícia Ribeiro, moradora da Comunidade do Pesqueiro, uma das pioneiras do turismo nesta comunidade).

Nesse contexto, as atividades turísticas na Comunidade do Pesqueiro passaram a ser estruturadas sob a liderança da Associação de Mulheres da Vila do Pesqueiro (ASMUPESQ), que envolvia mais de 50 membros. Com o envolvimento direto da comunidade, desde a concepção até a execução, uma série de serviços turísticos passou a ser operacionalizada, como a realização de hospedagem domiciliar, passeios turísticos, comercialização de artesanato e serviços de alimentação e bebidas.

Em 2008, a Associação de Mulheres da Vila do Pesqueiro, que não é formada apenas por mulheres, mas revela o protagonismo feminino, aprovou o projeto intitulado “VEM – Viagem Encontrando Marajó” na Chamada Pública de Seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária, do Ministério do Turismo. O projeto “VEM – Viagem Encontrando Marajó” foi um dos 50 projetos aprovados entre os 500 submetidos do Edital 01/2008 desse Ministério (Ministério do Turismo, 2010). Esse fato representa um “marco oficial” da publicização do turismo de base comunitária na Ilha do Marajó.

O objetivo era incentivar projetos aprovados a proporcionar intercâmbio cultural entre moradores e turistas, impulsionar o turismo sustentável baseado na autogestão, no cooperativismo, na valorização da cultura regional e no protagonismo das comunidades locais (BRASIL, 2010).

O Edital 01/2008 do Ministério do Turismo foi um marco importante para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. Por meio deste edital, diversos projetos de TBC em diferentes regiões do país foram beneficiados com recursos financeiros, o que possibilitou a implementação e fortalecimento de iniciativas que valorizam a cultura local, promovem a inclusão social e contribuem para a conservação do patrimônio natural e cultural.

Além disso, o Edital 01/2008 contribuiu para a geração de renda nas áreas beneficiadas, incentivando a valorização dos saberes tradicionais, a preservação do meio ambiente e a promoção do turismo responsável, desempenhando um papel importante, enquanto política pública, na consolidação e fortalecimento de experiências de turismo de base comunitária no país.

Com recursos obtidos por meio do edital, os comunitários envolvidos no projeto de TBC da associação do Pesqueiro passaram a obter orientação técnica externa, intercâmbios de experiências, além de qualificações envolvendo os associados que haviam participado de capacitações anteriores, desenvolvendo a função de monitores, financiados pelo projeto. Por meio do ICMBio, em parcerias com outras entidades, foram também realizados estudos da potencialidade turística da RESEXMAR Soure, seminários temáticos, capacitações relacionadas ao Turismo de Base Comunitária, organização social, condução turística, gastronomia, entre outros.

Assim, a partir do projeto, os comunitários, por identificação, afinidade ou capacitação recebida anteriormente, passaram a compor grupos de trabalho, que envolviam formações em serviços de gastronomia, anfitrião (hospedagem) e receptivo turístico (condução de passeios). Com os grupos e roteiros estruturados, o projeto contou com a parceria de uma agência de viagem de São Paulo, a Turismo Consciente, que incluiu em seus pacotes turísticos a experiência do turismo de base comunitária do Pesqueiro.

Com o desenvolvimento do projeto, as atividades turísticas que já vinham sendo realizadas na comunidade ganharam maior robustez, sendo concebidas conjuntamente e executadas em sistema de rodízio, constituindo-se sobre os fundamentos do turismo de base comunitária, enquanto estratégia coletiva protagonizada por atores locais. Ao longo dos anos subsequentes ao projeto, o

turismo desenvolvido no Pesqueiro estava assentado no princípio da participação comunitária e democrática, característica essencial, mas tão cara ao turismo de base comunitária (Silva et al. 2016; Sampaio, 2014; Irving, 2009; Bartholo, 2009).

O turismo de base comunitária coloca as comunidades locais no centro do desenvolvimento turístico, promovendo o protagonismo e a participação ativa dos moradores em suas atividades turísticas.

O protagonismo e a gestão descentralizada se manifestam na tomada de decisões coletivas e participativas relacionadas ao planejamento, gestão e operação das atividades turísticas, alinhadas às necessidades, interesses e valores das comunidades.

Após alguns anos de projeto desenvolvido pela associação, devido a conflitos internos na ASMUPESQ e à sua desarticulação, a atividade turística organizada por essa Associação praticamente paralisou. Porém, vários membros da comunidade do Pesqueiro, conscientes da importância do turismo e empenhados em contribuir para sua manutenção material e sociocultural, assim como para a permanência no território marajoara, reuniram-se em famílias e mantiveram as atividades turísticas na comunidade, com a anuência e orientação do ICMBio.

Observa-se a importância da resistência ativa na permanência no território por meio da manutenção das atividades turísticas pela comunidade do Pesqueiro, mesmo após a paralisação da atividade organizada pela associação, evidenciando o engajamento e a consciência dos membros da comunidade sobre a relevância do turismo.

A atuação das famílias em manter as atividades turísticas demonstra um esforço coletivo não apenas em prosseguir com o turismo, mas também de preservar e fortalecer a identidade local e garantir a permanência no território. A colaboração com o ICMBio ressalta a importância do apoio institucional na orientação e no respaldo para o desenvolvimento das atividades turísticas locais.

Nesse contexto, a atitude proativa e participativa da comunidade do Pesqueiro reflete a resiliência e a capacidade de autogestão local, fundamentais para a promoção do turismo de base comunitária.

A experiência de turismo de base comunitária desenvolvida no Pesqueiro influenciou as comunidades do Céu e Caju-Una, que também passaram a se envolver

na atividade turística. Segundo informações de moradores, lideranças e condutores locais, a visita turística nessas comunidades teve início a partir dos passeios originários do Pesqueiro, nos quais visitas ao Céu e Caju-Una foram incluídas nos roteiros. Posteriormente, com a realização de eventos na comunidade do Céu, como as festas de réveillon, aniversário da comunidade, festa da padroeira e do Boi-bumbá Areia Branca, o fluxo de visitantes e turistas nessa comunidade passou a ser mais constante.

De acordo com Patrícia, moradora da comunidade do Céu e condutora de turismo local, a movimentação de turistas na comunidade também foi incentivada pelas expedições fotográficas que passaram a visitar o Céu a partir de 2014, quando ela, de forma intuitiva, teria elaborado seu primeiro roteiro turístico na comunidade. Essas expedições contavam com o apoio da SETUR Estadual e após as expedições, inúmeras publicações sobre a comunidade eram feitas, contribuindo também para sua divulgação e conseqüente visita (figura 6).

Figura 6 – Notícia da Expedição fotográfica na comunidade do Céu. “Vila do Céu, na Ilha do Marajó, entra na rota turística após virar destino de fotógrafos”



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 2018.

*Eles perguntavam: “o que a gente vai fazer hoje?” Aí eu dava a ideia! A gente foi primeiro pro mangue tirar caranguejo, no outro dia a gente foi tirar turu, depois foi pro igarapé, dar uma volta de barco. Tinha o Boi Areia Branca dentro da comunidade e a gente foi com eles até a casa da Dona Quinina, apresentar o Areia Branca. A noite a gente fez uma rodada com o Boi, fez Fogueira. Esse foi meu primeiro roteiro, feito a partir do que eu conhecia e tinha na comunidade pra mostrar.*

(Patrícia da comunidade do Pesqueiro, sobre seu primeiro roteiro turístico na comunidade)

Devido ao aumento da visita na comunidade do Céu, a Associação da Comunidade do Céu, em 2015, decidiu construir um receptivo para os visitantes, o

restaurante e pousada Brisa do Céu. O presidente da Associação dos Moradores do Céu, Teófilo, explicou o motivo: “O motivo foi constituir um receptivo para os nossos visitantes que, até então, visitavam a Comunidade, iam à praia e não tinham onde ficar e muito menos se alimentar. Com isso iam logo embora”.

A comunidade do Caju-Una, a última comunidade ao longo da linha costeira, também passou a ser visitada turisticamente. Os comunitários começaram a hospedar visitantes/turistas e a realizar passeios pelos rios e igarapés da comunidade. Com a organização de passeios turísticos que partem tanto do núcleo urbano como da comunidade do Pesqueiro, e com maior envolvimento das comunidades em capacitações turísticas e incentivos da RESEXMAR Soure, as comunidades do Céu e Caju-Una passaram a fazer parte dos roteiros turísticos realizados no município de Soure.

O desenvolvimento do turismo de base comunitária nas comunidades do Pesqueiro, Céu e Caju-Una revela uma evolução significativa, demonstrando o impacto positivo e a influência do engajamento comunitário nessas experiências turísticas. A partir da experiência bem-sucedida no Pesqueiro, as comunidades vizinhas passaram a se envolver na atividade turística, expandindo as experiências na RESEXMAR Soure.

A inclusão do Céu e Caju-Una nos roteiros turísticos, juntamente com a realização de eventos e expedições fotográficas, contribuiu para aumentar o fluxo de visitantes e turistas nessas localidades. Além disso, a construção de infraestrutura receptiva, como o restaurante e pousada Brisa do Céu, evidencia a adaptação das comunidades para atender às demandas turísticas, proporcionando uma experiência mais completa para os visitantes, a partir das potencialidades do território, sem, porém, comprometer as características identitárias locais.

A evolução do turismo nessas comunidades não apenas impulsionou a economia local, mas também valorizou a cultura e os recursos naturais da região, contribuindo para a preservação e promoção do patrimônio sociocultural. O engajamento ativo das comunidades e a adaptação às demandas turísticas refletem a capacidade de autogestão local.

Essa evolução também destaca o potencial de replicação desse modelo em outras comunidades, promovendo um turismo sustentável no tempo e espaço, a partir de uma gestão e perspectiva local que privilegia as comunidades autóctones e não os turistas. Isso contribui para a redução dos inúmeros impactos negativos provocados pelo turismo nas regiões litorâneas do Brasil, como alerta Sampaio (2007).

Na atualidade, é possível vivenciar inúmeros encontros e experiências turísticas desenvolvidas por membros dessas comunidades, que possuem profundo conhecimento sobre os ambientes costeiros de Soure, com destaque para as experiências descritas no quadro 13.

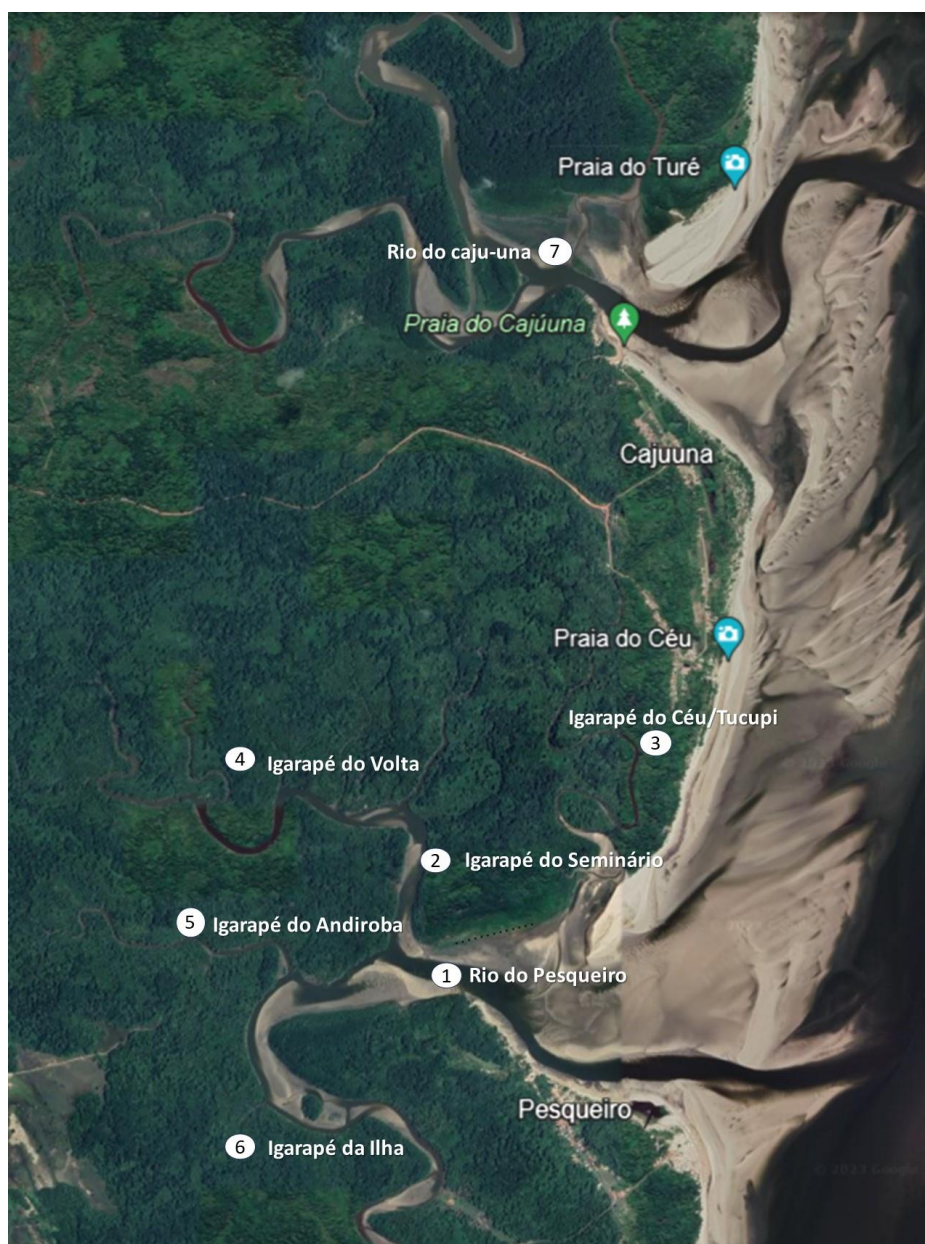
A Figura 7 apresenta o mapa com a identificação dos cursos d'água que são rotas dos passeios de barco realizados pelas comunidades.

**Quadro 13 - Experiências de TBC desenvolvidas na RESEXMAR Soure pelas comunidades locais**

COMUNIDADE	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA
Pesqueiro	Passeio de barcos	Passeios que percorrem os cursos d'água que recortam os manguezais, com possibilidade de banho e paradas na plantação de cocal e casas ribeirinhas.
Pesqueiro	Passeio de caiaque	Passeio de caiaque pelos rios e igarapés com visita aos manguezais
Céu, Pesqueiro	Hospedagem domiciliar	Serviços de hospedagem domiciliar que dispõem de unidades habitacionais rústicas, com camas, banheiro, redário, energia elétrica e água encanada.
Caju-Una, Céu e Pesqueiro	Hospedagem domiciliar (residência)	Serviços de hospedagem domiciliar em residências de comunitários, participando do dia a dia de uma família ribeirinha.
Céu, Pesqueiro	Bar e Restaurante	Serviço de restaurante e bar onde é possível experimentar a culinária marajoara preparada com peixes, caranguejo, carne de búfalo e iguarias marajoaras, como o turu.
Pesqueiro	Passeio do Turu	Passeio pelo manguezal com demonstração de extração de caranguejo e turu, onde é possível degustar o turu cru.
Céu, Pesqueiro	Pescaria artesanal	Passeio de pesca pelos rios e igarapés, que conta com o conhecimento e habilidade dos condutores/pescadores locais e oportuniza ao visitante a experiência de fisgar o peixe ou capturar o camarão para sua própria refeição, que é realizada na casa de comunitários.
Caju-Una, Céu e Pesqueiro	Passeio de barco e trilha ecológica	Passeios de barco seguidos de trilhas ecológicas realizadas pelas florestas de terra firme, bosques de mangue e área de praia não antropizadas.
Caju-Una, Céu e Pesqueiro	Passeio panorâmico pela comunidade e praia	Passeio a pé pelo núcleo populacional das comunidades e praias com paradas para apreciação da paisagem
Pesqueiro	Passeio de búfalo	Passeio montado em búfalo pela praia do Pesqueiro. O búfalo é animal com forte presença no cenário marajoara, muito utilizado como transporte em função de sua força e docilidade.

Fonte: A autora.

Figura 7 – Mapa com identificação dos cursos d'água percorrido pelos passeios de barco realizados entre as comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro.



Fonte: Imagem do *Google Earth* com identificação dos igarapés indicados pelos agentes locais envolvidos com o turismo. Elaboração da autora.

As experiências, paisagens, serviços e equipamentos turísticos presentes nas comunidades são apresentadas através das fotografias a seguir (fotografias de 86 a 115).

Fotografias 86 a 91 – Visitantes/turistas em passeios de barcos, conduzidos por comunitários/pescadores com longos anos de vivências por essas águas.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021 e 2022.

Fotografias 92 a 99 – Passeios de caiaque, pesca artesanal e passeio do turu, onde também ocorre a demonstração da catação do caranguejo. Ocorrem a partir da comunidade do Pesqueiro.



Fotografias 100 a 107 – Paisagens dos percursos de passeios pelas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2018, 2020 2021.

Fotografia 108 a 115 – Alguns dos equipamentos turísticos existentes nas comunidades.



Hospedagem Casa do Pescador, Pesqueiro



Hospedagem Casa do Pescador, Pesqueiro



Bar e Restaurante Casa Comércio Luzia, Pesqueiro



Artesanato e Hospedagem Chalé da Arte, Pesqueiro



Bar e Restaurante Brisa do Céu, Céu



Hospedagem Brisa do Céu, Céu



Bar e Restaurante Oasis, Céu



Hospedagem Recanto Marajó, Caju-Una

Fonte: M. S. Boulhosa, 2018, 2020 2021.

Com o objetivo de qualificar e analisar as informações sobre o turismo de base comunitária desenvolvido pelas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro, bem como identificar e analisar a percepção, compreensão e envolvimento dos comunitários, do *trade* turístico local, da gestão municipal, do órgão gestor da RESEXMAR Soure, turistas e visitantes, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários.

Por meio da pesquisa de campo, com a utilização desses instrumentos, junto aos agentes locais envolvidos com a experiência de turismo nessas comunidades, foi possível conhecer e apreender, ainda que em parte, como o turismo de base comunitária é compreendido e desenvolvido por esses agentes.

Dos agentes locais contatados, verificou-se que a maioria é natural do Marajó sendo Caju-Una 100%, Céu 70%, e Pesqueiro 87%. A maioria é nascida na comunidade ou residente há mais de dez anos.

Esses são dados importantes sobre a origem dos agentes locais, que indicam um forte vínculo com o Marajó. A longa permanência na região sugere uma familiaridade profunda com o ambiente local, suas características, desafios, lutas e potenciais.

Além disso, o fato de que a maioria dos agentes é natural da região sugere um forte vínculo cultural e emocional com o local. Eles, provavelmente, têm uma compreensão particular da história, das tradições e dos valores da comunidade, o que pode ser um recurso valioso para o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

A análise desses dados revela não apenas a composição demográfica dos agentes locais, mas também referências importantes sobre seu envolvimento, comprometimento e conexão com o local.

No que diz respeito ao gênero, há uma predominância do sexo feminino em todas as comunidades mencionadas, com percentuais diferentes em cada uma (Caju-Una - 67%, Céu - 70%, e Pesqueiro - 53%). A maioria das mulheres é casada ou está em união estável.

A participação feminina no turismo de base comunitária nas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro apontam para a presença significativa das mulheres nessas atividades turísticas.

É interessante observar que a maioria das mulheres envolvidas no turismo nessas comunidades é casada ou está em união estável. Isso sugere que essas mulheres desempenham um papel importante nas dinâmicas familiares e comunitárias locais, possivelmente conciliando suas responsabilidades familiares com as atividades turísticas.

A presença majoritária de mulheres nessas iniciativas de turismo pode indicar um potencial de empoderamento feminino e de fortalecimento do papel das mulheres na economia local. Além disso, a participação ativa das mulheres nessas atividades pode contribuir para a valorização do trabalho feminino, fortalecimento de lideranças, desenvolvimento de habilidades, melhoria da qualidade de vida e a promoção da igualdade de gênero.

Em relação à faixa etária, os agentes locais estão distribuídos em diferentes grupos etários em cada comunidade, sendo a faixa etária de 30 a 39 anos a mais comum nas Comunidades de Caju-Una (75%) e Céu (50%) e a faixa etária de 40 a 49 anos na Comunidade do Pesqueiro (53%). Isso pode ter implicações na experiência e na perspectiva em relação ao TBC, dependendo da fase da vida em que se encontram.

No que se refere à escolaridade, há uma predominância de diferentes níveis de ensino em cada comunidade, com o ensino médio sendo o mais comum nas comunidades do Caju-Una (75%) e Pesqueiro (47%) e o ensino fundamental na Comunidade do Céu (50%). Isso pode influenciar o acesso a oportunidades educacionais e profissionais para esses agentes locais, bem como sua capacidade de lidar com questões complexas e desafios locais, embora se destaque que o conhecimento empírico dessas populações, são saberes complementares fundamentais para se compreender a realidade socioambiental local. A combinação desses dois tipos de conhecimento é essencial para conservação da cultura, da identidade e do modo de vida local, bem como para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis de uso do patrimônio natural e cultural local.

Em relação ao nível de renda, observou-se uma prevalência de renda inferior a um salário-mínimo (Caju-Una - 100%, Céu - 50%, Pesqueiro - 73%). A maioria dos moradores da RESEXMAR é beneficiária de programas sociais do governo, que de alguma forma contribuem para minimizar os impactos do baixo nível de renda. Esses

programas desempenham um papel crucial na subsistência dessas comunidades, mas também evidenciam a vulnerabilidade econômica em que se encontram.

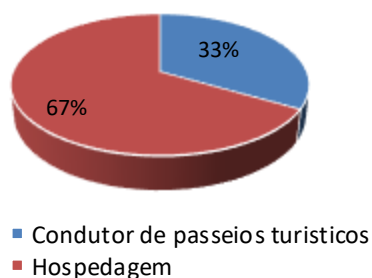
A realidade socioeconômica dessas comunidades é um dos principais fatores que levam à busca por outras atividades de geração de renda, além da pesca artesanal, que, embora seja uma das principais atividades de subsistência e comércio, vem enfrentando problemas de desestruturação há décadas. Esses problemas estão associados, em grande parte, à falta de ações efetivas do poder público que atendam às demandas dos pescadores (Medeiros; Silva, 2015).

A falta de apoio e ações efetivas por parte do poder público são, assim, apontadas como um dos principais fatores que contribuem para a desestruturação dessa atividade econômica vital para as comunidades locais.

Na análise se observa a interconexão entre fatores socioeconômicos, políticos e ambientais que impactam diretamente a vida e o sustento dessas comunidades. A dependência das comunidades em relação à pesca artesanal, aliada à precariedade econômica e à falta de apoio governamental, destaca a urgência de políticas públicas mais eficazes que atendam às necessidades e demandas dessas populações, garantindo não apenas sua subsistência, mas também a preservação e conservação do patrimônio ambiental local.

Sobre as atividades turísticas desenvolvidas pelos agentes locais, os gráficos 01, 02 e 03 demonstram quais as principais atividades em cada comunidade pesquisada.

Gráfico 1 - Atividades turísticas desenvolvidas na Comunidade Caju-Una.



Fonte: Dados da pesquisa

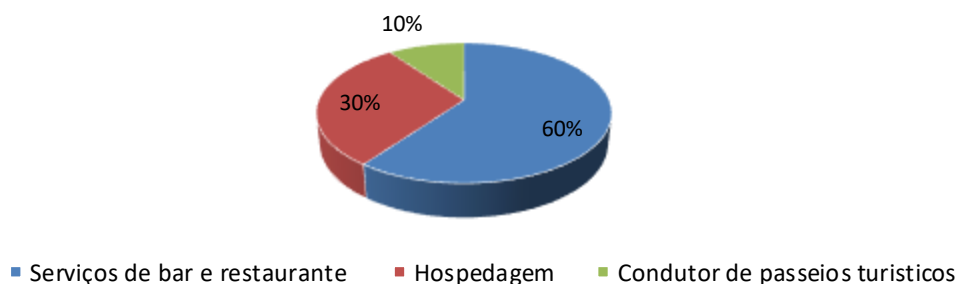
Com base no gráfico 1, pode-se observar que a Comunidade do Caju-Una, tem como principais atividades turísticas a hospedagem domiciliar, que representa 67% dos serviços oferecidos, e a condução de passeios turísticos, com 33%.

Esses dados indicam que a hospedagem domiciliar é a atividade predominante nessa comunidade, o que pode refletir a receptividade dos moradores locais aos visitantes, a possibilidade de geração de renda para as famílias, com oferecimento de serviços (um cômodo da casa) que não demandam grandes investimentos, como também a pouca oferta de meios de hospedagem construídos objetivamente para esse fim. A hospedagem domiciliar, no contexto do TBC, também desempenha uma função importante na experiência de convivencialidade entre visitantes e comunitários.

Além disso, a condução de passeios turísticos também é uma atividade significativa, o que indica o aproveitamento dos recursos naturais por parte de comunitários, com oferecimento de experiências turísticas aos visitantes, embora tais atividades sejam ainda pouco expressivas se comparadas ao número de moradores, aos interessados em envolver-se com o turismo local e a própria diversidade e potencialidade de atratividade turística da comunidade.

Na Comunidade do Céu, com base nos resultados da pesquisa sobre as atividades turísticas desenvolvidas, pode-se observar que os serviços de bar e restaurante são as principais atividades, representando 60% do total. Em seguida, tem-se a hospedagem, com 30%, e a condução de passeios turísticos, com 10%, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Atividades turísticas desenvolvidas na Comunidade Céu.



Fonte: Dados da pesquisa

A predominância dos serviços de bar e restaurante como a principal atividade turística na comunidade do Céu sugere que a gastronomia local desempenha um papel fundamental na atração de visitantes. Isso indica o aproveitamento da disponibilidade do recurso pesqueiro pela comunidade local, na prática turística, sendo a culinária regional um importante atrativo turístico e a existência de

estabelecimentos de alimentação, desempenhando um papel essencial na experiência dos turistas, com geração de renda para e na própria comunidade.

Somando-se aos serviços de alimentação e bebida, a presença de estabelecimentos de hospedagem e da condução de passeios turísticos na comunidade do Céu indica uma diversificação das atividades oferecidas aos visitantes. A presença de hospedagens e a possibilidade de realizar passeios turísticos sugerem que a comunidade está buscando oferecer serviços variados para atender às diferentes demandas dos turistas.

A oferta de serviços pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade do Céu, proporcionando oportunidades de geração de renda para os moradores locais. É importante que essas atividades sejam geridas de forma sustentável, levando em consideração a conservação dos recursos naturais e culturais da região, para garantir que o turismo beneficie tanto os visitantes quanto a comunidade local a longo prazo e seja ampliada a um número maior de beneficiários.

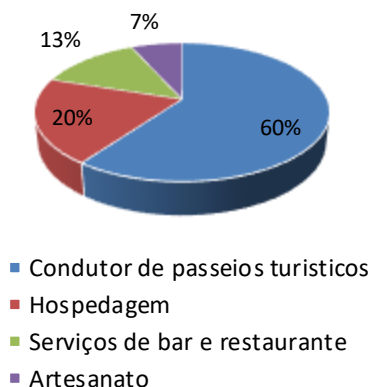
Com base nos resultados da pesquisa sobre as atividades turísticas desenvolvidas pela comunidade do Pesqueiro, pode-se constatar que esta possui o maior número de pessoas envolvidas no turismo. As principais atividades turísticas desenvolvidas nessa comunidade são a condução de passeios, que representa 60% do total, seguida pela hospedagem domiciliar, principalmente na Casa do Pescador, com 20%, a comercialização de artesanato, com 13%, e os serviços de bar e restaurante, com 7% <sup>29</sup> (gráfico 3)

A predominância da condução de passeios como a principal atividade turística na comunidade do Pesqueiro sugere que os recursos naturais e culturais da região são atrativos para os turistas/visitantes, que buscam explorar e conhecer mais sobre o local por meio de passeios guiados, ao tempo que revela o aproveitamento turístico dos recursos ambientais locais pelos próprios comunitários, detentores de um profundo conhecimento sobre a região.

---

<sup>29</sup> No que se refere aos serviços de bar e restaurante, a pesquisa priorizou aqueles que estão localizados dentro da Vila do Pesqueiro e não na praia, que é o serviço mais oferecido, mas a maioria dos prestadores não são moradores das comunidades, o que não atende ao objetivo da pesquisa, que é privilegiar os agentes locais.

Gráfico 3 - Atividades turísticas desenvolvidas na Comunidade do Pesqueiro



Fonte: Dados da pesquisa

A presença de hospedagem domiciliar, especialmente na Casa do Pescador, indica que os moradores locais estão se envolvendo no turismo, oferecendo hospedagem aos visitantes e proporcionando uma experiência mais autêntica e próxima da cultura local, pela possibilidade de convivência com o dia a dia dos comunitários.

Somando-se a isso, a comercialização de artesanato e os serviços de bar e restaurante também desempenham um papel importante na oferta turística da comunidade do Pesqueiro, contribuindo para a diversificação das atividades disponíveis aos visitantes. A presença de opções de artesanato local e de estabelecimentos de alimentação pode enriquecer a experiência dos turistas, permitindo que conheçam e apreciem a cultura e a gastronomia da região, além de configura-se também como importante fonte de renda para os moradores.

As comunidades da Resexmar Soure têm se dedicado ao turismo de forma significativa nos últimos anos, com destaque para as atividades desenvolvidas nas comunidades do Céu, Pesqueiro e Caju-Una. O tempo em que essas atividades vêm sendo realizadas varia de acordo com cada localidade, sendo que a maioria dos moradores do Céu e Pesqueiro está envolvida há mais de sete anos.

O tempo de experiência no turismo demonstra o interesse e a dedicação das comunidades em se envolver com a atividade. Além de oferecer serviços que geram renda, buscam desenvolver um turismo diferenciado, proporcionando uma maior aproximação com a cultura e a natureza marajoara. Com mais de sete anos de

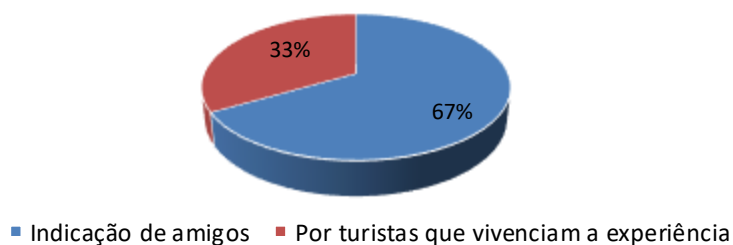
atuação, as comunidades do Céu e Pesqueiro acumulam conhecimento e *expertise* na promoção do TBC, contribuindo para sua consolidação como uma atividade socioeconômica e cultural sustentável.

No Caju-Una, a maioria das respostas indicou que as atividades turísticas estão em desenvolvimento há um período entre um e quatro anos. Apesar de ser um tempo menor em comparação com as outras comunidades, isso não diminui a importância do trabalho realizado. Pelo contrário, essa curta trajetória pode ser vista como uma oportunidade de crescimento e aprendizado, permitindo que a comunidade se desenvolva e fortaleça ao longo do tempo.

A persistência e dedicação das comunidades em relação ao turismo refletem o anseio, empenho e luta pela construção de novas perspectivas de permanência no território, focando no desenvolvimento de um turismo sustentável que beneficie tanto os visitantes quanto a própria comunidade. Com as experiências acumuladas ao longo dos anos, essas comunidades estão amadurecendo suas práticas turísticas se preparando para enfrentar os desafios que surgem nesse segmento.

Em relação à divulgação das atividades turísticas, de acordo com o gráfico 4, a divulgação das atividades no Caju-Una é predominantemente feita por meio da indicação de amigos, representando 67% do total, seguida por turistas que visitaram a comunidade, com 33%. Esses dados sugerem que o “boca a boca”, ou seja, a recomendação pessoal, desempenha um papel fundamental na promoção do turismo dessa comunidade.

Gráfico 4 – Principais formas de divulgação das atividades turísticas desenvolvidas na comunidade do Caju-Una.



Fonte: Dados da pesquisa

A alta porcentagem de indicação de amigos como principal forma de divulgação pode indicar a satisfação dos visitantes com a experiência na comunidade, levando-

os a recomendar o local a outras pessoas. Isso ressalta a importância de proporcionar experiências positivas e memoráveis, a fim de estimular a divulgação espontânea.

A divulgação por turistas que já estiveram na comunidade também é significativa, representando um terço das recomendações. Isso sugere que a qualidade das atividades e serviços oferecidos no Caju-Una tem impacto positivo na experiência dos visitantes, incentivando-os a compartilhar suas vivências com outros potenciais turistas.

Com base nas informações fornecidas pelo gráfico 5, é possível observar que na comunidade do Céu, a divulgação das atividades turísticas é feita principalmente por meio da indicação de amigos, representando 34% do total. Em seguida, tanto os turistas que já visitaram a comunidade quanto a divulgação feita pela *internet* desempenham um papel significativo na divulgação, ambos com 27%.

Gráfico 5 – Principais formas de divulgação das atividades turísticas desenvolvidas na comunidade do Céu



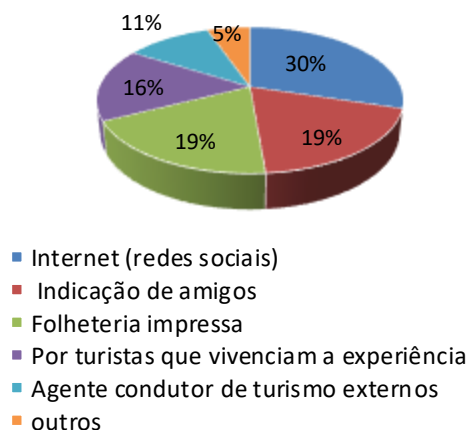
Fonte: Dados da pesquisa

A alta porcentagem de divulgação por indicação de amigos (34%) sugere que a comunidade do Céu possui uma rede sólida de recomendações, onde os visitantes satisfeitos compartilham suas experiências positivas com pessoas próximas. Isso indica um alto nível de confiança e credibilidade nos serviços oferecidos pela comunidade, o que pode atrair mais turistas em busca de vivências autênticas e recomendadas por conhecidos.

A presença equilibrada da divulgação por turistas que já estiveram na comunidade e pela *internet* mostra a importância crescente da presença *online* no setor turístico. Com 27 % de recomendações vindo de turistas que visitaram a comunidade sinaliza para a qualidade das experiências turísticas vivenciadas na comunidade, e outros 27% provenientes da *internet*, revela que a comunidade do Céu está aproveitando as ferramentas digitais para promover suas atividades e atrair visitantes.

Com base nas informações fornecidas pelo gráfico 6, pode-se observar que na comunidade do Pesqueiro, a divulgação das atividades turísticas é liderada pela *internet*, representando 30% do total. Em seguida, a indicação de amigos e folheteria impressa distribuída em hotéis e pousadas na cidade de Soure e a indicação dos próprios turistas também desempenham papéis significativos, com 19%, 19% e 16%, respectivamente.

Gráfico 6 – Principais formas de divulgação das atividades turísticas desenvolvidas na comunidade do Pesqueiro



Fonte: Dados da pesquisa

O fato de a *internet* ser a principal forma de divulgação na comunidade do Pesqueiro sugere que a presença *online* é fundamental para promover as atividades turísticas e atrair visitantes. Com um terço das recomendações provenientes da *internet*, constata-se que a comunidade está aproveitando as plataformas digitais para alcançar um público mais amplo e diversificado.

A folheteria impressa distribuída em hotéis e pousadas na cidade de Soure também desempenha um papel relevante na divulgação das atividades do Pesqueiro,

representando 19% das recomendações. Isso indica a importância de parcerias e estratégias de divulgação local para atrair visitantes e promover as experiências turísticas oferecidas pela comunidade.

Além disso, a indicação de amigos e dos próprios turistas, com 19% e 16% respectivamente, demonstra a influência da recomendação e da experiência pessoal na decisão dos visitantes de conhecerem o Pesqueiro. Essas formas de recomendação são valiosas, pois refletem a satisfação com as experiências vividas na comunidade pelos turistas/visitantes.

Os dados dos gráficos 4, 5 e 6 apontam para a importância das parcerias locais, das recomendações, das experiências pessoais e da presença *online* na divulgação das atividades turísticas das comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro. Essa combinação de estratégias de divulgação pode contribuir para o crescimento do turismo na região e para a consolidação dessas comunidades como destinos do turismo de base comunitária no Marajó.

Sobre a participação dos agentes em alguma organização da comunidade (associação, coletivos, cooperativas etc.), a análise dos dados revela diferenças significativas na participação em organizações comunitárias relacionadas ao turismo entre as comunidades de Caju-Una, Céu e Pesqueiro.

Em Caju-Una, todos os entrevistados responderam que não fazem parte de nenhuma organização da comunidade que desenvolve ações relacionadas ao turismo. Isso sugere uma ausência de estruturas organizacionais formais voltadas para o desenvolvimento do turismo naquela comunidade, o que pode impactar a capacidade de coordenação e promoção de atividades turísticas locais.

Por outro lado, tanto no Céu quanto no Pesqueiro, a maioria dos entrevistados indicou que faz parte de alguma organização da comunidade que desenvolve ações relacionadas ao turismo, com taxas de 70% no Céu e 87% no Pesqueiro. Essa diferença em relação a Caju-Una sugere que o Céu e o Pesqueiro possuem estruturas organizacionais mais ativas no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo local.

A presença de organizações comunitárias relacionadas ao turismo no Céu e no Pesqueiro pode indicar um maior engajamento e colaboração entre os membros da comunidade na promoção e organização de atividades turísticas. Essas organizações podem desempenhar um papel fundamental na articulação de esforços, na

representação dos interesses locais e na implementação de iniciativas que visam fortalecer o turismo como uma atividade socioeconômica sustentável e integrada à comunidade.

A análise das informações fornecidas revela a importância das organizações comunitárias no Céu e no Pesqueiro para o desenvolvimento e promoção do turismo local, bem como os desafios enfrentados por essas organizações ao longo do tempo.

No Céu, todos os entrevistados indicaram que fazem parte da Associação de Moradores do Céu – AMPOC. Essa unanimidade sugere coesão e engajamento dos moradores do Céu em torno dessa organização, o que pode ser um fator positivo para a coordenação de esforços e a implementação de iniciativas relacionadas ao turismo na comunidade.

Já no Pesqueiro, a situação é mais diversificada, com a maioria dos entrevistados indicando que faz parte da Associação das Mulheres da Vila do Pesqueiro - ASMUPESQ (60%). Além disso, uma parcela significativa dos entrevistados também mencionou fazer parte da Associação dos Pescadores do Pesqueiro (30%) e da Associação dos Barraqueiros (10%). Essa diversidade de organizações sugere uma rede mais ampla de atores envolvidos no desenvolvimento do turismo na comunidade, cada um com sua própria contribuição e foco de atuação.

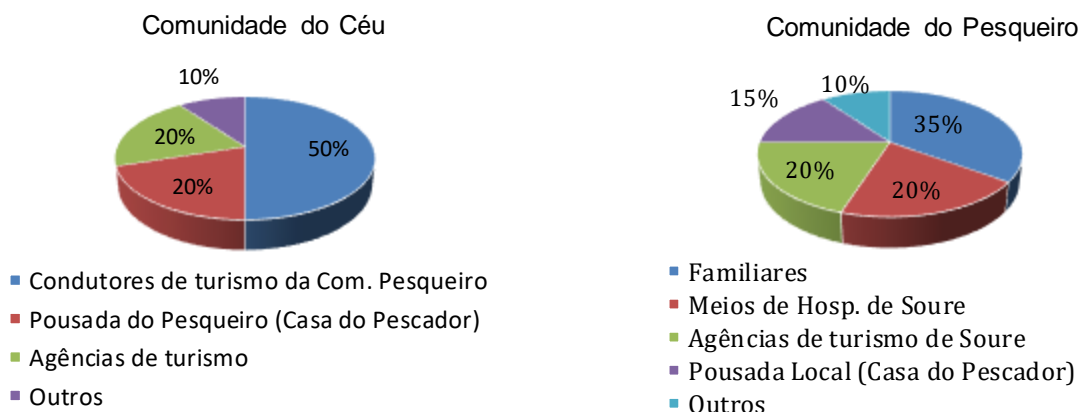
É interessante notar que a maioria dos membros da Associação das Mulheres da Vila do Pesqueiro destacou que a organização do turismo por meio dela não ocorre há muito tempo, apesar de ter sido responsável por capacitações na área de turismo e pela articulação da vinda de turistas à comunidade. Esse cenário aponta para desafios e mudanças ao longo do tempo nas dinâmicas das organizações comunitárias, destacando a importância da adaptação e renovação constante para atender às necessidades e demandas em evolução da comunidade e do turismo local.

Com base nas informações fornecidas pelos gráficos 7 e 8, podemos observar as diferentes abordagens em relação à colaboração e parceria para a realização das atividades de turismo nas comunidades pesquisadas.

Na comunidade de Caju-Una, a maioria dos entrevistados (67%) indicou que não trabalha com colaboração ou parceria com pessoas, empresas ou organizações para a realização das atividades de turismo. Apenas uma pessoa mencionou contar

com o apoio de familiares residentes em Belém. Isso sugere que, em Caju-Una, as atividades turísticas estão sendo conduzidas sem muitas parcerias externas.

Gráficos 7 e 8 – Principais parcerias estabelecidas para o desenvolvimento das atividades turísticas nas Comunidades do Céu e Caju-Una



Nas comunidades do Céu e Pesqueiro, a maioria dos entrevistados indicou que trabalha com colaboração ou parceria para a realização das atividades de turismo, com taxas de 57% e 73%, respectivamente. No Céu, as parcerias destacadas foram principalmente com os condutores de turismo da comunidade do Pesqueiro, que levam grupos à comunidade do Céu. Isso demonstra uma integração e cooperação entre as comunidades vizinhas para promover o turismo local.

Já no Pesqueiro, as colaborações e parcerias ocorrem principalmente entre os membros das famílias, com destaque para atividades como transporte (taxistas), recepção, acompanhamento e condução de grupos, dependendo do número de visitantes/turistas e da natureza da atividade. Essa abordagem mostra um envolvimento ativo e multifacetado das famílias locais nas atividades turísticas, contribuindo para uma experiência mais personalizada e autêntica para os visitantes.

As abordagens em relação à colaboração e parceria nas comunidades de Caju-Una, Céu e Pesqueiro refletem as estratégias adotadas para o desenvolvimento do turismo local. Enquanto em Caju-Una ainda se observa pequena ação colaborativa, no Céu e Pesqueiro constata-se a presença de cooperação intercomunitária e o envolvimento ativo de famílias nas atividades turísticas, o que enriquece a experiência dos visitantes e fortalece os laços comunitários.

A análise dos dados fornecidos revela um panorama desafiador em relação à administração e distribuição dos benefícios oriundos da atividade turística nas comunidades de Caju-Una, Céu e Pesqueiro.

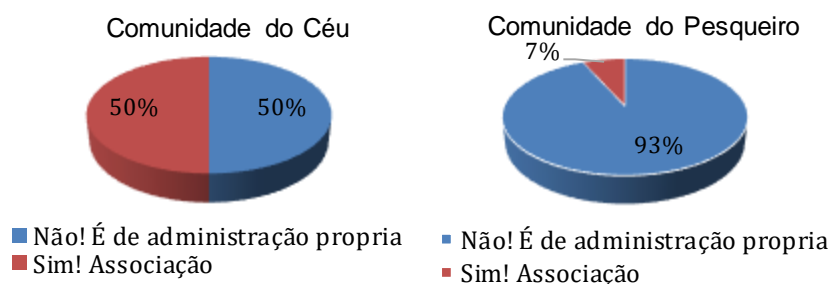
No Caju-Una, as respostas indicam que não há nenhuma organização responsável pela administração dos benefícios do turismo. Esse cenário sugere uma falta de estrutura organizacional ou de mecanismos formais para gerenciar e distribuir os benefícios gerados pela atividade turística na comunidade. Isso pode resultar em uma distribuição desigual dos benefícios, com poucas pessoas ou famílias se beneficiando em detrimento da comunidade como um todo.

No Céu, as respostas foram divididas igualmente entre afirmativas e negativas em relação à existência de uma organização responsável pela administração dos benefícios do turismo (50% de cada). Essa divisão sugere uma certa ambiguidade ou falta de clareza sobre quem é responsável por gerenciar os benefícios do turismo na comunidade. Essa falta de definição pode dificultar a implementação de práticas transparentes e equitativas de distribuição dos benefícios.

Por fim, no Pesqueiro, a maioria esmagadora dos entrevistados afirmou que não há nenhuma organização responsável pela administração dos benefícios do turismo (93%). Esse resultado indica uma lacuna significativa na gestão dos benefícios gerados pela atividade turística na comunidade, o que pode contribuir para a concentração dos benefícios em um pequeno grupo de pessoas ou famílias, em detrimento da comunidade em geral (gráficos 9 e 10).

No geral, os resultados sugerem que a distribuição dos benefícios do turismo nessas comunidades é limitada a poucas pessoas e famílias, evidenciando a necessidade premente de uma melhor organização e gestão da atividade turística. Uma abordagem mais inclusiva e participativa na administração dos benefícios do turismo pode contribuir para uma distribuição mais equitativa e sustentável dos ganhos econômicos e sociais gerados pela atividade turística, beneficiando um número maior de indivíduos e fortalecendo o desenvolvimento comunitário de forma mais ampla.

Gráficos 9 e 10 - Sobre os benefícios do trabalho no turismo ser administrado por alguma organização da comunidade.

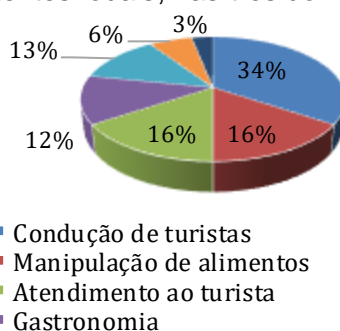


Fonte: Dados da pesquisa

A pesquisa feita revela informações importantes sobre a capacitação dos comunitários envolvidos com o turismo nas três comunidades estudadas. A análise aponta que a maioria desses comunitários (79%) já participou de alguma capacitação na área, realizadas por diversas entidades como SEBRAE, SETUR, ICMBIO, Instituto Caruanas do Marajó, IFPA, SENAR, entre outros. Isso demonstra um interesse e engajamento significativos por parte dos moradores locais em buscar qualificação e aprimoramento no setor turístico.

Os cursos mais destacados foram os de condução de turistas, atendimento ao público e manipulação de alimentos, indicando uma ênfase nas habilidades práticas necessárias para atuar no turismo, como conduzir visitantes, lidar com o público e garantir a segurança alimentar (gráfico 11). No entanto, a pesquisa aponta que os cursos em geral possuem uma baixa carga horária, o que limita a profundidade da formação oferecida, tanto em termos teóricos quanto práticos no contexto do turismo de base comunitária.

Gráfico 11 - Principais capacitações realizadas pelos agentes locais, nas três comunidades



Fonte: Dados da pesquisa

Essa constatação levanta questões importantes sobre a qualidade e eficácia dos programas de capacitação oferecidos às comunidades locais. A falta de uma formação mais robusta pode impactar a capacidade dos comunitários de desenvolver e gerir iniciativas turísticas de forma sustentável e profissional. Além disso, a ênfase em cursos de curta duração pode não ser suficiente para preparar os indivíduos para os desafios complexos e as demandas do setor turístico, especialmente no contexto de turismo de base comunitária, que exige um entendimento aprofundado das questões locais e uma abordagem holística e integrada do desenvolvimento turístico.

Diante disso, é fundamental repensar a abordagem da capacitação oferecida às comunidades, buscando ampliar a carga horária, aprofundar os conteúdos e promover uma formação mais abrangente e especializada no contexto do turismo de base comunitária. Investir na qualificação dos comunitários de forma mais abrangente e estruturada pode contribuir significativamente para fortalecer a capacidade das comunidades locais de aproveitar os benefícios do turismo.

A respeito do processo de acompanhamento e avaliação das atividades turísticas de base comunitária nas comunidades estudadas, a análise revela uma lacuna significativa, considerando que se encontram em uma Unidade de Conservação. Os resultados apontam que as comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro não possuem um acompanhamento ou avaliação regular das atividades turísticas desenvolvidas. Essa falta de monitoramento sistemático pode resultar em diversos desafios e impactos negativos para as comunidades, o meio ambiente e a qualidade da experiência turística oferecida.

É preocupante que 100% dos entrevistados da comunidade do Caju-Una, 70% da comunidade do Céu e 67% da comunidade do Pesqueiro tenham indicado a ausência de acompanhamento e avaliação das atividades turísticas. Isso sugere uma falta de estrutura e mecanismos formais para monitorar e avaliar o impacto do turismo nessas comunidades, o que pode resultar em questões como falta de controle sobre o número de visitantes, impactos ambientais negativos, problemas de segurança e qualidade dos serviços turísticos prestados.

A presença de órgãos como o ICMBIO, Secretaria de Saúde, de Turismo e Bombeiros em algumas situações específicas de acompanhamento, como indicado pelos entrevistados, mostra que há uma certa atenção pontual para questões

específicas, como capacitação, fiscalização de restaurantes e segurança. No entanto, a falta de um acompanhamento regular e abrangente das atividades turísticas pode limitar a capacidade de identificar e corrigir problemas em tempo hábil, bem como de avaliar o impacto global do turismo nessas comunidades.

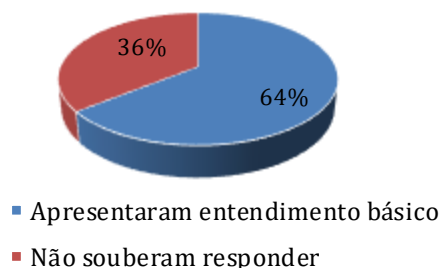
A ausência de um acompanhamento e avaliação sistemáticos das atividades turísticas de base comunitária pode comprometer a sustentabilidade do turismo dentro da RESEXMAR Soure, afetando tanto a comunidade local quanto os visitantes e o meio ambiente. É essencial que sejam estabelecidos mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação, envolvendo as comunidades locais, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e demais partes interessadas, a fim de garantir a gestão sustentável do turismo nessas comunidades.

Sobre entendimento das comunidades sobre o turismo de base comunitária (TBC) é possível observar que esse entendimento é limitado, com poucas pessoas demonstrando conhecimento sobre o assunto. Na comunidade do Caju-Una, nenhum dos entrevistados soube responder à questão sobre o que é o turismo de base comunitária. Na comunidade do Céu, apenas duas das dez pessoas questionadas afirmaram ter algum conhecimento sobre o tema, enquanto na comunidade do Pesqueiro, a maioria das pessoas apresentou um conhecimento básico sobre essa forma de organização para o turismo.

O fato de que apenas 64% das pessoas terem um conhecimento básico sobre o TBC, conforme indicado no gráfico 12, ressalta a necessidade de fortalecer e ampliar a compreensão das comunidades sobre o turismo de base comunitária. A falta de familiaridade com esse modelo de turismo pode dificultar a efetiva participação e engajamento das comunidades na gestão e desenvolvimento das atividades turísticas locais.

É importante destacar que o conhecimento e a compreensão do TBC são fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade das iniciativas turísticas comunitárias. A prática do turismo de base comunitária deve refletir não apenas a compreensão, mas também a participação ativa e engajada das comunidades locais, garantindo que os benefícios do turismo sejam distribuídos de forma justa e equitativa, e que as práticas turísticas sejam culturalmente sensíveis e ambientalmente responsáveis.

Gráfico 12 - Entendimento sobre turismo de base comunitária por parte do agentes locais



Fonte: Dados da pesquisa

Para fortalecer o entendimento das comunidades sobre o turismo de base comunitária, é essencial investir em programas de educação e sensibilização, promover a troca de conhecimentos e experiências entre os membros da comunidade e facilitar a participação ativa nas decisões relacionadas ao turismo local. Além disso, a abordagem associativista, que enfatiza a cooperação e a organização comunitária, pode ser uma estratégia eficaz para fortalecer a compreensão e a prática dessa forma de turismo, garantindo que as comunidades sejam protagonistas de seu desenvolvimento.

No quadro 14 estão organizadas algumas respostas dos comunitários do Céu e Pesqueiro sobre o entendimento referente ao turismo de base comunitária, colhidas por meio da aplicação de questionários de pesquisa.

#### Quadro 14 – Entendimento das comunidades sobre o que se trata o Turismo de Base Comunitária.

É um turismo que se dá através de um trabalho em parceria dentro da comunidade para complementação de renda
É trabalhar com o turismo, mas tendo como base a comunidade, com mão de obra da comunidade
É um turismo que surge de dentro para fora, nasce dentro da comunidade e é externado para a sociedade, onde os cabeças são os comunitários, que nasceram e viveram na comunidade. Ele resulta de um envolvimento coletivo, com protagonismo da comunidade
É um turismo que eu recebo o turista na minha casa, ele entra na minha casa e come na minha mesa
É um turismo onde um ajuda o outro, que gera capital para a comunidade
É um turismo que tem de acontecer a partir de um grupo de pessoas, através de uma Associação e não individual
É um turismo mais organizado e consciente

É um turismo que não agride o meio ambiente e os costumes da comunidade, servindo para gerar renda
É aquele que envolve a comunidade, através de uma parceria entre comunidade e associação
É uma forma de complementação de renda que contribui para o desenvolvimento da comunidade
É um turismo organizado pela própria comunidade
O TBC é a vivência, é a aproximação com os costumes da comunidade
É um turismo que envolve diretamente as pessoas da comunidade
É um turismo recepcionado pelas comunidades

Fonte: Elaboração da autora.

As falas dos comunitários sobre o entendimento do turismo de base comunitária refletem uma visão ampla e abrangente sobre o conceito e a prática dessa modalidade de turismo. Diversos aspectos importantes são destacados nas descrições fornecidas, evidenciando a importância do envolvimento da comunidade, da valorização dos recursos locais e da sustentabilidade nas atividades turísticas, embora se reconheça a necessidade da ampliação desse entendimento dentro das comunidades.

Uma das principais características ressaltadas é a ideia de parceria e colaboração dentro da comunidade para a geração de renda complementar. O turismo de base comunitária é percebido como uma atividade que envolve o trabalho conjunto dos moradores locais, utilizando os recursos naturais e culturais da região para atrair visitantes. A valorização da mão de obra local e a participação ativa dos comunitários são aspectos fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade dessas iniciativas.

Além disso, as falas destacam a importância do protagonismo da comunidade no turismo de base comunitária, ressaltando que as práticas turísticas devem ser organizadas e geridas pelos próprios moradores locais. A ênfase na cooperação, na organização comunitária e no respeito aos costumes e ao meio ambiente reflete a preocupação em garantir que o turismo beneficie a comunidade de forma equitativa e responsável.

A noção de que o turismo de base comunitária é uma forma de recepcionar os visitantes em um ambiente familiar e acolhedor, onde os turistas são integrados à vida cotidiana da comunidade, também é evidenciada nas falas dos comunitários. Essa abordagem personalizada e autêntica contribui para fortalecer os laços entre os

visitantes e os moradores locais, promovendo uma experiência turística enriquecedora e significativa para ambas as partes.

Em suma, as falas dos comunitários revelam uma compreensão sensível sobre o turismo de base comunitária, destacando a importância da participação comunitária, da valorização dos recursos locais, da sustentabilidade e do envolvimento ativo das pessoas da comunidade na gestão e no desenvolvimento das atividades turísticas. Esses aspectos fundamentais são essenciais para promover o crescimento e o sucesso do turismo de base comunitária, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades envolvidas.

Como o TBC cresce enquanto forma de turismo que oportuniza uma relação direta com o outro e com o diverso (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009), que se dá no encontro (Sampaio, 2005, Zaoual, 2008, Irving, 2009, Bursztyn, 2012, entre outros), buscou-se também compreender como essas comunidades fazem para ampliar a experiência/convivência do turista/visitante com o ambiente comunitário.

Nas respostas dos questionários e em diálogos com os comunitários envolvidos no turismo local, observou-se uma busca por possibilitar aos turistas/visitantes a convivência com o dia a dia da comunidade. Conforme relatos colhidos por meio da aplicação de questionários, isso se dá por meio de convites para participação em rodas de carimbó, festas religiosas locais, conversas espontâneas, saídas para pesca, caminhadas pelas praias e outras atividades rotineiras, sem a preocupação ou interesse de produzir simulações. As falas de Dione e Patrícia, ambos da comunidade do Pesqueiro demonstram isso:

*A gente mostra outros lugares, convida para eventos da comunidade, anda pela Vila, almoçamos juntos com os turistas, convidamos para ir à pesca e muitos vão. Eles gostam! 90% dos turistas preferem ficar com a gente! Eles querem saber como é a nossa vida! Muitos se oferecem para estar junto com a gente, e a gente não muda nossa rotina para mostrar algo que não faz parte dela...Uns gostam e dizem que vão voltar e realmente voltam.  
(Dione, comunitário do Pesqueiro que realiza condução de passeios e hospedagem domiciliar)*

*Olha a gente deixa o turista muito livre, entendeu? Livre, e a gente acha que é a nossa autoestima que faz com que ele permaneça, fique e volte na comunidade. O legal é isso, a gente tem essa convivência com eles. Se ele quiser fazer a comida dele na minha casa, ele faz, se não, ele tem a opção de almoçar no grupo da comunidade ou na praia.*

*(Patrícia, presidente da ASMUPESQ e que oferece serviços de alimentação e hospedagem domiciliar)*

Nas falas de Ana Cristina, uma das pioneiras do turismo de base comunitária na Comunidade do Pesqueiro, ela fez destaque às conversas que estabelece com os turistas que se hospedam na “Casa do Pescador”. Observa-se o interesse em ampliar as experiências de lazer associadas às questões ambientais que envolvem as comunidades, com uma preocupação em levar o turista a compreender a realidade sociocultural dessas comunidades. Cris, como é conhecida, também destaca a possibilidade de conversar livremente com os turistas, o que não é possível e às vezes até não é permitido no turismo convencional, onde ela já atuou ao trabalhar em um hotel em Soure.

*A gente tem muita conversa! Porque quando o visitante chega, ele pensa primeira coisa: “Ah é uma comunidade!” Sim, só que não é uma comunidade qualquer, é uma comunidade que tá dentro de uma área de proteção ambiental, então tem que ter essa conversa, de mostrar pra ele que essa área aqui é importante, que a cultura dessa área é importante, então a gente faz como se fosse um intercâmbio. Não é só falar que tem passeio tal, passeio do fulano, sicrano, não! É dizer que esse passeio é feito por fulano, que é pescador, que desde cedo começou a navegar por esses igarapés, pescando e tal, contar realmente a história como é que essa comunidade se formou, porque além dessa proteção que a gente tem, por intermédio de um órgão federal, na minha opinião, a gente falando dessa forma, a gente reforça a importância dessa comunidade, nessas conversas. Ah, tem gente querendo fazer um monte de atividade, aí a gente pega pra conversar. Essas pessoas também vão tá consciente que essas comunidades não são como antigamente que a gente falava “Ah, tá no fim do mundo!”, “Ah, ninguém quer vir pra cá!” Não, pelo contrário, hoje tem muita gente vindo e é esse leque que a gente abraça e eu gosto muito dessas pessoas que saem daqui conscientes de que tem que realmente proteger não só as comunidades, mas a área toda, a fauna, a flora (...) então sempre tem essa conversa com o turista, que é um diferencial pra mim no turismo de base comunitária, porque eu já trabalhei em hotel e a garçonete ou garçom do hotel não vão parar o café da manhã pra sentar e conversar contigo. No turismo tradicional não tem isso! Não tem como bater papo! O tempo é estipulado, o pacote é fechado! Nas comunidades, nesse tipo de turismo, você tem, se quiser o dia todo pra conversar...*

*(Ana Cristina, comunitária do Pesqueiro, condutora local e que também oferece serviço de hospedagem domiciliar na Casa do Pescador).*

No entendimento sobre o TBC e nas experiências de encontro que ele possibilita, observa-se a importância dada a essa forma de fazer o turismo que, para além do consumo e venda, há uma prioridade dada às interações entre turista e

morador, onde o tempo não está condicionado ou aprisionado ao tempo da programação turística ou do “pacote turístico”. Há uma fluidez no tempo, no espaço e nas próprias relações e contatos entre turista e comunidade, onde o “tempo da comunidade” é valorizado, tempo esse que obedece, muitas vezes, a outras lógicas e indicadores. É o tempo da maré, do nascer e pôr do sol, da estiagem e chuva, tempo do descanso e o tempo da conversa, que surge também como mais um espaço/tempo para ampliação da experiência e troca entre esses dois agentes.

O convite à convivência com o dia a dia da comunidade, sem produzir simulacros de relações ou mesmo espetacularização da natureza e cultura, para fazer uso dos termos de Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), não é possível em qualquer forma de turismo, mas o turismo de base comunitária constitui-se campo fértil para esses encontros e vivências que, por um lado possibilitam a ampliação da experiência do visitante, por outro, contribui para a inserção socioeconômica e reafirmação de identidades e autonomia dos visitados.

Ao contrário de outras formas de turismo que podem resultar em relações simuladas ou estereotipadas, o turismo de base comunitária se destaca por oferecer oportunidades genuínas de convivência e interação com o cotidiano e os valores das comunidades visitadas.

Nesse sentido, o turismo de base comunitária é reconhecido como um espaço privilegiado para a construção de relações mais profundas e significativas entre turistas e moradores locais, possibilitando a troca de experiências, o aprendizado mútuo e o fortalecimento dos laços entre diferentes culturas.

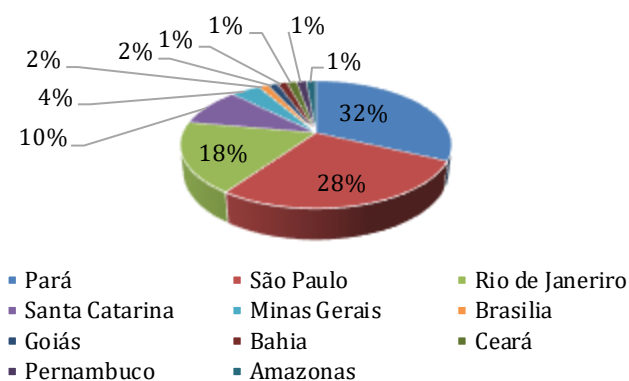
Junto aos agentes locais, também foram levantadas informações sobre a visitação turística, por meio dos questionários, com o intuito de traçar o perfil daqueles que buscam essas experiências. Essas informações foram complementadas por meio da pesquisa realizada com os turistas e visitantes que estiveram nas comunidades.

De acordo com as respostas dos agentes locais, o período de maior fluxo de visitantes/turistas nas comunidades são os meses de dezembro, janeiro e julho, que correspondem aos meses de férias escolares no Brasil.

Sobre a origem dos fluxos a predominância é de turistas nacionais, com o Estado do Pará em primeiro lugar, com 32%, seguido de São Paulo com 28% e Rio de Janeiro com 18% (gráfico 13). Esses dados apresentam semelhanças com a

pesquisa de demanda turística realizada pela Secretaria de Estado de Turismo, na cidade de Soure, em 2016, que apresentou a mesma ordem com Pará (64,7%), São Paulo (13,3%) e Rio de Janeiro com 4,3% (SETUR, 2016).

Gráfico 13 - Estado de origem dos turistas que visitaram as comunidades do Caju-una, Céu e Pesqueiro



Fonte: Dados da pesquisa

As informações apresentadas no gráfico 13 revelam dados significativos sobre a origem dos fluxos turísticos na região, destacando a predominância de turistas nacionais em relação aos estrangeiros. A análise desses dados pode fornecer *insights* importantes para o planejamento e a promoção do turismo na região em questão. Compreender a origem dos visitantes permite direcionar esforços de planejamento e *marketing*. Além disso, a identificação dos Estados emissores mais significativos pode orientar ações para fortalecer parcerias e ampliar a conectividade entre as regiões.

A predominância de turistas nacionais evidencia a importância do mercado interno para o turismo regional e aponta para oportunidades de crescimento e desenvolvimento do setor com base nas preferências e comportamentos dos visitantes domésticos.

Dos turistas estrangeiros que estiveram nas comunidades, a informação é que a predominância foi de turistas oriundo da França (35%), seguido de Portugal (15%) e Espanha (12%) (gráfico 14).

A análise desses dados pode oferecer indicações interessantes sobre os padrões de turismo internacional nessas regiões e as possíveis razões por trás das preferências dos turistas de cada país. Esses dados sugerem que os turistas

estrangeiros têm interesse particular nas comunidades visitadas, possivelmente motivados por fatores como a busca por experiências autênticas, vivenciar a natureza conservada, observar a fauna e flora locais, entre outros.

Gráfico 14 - Países de origem dos turistas que visitaram as comunidades do Caju-una, Céu e Pesqueiro



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 15 apresenta informações relevantes sobre o tempo de permanência dos visitantes em passeios e visitas às comunidades. A análise dos dados revela que a maioria dos visitantes opta por permanecer por um curto período, inferior a um dia, o “bate e volta”, representando 48% do total.

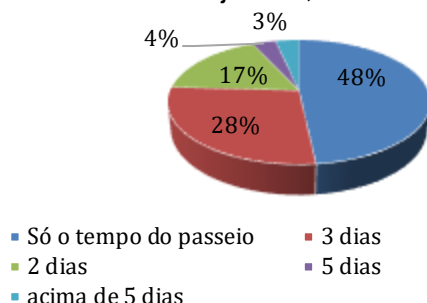
Em seguida, observa-se que 28% dos visitantes permanecem por três dias, o que geralmente corresponde a um final de semana. Esse dado indica que uma parcela significativa dos turistas opta por estender sua estadia para aproveitar mais tempo nas comunidades e possivelmente participar de atividades mais prolongadas ou explorar a região de forma mais aprofundada.

Por fim, o tempo de permanência de dois dias corresponde a 17% dos visitantes. Esse dado sugere que uma parte considerável dos turistas opta por uma estadia intermediária, que permite uma experiência um pouco mais prolongada do que apenas algumas horas, mas sem se estender por um período tão longo quanto um final de semana.

A análise dessas informações sobre o tempo de permanência dos visitantes em passeios e visitas às comunidades fornece *insights* importantes para o planejamento e a gestão do turismo nessas comunidades. Compreender os padrões de permanência dos visitantes pode ajudar na oferta de serviços e atividades mais

alinhadas com as preferências e expectativas dos turistas, contribuindo para uma experiência turística mais enriquecedora.

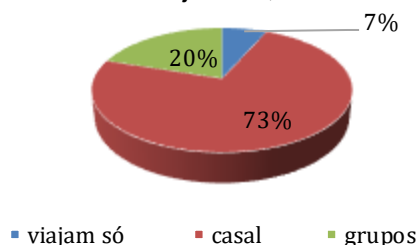
Gráfico 15 - Tempo de permanência nas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a faixa etária, pode-se observar que a maioria se concentra entre os 30 a 39 anos, representando 53% do total. Além disso, a maioria desses viajantes está organizada em casais, com uma representação significativa de 73% (gráfico 16).

Gráfico 16 - Como turistas se organizam para viagem às comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro

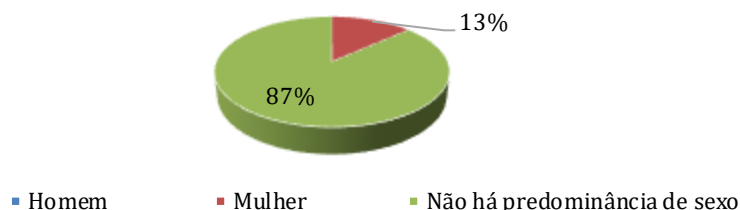


Fonte: Dados da pesquisa

Esses dados sugerem que a faixa etária dos 30 aos 39 anos é um grupo demográfico importante no contexto das viagens, provavelmente representando um estágio da vida em que as pessoas têm mais disponibilidade financeira e tempo para se dedicar a atividades de lazer como viajar. Além disso, a preferência por viajar em casais pode indicar uma busca por experiências compartilhadas e momentos de intimidade.

É interessante notar que não há uma predominância de gênero nesses grupos, com 87% dos participantes sendo igualmente distribuídos entre homens e mulheres (gráfico 17).

Gráfico 17 - Sobre predominância de sexo entre os turistas que visitaram as comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro



Fonte: Dados da pesquisa

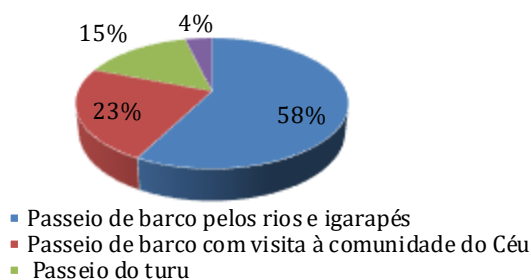
A igualdade de gênero na composição desses viajantes também reflete uma tendência atual de igualdade e diversidade de gênero em diversos aspectos da sociedade.

Sobre os meios de transportes mais utilizados pelos turistas e visitantes para chegar às comunidades, no Pesqueiro os agentes informaram que o mais utilizado é o mototáxi, seguido do táxi. No Céu e Caju-Una também prevaleceu o mototáxi, seguido do transporte de barco, especialmente devido aos passeios que partem do Pesqueiro.

Esses dados indicam a prevalência dos meios de transporte mais utilizados na própria cidade, em função do preço, da agilidade, como o mototáxi, que permite maior mobilidade e rapidez no deslocamento entre as comunidades. Além disso, a presença do transporte de barco no Céu e Caju-Una indicam que os passeios aquáticos se constituem os mais procurados pelos turistas e visitantes.

A respeito das atividades turísticas mais procuradas, com base nas informações fornecidas, é possível identificar que na comunidade do Pesqueiro destacam-se os passeios de barcos que percorrem o rio do Pesqueiro e seus igarapés, com 58% das respostas. Em seguida, os passeios de barco com visita e almoço na comunidade do Céu são mencionados por 23% dos entrevistados, seguidos pelo passeio do *turu*, com 15% de preferência, que ocorre nos manguezais próximos aos rios (gráficos 18).

Gráfico 18 - Atividades turísticas mais procuradas na Comunidade do Pesqueiro



Fonte: Dados da pesquisa

Esses dados revelam a importância das atividades aquáticas e do contato com a natureza na atração de turistas para a região. Os passeios de barco, que têm duração média de duas a quatro horas, proporcionam uma experiência única de exploração dos recursos hídricos locais, permitindo aos visitantes conhecerem de perto a beleza natural da região, como os igarapés, manguezais e a vida ribeirinha. Além disso, a possibilidade de incluir paradas para banho, visitas a cocais e casas de população ribeirinha, bem como almoço na comunidade do Céu, enriquece a experiência turística, proporcionando um contato mais autêntico e imersivo com a cultura local.

Nas comunidades do Céu e Caju-Una, no momento da pesquisa, não havia passeios organizados a partir dessas localidades. Entretanto, no Céu, a atividade turística mais comum é o almoço com cardápio de peixes regionais, banho na praia e visita ao vilarejo. Já no Caju-Una, as principais atividades incluem visitas panorâmicas à comunidade, trilhas e a praia. No entanto, a execução dessas atividades é realizada tanto por condutores do Pesqueiro quanto por agências de receptivo da cidade de Soure.

É interessante observar que, apesar da ausência de passeios organizados diretamente das comunidades do Céu e Caju-Una, as atividades turísticas oferecidas nessas localidades são atrativas e diversificadas, proporcionando aos visitantes uma experiência diferenciada. No Céu, a gastronomia local, com destaque para os peixes regionais, juntamente com o banho na praia e a visita ao vilarejo, oferece aos turistas a oportunidade de vivenciar a cultura e os sabores da região.

Já em Caju-Una, as visitas panorâmicas à comunidade, as trilhas e a praia proporcionam aos visitantes a possibilidade de um contato maior com uma natureza

pouco antropizada. É relevante ressaltar que, embora as atividades sejam executadas por condutores do Pesqueiro e agências de receptivo da cidade de Soure, a colaboração entre os diferentes atores e a participação dos agentes locais são fatores que podem contribuir para a promoção do turismo nessa comunidade.

Além das atividades turísticas mencionadas, os agentes locais fizeram referência a outros passeios turísticos que já ocorreram nas comunidades, mas que deixaram de ser realizados, bem como outros que foram criados, mas não foram executados. Entre os passeios que eram realizados, destaca-se uma caminhada panorâmica pela comunidade do Pesqueiro, que incluía informações sobre o modo de vida e a história do local. Outra atividade era o passeio de búfalo com carroça, que percorria a praia e a comunidade do Céu, sendo este o único originalmente da comunidade do Céu (fotografias 116 e 117).

O contato entre turistas/visitantes e agentes locais geralmente ocorre diretamente com esses agentes, com exceção daqueles que chegam às comunidades por meio de serviços de agências de turismo de Soure ou agências localizadas fora da ilha do Marajó.

De acordo com informações fornecidas pelos agentes locais, após as capacitações realizadas na RESEXMAR Soure, vários roteiros turísticos foram criados, incluindo passeios pelos manguezais, trilhas interpretativas, passeios de barco pelos rios e igarapés do Caju-Una, entre outros. No entanto, alguns desses roteiros deixaram de ser realizados ou são oferecidos apenas em determinados

Fotografias 116 e 117 – Passeio de búfalo pela praia e comunidade do Céu, que na atualidade não está sendo oferecido.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2016.

períodos, como a pescaria da rabiola, o passeio de búfalo<sup>30</sup> e a apresentação de danças folclóricas.

Na comunidade do Caju-Una, um dos roteiros criados durante as capacitações é o "passeio do Turé", que envolve um passeio de barco pelos rios e igarapés do Caju-Una, incluindo uma caminhada pela campina e pela praia do Turé. Esse passeio é executado por pescadores da comunidade, mas não há nenhum planejamento prévio ou divulgação adequada sobre ele (fotografias 118 e 119).

Fotografias 118 e 119 – Passeio do Turé, realizado na comunidade do Caju-Una.



Fonte: M. S. Boulhosa, 2021

Na verdade, existem muitas possibilidades de roteiros e atividades turísticas nas comunidades, algumas até já planejadas, mas que demandam uma maior organização e articulação das comunidades, do órgão gestor da UC, do apoio da Prefeitura Municipal de Soure e parcerias com o *trade* local e apoiadores/financiadores externos. Como já mencionado, as comunidades enfrentam inúmeras carências e necessitam de colaboração para o desenvolvimento de suas ações em torno do turismo.

O acesso às experiências de Turismo de Base Comunitária nessas comunidades se dá por meio de uma rede de contatos e relações que envolve agentes locais, proprietários de hotéis e pousadas de Soure e Salvaterra, familiares, amigos, turistas e visitantes que já estiveram nas comunidades, além do uso de meios digitais,

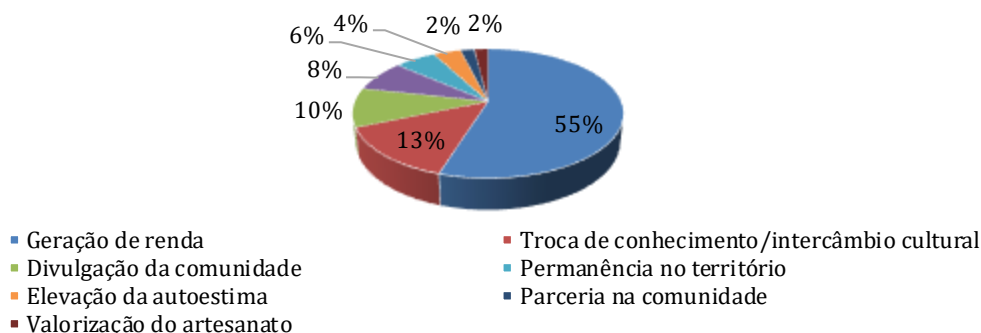
---

<sup>30</sup> Em passeio pelas comunidades, em 2017, tive a oportunidade de fazer o passeio de búfalo que percorreu a praia do Céu, seguindo até a visita panorâmica a essa comunidade. Durante a pesquisa ao Caju-Una também realizei o passeio do Turé.

como mencionado anteriormente. A maioria dos condutores locais, assim como os estabelecimentos de hospedagem e serviços de alimentação, utilizam a *internet*, por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens como o *WhatsApp*, para oferecer as experiências de turismo disponíveis nas comunidades.

Ao serem questionados sobre a contribuição ou benefícios que o turismo de base comunitária produz ou poderá produzir na comunidade, a resposta principal de todos os 28 comunitários que responderam os questionários foi a geração de renda (55%), demonstrado no gráfico 19. O fator renda como principal contribuição reflete a importância econômica do turismo local como uma fonte de sustento para as famílias e se justifica pelo quadro socioeconômico dessas comunidades, que reproduz a realidade de grande parte da população que reside na ilha do Marajó, carente de emprego e renda.

Gráfico 19 - Contribuições/benefícios produzidos pelo turismo de base comunitária nas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro



Fonte: Dados da pesquisa

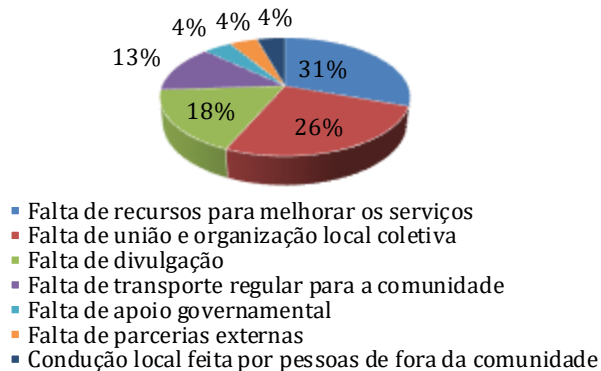
Nessas comunidades, o turismo representa uma importante fonte de complementação de renda e, em alguns casos, a renda principal, embora, a proposição do turismo de base comunitária, ao ser introduzido em uma comunidade, é que complemente a renda e não substitua as atividades existentes. Foi observado em campo e em falas de agentes locais no Pesqueiro que, sob a justificativa de problemas de saúde e melhor retorno financeiro gerado pela atividade turística, alguns deixaram a pesca e trabalham apenas com o turismo. No Céu, a principal renda de algumas famílias é oriunda do trabalho que exercem no restaurante e pousada da comunidade.

Além disso, a troca de conhecimento, experiências e o intercâmbio cultural entre turistas e comunitários foram citados por 13% dos entrevistados, evidenciando a valorização das interações e aprendizados mútuos proporcionados pelo turismo.

A divulgação da comunidade também foi destacada por 10% dos participantes, ressaltando a importância da visibilidade gerada pelo turismo para atrair mais visitantes e oportunidades de crescimento. Esses resultados demonstram que, para os comunitários, o turismo de base comunitária não apenas traz benefícios econômicos, mas também promove o compartilhamento de experiências e a promoção da cultura local, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

Sobre os principais problemas enfrentados pelas comunidades para o desenvolvimento da experiência de turismo local, na comunidade do Pesqueiro foi destacada em primeiro lugar a falta de recursos para investir nos serviços que oferecem, com 31% das respostas (gráfico 20).

Gráfico 20 - Principais problemas enfrentados no desenvolvimento do turismo local Comunidade do Pesqueiro



Fonte: Dados da pesquisa

Os agentes locais do turismo reclamam da falta de recursos para a melhoria ou troca de embarcações, aquisição de equipamentos de segurança, construção de posto de informações turísticas e venda de passeios, melhoria nos utensílios de cozinha, rouparia de camas, material de divulgação, entre outros. Nas falas de Seu Catita e Ana Cristina observa-se essa realidade: *“A gente depende da gente mesmo!”* (Seu Catita). *“A hospedagem é rústica, mas o turista precisa descansar numa cama boa!”* (Ana Cristina).

A falta de financiamento e recursos para investir em infraestrutura, capacitação, implementação de projetos e práticas sustentáveis, bem como para a divulgação dos destinos, impacta negativamente no desenvolvimento da atividade, limitando as oportunidades de renda e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais.

Os financiamentos para o turismo no Estado são escassos e inacessíveis para a maioria da população. Karla Oliveira (2008), ao tratar sobre linhas de crédito para o turismo no Marajó, destaca: "A questão-problema é fazer com que as pessoas que se encontram na 'ponta' do processo de desenvolvimento do turismo (moradores das localidades turísticas) tenham acesso a esses financiamentos ou, pelo menos, saibam de sua existência", considerando que grande parte dos municípios da ilha sequer possui agências bancárias. Para se ter uma ideia, em toda a ilha do Marajó, existe apenas uma única agência bancária do Banco do Brasil, localizada em Soure.

O segundo problema destacado foi a falta de união e organização local coletiva, com 26%. A falta de organização local coletiva, refletida na prática de trabalho individual, conflitos internos e disputas realmente é um fator que afeta o turismo local, mais ainda o TBC, que parte de uma perspectiva coletiva, onde a participação ativa dos agentes locais é imprescindível para o sucesso da ação.

A falta de divulgação foi o terceiro problema destacado, com 18% das respostas. A falta de divulgação ou a ausência de uma divulgação organizada pode acarretar várias implicações para o turismo desenvolvido por essas comunidades, pois leva a uma baixa visibilidade, dificuldade de crescimento, desconhecimento das potencialidades e perda de oportunidades, parcerias e investimentos.

Nesse contexto, é importante destacar que na estrada (PA 154) que dá acesso à Comunidade do Pesqueiro, e a partir da qual também se acessam as outras duas comunidades, há várias placas de sinalização pública, com identificação da "Rota do queijo", "Turismo rural" e "Campos do Marajó"<sup>31</sup>, mas não há, absolutamente nenhuma referência ao turismo de base comunitária que ocorre nessas comunidades, nem

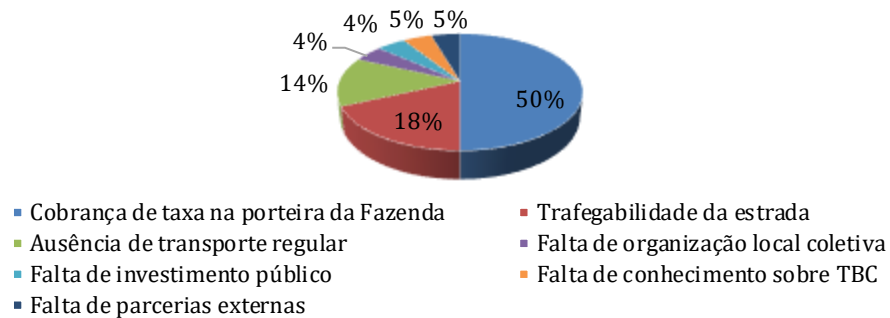
---

<sup>31</sup> Rota do Queijo, Turismo Rural e Campos do Marajó estão relacionados a projetos do governo do estado do Pará, com vistas à dinamização do turismo na ilha, todavia, os principais beneficiários são os fazendeiros locais, proprietários das áreas de campos naturais da ilha, do gado, e quem produz, em sua maioria, o queijo do Marajó.

mesmo à existência de tais comunidades, a não ser das praias, numa demonstração clara de ignorância ou de desprezo, por parte do poder Público, pelas experiências turísticas protagonizadas por essas comunidades locais.

A respeito dos problemas elencados nas comunidades do Caju-Una e Céu, os principais são a cobrança de taxa na porteira da Fazenda (50%), grau de trafegabilidade da estrada (18%) e a ausência de transporte público regular (14%) (gráfico 21).

Gráfico 21 - Principais problemas enfrentados no desenvolvimento do turismo local Comunidades do Caju-Una e Céu



Fonte: Dados da pesquisa

Os turistas que se dirigem a essas comunidades por via terrestre, seja em automóvel, motocicleta ou transporte das agências de turismo, são obrigados a efetuar um pagamento, uma espécie de "pedágio", na porteira da fazenda Bom Jesus<sup>32</sup>, para ter acesso às comunidades e ao que elas podem oferecer em termos de experiência turística, cujo valor varia de 10 a 50 reais. Há muitos casos de desistência da ida até as comunidades devido à recusa em pagar e ao conseqüente impedimento de acesso ao litoral do município, o que afeta diretamente as atividades turísticas desenvolvidas pelas comunidades. Tal situação é objeto de reclamação constante de moradores e turistas e tem sido relatada em várias pesquisas, como as de Santos (2006), Farias (2018), Falcão, Cardoso e Simonian (2019), Hamoy (2018) e outros.

*"Pagamos um valor ao passarmos, 10 reais, ida e volta, por pessoa. Só o turista paga, morador e guia não"*  
(Andrea Scafi, Operadora de turismo receptivo de Soure)

<sup>32</sup> A Fazenda Bom Jesus é uma das pioneiras no turismo rural no Marajó, na qual são oferecidos passeios pela propriedade, visita ao curral de gado e passeios de búfalos, acompanhado de lanches. De acordo com informações dos comunitários, a taxa passou ser cobrada após o desenvolvimento de atividades turísticas pelas comunidades.

De acordo com informações de moradores locais, declarações de turistas e comentários na cidade, a proprietária da fazenda afirma que parte do recurso que é “coletado” na porteira é repassado às comunidades, mas essa informação foi desmentida pelos moradores que afirmam que ela nunca repassou nada às comunidades.

O controle de entrada na porteira da fazenda é um tema controverso. Embora seja a principal reclamação de moradores e turistas, alguns defendem que esse controle, de certa forma, contribui para a segurança das comunidades. Outros argumentam que isso conjunta esforços na proteção do patrimônio natural da RESEXMAR Soure, como pode ser observado no texto a seguir:

Diante dos fatos, convém a compreensão de que o controle imposto nos limites da fazenda concentra esforços de resguardo do patrimônio natural que ainda existe na região, o que de certa forma acaba ajudando os órgãos governamentais no trabalho de proteção e fiscalização da fauna, dado a dificuldade de cobrir a extensão total da Resex com um número diminuto de fiscais. Uma das proprietárias da fazenda alega já ter flagrado caçadores com quantidade exagerada de iguanas, entre machos e fêmeas “ovadas”. Essas cenas evidenciam que de uma forma ou de outra a vigilância existente nas cercanias da fazenda ajuda a coibir e ainda reeducar antigos hábitos que já não correspondem às configurações socioambientais da atualidade (Falcão, Cardoso, Simonian, 2019, p.10)

A leitura da realidade local feita por esses autores reforça a lógica da colonialidade nesse território, na medida em que tutela a guarda do patrimônio natural marajoara aos que, historicamente, concentram o poder de mando e desmando na grande ilha, desconsiderando a realidade socioeconômica das comunidades locais e sua capacidade e indiscutível contribuição para a conservação do patrimônio natural do Marajó.

O dilema da defesa de interesses e a situação do controle de acesso são questões complexas e não podem ser tratadas com respostas simplistas. A legislação brasileira que trata sobre a criação de Reserva Extrativista, em seu Artigo 18, parágrafo primeiro, é clara sobre o tratamento que deve ser dado às propriedades particulares existentes dentro dessa Unidade de Conservação:

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta lei e em regulamentação específica sendo que as **áreas particulares incluídas**

**em seus limites devem ser desapropriadas** (grifo nosso), de acordo com o que dispõe a lei (BRASIL, 2000 s/n).

O estado de trafegabilidade da estrada e a ausência de transporte coletivo são outros problemas que afetam não apenas o turismo, mas também a vida dessas comunidades. Elas estão localizadas a cerca de 13 km do núcleo urbano e é preciso percorrer um trajeto de estrada pavimentada com piçarra que, durante o inverno amazônico, atola em vários trechos, aumentando o tempo de deslocamento ou mesmo impedindo o tráfego de determinados automóveis.

Acerca das políticas públicas de incentivo ao turismo de base comunitária, a maioria dos entrevistados, representando 61% do total, afirmou não ter conhecimento sobre nenhuma política específica nesse sentido, enquanto 39% dos participantes indicaram que têm conhecimento de políticas de incentivo ao turismo de base comunitária, associando o desenvolvimento de cursos de capacitação na área do turismo como uma política pública de fomento à atividade.

Essas respostas apontam para a necessidade de políticas públicas direcionadas ao TBC, com uma atuação mais efetiva do governo que apoiem e fortaleçam essa forma de turismo. Além disso, a associação feita pelos comunitários entre cursos de capacitação e políticas de fomento sugere que a educação e o desenvolvimento de habilidades específicas são vistos como ferramentas importantes para impulsionar o turismo local.

Considerando que o turismo pode desempenhar um papel significativo na fixação da população em seus territórios, procedeu-se à indagação dos agentes locais envolvidos na atividade turística quanto à sua perspectiva a respeito desse impacto. As respostas obtidas foram unânimes afirmativas quanto à contribuição do turismo para a permanência dos residentes em suas localidades. Tais posicionamentos foram fundamentados principalmente na constatação de que o turismo de base comunitária tem influência direta na geração de renda, atuando como um elemento redutor da necessidade de migração em busca de oportunidades de trabalho, o que ocorre predominantemente em direção à capital do Estado e cidades circunvizinhas (BRASIL, 2007) resultando frequentemente na ocupação de áreas periféricas carentes de infraestrutura urbana.

No quadro 15 estão organizadas algumas declarações dos agentes locais envolvidos no turismo a respeito da contribuição do turismo de base comunitária para a permanência no território marajoara.

**Quadro 15 – Respostas dos agentes locais sobre a contribuição do TBC para permanência no Marajó.**

Sim, pois ele ajuda na questão de renda. Porque se o turismo for levado adiante ele vai gerar renda aqui. Tendo emprego aqui não tem por que um filho daqui sair atrás de emprego!
Sim, com a vinda do turista, mesmo que pouquinho, as pessoas continuarão aqui, exercendo o que sabem e o que gostam, porque também se não gostassem já tinham parado. Quando chega essa ajuda do turismo, motiva esses comunitários a não saírem daqui. Se você sair, quem vai cuidar do teu lugar?!
Com certeza! Com uma fonte de renda não tem por que ir embora.
Sim! Aqui muita gente não tem trabalho que se diga assim, que todo mês tu vais receber e quando veio o turismo de base comunitária, as pessoas não migraram daqui, não saíram para trabalhar como a gente saía antigamente, pra trabalhar em casa de família, pra ser babá. Hoje os jovens, eles já ficaram porque tem uma forma de ganhar uma renda. Pra quem quer se envolver mesmo, quer trabalhar, o turismo contribui muito.
Sim, ele é fator para contribuir para o nativo permanecer em sua comunidade. Ele não vai buscar outra coisa porque ele consegue se manter aqui.
Sim, a pessoa vai embora porque não tem um meio de vida. Se vai pra cidade, vai lavar carro, fazer trabalho doméstico.
Sim, porque ele transmite conhecimento, o respeito pelo modo de vida daqui.
Sim, com certeza. Ele gera renda!

Fonte: Elaboração da autora.

As declarações dos comunitários sobre as contribuições do turismo de base comunitária para a permanência em seus locais de origem revelam a importância dessa atividade como um fator importante para a manutenção das pessoas em suas comunidades. Diversos aspectos são destacados pelos entrevistados, com ênfase na geração de renda proporcionada pelo turismo.

A renda proveniente do turismo é apontada como um elemento crucial para evitar a migração dos nativos em busca de emprego em outras localidades. A perspectiva de ter ocupação e renda no próprio local de residência motiva os comunitários a permanecerem e a se dedicarem ao desenvolvimento de suas habilidades e atividades locais. Além disso, a valorização do conhecimento e das tradições locais, bem como o respeito pelo modo de vida da comunidade, são aspectos ressaltados como benefícios do turismo de base comunitária.

As declarações evidenciam que o turismo não apenas proporciona uma fonte de renda, mas também fortalece a identidade cultural, promove o empoderamento dos moradores locais e estimula a preservação das tradições. A presença de turistas e a valorização de produtos e serviços locais contribuem para a autonomia econômica das comunidades, reduzindo a necessidade de migrar em busca de oportunidades de trabalho precárias em centros urbanos, com destaque a Belém.

Ao contribuir para o fortalecimento das economias locais, geração de renda, valorização do patrimônio cultural, o turismo de base comunitária é reconhecido pelos comunitários como um importante aliado na manutenção da permanência no território marajoara.

Ao finalizar os questionamentos junto aos agentes locais, foi perguntado a opinião deles sobre o que precisa ser realizado para melhorar as experiências de turismo comunitário. No quadro 16 estão organizadas as respostas/opiniões dos agentes:

**Quadro 16 – Indicação dos agentes do turismo local para melhoria da experiência TBC nas comunidades do Caju-Una, Céu e Pesqueiro.**

- Adequação de preços de transporte (mototáxi, taxi) diferenciado para turistas e comunitários
- Ampliação dos serviços de alimentação e bebida nas três comunidades
- Apoio governamental para o turismo protagonizado pelas comunidades
- Capacitação regular e consistente na área do turismo de base comunitária
- Construção de espaço para conservação do pescado
- Criação da Casa do Artesanato
- Diversificação dos serviços turísticos na comunidade com a instalação de pousadas e restaurantes comunitários
- Divulgação profissional das experiências turísticas das comunidades
- Implantação de transporte coletivo nas três comunidades
- Instalação de posto de informação turísticas para divulgação e comercialização de passeios
- Liberação do acesso na porteira da fazenda Bom Jesus, sem cobrança de taxa
- Melhoria de trafegabilidade da estrada de acesso às comunidades do Céu e Caju-Una
- Melhoria no transporte alternativo (vans)
- Organização interna e união da comunidade para melhoria dos serviços turísticos
- Sinalização turística do turismo de base comunitária

Fonte: Elaboração da autora.

As declarações dos comunitários de Caju-Uma, Céu, e Pesqueiro apontam para uma série de sugestões e demandas que visam melhorar a experiência do turismo de base comunitária desenvolvido nessas localidades.

A adequação de preços de transporte, a ampliação dos serviços de alimentação e bebida, o apoio governamental, a capacitação na área do turismo, a construção de espaços específicos, a diversificação dos serviços turísticos, a divulgação profissional das experiências, a implantação de transporte coletivo, a instalação de postos de informação turística, a liberação de acesso em determinadas áreas, a melhoria da infraestrutura viária, o aprimoramento do transporte alternativo, a organização interna da comunidade e a sinalização turística são aspectos fundamentais para potencializar o turismo de base comunitária não apenas nessas comunidades, como em toda RESEXMAR Soure.

A adequação de preços de transporte é um ponto crucial para garantir a acessibilidade dos turistas e dos comunitários. A ampliação dos serviços de alimentação e bebida nas comunidades pode enriquecer a experiência dos visitantes, valorizando a gastronomia local e gerando oportunidades de negócios para os moradores. O apoio governamental é essencial para fortalecer o turismo protagonizado pelas comunidades, fornecendo recursos e incentivos para o desenvolvimento das atividades turísticas.

A capacitação regular e consistente na área do turismo de base comunitária é fundamental para qualificar os prestadores de serviços e garantir a excelência no atendimento aos turistas. A construção de espaços para conservação do pescado e a criação da Casa do Artesanato podem valorizar os produtos locais e estimular a economia comunitária. A diversificação dos serviços turísticos, com a instalação de pousadas e restaurantes comunitários, amplia as opções de hospedagem e alimentação, atendendo às diferentes demandas de visitantes.

A divulgação profissional das experiências turísticas das comunidades é essencial para atrair um público mais amplo, respeitando claro a capacidade de carga dos ambientes, e consolidar a imagem do turismo de base comunitária como uma opção diferenciada de turismo no Marajó. A implantação de transporte coletivo, a instalação de postos de informação turística e a sinalização adequada contribuem para facilitar o deslocamento dos turistas e promover as atrações locais.

A liberação do acesso, a melhoria da trafegabilidade das estradas, o aprimoramento do transporte alternativo e a organização interna da comunidade são medidas que visam otimizar a infraestrutura e os serviços turísticos, garantindo uma experiência mais agradável e segura para comunitários e visitantes.

Em suma, a união de esforços e a implementação dessas sugestões podem impulsionar o turismo de base comunitária nas comunidades de Caju-Una, Céu e Pesqueiro, beneficiando tanto os moradores locais quanto os turistas que buscam vivenciar experiências diferenciadas de turismo.

Os habitantes das três comunidades também foram indagados acerca do turismo de base comunitária em curso. Aos membros da comunidade, foram formuladas perguntas sobre a percepção e opinião a respeito da presença de visitantes/turistas nas respectivas localidades. A maioria dos comunitários expressou uma percepção positiva dessa presença, com 97% das respostas, em contrapartida 3% afirmaram não perceber tal presença (gráfico 22).

Gráfico 22 - Percepção e opinião dos comunitários sobre a presença de turistas nas comunidades



Fonte: Dados da pesquisa

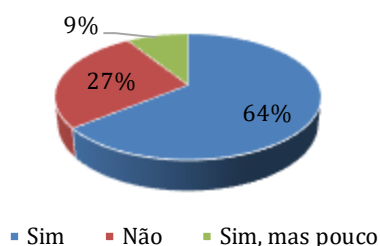
A percepção e opinião dos moradores em relação a presença de turistas/visitantes nas três comunidades é um aspecto importante a ser considerado para avaliar o impacto e a sustentabilidade do turismo que vem ocorrendo. De acordo com as informações fornecidas, a maioria esmagadora dos comunitários expressou uma percepção positiva da presença de visitantes e turistas em suas localidades, indicando uma visão favorável, em contraste com apenas 3% que afirmaram não perceber tal presença.

Essa alta taxa de percepção positiva pode indicar que os moradores enxergam benefícios significativos advindos do turismo de base comunitária para as

comunidades locais. No entanto, é fundamental realizar uma análise mais aprofundada para compreender as diferentes perspectivas e garantir que o turismo seja planejado e gerido de maneira sustentável e inclusiva, levando em consideração as opiniões de todos os moradores.

No que diz respeito à percepção do envolvimento dos comunitários no setor turístico, a maioria dos participantes indicou notar tal engajamento, representando 64% das respostas. Por outro lado, 27% afirmaram não perceber o envolvimento, um percentual que corresponde às respostas dos comunitários de Caju-Una. Adicionalmente, 9% dos participantes reconheceram o envolvimento, mas o consideraram insuficiente (gráfico 23).

Gráfico 23 - Percepção quanto ao envolvimento dos comunitários no turismo desenvolvimento localmente



Fonte: Dados da pesquisa

A análise da percepção do envolvimento dos comunitários no turismo, com base nas informações fornecidas, revela opiniões e pontos de vista dentro das comunidades. Segundo os dados apresentados, a maioria dos participantes, representando 64% das respostas, indicou que percebe o engajamento dos comunitários no turismo. Isso sugere que uma parcela significativa da população local reconhece a participação ativa dos moradores no desenvolvimento e promoção do turismo de base comunitária.

Por outro lado, 27% dos participantes afirmaram não perceber esse envolvimento, um percentual que corresponde às respostas dos comunitários da localidade de Caju-Una. Essa constatação aponta para uma divisão de opiniões dentro das comunidades, com uma parte dos moradores não percebendo ou não reconhecendo o papel dos comunitários no turismo local. Essa falta de percepção

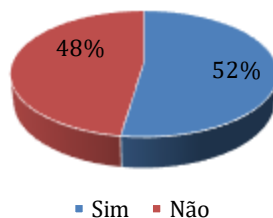
pode ser resultado do baixo envolvimento direto dos moradores com o turismo nessa comunidade.

Além disso, 9% dos participantes reconheceram o envolvimento dos comunitários no setor turístico, mas expressaram a opinião de que esse engajamento é considerado insuficiente. Essa visão sugere que, mesmo entre aqueles que reconhecem a participação dos moradores, há uma percepção de que mais esforços e colaboração são necessários para fortalecer a atuação das comunidades no turismo local.

Essa análise aponta para a importância de promover uma maior sensibilização e engajamento dos moradores no turismo desenvolvido nessas comunidades, garantindo que todos os membros da comunidade, de forma direta e indireta, estejam envolvidos e se beneficiem das oportunidades geradas pelo turismo de base comunitária em curso.

No que tange à comunicação e ao convite para participar das atividades turísticas desenvolvidas na comunidade, constatou-se que 52% dos entrevistados afirmaram ter recebido informações ou convites, enquanto 48% indicaram não ter sido informados ou convidados (gráfico 24).

Gráfico 24 - Sobre ter sido informado/convidado a participar do TBC desenvolvido na comunidade



Fonte: Dados da pesquisa

A análise dos dados sobre a comunicação e o convite para participar das atividades turísticas desenvolvidas na comunidade revela uma divisão relativamente equilibrada entre os entrevistados. Essa divisão sugere que há espaço para melhorias na comunicação e no engajamento dos moradores nas atividades turísticas locais. Aqueles que receberam informações ou convites provavelmente se sentiram mais incluídos e envolvidos nas iniciativas turísticas da comunidade, o que pode contribuir para a promoção de um turismo mais participativo.

Por outro lado, a parcela dos entrevistados que não foi informada ou convidada pode sentir-se excluída ou desinteressada nas atividades turísticas desenvolvidas na comunidade. Isso ressalta a importância de aprimorar os canais de comunicação, garantir que todas as pessoas tenham acesso às informações relevantes sobre o turismo local e incentivar a participação ativa de todos os moradores.

Esses dados ressaltam a necessidade de uma socialização mais abrangente e democratização das práticas turísticas conduzidas pelos comunitários. Tal abordagem pode ser implementada por meio de ações coordenadas por meio do órgão gestor local, das associações comunitárias e agentes locais envolvidos diretamente no Turismo de Base Comunitária (TBC) nas três comunidades.

Quanto ao desenvolvimento do turismo pelos próprios comunitários, todos os participantes (habitantes das comunidades) responderam de forma afirmativa, expressando a avaliação positiva dessa prática.

A avaliação positiva dos participantes da pesquisa em relação ao desenvolvimento do turismo pelos próprios comunitários reflete uma percepção encorajadora sobre a capacidade das comunidades locais de impulsionar e gerir suas próprias iniciativas turísticas. O fato de todos os entrevistados terem respondido de forma afirmativa em relação a essa prática demonstra um alto nível de confiança e reconhecimento na habilidade e engajamento dos moradores locais na promoção do turismo de base comunitária.

Essa unanimidade de opiniões sugere que os comunitários valorizam e apoiam ativamente o desenvolvimento do turismo em suas próprias comunidades, reconhecendo os benefícios econômicos, sociais e culturais que essa prática pode proporcionar. A confiança na capacidade dos moradores de impulsionar o turismo local também indica um senso de empoderamento e autonomia das comunidades, que se mostram dispostas e aptas a assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável de suas atividades turísticas.

A positividade expressa pelos participantes em relação ao papel dos comunitários no desenvolvimento do turismo destaca a importância de promover e apoiar iniciativas lideradas pelas próprias comunidades, respeitando suas tradições, valores e interesses locais. Essa abordagem colaborativa e participativa pode contribuir para fortalecer os laços comunitários, preservar a identidade cultural e

promover um turismo mais autêntico e sustentável, alinhado com os princípios do desenvolvimento local.

A avaliação positiva dos participantes em relação ao desenvolvimento do turismo pelos próprios comunitários evidencia um potencial promissor para o crescimento e a valorização do turismo de base comunitária, destacando a importância de fortalecer e apoiar as iniciativas locais que visam promover o envolvimento ativo e inclusivo das comunidades na gestão e promoção do turismo em suas comunidades.

Esses dados também podem indicar cenários profícuos para resolução dos problemas de falta de organização coletiva e conflitos internos, por meio da capacidade de articulação e colaboração comunitária nas três comunidades.

A respeito do que esperam ou desejam que o turismo organizado pelos moradores traga para a comunidade, nas três comunidades foi destacada a geração de emprego e renda (gráficos 25, 26 e 27).

A análise dos dados apresentados nos gráficos referentes às expectativas e desejos dos moradores em relação aos benefícios que o turismo organizado localmente pode trazer para suas comunidades revela um ponto em comum significativo: a ênfase na geração de emprego e renda como um dos principais impactos esperados. Em todas as três comunidades a maioria dos participantes destacou esse aspecto como uma prioridade em relação ao desenvolvimento do turismo local.

No gráfico 25, referente à comunidade de Caju-Una, 39% dos entrevistados apontaram a geração de emprego e renda como uma das principais expectativas em relação ao turismo organizado. Já no gráfico 26, que representa a comunidade de Céu, esse número aumenta para 45% dos participantes. Por fim, no gráfico 27, que corresponde à comunidade do Pesqueiro, 37% dos moradores também destacaram essa questão como um dos principais desejos em relação aos impactos positivos do turismo local.

Gráficos 25, 26 e 27 – Benefícios que se espera que o TBC traga às comunidades, na perspectiva dos moradores.



Fonte: Dados da pesquisa

Esses dados evidenciam a importância atribuída pelos moradores à dimensão econômica do turismo, reconhecendo a oportunidade de gerar empregos/ocupações locais, aumentar a renda das famílias e impulsionar a economia das comunidades. A busca por fontes de trabalho e renda é uma preocupação comum em todas as comunidades, justificada pela situação socioeconômica delas. A identificação do turismo como uma potencial fonte de oportunidade econômica demonstra o interesse e a vontade dos moradores em utilizar essa atividade como um meio de desenvolvimento.

Além disso, a priorização da geração de emprego e renda como um dos principais benefícios esperados do turismo, destaca a importância de políticas e práticas que promovam a inclusão social, a distribuição equitativa dos benefícios e o fortalecimento da economia local. Ao considerar as expectativas e desejos dos moradores, é fundamental adotar abordagens que valorizem a participação comunitária, a capacitação profissional e a criação de oportunidades de trabalho que atendam às necessidades e aspirações das populações locais.

Foi observado ainda que o turismo é visto como uma atividade capaz de contribuir para o desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida, colaborando também para permanência da população em seu local de residência, pois ao serem questionados se o turismo pode contribuir para tal, todos foram unânimes em responder que sim.

A observação de que o turismo é percebido como uma atividade com potencial para contribuir significativamente para o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades estudadas revela a importância atribuída pelos moradores ao turismo como um vetor de transformação positiva em seus contextos. A constatação de que o turismo pode ser um agente propulsor do desenvolvimento local e um importante fator para a permanência da população em suas localidades de origem aponta para a percepção positiva e esperançosa dos moradores em relação aos benefícios que essa atividade pode trazer.

A perspectiva otimista em relação ao papel do turismo ressalta a importância de adotar abordagens participativas e sustentáveis na promoção do turismo nas comunidades, valorizando a participação ativa dos moradores, o respeito às tradições locais e a busca por benefícios que sejam compartilhados de forma equitativa e inclusiva. Ao reconhecer o turismo como uma oportunidade para impulsionar a permanência da população em suas comunidades, os moradores demonstram a importância de integrar as dimensões econômicas, sociais e culturais no planejamento e na gestão do turismo local.

A análise do reconhecimento unânime dos moradores sobre o potencial do turismo para contribuir para o desenvolvimento local e a permanência da população em suas comunidades evidencia a importância de promover um turismo responsável, sustentável e inclusivo, que esteja alinhado com as necessidades e aspirações das comunidades locais, e que seja capaz de gerar benefícios duradouros e compartilhados por todos.

Na pesquisa realizada, é relevante ressaltar que não foram identificadas quaisquer manifestações negativas em relação ao turismo por parte dos agentes do turismo local ou dos membros da comunidade.

Na pesquisa conduzida junto aos turistas e visitantes que estiveram nas comunidades, foi possível traçar o perfil desses visitantes e, simultaneamente, observar as interações que se desenrolam entre esses agentes durante as experiências do Turismo de Base Comunitária (TBC) nessas localidades.

Quanto ao perfil dos 58 turistas/visitantes que vivenciaram a experiência nas comunidades, a pesquisa revelou que a maioria (45%) é proveniente do estado do Pará, com uma concentração significativa oriunda, principalmente, de Belém, seguida

por Ananindeua, Salinópolis, Bragança, Vigia e da própria cidade de Soure. Entre os turistas provenientes de outros estados, a maior representatividade foi do Estado de São Paulo, totalizando 28%, seguido pelo estado do Rio de Janeiro, com 10%, e, em terceiro lugar, o estado do Rio Grande do Sul, com 7%. Destaca-se ainda uma única ocorrência de turista internacional, proveniente da cidade de Lisboa, em Portugal.

A análise desses dados evidencia que o fluxo de turistas para essas comunidades caracteriza-se predominantemente como um turismo doméstico, com uma expressiva participação de visitantes originários do próprio estado do Pará e de outros estados brasileiros. Essa predominância de turistas nacionais destaca a importância do turismo local como uma experiência apreciada pelos próprios cidadãos do país, ressaltando o potencial de desenvolvimento e promoção dessas comunidades no âmbito nacional.

A maioria dos visitantes/turistas é do sexo masculino (70,2%), situando-se predominantemente na faixa etária de 30 a 39 anos (35,1%). No que tange ao nível de renda, a maior parcela encontra-se na faixa de 4 a 6 salários-mínimos (33,3%). Quanto ao grau de escolaridade, destaca-se a predominância de pós-graduados, representando 57,9% do total.

A predominância do sexo masculino sugere uma possível tendência ou preferência por parte desse grupo em relação ao destino turístico em questão. Além disso, a concentração significativa na faixa etária de 30 a 39 anos, indica que esse grupo demográfico é o mais expressivo entre os visitantes, o que pode influenciar as estratégias de marketing e promoção do local.

No que diz respeito ao nível de renda dos visitantes, concentrado na faixa de 4 a 6 salários-mínimos, isso sugere que a região pode atrair um público com um poder aquisitivo relativamente médio, o que pode impactar diretamente nos tipos de serviços e experiências oferecidos nos destinos. A compreensão do perfil socioeconômico dos visitantes é fundamental para a adequação da oferta turística e o estabelecimento de estratégias que atendam às expectativas e necessidades desse público específico.

Por fim, a predominância de pós-graduados entre os visitantes, aponta para um público com um alto grau de escolaridade e possivelmente com interesses culturais e intelectuais mais refinados. Isso pode influenciar as atividades e atrações turísticas

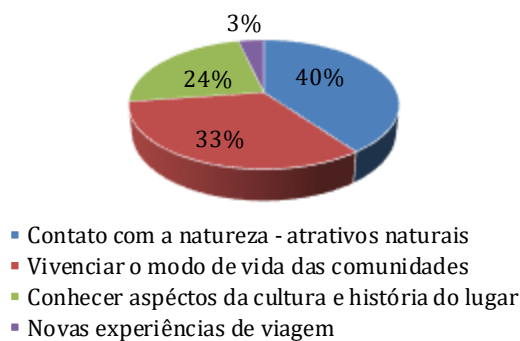
oferecidas na região, direcionando esforços para experiências mais educativas e culturais.

A análise detalhada do perfil dos visitantes/turistas em termos de sexo, faixa etária, renda e escolaridade fornece informações valiosas para a gestão e o planejamento do turismo na RESEXMAR Soure, permitindo a adaptação das estratégias e ações para melhor atender às demandas e preferências desse público específico, garantindo assim uma experiência turística mais satisfatória, mas também alinhada as expectativas e demandas das comunidades locais.

No que concerne às profissões, observa-se uma diversidade de ocupações, abrangendo áreas como advocacia, enfermagem, psicologia, engenharia, produção cultural, consultoria turística, serviço público, além dos aposentados, entre outras áreas. Essa variedade de perfis indica um público heterogêneo, composto por profissionais de distintas áreas de atuação e estágios de vida, convergindo para vivências compartilhadas nas comunidades, enriquecendo a experiência turística de maneira multifacetada.

No que diz respeito às motivações de viagem às comunidades, as respostas foram organizadas, interpretadas e agrupadas em quatro categorias, levando em consideração o volume de respostas associadas. Dessa forma, destacou-se como a principal motivação de visita a busca por contato com a natureza (40%), seguida pelo interesse em vivenciar o modo de vida das comunidades (33%). Em terceiro lugar, identificou-se o interesse em conhecer aspectos da cultura e história local (24%), enquanto a busca por novas experiências de viagens ficou em último lugar, representando 3% das respostas (gráfico 28).

Gráfico 28 - Motivação de viagem às comunidades



Fonte: Dados da pesquisa

Esses resultados evidenciam que a atração pela natureza e o desejo de imersão nas dinâmicas cotidianas das comunidades desempenham papéis preponderantes como motivadores para a escolha desses destinos. A valorização da autenticidade cultural e da conexão com o meio ambiente sugere um perfil de visitantes interessados em experiências enriquecedoras e genuínas, alinhadas com os princípios do Turismo de Base Comunitária.

Além disso, a busca por maior contato com a natureza e interesse pelo modo de vida, cultura e história das comunidades, reflete a tendência do direcionamento dos fluxos de turistas na pós-modernidade, uma atividade “branda”, naturalista (Ruschmann, 1997; Molina, 2006; Beni; Moesch, 2017), definida pela sociabilidade e encontros (Figueiredo, 2020; Irving, 2009) que se convertem em experiências de troca e aprendizado mútuo. Nesse contexto, a natureza conservada e atributos culturais observados e, sobretudo, vivenciados, passam a ter maior importância na atividade turística, confirmando seu caráter fenomenológico.

Sobre como ficaram sabendo da experiência de turismo dessas comunidades, a principal fonte de informação foi a recomendação de amigos, abarcando 44% das respostas, seguida pela influência de pessoas da comunidade envolvidas com o turismo, com 21%. Esses resultados confirmam que a disseminação das informações sobre as experiências comunitárias ocorre, em sua maioria, de maneira orgânica, principalmente por meio de indicações pessoais, e não como resultado de um esforço de divulgação planejado e sistemático.

A participação dos próprios comunitários na divulgação das atividades turísticas ali desenvolvidas é um importante indicador das articulações internas que estão se mostrando eficazes na promoção do turismo local. Isso significa que, mesmo sem o aporte de uma divulgação mais organizada e pela invisibilidade a que estão submetidos, eles têm conseguido chegar até os turistas. Esse alcance é resultado do trabalho coletivo.

Quando questionados sobre se era a primeira vez na comunidade, a maioria das respostas foi afirmativa, representando 64,9% do total, o que pode sugerir um aumento do interesse e da atração desses destinos.

Para chegar a essas comunidades, o principal meio de transporte utilizado, de acordo com os respondentes, foi o carro particular (40%), seguido por táxi (29%) e,

em terceiro lugar, mototáxi (19%). Especificamente, as visitas à comunidade do Céu ocorreram, em sua maioria, por meio de transporte aquático, utilizando passeios que partem da comunidade do Pesqueiro.

Por meio da observação em campo e de diálogos com operadores de turismo local, comunitários e visitantes, constatou-se que o acesso à comunidade do Céu ou Caju-Una pela estrada é realizado principalmente por meio de mototáxi, veículos particulares ou transporte oferecido por agências de turismo de Soure.

Sobre o nível de gastos dos turistas, a pesquisa revelou que predominaram gastos na faixa de 201 a 300 reais (50%) (gráfico 29), o que guarda relação direta com o tempo de permanência nas comunidades.

A análise dos dados referentes aos gastos dos turistas revela uma tendência interessante em relação ao montante desembolsado durante a visita às comunidades. A pesquisa aponta que a maioria dos turistas gastou na faixa de 201 a 300 reais. Esse dado sugere que os visitantes estão dispostos a investir uma quantia significativa durante sua estadia, o que pode indicar um interesse em experiências turísticas mais completas e diversificadas.

A maioria dos visitantes opta por permanecer apenas um dia (61%), seguido por uma permanência de 2 a 3 dias (30%) (gráfico 30). Vale ressaltar que a maioria dos turistas que visita as comunidades, na verdade, permanece por menos de um dia, limitando-se ao tempo dos passeios e/ou refeições, geralmente compreendido entre aproximadamente 2 e 5 horas. Na comunidade do Céu, para onde os turistas são frequentemente conduzidos após passeios de barco, o tempo de permanência é inferior a duas horas.

Gráfico 29 - Nível de gastos dos turistas

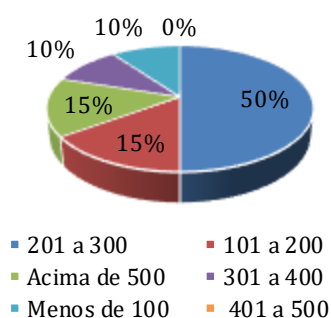
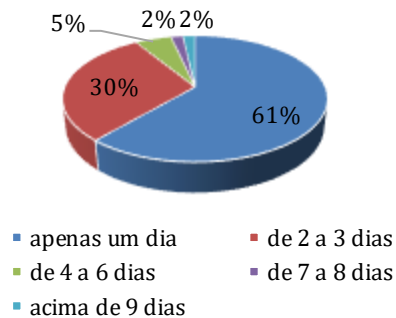


Gráfico 30 - Tempo de permanência na comunidade



Fonte: Dados da pesquisa

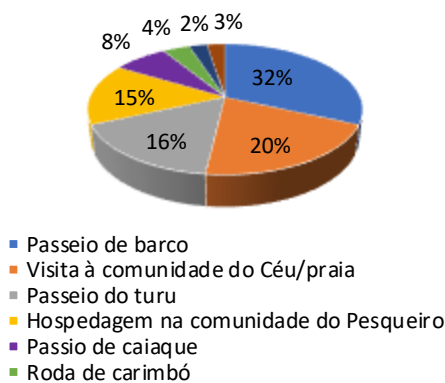
É interessante notar que os gastos dos turistas estão diretamente relacionados ao tempo de permanência nas comunidades. Aqueles que optam por ficar mais tempo tendem a desembolsar quantias maiores, o que pode estar associado à participação em atividades adicionais, como compras de lembranças ou produtos locais, realização de vários passeios e hospedagem nas pousadas das comunidades.

A compreensão desses padrões de gastos dos turistas é importante para o planejamento estratégico do turismo nas comunidades, permitindo a identificação de oportunidades de negócios, a alocação eficiente de recursos e a criação de experiências turísticas que agreguem valor tanto para os visitantes quanto para a economia local.

No que diz respeito à hospedagem nas comunidades, a maioria respondeu que não se hospedou, correspondendo a 77,2% das respostas. A baixa oferta de hospedagem é apontada por alguns turistas/visitantes como justificativa para a não permanência prolongada nas comunidades. Assim, essa constatação sugere que a limitada disponibilidade de opções de hospedagem pode influenciar diretamente a decisão dos visitantes de não prolongar sua estadia.

Quanto às atividades ou passeios mais realizados pelos turistas, destacou-se o passeio de barco pelos rios e igarapés que partem da comunidade do Pesqueiro, representando 32% das respostas. Em seguida, observaram-se os passeios com visita à comunidade do Céu, totalizando 20%, e o passeio do turu, que registrou 16%. Esses resultados coincidem com as respostas fornecidas pelos agentes locais (gráfico 31).

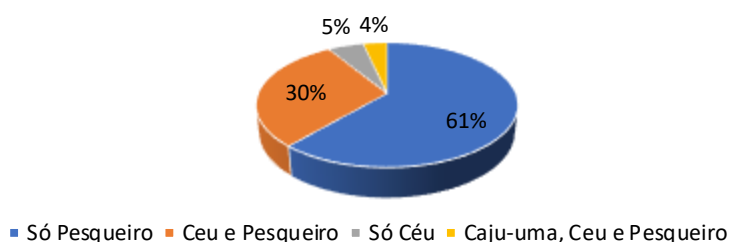
Gráfico 31 - Atividades/passeios desenvolvidos nas comunidades



Fonte: Dados da pesquisa

Dos 58 visitantes/turistas que vivenciaram a experiência de turismo nessas comunidades e responderam aos questionários, 36 estiveram apenas no Pesqueiro, o que corresponde a 61% dos turistas. Dezesete visitaram tanto o Céu como o Pesqueiro (30%), por meio dos passeios que partem da comunidade do Pesqueiro. Três visitaram apenas o Céu (5%), e dois desses visitantes/turistas, correspondendo a 4%, informaram ter visitado as três comunidades, incluindo a comunidade do Caju-Una (gráfico 32).

Gráfico 32 - Comunidades visitadas



Fonte: Dados da pesquisa

A análise dos dados revelados sobre a distribuição dos visitantes/turistas nas comunidades oferece *insights* importantes sobre os padrões de visitação e preferências dos turistas que vivenciaram essas experiências. Dos 58 visitantes que participaram da pesquisa e responderam aos questionários, foi observado que a maioria teve sua experiência concentrada no Pesqueiro, com um total de 36 visitantes, correspondendo a expressivos 61% do total.

Além disso, 17 visitantes tiveram a oportunidade de vivenciar experiências tanto no Céu quanto no Pesqueiro, o que equivale a 30% do total. Essa informação sugere que uma parcela significativa dos turistas optou por participar de passeios que abrangiam ambas as comunidades, indicando um interesse em vivenciar diferentes atrativos e experiências oferecidos em cada local.

É interessante notar que 2 visitantes, correspondendo a 4% do total, relataram ter visitado as três comunidades, incluindo a comunidade do Caju-Una. Essa informação destaca a disposição de alguns turistas em explorar múltiplos destinos dentro da região, buscando uma experiência mais abrangente e diversificada.

Em suma, a análise da distribuição dos visitantes nas comunidades turísticas fornece subsídios valiosos para a gestão do turismo local, permitindo identificar

padrões de visitação, preferências dos turistas e possíveis oportunidades de melhoria na promoção e desenvolvimento dos atrativos turísticos. Compreender o comportamento dos visitantes é fundamental para aprimorar a oferta turística, garantir experiências enriquecedoras e potencializar o impacto positivo do turismo nas comunidades envolvidas.

Em relação a possíveis problemas ou experiências negativas nas comunidades, as reclamações abordaram questões como a presença de lixo na praia, a falta de comunicação entre os condutores dos passeios de barco e os proprietários dos locais de parada, a limitada oferta de hospedagem e a escassa divulgação dos passeios realizados nas comunidades, sendo este último o aspecto que recebeu maior destaque. Importante ressaltar que essas reclamações, no entanto, não comprometeram a experiência geral dos visitantes, como será abordado posteriormente.

A análise das possíveis problemáticas e experiências negativas relatadas pelos visitantes nas comunidades revela aspectos importantes a serem considerados para a melhoria da qualidade do turismo local. A presença de lixo na praia é uma questão preocupante, pois pode afetar negativamente a experiência dos visitantes e comprometer a imagem do destino. A falta de comunicação entre os condutores dos passeios de barco e os proprietários dos locais de parada também é um problema que pode resultar em desentendimentos e impactar a organização e eficiência dos passeios turísticos.

A limitada oferta de hospedagem pode representar um obstáculo, limitando a capacidade de receber um maior número de visitantes e diversificar as opções de estadia disponíveis. Além disso, a escassa divulgação dos passeios realizados nas comunidades é um aspecto crítico, pois a falta de visibilidade e promoção adequada dos atrativos turísticos pode resultar em um baixo número de visitantes e impactar negativamente a economia local.

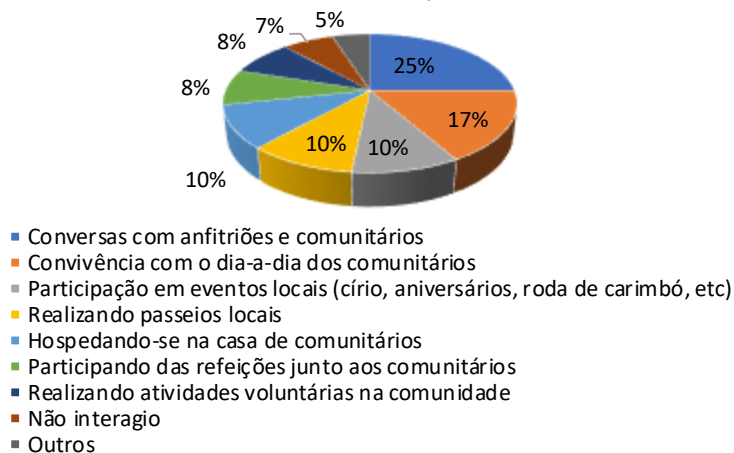
É importante ressaltar que, apesar das reclamações apresentadas, os visitantes destacaram que esses problemas não comprometeram sua experiência geral. Isso sugere que, apesar das questões apontadas, as comunidades turísticas têm potencial para oferecer experiências positivas e atrativas aos visitantes.

Diante disso, é fundamental que as autoridades e agentes locais estejam atentos às demandas e sugestões dos visitantes, buscando soluções para os problemas identificados e implementando melhorias que contribuam para a qualidade e sustentabilidade do turismo nas comunidades. Ações como a gestão adequada do lixo, o fortalecimento da comunicação entre os envolvidos na cadeia turística, o aumento da oferta de hospedagem e a intensificação da divulgação dos atrativos podem contribuir significativamente para aprimorar a experiência dos visitantes e fortalecer o turismo local.

Quanto à informação de que o turismo desenvolvido no local é organizado pela própria comunidade, a maioria respondeu que tinha conhecimento, correspondendo a 84,2%, enquanto 15,8% indicaram que não estavam cientes desse fato. Aos que responderam afirmativamente, foi questionado como obtiveram essa informação, sendo que a maioria (46%) afirmou que foi informada pelos próprios agentes locais das comunidades que estão envolvidos com o turismo, seguida por informações obtidas diretamente da própria comunidade (20%). Mais uma vez, destaca-se o papel crucial dos agentes locais na divulgação das práticas do turismo de base comunitária desenvolvidas.

No que tange às experiências de interação com as comunidades, as declarações dos turistas e visitantes foram variadas, destacando-se as conversas estabelecidas com os anfitriões e a comunidade, bem como a convivência cotidiana. Esses aspectos são ilustrados no gráfico 33. Diversos relatos estão associados à

Gráfico 33 - Formas de interações com as comunidades



Fonte: Dados da pesquisa

interação com a comunidade, à compreensão do modo de vida local e às reflexões decorrentes da experiência vivenciada.

Sobre a compreensão do cotidiano e da dinâmica das comunidades, muitos turistas relataram experiências relacionadas ao dia a dia dessas populações. Tais vivências foram proporcionadas pelas atividades de turismo de base comunitária ali desenvolvidas, as quais permitiram não apenas a observação e conhecimento compartilhados pelos próprios moradores, mas também a participação em diversas atividades, como a dinâmica da pesca, as formas de extrativismo vegetal e animal, e a labuta diária. Em suma, os turistas tiveram a oportunidade de vivenciar a vida entre terra e água que caracteriza essas comunidades praieiras.

O Quadro 17 oferece uma pequena amostra, por meio de relatos colhidos através da aplicação dos formulários, da compreensão desse universo marajoara por parte dos turistas a partir das experiências vivenciadas nas comunidades:

**Quadro 17 – Relatos de apreensão dos turistas sobre o cotidiano das comunidades a partir das experiências de turismo de base comunitária.**

<p><i>Vivenciamos a pesca, uma atividade de soberania alimentar diária e soubemos que os peixes diminuiram bastante. Pudemos provar leite de coco seco e cuscuz, vimos como o modo de vida é simples, mas a casa está sempre cheia e os anfitriões, cheios de histórias para contar.</i> (Turista de São Paulo, homem, com idade entre 20 e 29 anos)</p>
<p><i>Apreendi sobre o óleo de bicho, sobre as arraias, sobre o capricho das casas (lindas e super bem cuidadas), sobre acolhimento e carinho com os/as visitantes. Amei! Fiquei com muita vontade de voltar e de fazer um trabalho com a comunidade e as crianças do lugar.</i> (Turista do Rio de Janeiro, mulher, com idade entre 40 e 49 anos)</p>
<p><i>Cotidiano baseado nos tempos e nos conhecimentos sobre a natureza. Forte presença das mulheres nas organizações comunitárias e na obtenção de renda familiar.</i> (Turista de Belém, homem, com idade entre 20 e 29 anos)</p>
<p><i>Vida sofrida! Muito esforço para tirar o sustento. As pessoas com quem tive oportunidade de conversar me pareceram pessoas que se dedicam à comunidade.</i> (Turista de São Paulo, mulher, com idade entre 50 e 59 anos)</p>
<p><i>Muita coisa! A rotina próxima da água, a observação das marés, as comidas e medicinas tradicionais. Compreendi mais sobre a dinâmica do trabalho, tanto da pesca, como da recepção de turistas. Também sobre as dificuldades e a forma de viver a vida deles, de se relacionar. Todos muito acolhedores.</i> (Turista de São Paulo, mulher, com idade entre 20 e 29 anos)</p>
<p><i>Fiquei por poucos dias, mas entendi que seguem um calendário de maneira diferente do que vivemos nas grandes cidades. Calendário baseado na natureza, como a maré e nascer e pôr do sol. Os dias se baseiam levando muito em consideração esse "calendário", e coisas que precisam ser feitas independem do dia, e sim nas condições deste dia.</i> (Turista de São Paulo, homem, com idade entre 20 e 29 anos)</p>

<p><i>Entendi que é um cotidiano simples, baseado em muito trabalho e perspectivas de futuro. Uma vida que inclui diferentes pessoas e possibilidades, sempre abrindo as portas, independente para quem seja. Apesar do pouco, materialmente falando, têm muito de humildade e lições de vida, que eles próprios passaram e que oferecem.</i></p> <p><i>(Turista do Rio de Janeiro, mulher, com idade entre 30 e 39 anos)</i></p>
<p><i>Tem muito tempo, foi em 2016, mas o que ficou marcado em mim foi a força da comunidade como um coletivo. Todos se apoiando, e conseguindo sustentar a vida ali naquele pedaço de paraíso. Também o acolhimento das pessoas, todos sempre gentis e abertos para nós, turistas.</i></p> <p><i>(Turista do Rio de Janeiro, mulher, com idade entre 30 e 39 anos)</i></p>
<p><i>Uma comunidade que precisa consolidar as bases comunitárias de forma contínua e tendo sinergia com a participação de grande parte da comunidade nesse turismo para que os ganhos e investimentos advindos da prática turística possa ser viável para todos que participam da atividade. Falta união dos membros da comunidade no esforço para que juntos possam fazer acontecer o processo. A comunidade precisa captar a demanda e faltam cursos de capacitação para que possam entender o que é de fato o turismo de base comunitária. A união é o foco dessa prática.</i></p> <p><i>(Turista de Santa Isabel do Pará, mulher, com idade entre 50 e 99 anos)</i></p>
<p><i>É visível que não há emprego para os jovens, uns trabalham nos restaurantes, outros em lojas e o transporte é precário para se deslocarem. O atendimento à saúde também é precário (como todo o Brasil). Vi que há escolas! Não sei se há creches o suficiente para todas as crianças.</i></p> <p><i>(Turista de São Paulo, mulher, com idade superior a 60 anos)</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa

As declarações dos turistas oferecem percepções valiosas sobre a compreensão do cotidiano e da vida nas comunidades visitadas. Os relatos destacam aspectos diversos, desde a simplicidade e a rotina baseada na natureza até as dificuldades enfrentadas pelas comunidades e as potenciais oportunidades de melhoria.

Os turistas expressaram apreciação pela vivência da pesca, a descoberta de novos saberes, como o óleo de bicho e as práticas tradicionais, e a hospitalidade dos moradores locais. A interação com as pessoas e a imersão nas atividades cotidianas permitiram aos visitantes compreenderem a importância do trabalho, a conexão com a natureza e a força da comunidade como um todo.

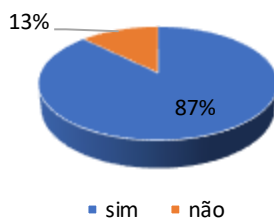
Além disso, as declarações ressaltam a presença significativa das mulheres nas organizações comunitárias e na geração de renda familiar, evidenciando um papel fundamental desempenhado por elas no desenvolvimento das comunidades.

Por outro lado, alguns turistas apontaram desafios enfrentados pelas comunidades, como a falta de emprego para os jovens, o precário atendimento à saúde e a escassez de cursos de capacitação em turismo de base comunitária. Esses aspectos indicam a necessidade de investimentos e esforços conjuntos para fortalecer as bases comunitárias, promover a união entre os membros da comunidade e garantir que o turismo seja uma fonte de benefícios para todos os envolvidos.

Em resumo, as declarações dos turistas refletem não apenas a riqueza cultural e natural das comunidades visitadas, mas também apontam para desafios e oportunidades que podem orientar ações futuras para o desenvolvimento sustentável do turismo e o bem-estar das populações locais. O diálogo e a colaboração entre visitantes, moradores e autoridades são essenciais para promover um turismo responsável, inclusivo e que contribua positivamente para as comunidades.

Ao serem questionados sobre se a experiência despertou alguma reflexão ou provocou mudanças, a maioria dos participantes respondeu positivamente. Dos 55 entrevistados, 48 responderam de maneira afirmativa, correspondendo a 87% das respostas, enquanto apenas 7 indicaram uma resposta negativa (gráfico 34).

Gráfico 34 - Sobre a experiência no TBC ter despertado reflexão e/ou provocado alguma mudança



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 34 mostra que a maioria esmagadora dos entrevistados, respondeu de maneira afirmativa a questão, indicando que a experiência teve um impacto positivo em seu pensamento ou comportamento.

A alta porcentagem de respostas positivas (87%) sugere que a experiência em questão foi significativa e provocou um impacto profundo nos participantes. Isso pode indicar que a vivência proporcionou despertar de percepções, estimulou a reflexão sobre determinados temas ou incentivou mudanças de atitudes.

Por outro lado, a pequena parcela de entrevistados que indicou uma resposta negativa (apenas 7%) sugere que nem todos os participantes foram igualmente impactados pela experiência ou que alguns podem ter tido uma reação menos favorável em relação a ela ou ainda que o tempo na comunidade não possibilitou isso. Essas respostas negativas também podem fornecer *insights* importantes sobre as limitações ou aspectos a serem melhorados nas experiências proporcionadas.

No que diz respeito às reflexões e/ou mudanças provocadas pelas experiências na comunidade, apresentamos a seguir alguns relatos de turistas, obtidos por meio da aplicação de formulários:

*Foi uma das mais bonitas experiências da minha vida! Guardo as lembranças com muito carinho, quero voltar e sempre comento com algum colega, se vai viajar próximo ao local. Aprendi muito sobre valores de família, sobre união, ajudar o próximo. Aprendi sobre uma cultura diferente, tão distante, culturalmente falando, mas ainda no mesmo país. Fiquei impressionada com a beleza do local, me emocionei diversas vezes com os moradores da Comunidade do Pesqueiro, ri, comemos juntos, contamos histórias. Fui muito bem recebida e me senti em casa, gostaria de ter ficado mais. Foram dias pra nunca esquecer!*

*(Turista de São Paulo, mulher, com idade entre 20 e 29 anos)*

*Essa experiência na praia do Pesqueiro me ajudou a renascer e despertou o que há de melhor em mim. Foi um retorno à casa, à “minha casa” e ao meu ser. Quando estou triste, lembro deste tempo que estive no Pesqueiro.*

*(Turista do Paraná, mulher, com idade entre 40 e 49 anos)*

*Consegui reavaliar alguns comportamentos ruins (aceleração, utilização excessiva das redes sociais) e entender um pouco mais sobre a forma como busco viver, com mais respeito a mim, ao meu tempo e ao meio ambiente.*

*(Turista do Espírito Santo, mulher, com idade entre 20 e 29 anos)*

*Melhorou minha percepção sobre a preservação da natureza, cooperação com as pessoas! Valorizar as coisas simples.*

*(Turista de São Paulo, homem, com idade entre 30 e 39 anos)*

Ao analisar o universo da amostra, é possível evidenciar que os turistas foram profundamente impactados pelo que vivenciaram nessas comunidades. Essa experiência de turismo efetivamente promoveu a convivencialidade, caracterizada pela construção de relações marcadas pelo interesse genuíno pelo outro, pela valorização da diferença, e que transcende a simples relação comercial (Sampaio, 2014). Isso, entre outras características, define o diferencial do turismo de base comunitária.

Foi solicitado aos turistas/visitantes, por meio da aplicação de formulários, que expressassem suas opiniões sobre o turismo sendo desenvolvido/protagonizado pelas próprias comunidades. A maioria manifestou uma opinião favorável, ressaltando que ninguém, além da própria comunidade, conhece suas necessidades e demandas,

bem como o ambiente natural e sociocultural ali existente. A seguir, são apresentados alguns relatos dos turistas:

*Acho que o turismo também é uma ferramenta de preservação e geração de renda. Quando a própria comunidade protagoniza as atividades turísticas, ela se dá conta da importância da manutenção do lugar e, do outro lado, o turista tem uma experiência mais rica e real.*

*(Turista de Belém, mulher, com idade entre 40 e 49 anos)*

*Acho muito importante, pois ninguém melhor do que a própria comunidade para repassar aos turistas o que há de melhor para se aproveitar nesses locais. Além do que, mais do que justo, eles próprios gerenciarem seus negócios e terem os benefícios econômicos diretos, sem intermediários, do seu trabalho.*

*(Turista de Salinópolis, mulher, com idade entre 40 e 49 anos)*

*Eu acho que é essencial! Só quem vive lá sabe como é o dia a dia e o fluxo da natureza, podendo assim receber de forma mais adequada quem vem de fora e nada sabe sobre aquele lugar... Porém, para isso, é preciso valorização da cultura daquele povo, para que todas as gerações aprendam a usufruir e manejar com equilíbrio o que de melhor tem aquela região.*

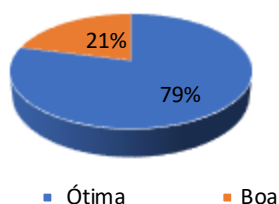
*(Turista de São Paulo, mulher, com idade entre 30 e 39 anos)*

Observa-se a opinião majoritariamente favorável dos turistas em relação ao turismo desenvolvido e protagonizado pelas próprias comunidades locais. Os relatos dos turistas destacam a importância de a comunidade estar à frente das atividades turísticas em suas regiões, argumentando que ninguém conhece melhor as necessidades, demandas e peculiaridades do local do que os próprios moradores. Além disso, os turistas ressaltam a relevância da conservação ambiental, da geração de renda direta para a comunidade e da autenticidade das experiências turísticas quando lideradas localmente.

As declarações dos turistas refletem uma visão positiva e apoiadora do turismo de base comunitária, ressaltando a importância da participação ativa das comunidades locais no desenvolvimento e gestão dessas atividades. A valorização da cultura, a conservação ambiental, a geração de renda direta e a autenticidade das experiências são aspectos destacados como vantagens desse modelo de turismo, contribuindo para o fortalecimento das comunidades e para uma interação mais significativa entre visitantes e moradores locais.

Quanto à avaliação da experiência do TBC pelos turistas/visitantes, segundo os dados apresentados, a maioria dos participantes avaliou a experiência como ótima, com 79% dando essa classificação, enquanto 21% a consideraram boa, conforme ilustrado no gráfico 35. Quando questionados se indicariam a experiência de turismo das comunidades, todos responderam afirmativamente.

Gráfico 35 - Avaliação da experiência do TBC pelos turistas/visitantes



Fonte: Dados da pesquisa

Esses resultados indicam uma alta satisfação por parte dos turistas em relação ao Turismo de Base Comunitária. A predominância de avaliações classificadas como ótima sugere que a experiência proporcionada pelas comunidades locais superou as expectativas dos visitantes, atendendo ou até mesmo excedendo suas necessidades e desejos. Isso pode ser atribuído à autenticidade, hospitalidade e envolvimento das comunidades na concepção, planejamento e execução das experiências turísticas.

O fato de todos os entrevistados indicarem que recomendariam a experiência de turismo das comunidades a outras pessoas reforça a ideia de que o Turismo de Base Comunitária está sendo bem recebido e apreciado pelos visitantes. Essa recomendação positiva pode ser um reflexo da valorização da cultura local, da conservação ambiental, da interação autêntica com os moradores e das experiências únicas proporcionadas pelo envolvimento das comunidades no desenvolvimento do turismo.

As características das experiências proporcionadas aos turistas e sua avaliação positiva demonstram quão enriquecedoras essas vivências são e ressaltam sua importância na construção de formas mais autênticas de promover o turismo. Além disso, destacam-se na contribuição para o desenvolvimento dessas comunidades.

Em termos de análise, os resultados apresentados sugerem que o Turismo de Base Comunitária tem potencial para ser uma abordagem bem-sucedida e sustentável

para o desenvolvimento do turismo em determinadas regiões. A alta taxa de satisfação dos turistas, aliada à disposição em recomendar a experiência a outras pessoas, indica que esse modelo de turismo pode não apenas atender às expectativas dos visitantes, mas também trazer benefícios significativos para as comunidades locais em termos de geração de renda, preservação cultural, conservação da natureza, fortalecimento da identidade local, entre outros.

A pesquisa foi conduzida também em diferentes segmentos do *trade* turístico local que se relacionam com a experiência de TBC da RESEXMAR Soure e desempenham papéis importantes na promoção e execução das experiências turísticas oferecidas pelas comunidades locais. A pesquisa de seu através da aplicação de questionários e realização de entrevistas.

No caso das agências e operadoras de receptivo, a relação se caracteriza pela inclusão das experiências das comunidades em seus pacotes turísticos. Isso demonstra um interesse em oferecer aos visitantes experiências autênticas e enriquecedoras, valorizando a cultura e os saberes locais. Os guias/condutores e motoristas<sup>33</sup> desempenham um papel fundamental ao conduzir pessoas ou grupos às comunidades, proporcionando informações relevantes e facilitando a interação entre visitantes e moradores locais.

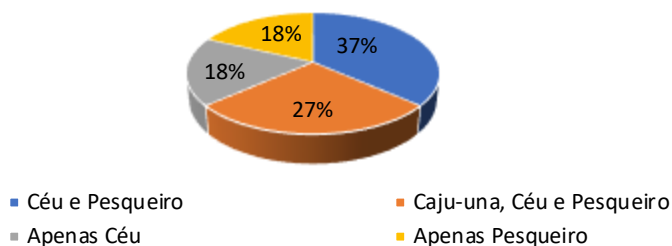
Além disso, os meios de hospedagem e serviços de transporte também desempenham um papel importante ao indicar a experiência turística oferecida pelas comunidades. Essa cooperação entre os diferentes segmentos do *trade* local contribui para a promoção e o sucesso do Turismo de Base Comunitária na região da RESEXMAR Soure.

Dos onze agentes do *trade*, quatro (37%) informaram desenvolver atividades nas comunidades do Céu e Pesqueiro, e três relataram desenvolver relações com as três comunidades (27%). Os demais informaram trabalhar apenas com o Céu ou apenas com Pesqueiro (gráfico 36).

---

<sup>33</sup> Em entrevista com comunitários e o *trade* local, tomou-se conhecimento de que há motoristas de táxi e mototáxi que oferecem serviços de transporte e condução de visitantes às comunidades, por conhecerem bem as localidades e os serviços que elas dispõem, indicando inclusive as barracas na praia ou os passeios de barco.

Gráfico 36 - Comunidades da RESEXMAR com as quais o *trade* de Soure se relaciona



Fonte: Dados da pesquisa

Esses resultados sugerem que a parceria entre o *trade* local e o turismo desenvolvido pelas comunidades é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade do turismo na RESEXMAR Soure. A colaboração entre os diferentes atores envolvidos, incluindo agências, operadoras, guias/condutores, meios de hospedagem e serviços de transporte, é essencial para garantir a oferta das experiências turísticas oferecidas pelas comunidades.

Todos os respondentes dos formulários (*trade*) afirmaram ter conhecimento de que o turismo desenvolvido nas comunidades é de iniciativa e gestão das próprias comunidades. Ao serem solicitados a expressar suas opiniões sobre o assunto, a maioria destacou a importância de a gestão ser realizada pela comunidade, como nos relatos a seguir: "*Acho que é a saída mais responsável para a geração de fonte de renda secundária*" (agência de receptivo). "*Extremamente importante quando a população é protagonista das ações porque ela vai ver o fruto disso*" (agência de receptivo).

A importância da gestão do turismo por comunidades é evidenciada nos relatos dos agentes que estabelecem conexão com o turismo desenvolvido nessas comunidades. O reconhecimento que o turismo é conduzido pelas próprias comunidades ressalta a importância da autonomia e do protagonismo local na definição de estratégias e práticas turísticas que atendam às necessidades e interesses locais.

A gestão descentralizada do turismo, modelo de gestão que deve ser aplicada ao TBC, não apenas fortalece a economia local e promove a geração de renda, como também valoriza os saberes e as ecossocioeconomias locais.

Por meio da descentralização das decisões, as comunidades locais têm a oportunidade de se envolver ativamente na definição dos planos, projetos e ações relacionadas ao turismo, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades e interesses sejam considerados. Isso contribui para uma maior apropriação do turismo pela comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e promovendo o desenvolvimento endógeno, baseado nos recursos e potencialidades locais.

É por meio dessa abordagem que o turismo pode se tornar uma ferramenta efetiva de desenvolvimento, capaz de gerar benefícios tangíveis e duradouros para as comunidades e para o meio ambiente.

Sobre a avaliação da relação estabelecida com as comunidades, a grande maioria dos entrevistados informou ser positiva. No entanto, foram registradas diversas críticas relacionadas à falta de união, à prevalência do individualismo e à ausência de organização nas comunidades. Esses fatores, segundo os entrevistados, afetam a qualidade dos serviços oferecidos, como demonstram as opiniões que se seguem "*Para mim, é por comunitário, não pela comunidade! Eles não oferecem o serviço um do outro*" (agente de hospedagem). "*As comunidades precisam de união para oferecer um bom serviço para os turistas*" (agente do transporte local).

Ao serem solicitados a expressar suas opiniões sobre a estruturação das experiências turísticas das comunidades, a maioria destacou a necessidade de uma melhor organização coletiva, aprimoramento dos serviços, informações mais claras e capacitação, embora haja o reconhecimento da autenticidade da experiência, conforme relato a seguir: "São autênticos e é isso que o turista busca, porém acredito que precisa ser modernizado e mais profissional!" (agente de hospedagem).

Sobre os problemas observados pelo *trade* local, destacaram-se a estrutura organizacional e receptiva deficientes (35%), seguidos de problemas de comunicação/conectividade (22%) e falta de representatividade (17%).

Em relação ao primeiro problema, há relatos de episódios de falta de comida para atender grupos, um número reduzido de meios de hospedagem que não permite o pernoite de pequenos grupos e a ausência de espaços para a comercialização de artesanato dentro das comunidades, entre outros.

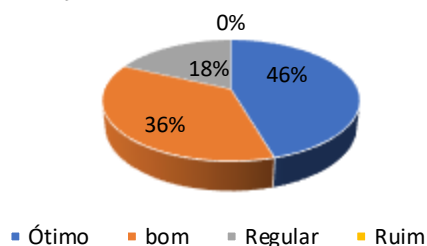
No que diz respeito à segunda questão, é notável que, na atualidade, a *internet* ampliou e facilitou a comunicação entre turistas e organizações em diferentes espaços geográficos, apresentando-se como intermediadora dos serviços oferecidos aos turistas (Rodrigues; Alexandre, 2020; Amadeus, 2015). Ao mesmo tempo, os *smartphones* se impõem como uma tecnologia relacional (De Rosnay, 2008). No entanto, a realidade de conectividade no Marajó mostra-se extremamente deficiente. Nas comunidades pesquisadas, embora muitos agentes possuam *smartphones*, a oscilação de sinal de *internet* compromete a comunicação, tanto com o *trade* quanto com os próprios turistas.

No que se refere à falta de representatividade das comunidades junto ao *trade*, e não apenas diante dele, destaca-se que, em experiências como essas, tal situação pode acarretar uma série de problemas, como a desigualdade de oportunidades, a invisibilidade das dinâmicas socioeconômicas locais, a ausência de participação nos benefícios provenientes do turismo e a exclusão nos debates sobre os caminhos para o desenvolvimento dessas comunidades.

Ao serem questionados sobre como os turistas avaliam a experiência nas comunidades, a maioria, representando 46%, respondeu que a experiência foi avaliada como ótima, enquanto 36% disseram que foi considerada boa e 18% afirmaram que foi classificada como regular (gráfico 37). No que diz respeito à possibilidade de indicação da experiência de TBC das comunidades, 82% responderam afirmativamente.

Sobre a questão de o turismo ser protagonizado pelos próprios moradores, todos responderam de forma positiva, apesar de destacarem a necessidade de melhoria dos serviços e equipamentos.

Gráfico 37 - Avaliação dos turistas, de acordo com o *trade* local



Fonte: Dados da pesquisa

No geral, observa-se um certo grau de conhecimento por parte do *trade* local sobre as experiências de TBC das comunidades e um reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento do turismo local. Contudo, também foi constatada a falta de diálogo e um envolvimento mais democrático de algumas empresas junto às comunidades. Pesquisas de Neves (2023) demonstraram que a principal empresa de turismo local, a Agência Marajó Eco'Tur Receptivo & Passeios Turísticos, atuando como subsidiária de uma agência de turismo de São Paulo, organiza roteiros turísticos sem diálogo com os comunitários locais, estabelecendo parcerias com poucas famílias.

Na Comunidade do Pesqueiro, por exemplo, essa colaboração aconteceu apenas com uma. Isso tem desencadeado vários problemas: sobreposição às iniciativas dos comunitários, concentração dos benefícios financeiros da atividade – na medida em que as famílias com as quais a agência tem parceria retêm os benefícios econômicos para si próprias – e a valorização excessiva dos aspectos naturais em detrimento daqueles referentes à cultura e história local (...) Além disso, foi constatado também que a associação entre a Eco'Tur e a companhia de transporte marítimo Expresso Golfinho, que conecta a Região Metropolitana de Belém ao Arquipélago do Marajó, contribui ainda mais para o fortalecimento da prática da empresa e de seus parceiros (Neves, 2023, p.170).

Foi observada nesta pesquisa a manutenção dessa relação exclusiva/excludente entre agentes do *trade* com agentes locais, por vezes justificada pela "melhor organização dos serviços oferecidos", ignorando, porém, toda a problemática que tal relação gera na comunidade e no próprio turismo local. Como já referido, na comunidade do Caju-Una, existe um empreendimento de hospedagem de propriedade da referida agência que, de certa forma, compete com a comunidade local.

Essas situações acabam por fragilizar ainda mais a estrutura já tão carente dessas comunidades, que além de enfrentar vários níveis e formas de exclusão, também precisam lidar com organizações que dispõem de melhores recursos e estrutura. Essas organizações poderiam, ou deveriam, ser parceiras e não concorrentes, se fossem disponibilizados recursos e dada a devida prioridade aos residentes para a instalação de receptivos turísticos nas comunidades. No entanto, é importante destacar que, por meio do Conselho Deliberativo da RESEXMAR, a população tem se manifestado, apresentando como principal proposição a

obrigatoriedade do diálogo com a ASSUREMAS, a Associação Mãe, para qualquer atividade turística dentro dessa UC.

Sobre o posicionamento do ICMBio, órgão gestor da UC, foram consultados documentos e realizadas entrevistas junto aos seus agentes. Fica claro o reconhecimento do turismo protagonizado pelas comunidades como uma atividade importante para a promoção da qualidade de vida das populações que residem no interior da UC. No entanto, sua atuação ainda não conseguiu implementar um plano de turismo de base comunitária na RESEXMAR Soure, justificado pela falta de recursos e pessoal qualificado no turismo, embora em seu Plano de Manejo o TBC seja reconhecido e destaque.

Lisângela Cassiano, gerente da RESEXMAR Soure, aponta que a partir de 2009, o ICMBIO começou a trabalhar o TBC na Unidade de Conservação, resguardando o que já vinha sendo desenvolvido nas comunidades. Com a troca de experiências, estabelecimento de parcerias e definição das diretrizes do TBC em UC elaborado pelo ICMBio, a gerência da Reserva obteve melhor orientação e direcionamento técnico-profissional para o desenvolvimento do TBC, principalmente a partir de 2012.

*Aí começa a ter esses conceitos e as diretrizes pra saber realmente como é que é o trabalho, que não é um turismo qualquer. O TBC é uma prática no ICMBio mesmo, porque ele começa a colocar os moradores como protagonistas do turismo. Ele entende que pra fazer a gestão por completo, a pessoa tem que ser treinada e tem que começar a ter essa sensibilidade também pra entender o que é essa proposta de turismo. (Lisângela Cassiano, gerente da RESEXMAR Soure).*

O Plano de Manejo da Reserva reconhece que o ambiente da RESEXMAR Soure é favorável à prática do turismo ecológico e do turismo de base comunitária, em função de sua localização geográfica, características ecológicas e da diversidade sociocultural das populações que lá residem. A luta pela conservação dos recursos naturais foi o principal motivador de sua criação.

Na declaração do propósito do Plano de Manejo da RESEXMAR, o item que estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca desta UC, a razão de sua existência, o turismo ecológico, enquanto segmento responsável do turismo, e o turismo de base comunitária, enquanto forma de organização, estão na centralidade:

A Reserva Extrativista Marinha de Soure, localizada na costa leste da maior ilha fluviomarina do mundo, onde a grandiosa bacia Amazônica encontra o Oceano Atlântico, permite a relação harmônica entre o homem e a natureza, seguindo o ritmo das águas e das marés. Parte da maior faixa contínua de floresta de manguezal do planeta e lar de praias estuarinas, essa Unidade de Conservação se destaca pela cultura marajoara local, práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais e turismo ecológico e de base comunitária (ICMBIO, 2018, p. 7).

Nas declarações de Significância da UC, que expressam as justificativas de sua criação, sua importância no contexto global, nacional, regional, sistêmico e provisão de serviços ecossistêmicos, usados como orientadores para o manejo da área, reforçam a ideia de que o turismo de base comunitária é uma das formas importantes para a conservação ambiental da área.

A Resexmar Soure possui seis declarações de significância:

1. A Resexmar Soure localizada na Ilha do Marajó, na maior ilha fluviomarina do mundo, abriga um conjunto de ambientes costeiros influenciados pela dinâmica de macromarés, ventos e correntes, que modificam constantemente a paisagem. Florestas de manguezais exuberantes, dunas intocadas, praias estuarinas paradisíacas, uma complexa rede de canais de maré, furos, rios e igarapés interligados, além de campos alagados e matas de várzeas compõem o belíssimo cenário desta unidade. **A conservação desses ambientes proporciona a prestação de importantes serviços ecossistêmicos de escala local a global, como: berçário de diversas espécies, sequestro de carbono, proteção contra a erosão costeira, e ciclagem de nutrientes.** (grifo nosso)
2. A influência da interação entre água doce e água salgada e seus processos sazonais possibilita uma variedade de ambientes, tais como as áreas de transição entre manguezal e várzea. Estes ambientes abrigam notável diversidade de espécies da fauna aquática, com destaque para os peixes-boi marinho e de água doce.
3. O ambiente da Resexmar Soure possibilita a ocorrência de processos ecológicos que favorecem a migração da avifauna trans hemisférica.
4. **A Resexmar Soure, criada pela mobilização dos carangueiros contra práticas predatórias de exploração do caranguejo, é um dos mais importantes marcos na conservação socioambiental da costa amazônica, por ser a primeira Resex criada na região. A unidade tornou-se emblemática e inspiradora na luta dos extrativistas da região pelos territórios tradicionais, que fazem parte da mais extensa faixa contínua de manguezal do mundo e do maior público de pesca artesanal da costa do Brasil.** (grifo nosso)
5. A Resexmar Soure proporciona a integração do homem ao ambiente por meio do uso sustentável dos recursos naturais do mangue, estuário, teso\*, campos e várzeas. **Também promove a visitação sustentável na forma de turismo de base comunitária (TBC) onde a biodiversidade e os saberes locais são os principais atrativos.** (grifo nosso)
6. A Resexmar Soure se destaca pela imersão no sentimento de pertencimento à cultura tradicional marajoara expressa nos seus sabores e saberes, como na cerâmica, gastronomia e carimbó, que inspira uma relação harmoniosa com a natureza (ICMBIO, 2018, p.12).

Analisando essas Declarações e observando a relação de coexistência dependente dessas comunidades com a natureza insular marajoara, é possível relacioná-las às perspectivas do *Buen Vivir*, na medida em que destacam a importância dos serviços ecossistêmicos, por seus valores próprios, independentemente de sua utilidade ou adequação humana, e do reconhecimento da luta e contribuição dessas populações autóctones na manutenção dos ecossistemas locais. A interseção entre recursos ecossistêmicos e *Buen Vivir* está, assim, relacionada à necessidade de conservação da natureza por si e ao seu uso sustentável (Gudynas, 2011).

Colocando o turismo de base comunitária na centralidade da Declaração de Propósito e de Significância da UC, o que o torna tema prioritário, o Plano de Manejo do ICMBio contribui para o fortalecimento dessa forma de fazer o turismo no Marajó. As comunidades residentes da RESEXMAR Soure, ao se apropriarem do território através desse turismo, contribuem, indubitavelmente, para a conservação da natureza e o fortalecimento da luta por melhores condições de vida. Ali, a experiência turística com essas comunidades constitui-se, entre outras coisas, em educação ambiental, auxiliando a compreender que os ambientes naturais e culturais, tidos como atrativos turísticos, no ponto de vista do turismo, são na verdade, espaços de vida e reprodução cultural e identitária das populações autóctones (Boulhosa, 2020).

Nesse sentido, o turismo de base comunitária desempenha um papel crucial na promoção da ecossocioeconomia, visto que se manifesta como resultado do protagonismo local, fundamentado em valores, saberes, fazeres e soluções locais que refletem a vida cotidiana das comunidades. Esse modelo produz no turismo relações marcadas pela solidariedade e tolerância entre diferentes povos, superando a perspectiva utilitarista economicista (Sampaio *et al.*, 2014; Sampaio; Dellabrida, 2009).

Apesar do reconhecimento da importância do TBC na UC, o Plano de Manejo e as falas dos agentes do ICMBio apontam inúmeros fatores que ainda comprometem o desenvolvimento das atividades turísticas. Entre eles, destacam-se a prevalência de iniciativas de TBC pontuais, concentradas nas comunidades do Pesqueiro e Céu, com poucos comunitários envolvidos; conflitos de interesses entre comunitários, veranistas, fazendeiros e empresários do turismo; falta de integração das empresas

de turismo com as comunidades; problemas de regularização fundiária associados ao uso público da RESEX; cobrança indevida de acesso à Resexmar; falta de organização social; reduzido quadro de pessoal no ICMBio para acompanhar as ações do turismo, entre outros, que também foram identificados nesta pesquisa.

Para obter o posicionamento da gestão municipal sobre o turismo desenvolvido pelos agentes comunitários da UC, foi realizada uma entrevista com a Prefeitura Municipal de Soure, por meio de sua Secretária de Turismo. A gestão municipal também reconhece a existência e importância do protagonismo das comunidades locais em torno do turismo, mas admite que há inúmeros e grandes desafios a serem enfrentados.

*Os desafios são grandes e temos como alguns exemplos, a falta de qualificação, equipamentos básicos, poucos recursos, escassez de mão de obra e principalmente estimular a junção de poder público, iniciativa privada e comunidade, pois sabemos que, na maioria das vezes, os pensamentos e interesses divergem-se dentro das próprias comunidades (...) temos como protagonistas em TBC as comunidades do Céu e Pesqueiro que já desenvolvem essa prática de grande importância para turismo, com consequência na geração de renda para economia local, porém ainda caminhamos para alcançar o ideal, que seria incluir os próprios moradores como prestadores de todos os serviços realizados dentro de suas comunidades (Heloisa Martins, Secretária de Turismo de Soure).*

Ao ser questionada sobre a existência de planos, projetos ou ações relacionadas ao turismo de base comunitária no município, foi feita referência a capacitações realizadas entre 2005 e 2008, coordenadas pelo SEBRAE, em parceria com a prefeitura, e, na atualidade, novas ações de capacitação em parceria com a SETUR estadual e outros órgãos, além de ações de divulgação.

De acordo com a Secretária, há diálogos com as comunidades do Céu e Caju-Una para a formatação de um projeto de TBC nessas comunidades:

*Ainda não está formalizado, mas estamos em conversa com as comunidades do Céu e Caju-Una, para a formatação de um projeto que possa alavancar o TBC, onde as duas comunidades terão o protagonismo do início ao fim. (Secretária de Turismo de Soure).*

Entretanto, as falas da Secretária não encontraram eco nas declarações das comunidades, a maioria das quais afirmou desconhecer a existência de políticas públicas que beneficiem o turismo lá desenvolvido por parte da iniciativa municipal.

Em entrevista com outro técnico da Secretaria de Turismo, a declaração foi contrária à da Secretária:

*Não tem plano e nem estratégias de Turismo de Base Comunitária e nem para o turismo geral do município!*  
(Anselmo Assis, Gerente de desenvolvimento de Turismo da Secretaria de Turismo de Soure).

Na verdade, oficialmente, o último documento de planejamento do turismo de Soure foi o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure - 2009/2012, desenvolvido em conformidade com o Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal, cujo objetivo era o desenvolvimento do "destino turístico Soure". Este plano, embora destacasse a participação social, não continha uma referência objetiva sobre o turismo de base comunitária no município, apesar da atividade ocorrer na comunidade do Pesqueiro desde o início do ano 2000.

O que se observa em nível local da gestão do turismo é a reprodução do que ocorre em nível estadual: o desconhecimento, apagamento e exclusão das populações locais que protagonizam formas diferenciadas de promover o turismo. Elas são excluídas dos fóruns de debates, negociações, planos, programas e ações relacionadas ao desenvolvimento do turismo em Soure. Com esta afirmação, não se quer negar que a falta de união e organização interna dos agentes locais das comunidades envolvidos no turismo compromete a representatividade dos interesses coletivos dessas comunidades.

Farias e Figueiredo (2021), ao abordarem o turismo nos municípios de Salvaterra e Soure no Marajó, destacam que a exclusão das populações protagonistas do turismo nas redes de turismo<sup>34</sup>, como os Fóruns Estadual e Regional e Conselhos de Turismo, locais de debates, trocas de informações e articulações que discutem e decidem os rumos do turismo, impede a participação democrática desses agentes no desenvolvimento do turismo local. Esses autores também inferem que tal situação foi um dos fatores que comprometeu a continuidade do projeto de turismo de base comunitária protagonizado pela Associação das Mulheres da Vila do Pesqueiro.

---

<sup>34</sup> Farias e Figueiredo (2021) referem-se à rede de turismo, a estrutura de relacionamentos e interconexões entre os diversos agentes públicos, privados e sociedade civil etc. envolvidos no setor do turismo, como os Fóruns e Conselhos de turismo. A análise da rede de turismo considera a importância das relações entre esses atores, suas influências, preferências e distribuição de poderes.

A partir das pesquisas realizadas, observou-se que a importância do turismo de base comunitária para a promoção do desenvolvimento e contribuição para a melhoria das condições de vida das populações autóctones é consenso entre todos os agentes envolvidos nessa experiência diferenciada de promover o turismo na ilha do Marajó, apesar dos inúmeros problemas, fragilidades e limitações que esse fazer apresenta.

A utilização da pesquisa-ação no contexto da tese possibilitou um envolvimento ativo junto aos agentes locais, principalmente aqueles que desenvolvem o TBC nas comunidades. Isso permitiu maior participação desses agentes na pesquisa e valorização de seus conhecimentos, habilidades e culturas.

Ao analisar as experiências de turismo de base comunitária desenvolvidas no interior da Reserva Extrativista Marinha de Soure, nas comunidades de Caju-Una, Céu e Pesqueiro, operando com as categorias analíticas, constata-se que esse turismo tem contribuído, de fato, para o protagonismo das populações locais, valorização de fazeres e saberes, autonomia e para o enfrentamento da lógica elitista e excludente do desenvolvimento do turismo no Marajó. Isso ocorre na medida em que dá visibilidade às práticas socioculturais e aos arranjos produtivos locais de sujeitos que pensam, interferem e produzem no território do turismo e que, portanto, necessitam ser considerados agentes e não objetos do desenvolvimento do turismo nesta região.

Por meio dessa forma de desenvolver o turismo, que não se restringe a um novo modo de fazer negócio, os agentes locais têm a oportunidade não apenas de gerar ocupação e renda, fundamentais para sua reprodução material, mas também de comunicar e compartilhar seu universo de valores, conhecimentos, habilidades e práticas, ou seja, seu *ethos*. Isso contribui para uma compreensão sistêmica desse ambiente insular marajoara, não apenas em termos de natureza, mas sobretudo de gente. Essa compreensão é indispensável para o desenvolvimento de um turismo sustentável.

A verdade é que essas experiências de turismo desenvolvidas no contexto marajoara, resultantes do protagonismo das populações locais, constituem-se no nascedouro de uma forma de fazer o turismo, mais inclusiva, democrática, justa e humanizada (Boulhosa; Vasconcelos, 2020). Essas práticas revelam a resistência e luta por autonomia, pela permanência no território, pelo reconhecimento de suas formas de organização social e capacidade criadora (Sampaio; Dallabrida, 2009;

Sansolo, 2009), na construção de respostas às suas demandas, por meio da manutenção de seus modos de vidas e do uso responsável do patrimônio natural e cultural (Zaoual, 2008; Irving, 2009).

A resistência pela permanência no território revela os fortes laços identitários e afetivos com a região, os fazeres e saberes tradicionais, os vínculos sociais e culturais e relação estabelecida com a natureza numa região onde terra, água, campos e floretas são abundantes, onde as comunidades criam espaços de vida e pertencimento.

A ideia de permanecer no território não se restringe apenas a uma questão geográfica, mas sim na manutenção de modos de vidas baseados numa relação dinâmica e direta com a natureza, compreendendo e respeitando seus ciclos e a interdependência existente entre os seres humanos, os animais e os ecossistemas, extrapolando a perspectiva urbana e puramente utilitarista de natureza.

Nesse cenário, o conceito de *Buen Vivir* (Acosta, 2010; Gudynas; Acosta, 2011; Escobar, 2012a) ganha destaque por propor uma forma de viver em conexão com a natureza, respeitando os saberes e práticas das comunidades autóctones, promovendo modos de vida mais sustentáveis. Assim, resistir significa também buscar a plenitude da vida, mantendo-a em um território onde os indicadores de riqueza, felicidade e bem-estar estão centrados nas relações estabelecidas com os espaços naturais, no ritmo desacelerado da vida rural, nos vínculos de afetividade e solidariedade, na ajuda mútua, enfim, em indicadores diferentes dos valores urbanos.

Assim, a perspectiva de um desenvolvimento sustentável do turismo, para essas comunidades passa, obrigatoriamente, por sua participação efetiva nos processos decisórios, no reconhecimento de seus fazeres e saberes e sua relação com a natureza e com o diverso, tendo como referência o atendimento de suas necessidades fundamentais de vida.

Nesse contexto, é oportuno mencionar as experiências de turismo vivenciadas no sul e no nordeste do Brasil, as quais partem da perspectiva local, e onde foi possível compreender quão produtivo é quando as comunidades se unem e se organizam.

No Projeto "Acolhida na Colônia", em Florianópolis e Santa Rosa de Lima, observou-se a força do associativismo e entreatajuda. Nessas experiências inspiradoras verificou-se o turismo sendo desenvolvido por meio de alianças com a agricultura

familiar. O agroturismo nas Encostas da Serra Geral se tornou pioneiro, resultando de parcerias, criando-se espaços de entreajuda, empoderamento e intercâmbio entre agricultores (Guzzatti, 2019).

A força do associativismo foi fundamental para o sucesso desse projeto, pois através da união dos agricultores foi possível criar alianças e parcerias que impulsionaram o desenvolvimento do turismo na região, onde a colaboração e a cooperação entre os diferentes atores envolvidos no projeto foram essenciais para o seu sucesso. O exemplo das Encostas da Serra Geral demonstra como o turismo pode ser desenvolvido de forma sustentável e integrada com a agricultura familiar, gerando benefícios econômicos e sociais para a comunidade local.

Na experiência do "Turismo de Base Comunitária na região do Cabula e Entorno" em Salvador, se reconheceu a importância de uma atenção mais detalhada às ecossocioeconomias locais. Estas, frequentemente, se desenvolvem na informalidade, sendo às vezes marginalizadas, mas são cruciais para um turismo que busca sua origem localmente. Esse olhar mais atento revela a complexidade e a riqueza das dinâmicas locais que merecem ser consideradas no desenvolvimento do turismo na região.

Além disso, o TBC desenvolvido no Cabula tem desempenhado um papel fundamental no empoderamento feminino. Por meio do Coletivo CULTARTE, as mulheres têm tido a oportunidade de se envolver em atividades artesanais e culturais, contribuindo para o fortalecimento da identidade e da economia local. Ademais, proporciona espaços de liderança e participação ativa das mulheres nas ações do turismo, bem como na promoção de um aprendizado mútuo que se dá nas relações (Silva, 2013).

Com tudo isso, vem-se aprendendo muito, mudando a forma de pensar, sentir e agir, aplicando, de fato, a arte de viver a relação, aprofundando o sentido e o significado do respeito à diferença e à diversidade, e, mais, o valor da interdependência (Silva, 2013, p. 304).

Além dessas experiências, destaca-se também o Programa de Turismo de Base Comunitária do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, localizado no estado do Amazonas. Numa região como a Amazônia, onde a sustentação

ecológica do turismo está fundamentada nos serviços ambientais e na biodiversidade da região, esse programa tem desempenhado um papel crucial. Através do estímulo ao protagonismo local e do fomento ao uso sustentável do patrimônio ambiental, contribui para a conservação da natureza e para a melhoria das condições de vida dos moradores locais (Peralta; Vieira; Ozori, 2016).

Desta forma, verifica-se que as experiências turísticas podem ser enriquecedoras e transformadoras, desde que sejam realizadas de forma sustentável e possibilitem condições de desenvolvimento econômico e social para as comunidades visitadas. No entanto, para que isso ocorra, esse turismo precisa resultar de um desenvolvimento que considere, necessariamente, o saber e as demandas das populações residentes. Isso só será possível se a lógica do planejamento do desenvolvimento do turismo abarcar outros indicadores e referenciais. Caso contrário, ele continuará sendo uma atividade indutora de exploração, expropriação e exclusão de populações locais, reforçando as práticas e discursos hegemônicos, como alertam Coriolano e Silva (2014).

Nesse contexto, o diálogo com novas concepções de desenvolvimento se mostra necessário e urgente, posto que apresentam proposições de pensá-lo “de baixo para cima”, “de dentro para fora”, a partir da capacidade criativa e empreendedora existente no local, defendidas pela perspectiva do desenvolvimento endógeno (Barquero, 2000, 2001, 2007; Arocena, 2002) e de pós-desenvolvimento. Essas abordagens nos instigam a pensar o desenvolvimento a partir das tentativas, estratégias, resistências, saberes e fazeres de sujeitos que foram historicamente invisibilizados (Escobar, 2005, 2012, 2013, 2014).

As estratégias defendidas pela proposição do desenvolvimento endógeno, de Barquero, baseiam-se, entre outras questões, na capacidade de organização dos agentes locais, na formação de relações econômicas, sociais, políticas e culturais e de redes entre os diferentes atores no território. Além disso, enfatizam a valorização dos recursos e potencialidades existentes no local, o estímulo à capacidade empreendedora e a identificação e priorização de atividades que contribuam para um processo de mudança estrutural nesses territórios (Barquero, 2000).

Antonio Barquero aponta que, nas últimas décadas, em zonas rurais desfavoráveis estruturalmente, o turismo passou a ser considerado uma estratégia

para o desenvolvimento. No entanto, essa escolha só terá sentido se atender às condições de satisfação de oferta e procura e impulsionar o desenvolvimento local: *“La cuestión, entonces, es dimensionar adecuadamente la oferta turística de tal manera que sea un elemento impulsor del desarrollo local”* (Barquero, 2000, p.21).

Assim, o turismo de base comunitária, por ser mobilizador de recursos naturais e congregar esforços socioeconômicos, institucionais e culturais, tendo como base a participação e o protagonismo das populações residentes, tem se mostrado uma eficiente estratégia de promoção do desenvolvimento endógeno.

As proposições apresentadas pelo desenvolvimento endógeno, que partem da perspectiva do local, do espaço da criação, da resistência, da produção, mas também das lutas e conflitos (Barquero, 2000; Escobar, 2005), possuem no turismo de base comunitária um terreno fértil de valorização de saberes e fazeres, da cultura e da tradição local, do sentimento de pertencimento, do fortalecimento de identidades coletivas, enfim, de modos de vidas que particularizam determinado grupos, em um dado território.

Promover o turismo de base comunitária a partir da perspectiva do desenvolvimento endógeno contribui para a institucionalização de novas formas de governança de caráter polifônico (Barquero, 2007) e de modelos híbridos de planejamento e gestão (Nóbrega, 2012; Figueiredo; Nóbrega, 2015), com participação democrática dos agentes públicos, privados, organizações não governamentais e comunidades locais. Destaca-se a importância da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão, cujo desafio é o de negociar interesses, por vezes, diversos relacionados ao turismo, que oscilam entre a busca por melhoria da qualidade de vida e benefícios unicamente econômicos, como salienta Nóbrega (2012).

Para isso, é fundamental o fortalecimento organizacional, econômico, sociocultural e político das comunidades, a fim de que possam gerenciar as imposições externas que limitam suas potencialidades e participar da gestão do turismo, que deve ser descentralizada, envolvendo múltiplos agentes e promovendo a participação social paritária, princípio fundamental para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e democráticas. Barquero (2001) destaca que as potencialidades internas, associadas à qualidade das organizações sociais,

governamentais e institucionais, e suas articulações internas e externas em prol do bem comum, são fatores fundamentais para a promoção do desenvolvimento endógeno.

A proposta de fortalecimento das estruturas internas locais, defendida pelo desenvolvimento endógeno e pós-desenvolvimento, conduz ao enfrentamento e rompimento com a lógica da colonialidade enraizada nas práticas do turismo tradicional no Marajó.

No turismo de base comunitária, protagonizado pelas comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Soure, pode-se vislumbrar uma fissura nessa estrutura excludente, rumo à construção e desenvolvimento de formas mais democráticas e justas de promover o turismo na Ilha do Marajó, que contribuam para o direito de permanecer no território marajoara e nele viver com dignidade.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de base comunitária vem se destacando na contemporaneidade como uma prática diferenciada de desenvolver o turismo que, por um lado reflete a busca por experiências mais ricas e autênticas, por parte dos turistas, e, por outro, é resultado da mobilização e luta de populações locais em torno do turismo, populações essas, quase sempre excluídas dos processos de desenvolvimento da atividade.

Experiências dessa forma de turismo vêm ocorrendo em todo Brasil, quando as comunidades locais, por meio de seu protagonismo, vêm possibilitando encontros, intercâmbios e relacionamentos que extrapolam a lógica puramente econômica atribuída ao turismo, contribuindo para a conservação do patrimônio cultural e natural dos ambientes visitados. Na ilha do Marajó, na Reserva Extrativista Marinha de Soure, nas comunidades litorâneas do Caju-Una, Céu e Pesqueiro tem-se mais um exemplo dessa prática no Brasil.

As experiências de turismo de base comunitária analisadas na presente tese apresentam grande potencial para provocar reflexões, relativizações e enfrentamentos na busca da construção e ampliação de espaços de debates que levem à estruturação de formas mais democráticas e justas de promover o turismo no Marajó. No entanto, devido à natureza embrionária de tais experiências no contexto marajoara, é necessária uma análise sensível e cuidadosa desse processo, considerando suas potencialidades, mas também fragilidades diante do histórico modelo de desenvolvimento do turismo na região, como foi feito na presente pesquisa.

Nesse sentido, abordar o turismo de base comunitária a partir da perspectiva do desenvolvimento endógeno e pós-desenvolvimento, à luz dos debates sobre decolonialidade, *Buen Vivire* e ecossocioeconomia, ampliou a compreensão do turismo como fenômeno social complexo e multifacetado, assim como do desenvolvimento, fortalecendo as argumentações e críticas à linearidade e pretensa universalidade das políticas de desenvolvimento pensadas e executadas no Marajó.

Trabalhar a partir desses referenciais nos permitiu realizar uma abordagem inclusiva e reflexiva, que partiu da observância da autonomia das comunidades e de uma visão mais plural de desenvolvimento, ao mesmo tempo que nos conduziu a analisar o local com toda a sua complexidade, fragilidade, controvérsias, conflitos,

disputas, mas principalmente potencialidades, capazes de produzir respostas para o desenvolvimento de um turismo mais justo e democrático, tão necessário na realidade marajoara.

Abordar a questão do desenvolvimento sob a ótica da decolonialidade nos permitiu realizar uma análise crítica da realidade socioambiental do Marajó e, conseqüentemente, do desenvolvimento do turismo na região. Isso nos levou a enfatizar a necessidade de questionar, rejeitar, revisar e desconstruir os discursos que refletem as relações de poder e dominação, as estruturas sociais, econômicas e políticas que permeiam o desenvolvimento nessa região, e perpetuam a marginalização de grande parte da população local e que são reproduzidas na prática do turismo local.

A partir do pensamento decolonial, foi possível desconstruir visões eurocêntricas e coloniais do desenvolvimento, abrindo espaço para a valorização dos saberes e fazeres locais e das relações de pertencimento que as comunidades estabelecem com o território.

A aplicação da metodologia da pesquisa-ação permitiu o desenvolvimento do trabalho em estreita colaboração com os agentes locais. Foi possível identificar necessidades, desafios e aspirações em relação ao turismo local e propor ações concretas para fortalecer o turismo de base comunitária em andamento.

A abordagem participativa e colaborativa da pesquisa-ação pode contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre o tema e gerar impactos positivos tangíveis nas comunidades envolvidas.

O trabalho de campo, a pesquisa-ação, a observação crítica e análise dos posicionamentos, experiências compartilhadas entre visitantes e visitados, falas dos interlocutores e relacionamentos estabelecidos na prática turística confirmaram a prioridade dada à relação de convivência e interconectividade entre modos de vida distintos (Sampaio, 2014). Essas experiências, baseadas no encontro, convivência, aprendizado mútuo e nas contingências da situação local (Figueiredo; Nóbrega, 2015; Irving, 2009; Zaoual, 2008), onde natureza e cultura do lugar são valorizadas e o protagonismo local é destacado, legitimam essas práticas como turismo de base comunitária, apesar das inúmeras fragilidades que precisam ser tratadas e superadas para garantir sua continuidade e evolução. Mas, considerando que a autonomia é um

processo de amadurecimento (Freire, 2018), há de se respeitar o tempo das comunidades.

A importância atribuída ao turismo, principalmente relacionada à geração de renda nas comunidades, está mais ligada à precária situação socioeconômica da região do que à compreensão e experiência prática do turismo. As relações estabelecidas ali vão além dos encontros meramente comerciais. As experiências compartilhadas pelos agentes internos e externos dão conta da singularidade dessas práticas turísticas.

Uma das principais potencialidades associadas a essas experiências de turismo é o fato de ocorrerem dentro de uma Unidade de Conservação Ambiental, que possui instrumentos legais e de gestão, nos quais o turismo de base comunitária é priorizado, fortalecendo essas experiências. No entanto, é necessário criar uma política de uso público dentro da RESEXMAR Soure, especificamente relacionada ao turismo. Essa política pode ser implementada por meio de um plano de turismo de base comunitária, elaborado em conjunto com as comunidades, com a participação do *trade* local, com a colaboração de agentes públicos estaduais e federais, instituições de pesquisa e intercâmbio de experiências. Esse plano deve ser orientado pelas demandas das comunidades e pelo conhecimento que elas possuem dos ambientes locais, bem como pelas estratégias que desenvolveram em torno do turismo, e pode ser articulado com o conhecimento técnico e científico.

Ao discutir a promoção do turismo de base comunitária, é importante que a comunidade compreenda do que se trata essa atividade, quais são seus benefícios e, ao mesmo tempo, esteja ciente dos aspectos potencialmente negativos que a atividade pode provocar. Ainda há um conhecimento superficial sobre essa forma de promover o turismo e seus reais benefícios, bem como a necessidade de uma maior participação e distribuição deles.

Os benefícios do turismo devem ser distribuídos de forma democrática, revertendo-se para toda a comunidade e não apenas para alguns, como vem ocorrendo. É fundamental que haja maior envolvimento e organização interna das comunidades em torno do turismo. No Pesqueiro, apesar de ser pioneiro nessa experiência, observou-se a prevalência do individualismo e disputa, em detrimento ao trabalho coletivo. No Céu, os benefícios e o envolvimento ainda são pouco

representativos da coletividade. Já no Caju-Una, o envolvimento da comunidade é ainda menor, estando a atividade turística restrita a experiências esporádicas. A verdade é que, embora essas duas comunidades sejam regularmente visitadas, ainda estão muito passivas em relação à presença do turismo em seus territórios.

Foram relatados e observados inúmeros problemas enfrentados por essas comunidades no desenvolvimento dessas experiências turísticas. No entanto, o principal desafio dessas experiências, enquanto prática coletiva, é superar a falta de organização e união dentro das comunidades. Esse problema pode levar a dificuldades na tomada de decisão, atrasos ou ineficiência na implementação de iniciativas e projetos, falta de representatividade junto aos órgãos governamentais, instituições parceiras e financiadoras, desigualdade de oportunidades ou mesmo o seu desaparecimento em longo prazo, enquanto experiência da coletividade.

Todavia as limitações, fragilidades e deficiências observadas na gestão comunitária dessas experiências turísticas, não invalidam sua importância na construção de formas diferenciadas de promover o desenvolvimento do turismo na Ilha do Marajó.

Por isso, é necessário que os comunitários, enquanto sujeitos protagonistas das experiências, estejam cientes da necessidade de coesão interna e cooperação, para que possam fortalecer sua identidade cultural coletiva, elevar seu nível de participação nos debates sobre o turismo, incentivar a formação de lideranças, minimizar a limitação de recursos através de parcerias e garantir, conjuntamente, o atendimento de suas demandas no processo de planejamento e tomada de decisão em torno do turismo.

As ações de políticas públicas que alcançaram essas comunidades se concentraram na capacitação dos agentes locais envolvidos na atividade turística, mostrando interesse apenas na melhoria dos serviços prestados, na qualificação da oferta turística, ignorando que tais experiências vão além da oferta de serviços, sendo também encontros e intercâmbios socioculturais. Com a recente aprovação da política pública de turismo de base comunitária no Estado do Pará, espera-se que ela promova a participação ativa das comunidades locais, libere recursos e créditos para fortalecer essas iniciativas, crie oportunidades igualitárias, contribua para a promoção de seus saberes e fazeres e reconheça suas demandas.

O turismo de base comunitária, ao enfatizar a importância da conservação do patrimônio natural, das identidades e práticas culturais locais, permitindo a participação na gestão e nos benefícios do turismo, contrapõe-se à hegemonia promovida pelo turismo convencional e fortalece os laços sociais e culturais que ancoram a relação com a terra/território. Dessa forma, contribui para a fixação dos moradores em suas regiões de origem, reduzindo a migração para áreas urbanas em busca de emprego e renda.

Nesse contexto, o turismo de base comunitária surge como uma possibilidade promissora para garantir a permanência dessas comunidades em seus territórios. O direito à permanência está intrinsecamente ligado ao direito à vida em comunidade, entendida não apenas como um espaço físico, mas como um espaço de convivências, identificações, trocas e realizações. Para as populações da Ilha do Marajó, a possibilidade de permanecer em suas comunidades de origem está diretamente relacionada à disponibilidade de condições dignas de vida, incluindo acesso a emprego, renda e serviços básicos, bem como a manutenção de seus modos de vida, construídos com a terra/território marajoara.

Acredita-se que o turismo de base comunitária, por valorizar a autonomia e a autodeterminação local, quando articulado com os princípios do desenvolvimento endógeno e pós-desenvolvimento, configura-se como um importante instrumento para o empoderamento das comunidades e a construção de modelos de desenvolvimento turístico mais inclusivos, equitativos e participativos no contexto do Marajó. No entanto, é crucial reconhecer e respeitar o "metabolismo" e o tempo próprio das comunidades. Como enfatizado por Sampaio (2005, p.14): "Não lhe metam engenharia genética no Turismo Comunitário para acelerá-lo ao estilo urbano".

Que o turismo de base comunitária, desenvolvido pelas comunidades extrativistas da RESEXMAR Soure, continue como experiências de encontros dialéticos, que oportunizam o protagonismo e o desenvolvimento local.

Espera-se que esta pesquisa, não apenas enriqueça o conhecimento sobre a dinâmica local relacionada ao turismo, mas também catalise ações concretas para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na região do Marajó.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Desenvolvimento local versus projeto de globalização neoliberal: refletindo sobre cidades orientadas ao mercado. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n.1, p. 84-100, jan./fev. 2018.

ACATAUASSÚ, D. **Marajó minha vida**. Cejup: Belém, 1998.

ACEVEDO MARIN, R. E. A. Debates e discursos em torno do Plano de Desenvolvimento territorial Sustentável do arquipélago do Marajó. *In*: ACEVEDO MARIN, R. E. A. *et al.* **Povos tradicionais no Arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: CASA 8, p. 23- 37, 2015.

ACEVEDO MARIN, R. E. A. Formação histórica do Pará e territorialidades específicas no Vale do Rio Tocantins, Ilha de Marajó e Calha Norte do Rio Amazonas. *In*: MENEZES, C. R. C.; MONTEIRO, M. A.; GALVÃO, I. M. F. **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará**. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, v.1, p. 23-36, 2010.

ACEVEDO MARIN, R. E. Debates e discursos em torno do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó. *In*: ACEVEDO MARIN et al. (org.). **Povos Tradicionais no Arquipélago de Marajó e políticas de ordenamento territorial ambiental**. Rio de Janeiro: Casa 8, p. 23- 37, 2015.

ACEVEDO MARIN, R. E. Quilombolas na ilha de marajó: território e organização política. *In*: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. ACEVEDO MARIN, R. A. (org). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora UNESP, v. 1, p. 209-227, 2009.

ACEVEDO MARIN, R. E. **“Terra Gurupá” e direitos territoriais de quilombolas do rio Gurupá e Arari**. *In*: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009.

ACOSTA, A. El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: una lectura desde la Constitución de Montecristi. Fundación Friedrich Ebert, FES-ILDIS: **Policy Paper**, n.9, out. 2010.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Bem viver e Ecosocioeconomias**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

AMADEUS. Future Traveller Tribes 2030 Building a more rewarding journey. Disponível em: <https://amadeus.com/documents/en/blog/pdf/2015/07/amadeus-travellertribes-2030-airline-it.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

AMARAL D. D. *et al.* **Campos e florestas das bacias dos rios Atué e Anajás, Ilha**

**do Marajó, Pará.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007.

ANG, T. **O fotógrafo completo.** São Paulo: Europa, 2010.

ARAÚJO, L. M.; PACHECO, A. S. A fauna marajoara em narrativas de viajantes do século XIX. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 248-269, ago./dez., 2016.

ARAÚJO, S. M. S. **Cultura e escolas-de-fazenda na ilha de Marajó, um estudo com base em Raymond Williams.** 2002. Dissertação (Mestrado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, FEUSP, São Paulo, 2002.

AROCENA, J. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo.** 2. ed. Uruguay: Taurus - Universidad Católica, 2002.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade.** Ano II, n.5, 1999

AZEVEDO, F. F. *et al.* Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. *In:* AZEVEDO, F. F. *et al.* (org.) **Turismo em Foco.** Belém: NAEA, 2013. p. 11-27.

BAENA, A. L. M. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2004.

BARBOSA, M.N. **Soure, pedaço do Marajó.** Belém: GTR, 1997.

BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo.** São Paulo: Aeph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

BARROS, A. A sociologia rural perante a problemática do espaço. **Sociologia – Problemas e Práticas**, n. 8, p. 43-53, 1990.

BARROSO, A. E. V. **Marajó:** Estudo etnográfico, geológico e histórico sobre a grandiosa ilha da foz do Amazonas. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1954.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. *In:* Bartholo, R., Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 45-54.

BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BASTOS, S. Q. A. A implantação da indústria automobilística alemã Mercedes-Benz em Juiz de Fora (MG). **História Econômica e História de Empresas**, v. 9, n.1, 2006, p. 141- 172.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 1, nº 1, 2001.

BENI, M. C. **Globalização do turismo: megatendências do setor e realidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2011.

BENI, M. C.; MOESCH, M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Revista Turismo - Visão e Ação** (Online), v. 19, n. 3, p. 430-457, set./dez. 2017,

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research** v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.

BISWAS, A. *et al.* Emergente of Novel Coronavirus and COVID-19: whether to stay or die out?. **Critical Reviews in Microbiology**, v. 46, n. 2, p. 182-193, 2020.

BOULHOSA, M. S. **Entre a sela e o santo**. Belém: IFPA, 2016.

BOULHOSA, M. S.; VASCONCELOS, A. C. P. Turismo de base comunitária na Ilha do Marajó: a experiência da Comunidade de Pesqueiro, Soure. *In*: SANTIAGO; R. C. C. A; SILVA, F.P.S.; PROCOPIUCK, M. **Ecossocioeconomia: turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável**. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2020. p. 36-50.

BOULHOSA, M. S. Turismo de base comunitária: em busca de caminhos sustentáveis para o turismo na ilha do Marajó. **Paper do NAEA**. v. 1, n. 3, Edição/Série 524, 2020.

BOULHOSA, M. S.; FARIAS, K. S.; FIGUEIREDO, S. J. L. Políticas públicas e desenvolvimento na Ilha de Marajó, Brasil: Participação e exclusão no turismo. **Journal of Tourism & Development**. n.o 36, vol. 1, 2021, p. 313 - 323

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 23-37, mai. 2002.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 23-37, mai. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 10.260, de 3 de março de 2020**. Institui o Programa Abrace o Marajó e seu Comitê Gestor. Brasília, 2020.

BRASIL. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas. Brasília, Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: [http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/pdrs\\_marajo.pdf](http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/pdrs_marajo.pdf). Acesso em: dez. 2019.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do marajó**. Pará: Governo Estadual, 2007.

BRASIL. **Plano de manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure - PA**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, 2018.

BRASIL. **Programa Abrace o Marajó: Plano de Ação 2020-2023**. Brasília: MMA, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. Belém, 2012.

BRUNO, R. Agronegócio, palavra política. *In*: CONGRESO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais [...]**. 2010.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

BURSZTYN, I. A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, 3(4), pp. 7-12, 2003.

BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando à inclusão social**. Dissertação (mestrado) - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). *In*: **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra

e Imagem, 2009. p 76-91.

CABRAL, C. L. **Conflitos territoriais na comunidade quilombola de Gurupá -APA arquipélago do Marajó/PA.** 2017. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CABRAL, C. L. Conflitos territoriais nos quilombos da APA arquipélago do Marajó/PA. **Revista eletrônica Tempo-Técnica-Território**, v.8, n.1, p. 01- 77. 2017

CADORIN, C. B. **Procedimentos de perícia ambiental aplicados na atividade da rizicultura: avaliação de impactos ambientais causados pelo uso de defensivos agrícolas na região sul do estado de Santa Catarina.** 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrex, 1989.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 61, 2006, pp.25-52.

CARRADI, A.; SANTANA, A. C; LUÍNDIA, L. A. Turismo rural: a viabilidade das Fazendas Rurais nos municípios de Soure e Salvaterra, Ilha do Marajó - PA. Rosa dos Ventos. Revista do Programa de Pós-graduação em Turismo. Universidade de Caxias do Sul. jul./dez. 2009/ vol. 1/n.0.

CARRADI, A.; SANTANA, A. C; LUÍNDIA, L. A. Turismo rural: a viabilidade das Fazendas Rurais nos municípios de Soure e Salvaterra, Ilha do Marajó - PA. **Rosa dos Ventos.** Revista do Programa de Pós-graduação em Turismo. Universidade de Caxias do Sul. vol. 1/n.0, 2009.

CAMPOS, I. Ecoturismo na Ilha do Marajó. In: V Encontro da Associação Nacional de Pós- graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. **Anais.** Florianópolis, 2010.

CÂMARA CASCUDO, L. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 10 ed. São Paulo: Ediouro, s/s.

CAMPOS, I. Ecoturismo na Ilha do Marajó. **V Encontro da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.** Florianópolis, 2010.

CANTO, O. **Várzea e varzeiros da Amazônia.** MPEG, Belém, 2007.

CARDOSO, L. F. C. E. **A constituição local: direito e território quilombola na comunidade de bairro Alto, na Ilha de Marajó – Pará.** 2008. Tese (doutorado em

antropologia ). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Social, Florianópolis, 2008.

CARDOSO, L. F. C.; FILHO, P. M. L.; SILVEIRA, F. L. A. Memória e resistência quilombola na ilha do Marajó, Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 478, p. 131-160, set./dez. 2018.

CARDOSO, M. S. C. Resex Marinha de Soure: o caso da comunidade Caju-Una, Marajó, Pará, Brasil. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão: São Luiz, 2013.

CARDOSO-RUIZ *et al.* Elementos para el debate e interpretación del Buen vivir/Sumak kawsay. **Contribuciones desde Coatepec**, n. 31, Universidad Autónoma del Estado de México, 2016.

CARDOZO, F. **Moralidades e políticas públicas: agenciamentos em torno de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Marajó/PA**. 2016. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CARDOSO, M. S. C. **Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: práticas sociais no território**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CARDOSO, M. S. C. Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: Práticas Sociais e Ordenamento do Território. In: MARIN et al. **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015. pp 131- 161

CARMO, E. D.; FERNANDES, M. V. C.; MEDEIROS, N. S. Precarização, sofrimentos e memórias dos trabalhadores das madeireiras no Marajó: a quem interessa(va) o silêncio? **Espirales**, v. 2, n. 5, 2020.

CORRADI, A. **O Turismo Rural como Oportunidade de Negócios no Marajó Oriental: Soure e Salvaterra**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias). Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém, 2009.

CARVALHO, E. A. **Caracterização estrutural e ambiental de bosques de mangue da costa paraense, como subsídios à conservação e qualidade de vida**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CARVAJAL, G.; ROJAS, A.; ACUÑA, C. **Descobrimientos do Rio das Amazonas**. Tradução: C. de Melo-Leitão. v. 203, São Paulo-Rio de Janeiro-Recite-Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 2ª)

CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C.; OLIVEIRA, C. C. R. Desenvolvimento

regional e a dinâmica das cidades na Amazônia paraense: uma abordagem histórica. **Cadernos CEPEC**, v. 1, n. 8, 2012.

CARVALHO, J. P. L.; CRUZ, B. E. V; CALVI, M. F. Política agrária e o ordenamento territorial no Marajó, Pará. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, 2019.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto, os domínios do homem**. V. II. Tradução: José Oscar de Almeida Marques, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

CASTRO, A. O.; MOTTA-MAUÉS, M. A. Vivências de crianças e adolescentes no Marajó: sexualidade, gênero e relações de colonialidade. In: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ABA/UNB, 2018.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Paper do NAEA**, Belém, v. 1, n.1. 1998.

CASTRO, E. M. R. Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. **Paper do NAEA**, v. 27, n. 1, série 379, 2018.

CASTRO, E. M. R. Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil. **Perfiles Económicos**, v. 5, p. 35-76, 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSTANZA, R. et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, v. 387, p. 253–260, 1997.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, S. B. M. Turismo: prática social de apropriação e dominação do litoral. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. **Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. 2ª ed. Fortaleza: EdUECE, 2014, p. 46-58.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *et al.* (org.). **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

COSTA, F. A. Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – As Possibilidades do Conceito na Constituição de um Sistema de Planejamento para a Amazônia. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 5, n. 1. Janeiro / Junho, 2006.

COSTA, F. A. **Economias locais baseadas em culturas na Amazônia: o Círio de Nazaré de Belém e o Festival de Parintins**. Belém: NAEA, 2013.

COSTA, F. A. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, E. M.; CAETANO, V. N. S. Os ribeirinhos no arquipélago de marajó e a luta

pela permanência no território tradicionalmente habitado. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 17, p. 01-19, 2020.

COSTA, F. A. Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável – apontamentos. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 2, n. 7, p. 13-77, jul./dez. 2016.

CRUZ, B. E. V.; SILVA, A. R. F. Conflito pelo uso do território nos campos marajoaras- Pará: entre o uso monopolista e o uso coletivo do território. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 1, n. 1, p. 76-87, jan./jun. 2014.

CRUZ, B. V. **O alvorecer das indicações geográficas na Amazônia**: a “corrida” pela IG do queijo artesanal do Marajó – PA. 2017. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, São Paulo, 2017.

CRUZ, W. C.; BARBOSA, M. J. S. **Desenvolvimento territorial rural na Amazônia**: análise do Marajó. *In*: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís, 2013.

CUNHA, L. A definição e o âmbito do turismo: um aprofundamento necessário. **Atas de Conferências Nacionais [2], 2010**: Centro de Pesquisa e Estudos Sociais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/665>. Acesso em: 11 out. 2021.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2003.

DIEGUES, A. C. Os pescadores artesanais e a questão ambiental. *In*: DIEGUES, A.C. (Ed.). **Povos e Mares**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1995. p. 131–139.

DIEGUES, A. C. S. Comunidades humanas e os manguezais do Brasil. *In*: CPRH. **Alternativas de uso e proteção dos manguezais do Nordeste**. Recife: Série Publicações Técnicas 003, 1991. p. 38-45.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. **Political Geography**, v. 20, p. 139-174, 2001.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. *In*: MATO D. (coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales - Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

ESCOBAR, A. **La invención del desarrollo**. Tradução: Diana Ochoa. 2. ed. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

ESCOBAR, A. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista de Antropología Social**, v.21, p. 23-62, 2012.

ESCOBAR, A. Más allá del Tercer Mundo: globalidade imperial, colonialidad global y movimientos sociales contra la globalización. *In: Más allá del Tercer Mundo, Globalización y Diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2012.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. *In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, 2005. p.63-79. (Colección Sur Sur, CLACSO)

ESCOBAR, A. Postdesarrollo, Modernidad y Otros Mundos. *In: ESTRADA, M. M. Entrevista con Arturo Escobar. OXÍMORA - Revista Internacional de Ética y Política*, n. 2. Primavera, 2013. p. 233-248.

FAEPA. Polo marajoara de arroz irrigado. *Revista Pará Rural*, a. 3, 2012.

FALCÃO, L. B. **Turismo em RESEX: perspectivas de desenvolvimento, participação social e políticas públicas nas RESEX de Soure e de Curuçá no Pará**. 2013. Dissertação (Mestrado em Turismo). Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FALCÃO, L. C.; CARDOSO, D. M.; SIMONIAN, L. T. Turismo e desenvolvimento sob perspectivas às Comunidades da RESEX Marinha Soure – Marajó. Scribd, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/667519681>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Marajó**. Belém, 2015.

FAPESPA. **Região de Integração Marajó: Perfil Socioeconômico e Ambiental**. Belém, 2019.

FAPESPA. **Relatório sobre a Vulnerabilidade Social no Estado do Pará**. Belém, 2015.

FARES, A. J. Representações Poéticas Das Águas Amazônicas. *Organon - Revista científica do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 21, n. 42, 2007.

FARIA, I. F. Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro. *In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 261-276.

FARIAS, K. S.; FIGUEIREDO, S. L. Public tourism policies in the Brazilian Amazon: Participation and networks. **Journal of multidisciplinary academic tourism**, Special Issue 1, p. 53-67, 2021.

FARIAS, K.S.; FIGUEIREDO, S. L. Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira: participação e redes. **Revista de turismo acadêmico multidisciplinar**. Edição Especial 1, p. 53-67, 2021.

FARIAS, K. S. **Governança do turismo na ilha do Marajó-Pará**: uma análise das redes de relações estabelecidas nas políticas públicas de turismo. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2018.

FARIAS, K.; NASCIMENTO, V.; BRASIL, M. Participação e redes de turismo no estado do Pará: uma breve reflexão. **Paper do Naea**, Volume 1, n. 3, 2020.

FAZITO, M. Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. *In*: FIGUEIREDO *et al.* (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 108-126.

FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FIGUEIREDO, S. L. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. *In*: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 11-37

FIGUEIREDO, S. L. Turismo e pandemia: impactos e estruturação das práticas e políticas no Brasil e estado do Pará. **Paper do NAEA**, v. 1, n. 3, Edição/Série 473 (Dossiê Crise e Pandemia), 2020.

FISCHER, T. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. v. 26, n. 4, p. 105-113, 1992.

FOOTE-WHYE, William. Treinando a observação participante. *In*. GUIMARÃES Alba Zaluar (org.) **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

FRANÇA, C. F. **Morfologia e mudanças costeiras da margem leste da ilha do Marajó (PA)**. 2003. Tese (Doutorado em Geologia e Geoquímica). Programa de Pós-graduação em geologia e geoquímica. Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

FRATUCCI, A.C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.87-s.96, nov. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes Necessários à Prática Educativa**. Paz e Terra: São Paulo, 2018.

FURTADO, L. G. Ocupação humana no litoral amazônico. In: PROST, M. T.; MENDES, A. C. (org.). **Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. 2. ed. rev. atual. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2013. p. 167 a 173.

FURTADO, L. G. Reservas pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Ed.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993. p. 243-276.

FURTADO, L. G.; SIMÕES, J. **Iconografia da pesca ribeirinha e marítima na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2002.

FUSTER, F. L. **Teoría y técnica del turismo**. 6 ed. Madrid: Nacional, 1981.

GALLO, G. **Marajó, a ditadura da água**. Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e turismo. Belém: Neo-gráfica e editora, 1980.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES *et al.* Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p.135-161, 2018.

GOMES, A. G. P.; AVIZ, A. Um Olhar Socio-Jurídico da Exploração Sexual Sofrida Pelas Meninas Balseiras na Cidade de Melgaço, Ilha do Marajó, Estado do Pará, 2017. **Revista de Direito FIBRA Lex**, Ano 4, n. 6, 2019.

GONÇALVES, A. C. O *et al.* Marajó. In: ALVES, A. (org.) **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2016.

GUDYNAS, E. **Derechos de la Naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales**. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, CooperAcción, 2014.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. Utopía y Praxis Latinoamericana. **Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social**. Maracaibo-Venezuela, Universidad del Zulia, ano 16, n. 53, p. 71-83, abr./jun., 2011.

GUEDES, L. N. A. 2015. **“Balseiras” na imensidão fluvial: uma etnografia sobre**

relações comerciais e amorosas pelo Rio Tajapuru (Marajó das florestas-PA), REA/ABANNE, p. 1-

16. Disponível em:

[http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts\\_download/Leonildo%20Nazareno%20Do%20Amaral%20Guedes%20-%201020444%20-%203688%20-%20corrigido.pdf](http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Leonildo%20Nazareno%20Do%20Amaral%20Guedes%20-%201020444%20-%203688%20-%20corrigido.pdf). Acesso em 28 mar 2021.

GUEVARA, A. P. C.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; DOMINGUEZ-GÓMEZ, J. A. El pensamiento sobre el Buen Vivir. Entre el indigenismo, el socialismo y el posdesarrollismo. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 60, Oct. 2014,

GUZZATTI, T. C. **Acolhida da Colônia: um espaço de vida e encontros**. Criciúma, Santa Catarina: UNESP, 2019.

GUZMÁN, T. L., BORGES, O.; CANALEJO, A. M. C. Desarrollo económico local y turismo comunitario en países en vías de desarrollo: Un estudio de caso. **Omnia**, Maracaibo, v. 17, n. 3, p. 113-130, set./dez., 2011.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional: ensaios políticos**. Tradução: Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HAMOY, J. A.; M. C. BAHIA. Participação e turismo: o caso da Vila do Pesqueiro/Marajó. **Paper do NAEA**, Belém, v.1, n.3, 2020.

HAMOY, J. A.; BAHIA, M. C. Turismo em unidades de conservação e o desenvolvimento local em Soure-PA. In: BAPTISTA, M. M.; PEREIRA, M. J. A. ALMEIDA, A. R. A. (coord.). **Ócios e Resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos**. Grácio, 2018.

HAMOY, J. A.; M. C. BAHIA. Turismo em unidades de conservação e o desenvolvimento local em Soure-PA. Belém: **Paper do NAEA**, Belém, v. 28, n. 2, 2019.

HAMOY, J. A. **Turismo em unidades de conservação e o desenvolvimento local em Soure-PA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

HEINZMANN, L. M.; SAMPAIO, C. A. C. Ecosocioeconomia: um primeiro olhar na produção científica brasileira sobre o tema. **Ciências Sociais em Perspectiva**. v. 9, n. 17. p. 97–113, 2010.

HORNBERGER, N. H.; CORONEL-MOLINA, S. M. Quechua Language Shift, Maintenance, and Revitalization in the Andes: The Case for Language Planning. *International Journal of the Sociology of Language*, 2004 (167), p. 9-67.

HOSHINO, Y. **Políticas públicas e participação em programas de turismo no município de Soure – PA**: Análise de política. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

HUFFNER, J. G. P.; MEIRELLES, R. S. Os reflexos socioeconômicos e ambientais do avanço da rizicultura no município de Cachoeira do Arari – Pa. **Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia**, UFES, jan./jun. 2016.

IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010.  
IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2020**. 2020

IDESP. **Indicadores de Vulnerabilidade do Pará**. Belém, 2012.

IDESP. **Condições do turismo no Pará**. Belém: IDESP, 1971

ICMBIO. **Plano de manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure**. Org: PINTO, M. G. M.; ABREU, C. T.; CARDOSO, A. T. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Brasília, 2018a.

ICMBIO. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal**: Princípios e Diretrizes. Brasília, 2018b.

ICMBIO. **Relatório de levantamento de perfil de visitantes**. Reserva Extrativista Marinha de Soure. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Soure, 2018.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Cengage Learning Senac, 2003.

IGREJA CATÓLICA. **O povo marajoara na ótica da igreja católica**. Pronunciamento. Belém, 1999.

IPEA, **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**: Ranking do Pará. 2010

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (org.). **Turismo**: ressignificando sustentabilidade. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora Folio Digital, 2018.

IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E. A. Turismos, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa. *In*: IRVING, M. A.;

AZEVEDO, L. C. (org.). **Turismo, Natureza e Cultura: Diálogos Interdisciplinares e Políticas Públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 1 p. 16-22, 2016.

IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária: a participação como prática de desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe, Ceará. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 4, p. 12-22, 2004.

JAFARI, J. La cientifización del turismo. **Estudios y perspectivas en turismo**. v. 3, n.1, 1994.

JOAQUIM, G. Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do turismo Responsável. **Sociologia Problemas e Práticas**, n 23. p. 71-100, 1997.

JUNK, W. J. *et al.* Brazilian wetlands: their definition, delineation, and classification, for research, sustainable management, and protection. **Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems**, 2013.

JURANDIR, D. **Chove nos campos de Cachoeira**. 4. ed. Belém: Cejup, 1995.

JURANDIR, D. **Marajó**. 3. ed. Belém: Cejup, 1992.

JURANDIR, D. Alguns aspectos da ilha do Marajó. *In*: A. ANDRADE (dir.) **Cultura Política**. v. 16, ano II, Rio de Janeiro, 1942. p. 325-326.

KOLK, Ans. **Forests in International Environmental Politics**. Utrecht: International Books, 1996.

KOLK, Ans. From conflict to cooperation: international policies to protect the Brazilian Amazon. **World Development**. vol. 26, nº 8, pp.1481-1493, 1998

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LIMA, M. A. G. **Turismo de base comunitária em Magé (RJ/Brasil): tecendo conexões entre turismos, naturezas e culturas nos Caminhos da Serra do Mar**. Tese (Doutorado em Psicossociologia De Comunidades E Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de Psicologia Programa EICOS, Rio de Janeiro, 2019.

LITTLEWOOD, W. **Autonomy: an anatomy and a framework**. *System*, v.24, n.4, p.427- 435, 1996.

LISBOA, P. L. B. **A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012. 482 p.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. *In*:

CASTRO, E. (org.). **Pensamento crítico latino-americano**: reflexões sobre políticas e fronteiras. São Paulo: Annablume, 2019. p. 197-224.

LOBATO et al. Reserva Extrativista Marinha de Soure, Pará, Brasil: modo de vida das comunidades e ameaças ambientais. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 4, n. 4, p. 66-74, 2014.

LOUREIRO, V. R. **Miséria e ascensão social**: capitalismo e pequena produção na Amazônia. Marco Zero, 1987.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MALDONADO, C. O. Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.) **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44

MALDONADO-TORRES N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In* COSTA, J. B.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27-53.

MALDONADO-TORRES N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 127-167.

MANESCHY, M. C. Pescadores nos manguezais: estratégias, técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. *In*: FURTADO et al. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1993.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, A. M. A. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002.

MAUÉS, R. H. **Padres, pajés, santos e festas. Catolicismo popular e controle eclesiástico**. Belém: Cejup, 1995.

MAUÉS, R. H. Religião e medicina popular na Amazônia: A etnografia de um romance. **Revista Antropológicas**, ano 11, v.18, n.2, p. 153-182, 2007.

MAUÉS, R. H. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias,**

**identidades.** Belém: Cejup, 1999.

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento a escala humana: concepção, aplicação, reflexos posteriores.** Tradução Rede Viva, Blumenau: Edifurb, 2012.

MEDEIROS, S. B. M.; SILVA, C. N. Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico: Estudo de caso no município de Soure (PA). *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*. Grajaú/MA, v. 1, n. 2, p. 31-42, 2015.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. **Archeological investigations at the mouth of the Amazon.** Vol. Bulletin 167. Washington, D.C., Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology U.S. Govt. Print. Off, 1957.

MEGUIS, T. R. B.; RODRIGUES, A. F. A. C. Para além da porteira: ressignificação do espaço em prol do turismo pelas elites agrárias de Soure (Marajó-Pará). In: **1º Congresso Pan-amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA, Belém.

MEGUIS, T. R. B. **Transporte fluviomarítimo e turismo: a viagem à soure e as perspectivas de desenvolvimento local.** 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MELO, Elinay. Damares culpa mulheres ao dizer que problema é calcinha, diz juíza. Entrevista. **Apublica.org**. 24 de setembro de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/09/damares-culpa-mulheres-ao-dizer-que-problema-e-calcinha-diz-juiza/>. Acesso em: jan. 2020.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. **ALPHA**, n. 35, p. 207-211, dez, 2012.

MIGNOLO, W. **Desobediência Epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. (Colección Razón Política)

MIRANDA, V. C. **Glossário paraense: coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à Ilha do Marajó.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. (Coleção Amazônia, Série Ferreira Pena).

MOLINA, S. **El posturismo: turismo y posmodernidad.** México: Tilhas, 2006.

MORAES, E. A. **Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das**

controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro Programa de Pós - Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Rio de Janeiro, 2019.

MORAIS, R. **Anfiteatro Amazônico**. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1936.

MORMONT, M. Espace rural et domination: le tourisme dans les Ardennes Belges. **Sociologia Ruralis**, n.4, v.20, p. 272-286, 1980.

MUNIZ, C. Vila do Céu, na ilha do Marajó, entra na rota do turismo após virar destino de fotógrafos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 ago. 2018. Turismo.

MURPHY P, E. Community driven tourism planning, **Tourism Management**, v.88, p. 96- 104, jun. 1988.

MURPHY P, E. **Tourism: A community approach**. Londres-Nova York: Routledge, 1985.

NOGUEIRA J.B. *et al.* **Os desafios do desenvolvimento em microrregiões: estudo de caso da microrregião do Portel**. In: XIII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica - IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2009.

O Marajó em Audiência: uma proposta de diálogo sobre o Programa Abrace o Marajó. **Carta a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sra. Damares Regina Alves**. Arquipélago do Marajó – PA, 28 de janeiro de 2021.

OLIVEIRA, K. Observações de Campo: as possibilidades do Turismo na Ilha do Marajó. In: LIMA, M. D.; PANTOJA, V. (org.). **Marajó: cultura e paisagens**. Belém: 2ª SR/IPHAN, 2008. pp. 128-143.

OMT. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Santiago, Chile, 1999.

PACHECO, A. S. Cartografia & fotoetnografia das águas: modos de vida e de luta na Amazônia marajoara. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 63-98, jan./jul., 2018.

PACHECO, A. S. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (org.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010.

PACHECO, A. S. **A escrita e a pintura da memória afroindígena: Zonas Intersticiais na Amazônia Marajoara**. In: XLI Encontro Anual ANPOCS, Caxambu, 2017.

PACHECO, A. S. Cosmologias afroindígenas na Amazônia Marajoara. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, p. 197-226, jun. 2012.

PACHECO, A. S. Diáspora africanas e contatos afroindígenas na Amazônia marajoara. **Cadernos de história**, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, 2016.

PACHECO, A. S. **En el corazón de la Amazonia**: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de estudos pós-graduados em história. São Paulo, 2009.

PANOSSO NETTO, A; NOGUERO, A. F. T. JÄGER, M. Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos. *In*: **Turismo em análise**. v. 22, n. 3, p. 539- 560, dez. 2011.

PANOSSO, A. N. What is Tourism? Definitions, Theoretical Phases and Principles. *In*: TRIBE, John. **Philosophical Issues in Tourism**. Londres: Channel View Publications, 2009. p.43-61.

PANOSSO, A. N.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 8, n.1, p.120-144, jan./mar. 2014.

PARÁ. **Áreas Protegidas no Estado do Pará**. Belém: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará., 2017.

PARÁ. **Administração do domínio do Pará**. Declaração de ocupação de terreno de marinha. Belém, 1935.

PARÁ. **Constituição do Estado do Pará**. Título III, Cap. I, Art. 13. Belém, 1989.

PARÁ. **Lei nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022**. Institui a Política Estadual de Turismo em Base Comunitária no Estado do Pará. Belém, 2022

PARÁ. **Resumo Executivo do Pólo Marajó – PA**. Ministério do Turismo. Companhia Paraense de Turismo. Belém: Paratur, 2009.

PARÁ. **VER-O-PARÁ - Plano Estratégico de Turismo** - Relatório Executivo SETUR, Belém: 2012.

PARA. **Portaria nº 164**. Dispõe sobre a regionalização do turismo no Pará e dá outras providências. SETUR, Belém, 2019.

PARA. **Lei nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011**. Cria o Sistema Estadual de Gestão do Turismo, a Secretaria de Estado de Turismo. Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Belém, 2011.

PATACA, E. M. A Ilha do Marajó na Viagem Philosophica (1783-1792) de Alexandre

Rodrigues Ferreira., **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 1, p. 149-169, jan-abr. 2005.

PERRUX, F. O Conceito de Pólos de Crescimento. In: FAISSOL, S. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. IBGE, 1974.

PERALTA, N.; VIEIRA, F. S.; OZORI, R. Z. História do Programa de Ecoturismo na Amazônia Brasileira com foco em Tefé e Santarém. In. OZORIO, R. Z.; BEZERRA, N. P.; VIEIRA, F. S. (org.) **Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária da Reserva Mamirauá**. Manaus: IDSM, 2016. p. 14-31.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

POLANYI, K. A economia como processo instituído. In LEVITT, K. P. (org.), **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POON, A. Competitive Strategies for a 'New Tourism' In COOPER, C. **Classic Reviews in Tourism**. Bristol, Blue Ridge Summit: Channel View Publications, 2003, p. 130 – 142.

PORRO, A. História indígena do alto e médio Amazonas, séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, M. C. *et al.* **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP. 1992.

PORRO, A. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. São Paulo: Vozes, Edusp, 1996.

PRELAZIA DO MARAJÓ. **Nota sobre a visita do presidente ao Marajó**. Breves, 9 out. 2020.

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, n. 122, p. 46- 56, mai. 2012.

QUIJANO, A. “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”. In: **La Colonialidad del Poder: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Clacso. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf).

QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. **Bien Vivir: Entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder.** Manuscrito inédito. Lima, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/razionalidad. **Perú Indígena**, v.13, n. 29, p. 11- 20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina SA, 2009. p.73-117.

QUINTELA, P. D. A.; TOLEDO, P. M. de; VIEIRA, I. C. G. Desenvolvimento sustentável do Marajó, Pará: uma visão a partir do Barômetro da Sustentabilidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, jul. 2018.

RAMOS, C. A. Ensaio sobre a dignidade. **Brasil de fato**. São Paulo. 6 abr. 2020 às 17:48. Disponível em: <https://brasildefatorj.com.br/2020/04/06/artigo-ensaio-sobre-a-dignidade>. Acesso em: jun. 2020.

RAZEIRA, P. S. Ilha do Marajó: paisagens possíveis. *In*: LIMA, M. D.; PANTOJA, V. (Org.). **Marajó: cultura e paisagens**. Belém: 2ª SR/IPHAN, 2008. pp. 102-127.

REZENDE, R. O. Abordagens teóricas sobre o turismo comunitário. *In*: CORIOLANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. (org.). **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012. p.131-151.

RIBEIRO, A. L. **Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia**. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

RIOS, S. O.; COSTA, J. M. A.; MENDES, V. L. P. S. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. **Discursos fotográficos**. Londrina, v.12, n.20, jan./jul. 2016. p. 98-120.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia amazônica. *In*: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 53-86.

RSIS RAMSAR, **Brazil**: Amazon Estuary and its Mangroves. RIS for Site no. 2337. v. 1.6, 2018.

RUIZ-BALLESTEROS, E. R. Turismo de base local y comunidad ¿una vinculación oportuna? **Revista Andaluza de Antropología**. n. 8, p. 19-44, mar. 2015.

RUIZ-BALLESTEROS, E. R.; CARRIÓN, D. S. (coord.). **Turismo comunitario en ecuador: desarrollo y sostenibilidad social**. Quito: Abya-Yala, 2007.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SALLES, Vicente e SALLES, Marena Isdebski. Carimbó: trabalho e lazer do caboclo. **Revista Brasileira de Folclore**, n. 9. Rio de Janeiro, 1969.

SAMPAIO C. A. C. *et al.* Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 10, n.4, p. 288-301, out./dez. 2005.

SAMPAIO C. A. C. *et al.* Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 8, n.1, p. 42-58, jan./mar. 2014.

SAMPAIO C. A. C. *et al.* Ecossocioeconomias urbanas: arranjos socioprodutivos, auto-gestão comunitária e desenvolvimento territorial sustentável. **Novos Cadernos NAEA**. v. 21, n. 2, p. 9-31, mai./ago. 2018.

SAMPAIO C. A. C. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. *In*. SAMPAIO, C. A. C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 23- 30.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Turismo em Análise**, v. 18, n. 2, p. 148-165, nov. 2007.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K. Ecossocioeconomias: um conceito em construção. *In*: SAMPAIO, C. A. C. *et al.* (org.). **Ecossocioeconomia: promovendo territórios sustentáveis**. Blumenau: Edifurb, 2019.

SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, I. S. Ecossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. **Revista FAE**, Curitiba, v.12, n.2, p.17-33, jul./dez. 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011.

SANSOLO D. G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. *In*: BARTHOLLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e**

experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 122-141.

SANSOLO D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no Município de Silves, Amazonas. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 1, n. 1, p. 39-50, 2003.

SANTANA, E. J. M. **Políticas Públicas de Turismo na Ilha do Marajó**: Turismo e apropriação da paisagem no Município de Soure – Pará. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. *In*: SANTOS, S. B. (org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?**. Porto: Edições Afrontamento, v. 1, 2001. p. 33-106.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina SA, 2009. p. 23-71

SANTOS JÚNIOR, G. S. **As ações e políticas do Estado e da sociedade acerca da geração de renda da Reserva Extrativista Marinha de Soure/Marajó – PA**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SANTOS, M. A. S; SANTANA, A. C. & REBELLO, F. K. A política de crédito rural no arquipélago do Marajá, Estado do Pará: uma análise do período 2000-2010. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.7, n. 4, nov. 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHAAN, D. P. A arte da cerâmica marajoara: encontros entre o passado e o presente. **Habitus**, Goiânia, v. 5, n.1, p. 99-117, jan./jun. 2007.

SCHAAN, D. P. **A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara**: Um estudo da arte pré-histórica na Ilha de Marajó - Brasil (400-1300 AD). Dissertação (mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

SCHAAN, D. P. Os Filhos da Serpente: rito, mito e subsistência nos cacicados da Ilha de Marajó. **Inter. J. South American Archaeology**, v. 1, p. 50-56, 2007.

SCHAAN, D. P. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além

– e apesar – das fases e tradições. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2007.

SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P.; PORTAL, V. L. M. Patrimônio arqueológico do Marajó dos campos. *In*: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (org.) **Muito além dos campos**: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, 2010. p. 73-87

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno** (small is beautiful). 4ª ed. Tradução de Octávio Alves Filho. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SCOTT A. J., G. Garofoli. **Development on the Ground**. London: Routledge, 2007.

SERRA, H. R. H. O planejamento das Políticas Públicas de Turismo no Estado do Pará e dos (d)efeitos da regionalização. **Ciência Geográfica** - Bauru - XXIV - Vol. XXIV- (3), 2020

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal**. Pub. Esp. do Instituto Oceanográfico, v. 7, p. 1–16, 1989.

SILVA, F. J. R. O conceito de desenvolvimento no pensamento de arturo escobar. **Revista Pegada**, v.17, n.2, dez. 2016.

SILVA, F. P. S.; MATTA, A. E. R.; COIMBRA DE SÁ, N. Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 79- 92, ago. 2016.

SILVA, W. L. S. *et al.* Inventário e distribuição geográfica de Leguminosa no arquipélago de Marajó, PA, Brasil. **Hoehnea**, v. 40, n. 4, p. 627-647, 2013.

SILVA, F. P. S. Cultura com arte, o lema do grupo cultarte. *In*: SILVA, F. P. S. (org.) **Turismo de base comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013, p.-303-304)

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, n. 1, p. 163-175, 2015.

SOARES, Elaine Cristina Lopes. **Roceiros e vaqueiro na ilha grande de Joanes no período colonial**. Dissertação (mestrado) - NAEA/UFGA, 2002.

SOARES, J. B.; FONSECA-FILHO, R. E. Diferentes olhares do Turismo de Base Comunitária da Reserva Extrativista Marinha de Soure, Amazônia. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 155-177, fev./abr. 2020,

SOARES, M. L. G. **Estudo da biomassa aérea de manguezais do sudeste do Brasil - análise de modelos**. 1997. Tese (Doutorado em Geologia e Geoquímica). Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

- SOUZA, A. L. Evolução do sistema agrário do Marajó: uma perspectiva sociohistórica. In: Moraes, C. K. A *et al.* (org.). **Terceira Margem Amazônia**. v. 1, n. 3-4. São Paulo: Outras expressões, 2014. p. 39-65.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, H. P; SANTOS, F. P. As mulheres e desenvolvimento local: a experiência do grupo Cultarte. *In*: I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: Diálogo Brasil Cuba, 2016, Feira de Santana. **Anais [...]**. Feira de Santana: UEFS, 2016.
- SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento (pág. 77 – 116) In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (org.). Geografia: conceitos e temas. Ed. 2, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SOUZA, P. C. **Turismo Sustentável: Um Estudo Prospectivo no Município de Soure – Ilha do Marajó**. Brasília, 2008.
- TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, out. 2000.
- TAO, T. C. H; WALL, G. Tourism as a sustainable livelihood strategy. **Tourism Management**. Elsevier,30, v. 30. edic. 1, p. 90-98. 2009.
- TAVARES *et al.* Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise das políticas públicas planejadas para os municípios do arquipélago do Marajó (PA). **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, fev./mar., 2017. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/01/marajo.html>. Acessado em 12 de 2018.
- TAVARES, M. G. C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó - Pará. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 249-260.
- TAVARES, M. G. C. Turismo e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: O caso do arquipélago do Marajó. *In*: Encontro de Geógrafos da América Latina. Uruguai. **Anais[...]**. Montevideo, 2009.
- TEIXEIRA, J. F. **O arquipélago marajoara**. *In*: Congresso Brasileiro de Geografia. v. 3. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.
- TELES, E. Extrativistas, mercados e sistemas de uso comum: resistências cotidianas no Arquipélago do Marajó. *In*: ACEVEDO MARIN, R. E. A. *et al.* **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**.

Rio de Janeiro: CASA 8, 2015. p. 99-129.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2 ed. São Paulo:Cortez, 1986.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1961.

UNWTO. **Destaques do turismo**. World Tourism Organization, 2016.

UFPA. **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Belém, agosto de 2012.

VALDUGA, M. C.; MOESCH, M. M. **Análise sistêmica do turismo**. In: III SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Universidade de Caxias do Sul, 2005.

VALENCIO, N. F. L. S. Pesca artesanal como identidade: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural. In: **VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, Quito. Anais, ALASRU/FLACSO, 2006, pp.1-17.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual**. Proyecto CEPAL/GTZ “Desarrollo económico local y descentralización en América Latina, Santiago, 2000.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desarrollo endógeno y globalización. **EURE**, Santiago, v. 26, n.79, p. 47-65, 2000.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis. **Apuntes Del Cenes**, v. 28 n. 47, p. 117-132, 2009.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Desarrollo endógeno: Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, Madri, n.11, p. 183 -210, 2007.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001, 278 p.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. Rio de Janeiro: AnnaBlume, FAPESP, 2008. p. 27-45; 131-163.

VIEIRA *et al.* Panorama da COVID-19 nos municípios do MARAJÓ, Para. **Nota Técnica 01**, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2020.

XIMENES, R. Marajó não é a Terra do já teve. Lílian Leitão (Entrevista) Amazônia em outras palavras. **Belém: Rev. Teológico Pastoral/Instituto de Pastoral Regional**. n. 13, 2005.

XIMENES, T. Uma oportunidade de análise do desenvolvimento sustentável – a pecuária no Marajó. In: XIMENES, Tereza (org.). **Perspectivas do**

**desenvolvimento sustentável: uma contribuição para Amazônia 21.** NAEA-UFPA-SUDAM, 1997. p. 335- 359.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 1-14, ago. 2008.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

## APÊNDICES



## TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA DO MARAJÓ

(Formulário de pesquisa- agentes envolvidos no TBC)

**Objetivo:** Identificar e qualificar as informações sobre as experiências e agentes envolvidos no turismo de base comunitária desenvolvido na Região do Marajó para a tese de doutorado de Marinete Silva Boulhosa, desenvolvida no NAEA/UFPA (2018 a 2022).

SEU PERFIL	
<b>Cidade:</b>	<b>Localidade/Comunidade:</b>
<b>1. Você é nascido no Marajó?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não Se SIM, qual cidade?	<b>2. Há quanto tempo você mora na comunidade</b> a. ( ) a vida toda      b. ( ) de 1 a 3 anos      c. ( ) 4 a 6 anos d. ( ) 7 a 9 anos      e. ( ) acima de 10 anos
<b>3. Sexo</b> a. ( ) feminino      b. ( ) masculino	<b>4. Estado civil</b> a. ( ) solteiro      b. ( ) casado      c. ( ) união estável d. ( ) divorciado      e. ( ) outros
<b>5. Faixa etária</b> a. ( ) 15 a 19 anos      b. ( ) 20 a 29 anos      c. ( ) 30 a 39 anos      d. ( ) 40 a 49 anos e. ( ) 50 a 59 anos      f. ( ) acima de 60	<b>6. Grau de escolaridade</b> a. ( ) Sem ensino formal      b. ( ) Ensino Fundamental c. ( ) Ensino Médio      d. ( ) Superior      e. ( ) Pós-graduado
<b>7. Além do turismo, você desenvolve outras atividades?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não Se sim, quais?	<b>8. Nível de renda</b> a. ( ) menos de um salário      b. ( ) Um salário c. ( ) de 2 a 3 salários      d. ( ) de 4 a 6 salários      e. ( ) acima de 7 salários
SOBRE A EXPERIÊNCIA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	
<b>9. Qual atividade você desenvolve relacionada ao turismo?</b> a. ( ) Agente de turismo      b. ( ) Condutor de turismo c. ( ) Hospedagem      d. ( ) Serviços de restaurante/bar e. ( ) Passeios turísticos      f. ( ) Artesanato g. ( ) transporte      Outros:	<b>10. Há quanto tempo você desenvolve essa atividade relacionada ao turismo?</b> a. ( ) há menos de um ano      b. ( ) 1 a 2 anos c. ( ) 3 a 5 anos      d. ( ) 5 a 7 anos e. ( ) Acima de 7 anos
<b>11. Como são divulgadas as atividades turísticas realizadas na Comunidade?</b> a. ( ) Por pessoas da comunidade envolvidas no turismo b. ( ) Agente/condutores de turismo externos d. ( ) folheteria impressa disponível em hotéis, pousadas, posto de informações na cidade. e. ( ) internet      Outros:	<b>12. Como são criadas as atividades e práticas de turismo na Comunidade, vivenciadas pelos visitantes/turistas que chegam à comunidade?</b>
<b>13. Você faz parte de alguma organização da Comunidade (Associação, Sindicato, Coletivos etc.) que trabalha com o turismo?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não Se Sim, qual?	<b>14. A organização que trabalho com o turismo local obteve orientação de alguma órgão/organização pública ou privada?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não. Se sim, quais?
<b>15. Você trabalha em parceria com alguma pessoa, empresa e/ou organização para trazer o visitante/turista para essa experiência de turismo?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não Se Sim, qual/quem?	<b>16. É feito algum tipo de acompanhamento e/ou avaliação das atividades turísticas realizadas pelos comunitários que trabalham com o turismo?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não Se sim, como é por quem é feita?
<b>17. Os benefícios econômicos oriundos do seu trabalho no turismo são administrados por alguma organização local?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não Se Sim, qual?	<b>18. Você já participou de uma capacitação (curso, oficina, palestra etc.) relacionada ao turismo no município?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não Se sim, quais e quem realizou?
<b>19. O que você entende por turismo de base comunitária?</b>	



**SOBRE OS VISITANTES/TURISTAS**

**20. Qual o período do ano que você mais recebe visitantes/turistas na comunidade?**

Mês:

**21. Qual a origem dos visitantes/turistas de você mais recebe na comunidade?**

a. Nacional? (informar estado).

b. Internacional? (informar país)

**22. Qual o tempo que o visitante/turista fica na Comunidade?**

a.( ) 01 dia

b.( ) 02 dias

c.( ) 03 dias

d.( ) 4 dias

e.( ) 5 dias

( ) acima de 5 dias

**23. Qual a faixa etária dos visitantes/turistas que vivenciam a experiência de turismo aqui na comunidade?**

a.( ) 15 a 19 anos

b.( ) 20 a 29 anos

c.( ) 30 a 39 anos

d.( ) 40 a 49 anos

e.( ) 50 a 59 anos

f.( ) acima de 60

**24. Os visitantes/turistas que chegam aqui se organizam de que forma?** ( ) viajam só ( ) casal ( ) grupos

**25. Há predominância de sexo?**

( ) homem ( ) mulher ( ) não há predominância

**26. Quais as atividades que os turistas mais procuram na experiência de turismo local?**

**27. Qual o principal meio de transporte que os visitantes/turistas utilizam para chegar à Comunidade?**

a.( ) micro-ônibus

b.( ) taxi

c.( ) mototáxi

d.( ) carro particular

e.( ) bicicleta

f.( ) barco

**28. Como vocês fazem para ampliar a experiência de convivência entre turista/visitante com a comunidade?**

**29. Na sua opinião, após a experiência, os turistas avaliam-na como:**

a.( ) Ótima

b.( ) Boa

c.( ) Regular

d.( ) Ruim

**OPINIÃO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO TURISMO COMUNITÁRIO**

**30. Você tem conhecimento de alguma política pública/iniciativa ou uma ação do governo federal, estadual e/ou municipal para beneficiar o turismo desenvolvido pelas comunidades?**

a.( ) sim b.( ) não

Se sim, quais?

**31. Na sua opinião quais as contribuições/ benefícios que o turismo comunitário traz ou pode trazer para a comunidade?**

**32. Na sua opinião, como o turismo deve ser desenvolvido para que possa contribuir para a conservação do ambiente, do modo de vida e das tradições da comunidade?**

**33. Quais os principais problemas que você ou a comunidade enfrentam, para desenvolver essa experiência de turismo?**

**34. Como você se sente, pelo fato do turismo aqui, estar sendo desenvolvido pela própria comunidade?**

**35. Você acha que o turismo de base comunitária pode contribuir para que as pessoas possam permanecer aqui na Comunidade/Marajó? Qual sua opinião?**

**36. 1. Se o turismo contribui para a permanência, o que significa permanecer nessa comunidade, para você?**

a.( ) Ter renda complementar

b.( ) Ter uma ocupação

c.( ) Ter contatos e trocas com os visitantes/turistas

d.( ) Transmitir seus conhecimentos sobre a cultura local e a conservação da natureza

e.( ) respeitar o modo de vida local

**37. Na sua opinião o que precisa para melhorar as experiências de turismo de base comunitária aqui?**

**38. Alguma opinião que você considere importante sobre a experiência de turismo comunitário aqui desenvolvida, que deseja acrescentar?**



**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ**  
(Formulário de pesquisa – para membros da comunidade)

**Objetivo:** Identificar a percepção dos comunitários sobre o turismo desenvolvido por agentes locais na região do Marajó para a tese de doutorado de Marinete Silva Boulhosa, desenvolvida no NAEA/UFPA (2018 a 2022).

<b>SEU PERFIL</b>	
<b>Cidade:</b>	<b>Localidade/Comunidade:</b>
<b>4. Você é nascido no Marajó?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não Se sim, qual cidade?	<b>5. Você mora na comunidade há quanto tempo?</b> a. ( ) a vida toda      b. ( ) de 1 a 3 anos      c. ( ) 4 a 6 anos d. ( ) 7 a 9 anos      e. ( ) acima de 10 anos
<b>6. Sexo</b> a. ( ) feminino      b. ( ) masculino	<b>4. Estado civil</b> a. ( ) solteiro      b. ( ) casado      c. ( ) união estável d. ( ) divorciado      e. ( ) outros
<b>5. Faixa etária</b> ( ) 15 a 19 anos    ( ) 20 a 29 anos    ( ) 30 a 39 anos ( ) 40 a 49 anos    ( ) 50 a 59 anos    ( ) acima de 60	<b>6. Grau de escolaridade</b> ( ) Sem ensino formal    ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio      ( ) Superior      ( ) Pós-graduado
<b>7. Qual sua ocupação atual?</b> ( ) empresa privada    ( ) emprego público    ( ) comércio ( ) trabalhador rural (pesca, agricultura, catação, criação de animais de pequeno porte etc.) ( ) Dona de casa    ( ) estudante      ( ) aposentado Outro:	<b>8. Nível de renda</b> ( ) Menos de um salário    ( ) Um salário ( ) de 2 a 3 salários    ( ) de 4 a 6 salários ( ) acima de 7 salários ( ) beneficiário de programas de governo    ( ) sem renda
<b>EXPECTATIVA/PERCEPÇÃO/ANÁLISE SOBRE O TURISMO COMUNITÁRIO</b>	
<b>9. Você percebe a presença de visitantes/turistas em sua Comunidade?</b> ( ) sim    ( ) não Se sim, qual sua opinião sobre a presença deles?	<b>10. Você percebe o envolvimento/participação de pessoas da comunidade na condução/alimentação/hospedagem de visitantes/turistas na comunidade?</b> a. ( ) sim      b. ( ) não
<b>11. Você tem conhecimento de alguma organização local, da comunidade, relacionada ao turismo?</b> a. ( ) sim    b. ( ) não Se Sim, qual sua opinião sobre isso?	<b>12. Você foi informado ou convidado a participar do turismo que é/será/poderá ser desenvolvido na Comunidade?</b> ( ) sim    ( ) não Se sim, por quem?
<b>13. Você já ouviu falar ou sabe o que é turismo de base comunitária? Dê sua opinião!</b>	
<b>14. Você já participou de alguma capacitação relacionada ao turismo (curso, oficina, palestra etc.)? E .( ) sim    b.( ) não</b> Se sim, quem realizou e onde foi?	
<b>15. O que você acha de o turismo ser desenvolvido pelos próprios moradores da comunidade? Qual sua opinião?</b> ( ) muito bom    ( ) regular      ( ) ruim	<b>16. Você acha que o turismo realizado por moradores da comunidade, tem trazido ou pode trazer benefícios para a comunidade?</b> a. ( ) sim    b. ( ) não Se sim, quais?
<b>17. O que você espera/deseja que um turismo organizado pelos próprios moradores locais traga à Comunidade? (expectativa)</b>	
<b>18. Você acha que o turismo comunitário pode contribuir para que as pessoas possam permanecer aqui na Comunidade/Marajó? Qual sua opinião?</b>	
<b>19. Na sua opinião, de que forma o turismo pode contribuir para o desenvolvimento da sua comunidade?</b>	



**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA DO MARAJÓ**  
(Formulário de pesquisa- visitante/turista)

**Objetivo:** Identificar e qualificar as informações sobre os turistas e visitantes que participaram na experiência de turismo de base comunitária desenvolvido na Região do Marajó para a tese de doutorado de Marinete Silva Boulhosa, desenvolvida no NAEA/UFPA (2018 a 2022).

SEU PERFIL		
<b>1. Qual seu estado de origem?</b>  <b>1.1. Se do Pará, qual cidade?</b>	<b>2. Qual seu país de origem?</b>	
<b>3. Sexo</b> a.( ) feminino    b.( ) masculino	<b>4. Faixa etária</b> a.( ) 15 a 19 anos    b.( ) 20 a 29 anos    c.( ) 30 a 39 anos d.( ) 40 a 49 anos    e.( ) 50 a 59 anos    f.( ) acima de 60	
<b>5. Nível de renda</b> a.( ) Um salário                      b.( ) de 2 a 3 salários c.( ) de 4 a 6 salários                d.( ) acima de 7 salários	<b>6. Grau de escolaridade</b> a.( ) Ensino Fundamental    b.( ) Ensino Médio c.( ) Superior                      d.( ) Pós-graduado	<b>7. Profissão:</b>
SOBRE A EXPERIÊNCIA DE TURISMO COMUNITÁRIO		
<b>8. O que lhe motivou a visitar essa comunidade?</b>		
<b>9. Como você ficou sabendo da experiência de turismo dessa comunidade?</b> a.( ) Indicação de amigos    b.( ) Pessoas da comunidade envolvidas no turismo    d.( ) Por Agente/condutores de turismo externos e.( ) folheteria impressa disponível em hotéis, pousadas, posto de informações na cidade    f.( ) internet    Outros:		
<b>10. É a primeira vez que você vem a essa comunidade?</b> a.( ) sim    b.( ) não Se não, quantas vezes já veio?	<b>11. Qual o meio de transporte que você utilizou para chegar até à Comunidade?</b> a.( ) micro-ônibus    b.( ) taxi    c.( ) mototáxi d.( ) carro particular    e.( ) bicicleta    f.( ) barco	
<b>12. Qual o tempo de permanência na comunidade?</b> a.( ) apenas um dia    b.( ) de 2 a 3 dias    c.( ) de 4 a 6 dias d.( ) de 7 a 8 dias    e.( ) acima de 9 dias	<b>13. Você se hospedou na comunidade?</b> a.( ) sim    b.( ) não Se sim, qual o meio de hospedagem utilizado? a.( ) casa de familiares    b.( ) casa de amigos    c.( ) Pousadas    d.( ) hospedagem comunitária	
<b>14. Você teve algum problema ou dificuldades para acessar essa experiência de turismo?</b> a.( ) sim    b.( ) não Se sim, quais?	<b>15. Você participou de alguma atividade ou passeio desenvolvido por comunitários?</b> a.( ) sim    b.( ) não Se sim, quais?	
<b>16. Você foi informado que o turismo aqui desenvolvido é organizado pela comunidade local?</b> a.( ) sim    b.( ) não Se sim, onde obteve essa informação?	<b>17. Qual o nível de gastos realizados em serviços da comunidade? (em reais)</b> ( ) Menos de 100    ( ) 101 a 200    ( ) 201 a 300 ( ) 301 a 400    ( ) 401 a 500    ( ) Acima de 500	
<b>18. Você interagiu com a comunidade? De que forma se deu essa interação?</b>		
<b>19. A partir da visitação na comunidade, o que você apreendeu do cotidiano de vida dessa comunidade?</b>		
<b>20. Nessa experiência o que você conseguiu compreender das dinâmicas que essa comunidade vive? Pode falar a respeito?</b>		
<b>21. Essa experiência despertou/provocou alguma mudança em você?</b>		
<b>22. Qual sua opinião sobre o turismo ser desenvolvido/protagonizado pelas próprias comunidades?</b>		
<b>23. Você teve alguma experiência negativa no turismo desenvolvido na comunidade?</b>		
<b>24. Como você avalia sua experiência de turismo nessa comunidade?</b> a.( ) Ótima    b.( ) Boa    c.( ) Regular    d.( ) Ruim	<b>25. Você indicaria essa experiência de turismo?</b> a.( ) sim    b.( ) não Se não, por quê?	



**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA DO MARAJÓ**  
(Formulário de pesquisa- Trade turístico local)

**Objetivo:** Identificar empresas, organizações, profissionais do *trade* turístico local que se relacionam com a experiência de turismo de base comunitária desenvolvido na Região do Marajó para a tese de doutorado de Marinete Silva Boulhosa, desenvolvida no NAEA/UFPA (2018 a 2022).

**SEU PERFIL**

**1. Segmento de atuação**

- a. ( ) Guia/Condutor de turismo                      b. ( ) Agência de turismo                      c. ( ) Meio de hospedagem  
d. ( ) Serviço de alimentos e bebidas              e. ( ) serviço de transporte                      f. ( ) Organização pública  
g. ( ) Associação, Cooperativa, Coletivo.              **Outros:**

**2. Na atividade turística no Marajó sua empresa/organização possui relação com o turismo de base comunitária – TBC desenvolvido nas comunidades do litoral de Soure, Caju-una, Céu e Pesqueiro?**

- a. ( ) sim              b. ( ) não

**2.1 Se sim, com quais?**

- a. ( ) Caju-una              b. ( ) Céu              c. ( ) Pesqueiro              d. ( ) Com as três              e. ( ) Caju-una, Céu e Pesqueiro  
f. ( ) Céu e Pesqueiro              g. ( ) Apenas Caju-una              h. ( ) Apenas Céu              i. ( ) Apenas Pesqueiro

**3. Sua empresa/organização tem conhecimento que o turismo desenvolvido nessas comunidades é organizado pela própria comunidade local, caracterizando-se como turismo de base comunitária?**

- a. ( ) sim              b. ( ) não.

Se sim, qual sua opinião sobre o turismo comunitário?

**4. Como você/sua empresa/organização avaliam a relação com as experiências de turismo dessas comunidades?**

**5. Como você avalia a formatação dos produtos/serviços das comunidades?**

**6. Sua empresa/organização divulga aos seus clientes/hóspedes o turismo desenvolvido pelas comunidades de Pesqueiro, Céu e Caju-una?**

- a. ( ) sim              b. ( ) não

Se sim, que forma é feita essa divulgação

**7. Sua empresa/organização identifica alguma limitação, problema, dificuldade em trabalhar com o turismo desenvolvido por essas comunidades?**

- a. ( ) sim              b. ( ) não

Se sim, justifique o porquê.

**8. Na sua opinião como os turistas avaliam a experiência de turismo nessas comunidades?**

- ( ) Ótima              b. ( ) Boa              c. ( ) Regular              d. ( ) Ruim

**9. Você indica ou indicaria as experiências de turismo organizadas por essas comunidades?**

- a. ( ) sim              b. ( ) não

Se não, por quê?

**10. Você teria sugestões para a melhora das experiências do TBC nas comunidades?**

**11. Qual sua opinião sobre o turismo ser desenvolvido/protagonizado pelas próprias comunidades?**